

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGEM, IDENTIDADE E
SUBJETIVIDADE
LINHA DE PESQUISA: PLURALIDADE, IDENTIDADE E ENSINO

***“NINGUÉM FALA QUE O CARA É CULPADO”*: IDENTIDADES DE GÊNERO
FEMININO A PARTIR DO SIGNO VIOLÊNCIA NO SITE DA REVISTA MARIE
CLAIRE**

PONTA GROSSA – PR2015

FERNANDA APARECIDA ISRAEL

**“NINGUÉM FALA QUE O CARA É CULPADO”: IDENTIDADES DE GÊNERO
FEMININO A PARTIR DO SIGNO VIOLÊNCIA NO SITE DA REVISTA MARIE
CLAIRE**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, para obtenção de título de mestre junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguagem, identidade e Subjetividade. **Linha de Pesquisa:** Pluralidade lingüística, identidade e ensino.

Orientadora Profa. Dra. Clóris Porto Torquato.

Ponta Grossa – PR
2015

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEP

Israel, Fernanda Aparecida
I85 "Ninguém fala que o cara é culpado":
identidades de gênero feminino a partir do signo
violência no site da revista Marie Claire/
Fernanda Aparecida Israel. Ponta Grossa, 2015.
197f.

Dissertação (Mestrado em
Linguagem, Identidade e Subjetividade
- Área de Concentração: Linguagem,
Identidade e Subjetividade),
Universidade Estadual de Ponta
Grossa.

Orientadora: Prof^a Dr^a Clóris Porto
Torquato.

1.Identidades. 2.Linguagem.
3.Revista feminina. 4.Violência.
I.Torquato, Clóris Porto. II.
Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Mestrado em Linguagem, Identidade
e Subjetividade. III. T.

CDD: 801



Fernanda Aparecida Israel

**“NINGUÉM FALA QUE O CARA É CULPADO”: IDENTIDADES DE GÊNERO
FEMININO A PARTIR DO SIGNO VIOLÊNCIA NO SITE DA REVISTA MARIE
CLAIRE.**

Dissertação apresentada para obtenção do título de grau de Mestre em
Linguagem, Identidade e Subjetividade na Universidade Estadual de Ponta
Grossa. Área de concentração em Linguagem, Identidade e Subjetividade.

Ponta Grossa, 11 de agosto de 2015.

BANCA

Orientadora: Clóris Porto Torquato
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Pascoalina Bailon de Oliveira Saleh
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Moacir Lopes de Camargos
UNIPAMPA

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelos meus dons, pela força concedida nos momentos difíceis e pela realização da pesquisa.

Agradeço a minha família, meus pais Antonio e Domitila, que sempre me incentivaram a estudar e fizeram com que eu enxergasse meus potenciais. Aos meus irmãos Murilo e Matheus pela sua companhia e amizade.

Ao meu namorado Vinicius, pela paciência, por compartilhar comigo sua visão científica e pelo apoio carinhoso.

Aos meus/minhas amig@s do Mestrado: Priscila, Ana Paula, Izabel, Pablo, Narah, Heliton, Izabelle, Raimunda, Liniti, Carolyne, pela companhia e pelos risos gratuitos. Que continuemos sempre unidos e lutando por uma sociedade mais justa, sem preconceitos ou discriminação.

Agradeço à professora Cloris Porto pela orientação e oportunidade de realizar este trabalho.

Agradeço, especialmente, à professora Elódia Constantino Roman, minha orientadora da monografia, por me oportunizar a participação do programa de pesquisa PIBIC e pelo incentivo a continuar os estudos, sempre com muita dedicação e carinho.

Ao grupo de estudos **Gênero e linguagem**, especialmente às professoras Pascoalina e Simone, que me proporcionaram participar de valiosas discussões sobre gênero social e pelos momentos de amizade no grupo.

Aos membros da banca, Moacir de Camargos, Pascoalina Bailon de Oliveira Saleh e Henrique Evaldo Jansen que se dispuseram a contribuir com a pesquisa.

Agradeço a CAPES pela concessão da bolsa.

RESUMO

O presente trabalho busca promover discussões sobre a identidade de gênero feminina inserida em um contexto de escrita específico da pós-modernidade, a internet, recortada na sessão **Mulheres do Mundo** do site da revista Marie Claire. A revista Marie Claire me chamou a atenção pelo *slogan* “Chique é ser inteligente”. Desta forma, entendi que uma revista que tenta promover o feminino para além da aparência física e das relações de consumo, tem objetivos interessantes a serem analisados. A dissertação está estruturada em três capítulos principais. O primeiro, intitulado *Gêneros do discurso*, discuto o conceito de gêneros do discurso postulado na obra de Bakhtin, bem como reflito sobre o que seriam os chamados fatores internos e externos do enunciado. Neste capítulo apresento, também, algumas características do enunciado e sua relação com os gêneros publicados na revista feminina estudada. No capítulo dois, intitulado *A pós-modernidade e suas urgências: questões de identidade e de gênero*, promovo, na primeira sessão, *Identities*, reflexões sobre o contexto da pós-modernidade e as possibilidades de sujeito identitário decorrentes desse período, a partir de Stuart Hall (2006). Na segunda sessão, *O Gênero social como categoria em análise*, apresento discussões sobre gênero social feminino, focalizando seu percurso para se legitimar teoricamente na ciência, a partir de Guacira Lopes Louro (1997) e Judith Butler (1999). Na terceira sessão, *Suporte revista: a imprensa feminina a partir do século XVII* e no subtópico *A revista Marie Claire*, apresento um breve histórico sobre a imprensa voltada ao público feminino no mundo, enfatizando alguns aspectos discursivos que ela carregou e quais aspectos se mantêm na imprensa atual, bem como mostro algumas características na construção histórica da revista Marie Claire. No capítulo terceiro, intitulado *Elas: as Mulheres do Mundo*, faço as análises do eixo temático *Mulheres nas relações de violência* – recortado em quinze textos – em que promovo um diálogo entre o signo violência e os discursos construídos socialmente sobre a identidade de gênero. Relações público/privado, culpabilidade/vulnerabilidade, ocidentalidade, deslocamentos do movimento feminista, empoderamento e ampliação do conceito de saúde da mulher, são alguns resultados. Ao final, faço as considerações sobre a pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Identidades; linguagem; revista feminina; violência.

ABSTRACT

This paper seeks to promote discussions on the identity of inserted female gender in a specific written context of post-modernity, the Internet, cropped at the World Women session Marie Claire magazine's website. The Marie Claire magazine caught my attention by the slogan "Chic is to be smart." In this way, I realized that a magazine that tries to promote women beyond the physical appearance and consumer relations, has interesting objects to be analyzed. The dissertation is structured into three main chapters. The first, entitled Speech Genres, I discuss the concept of postulate speech genres in the work of Bakhtin, and reflect on what would be the so-called internal and external factors of the statement. In this chapter we present also some characteristics of the statement and its relation to the genres published in the studied women's magazine. In chapter two, entitled Post-modernity and its emergency: identity and gender issues, promote, in the first session, Identities, reflections on the context of post-modernity and the possibilities of subject identity arising from this period, from Stuart Hall (2006). In the second session, the social gender as a category under review, present discussions on female social gender, focusing on its way to legitimize theory in science, from Guacira Lopes Louro (1997) and Judith Butler (1999). In the third session, magazine holder: the female press from the seventeenth century and the subtopic Marie Claire magazine, I present a brief history of the press aimed at women in the world, emphasizing some discursive aspects that she carried and what aspects remain in current press as well as show some characteristics in the historic building of Marie Claire magazine. In the third chapter, entitled They: the World's Women, do analyzes of the main theme Women in abusive relationships - cut in fifteen texts - in which promote a dialogue between the sign violence and discourse on socially constructed gender identity. Public / private relationships, guilt / vulnerability, westernization, the feminist movement shifts, empowerment and expansion of the concept of women's health, are some results. Finally, I do the considerations about the research.

Keywords: Identity; women's magazine; violence.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1 – LINGUAGEM, SIGNO E ENUNCIADO NO CÍRCULO DE BAKHTIN..	11
CAPÍTULO 2 – A PÓS-MODERNIDADE E SUAS URGÊNCIAS: QUESTÕES DE IDENTIDADE E DE GÊNERO	26
Sessão 1 – Identidades.....	26
Sessão 2 – O Gênero como categoria analisável.....	29
Sessão 3 – Suporte revista: a imprensa feminina a partir do século XVII.....	38
➤ A revista Marie Claire.....	44
CAPÍTULO 3 – ELAS: AS MULHERES DO MUNDO.....	47
Análise dos subtítulos.....	49
Eixo temático: Mulheres nas relações de violência.....	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS	129
ANEXOS	132

INTRODUÇÃO

Meu presente trabalho busca analisar as construções discursivas de identidades de gênero femininas inseridas em um contexto de escrita que é específico do tempo chamado “pós-moderno” (HALL, 2006) ¹. Este contexto é a *internet*, recortado a partir do *site* da revista Marie Claire.

No Brasil, não há muitos trabalhos sobre a imprensa feminina na versão *online*. Existe uma preocupação em analisar textos publicados em revistas impressas, geralmente com intuito de comparar o conteúdo dentro de um período de tempo.² A revista Marie Claire como suporte *online* tem todos os gêneros reconfigurados, conforme nos aponta Buitoni (2009).³

Embora minha preocupação central sejam as questões de gênero, entendo que a sexualidade faz parte da identidade feminina.⁴ O eixo temático *Mulheres nas relações de violência*, que foi selecionado na pesquisa e escolhido para análise principal, é um tema que envolve muitas questões de sexualidade. É necessário assinalar que os eixos temáticos foram construídos na pesquisa, a única separação dada pela revista Marie Claire, no site, foi a da sessão **Mulheres do Mundo**. Posteriormente, se poderá verificar que a violência contra a mulher pode ser, também, motivada por questões de sexualidade.

Estes textos sobre a violência, assim como todos os outros textos analisados que farei menção, estão na sessão *Mulheres do Mundo*⁵, na versão *site*, da revista Marie Claire.

¹ A noção de pós-modernidade dialoga com a ideia de modernidade tardia, postulada por Marx, em que as estruturas sociais, antes fixas e marcadas por tradições, hoje são desestruturadas e marcadas pela incerteza. Giddens (1990) reforça o caráter da mudança na modernidade, pela conexão entre diferentes sociedades antes separadas pelo espaço geográfico (globalização) através das novas possibilidades de comunicação, como a própria internet (GIDDENS, 1990:6).

² CASTRO, Amanda. **Traços da representação feminina na mídia: estudo de caso das capas da revista Marie Claire**. Trabalho de conclusão de curso de comunicação social. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2008.

³ BUITONI, Dulcilia H. Schroeder. **Imagens semoventes, imagens co-moventes: interfaces visuais no webjornalismo**. Revista Galáxia, São Paulo, n. 18, p.218-231, dez. 2009.

⁴ BUTLER, Judith. **El género en disputa**. El feminismo y la subversión de la identidad. Paidós: Barcelona, 1999.

⁵ O Globo. Marie Claire. **Mulheres do Mundo**. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/plantao.html>. Acesso em: 27/05/2015.

Meu interesse em apresentar as identidades femininas na revista Marie Claire começou a partir de um trabalho de conclusão de curso (2011), no qual tratei de indícios de gramaticalização de conjunções em textos de revistas femininas⁶.

Durante esta pesquisa, percebi que as identidades femininas eram marcadas, principalmente, pelos padrões de beleza. Os esforços em busca do padrão eram sempre associados com discursos de *sucesso* e de *felicidade*.

A revista⁷ analisada nesse primeiro trabalho mobilizava temas relacionados com o culto ao corpo e à beleza, ao universo *fitness* e as receitas de emagrecimento. Esses temas dialogavam com discursos de sucesso e de felicidade e com a promoção da feminilidade dentro de um padrão que engloba: heterossexualidade, maternidade, corpo magro e dedicação intensa à vida profissional. Já o *corpus* desta dissertação foi selecionado a partir dos discursos sobre as relações de gênero que os textos destinados ao público feminino mobilizavam.

As discussões de gênero social foram encaminhadas a arir de leituras e discussões feitas em grupos de estudo sobre gênero e sexualidade e suas relações com a linguagem, além do meu contato pessoal com trabalhos sobre relações de gênero social.⁸

Nesta dissertação, continuo analisando textos de revistas femininas, no entanto, agora a gramaticalização dá lugar às questões discursivas e identitárias que serão analisadas nos gêneros publicados neste suporte revista.

Quanto à escolha da revista Marie Claire, parti do pressuposto de que era interessante buscar uma revista que não tivesse um objetivo único, com interesses apenas na beleza, mas sim que se dirigisse ao público feminino com temáticas mais diversificadas.

⁶Monografia de conclusão de curso em Letras Português/Espanhol intitulada: **A Gramaticalização de conjunções**:alguns caminhos, 2011. Orientadora: Professora doutora Elódia Constantino Roman, UEPG.

⁷ Revista Boa forma, *online*. Editora Abril. Disponível em: <http://mdemulher.abril.com.br/boa-forma>. Acesso em: 28/05/2015.

⁸ Grupo de estudos de Gênero e Linguagem. Coordenadora: professora doutora Pascoalina Bailon de Oliveira Saleh.

A revista Marie Claire tem como *slogan* a frase “Chique é ser inteligente”. Desta forma, entendi que uma revista que permite promover o feminino para além da aparência física, tem objetivos interessantes a serem analisados.

A minha hipótese inicial sobre a revista Marie Claire era que os textos tratassem de questões políticas, de notícias que envolvessem a participação de mulheres em diversos espaços. Além disso, quando descobri a sessão *Mulheres do Mundo*, ampliei as hipóteses sobre a mulher a partir da multiculturalidade.

Neste sentido, a revista feminina Marie Claire se torna um terreno fértil para compreensão e discussão sobre os discursos sobre as identidades femininas. Como já mencionei, a hipótese sobre o trabalho é que a identidade feminina, antes da pós-modernidade estava delegada aos papéis da esfera privada (esposa e mãe), agora se deslocou para outras identidades como a liderança, a política, a militância feminista, entre outras. Além disso, a revista Marie Claire, na sessão *Mulheres do Mundo*, seria o lugar em que essas identidades seriam postas à prova. Por isso, não vou falar em identidade feminina, mas sim identidades femininas.

A dissertação está estruturada em três capítulos principais. O primeiro, intitulado *Gêneros do discurso*, discuto o conceito de gêneros do discurso postulado na obra de Bakhtin, bem como pensei sobre o que seriam os chamados fatores internos e externos do enunciado, e quais alcances destes pretendo com a nossa análise. A partir dos estudos de Voloshinov, apresento algumas características do enunciado e sua relação com os gêneros publicados na revista feminina estudada.

No capítulo dois, intitulado *A pós-modernidade e suas urgências: questões de identidade e de gênero*, promovo, na primeira sessão, *Identidades e o alcance da rede*, reflexões sobre o contexto da pós-modernidade e as possibilidades de sujeito identitário decorrentes desse período, a partir de Stuart Hall (2006). Na segunda sessão, *O Gênero social como categoria em análise*, apresento discussões sobre gênero social feminino, focalizando seu percurso para se legitimar teoricamente na ciência, a partir de Guacira Lopes Louro (1997) e Judith Butler (1999).

Vale ressaltar que trabalho, portanto, com duas noções de gênero. Os gêneros do discurso a partir da teoria do Círculo de Bakhtin e o gênero social a partir das identidades na pós modernidade.

Na terceira sessão, *Suporte revista: a imprensa feminina a partir do século XVII* e no subtópico *A revista Marie Claire*, apresento um breve histórico sobre a imprensa voltada ao público feminino no mundo, enfatizando alguns aspectos discursivos que ela carregou e quais aspectos se mantêm na imprensa atual, bem como mostro algumas características na construção histórica da revista Marie Claire.

No capítulo terceiro, intitulado *Elas: as Mulheres do Mundo*, faço as análises do eixo temático *Mulheres nas relações de violência* – recortado em dezesseis textos – em que promovo um diálogo entre o signo violência e os discursos construídos socialmente sobre a identidade de gênero feminina a partir das novas configurações pós-modernas, como a *internet*. Ao final, faço as considerações sobre a pesquisa.

CAPÍTULO 1 – Linguagem, signo e enunciado no Círculo de Bakhtin

Neste capítulo, vou apresentar as escolhas feitas para este trabalho com arcabouço conceitual do Círculo de Bakhtin. Estas escolhas serão o aporte teórico referente ao estudo sobre discurso da pesquisa. Entendo que analisar discursos que estão em uma revista feminina na perspectiva dos estudos bakhtinianos é realizar uma escolha teórica que envolve valores sobre a linguagem. Para esta análise dos discursos, o foco está nas relações dialógicas.

Começarei, então, com a concepção de linguagem construída nos estudos do Círculo. Esta perspectiva, juntamente com as noções de signo, enunciado e dialogismo, fundamentará a análise os textos.

O conceito de linguagem para Bakhtin (2010)⁹ está diretamente relacionado a todos os campos (ou esferas) de atividade humana. Entende-se por esfera de atividade humana todas as áreas em que a comunicação acontece e é necessária, como os setores político, científico, o cotidiano, o religioso, entre muitos outros. A linguagem, para o autor, seria a condição para que as esferas de atividade humana aconteçam. A linguagem é o ponto em comum de todas elas. O autor (Bakhtin, 2010:261) defende que o “caráter e as formas” dos usos da linguagem são “multiformes”, assim como são os campos de atividade humana.

A utilização da língua se dá por enunciados, que, em suas diferentes formas, dão conta das especificidades e das finalidades de cada campo de atividade humana. Os enunciados orientados para fins específicos nas atividades de comunicação são constituídos pelo que o autor denomina gêneros de discurso: “(...) cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso” (BAKHTIN, 2010:262).

Os elementos internos que fazem com que os enunciados dêem conta dos campos específicos são chamados por Bakhtin de conteúdo temático, estilo da linguagem e a construção composicional:

⁹ BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissoluvelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação (BAKHTIN, 2010:262)

O conteúdo temático é o tema do enunciado, o assunto tratado. Os três elementos estão associados a um projeto de dizer do falante, mas é no conteúdo temático que se explicita um “para quê” daquele enunciado existir. O estilo está relacionado às escolhas linguísticas do falante para se alcançar o interlocutor. A construção composicional é a construção do texto em determinado gênero, para que o enunciado atenda às demandas do projeto de dizer.

Ao retomar a ideia de “objetivo real” da comunicação, Bakhtin enfatiza o caráter dialógico do enunciado, em que se observa uma sequência de posicionamentos ativos dos falantes/ouvintes. Quando o autor menciona o objetivo real da comunicação, ele está criticando os modelos estruturalistas de análise, em que se fazia um “esquema de processos ativos de discurso no falante e de respectivos processos passivos de recepção e compreensão do discurso no ouvinte”. (BAKHTIN, 2010:271). Para Bakhtin:

(...) o ouvinte, ao perceber e compreender o significado (linguístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc.[...] ele (o falante) não espera uma compreensão passiva, por assim dizer, que apenas duble o seu pensamento em voz alheia, mas uma resposta, uma concordância, uma participação, uma objeção, uma execução, etc. (BAKHTIN, 2010:272)

Esta compreensão do enunciado é uma fase inicial da resposta. É importante ressaltar que o caráter responsivo de que Bakhtin fala não está em dar uma resposta avaliada em termos sintáticos e semânticos, em que apenas elementos puramente linguísticos poderiam ser considerados como resposta, mas sim uma resposta que englobe:

“[...] uma concordância, uma participação, uma objeção, uma execução, etc. (os diferentes gêneros discursivos pressupõem diferentes diretrizes de objetivos, projetos de discurso dos falantes ou escreventes). O empenho em tornar inteligível a sua fala é apenas o momento abstrato do projeto concreto e pleno de discurso do falante” (BAKHTIN, 2010:272).

Além da atitude responsiva, para o enunciado existir como tal é preciso que haja outro elemento, que Bakhtin (2010:280) nomina de conclusibilidade: essa possibilidade implica, também, na alternância dos sujeitos do discurso. Esse elemento se manifesta numa espécie de possibilidade de conclusão/fechamento do enunciado para que assim o *outro* possa tomar uma atitude responsiva ativa.

O autor segue sua teoria dizendo que o chamado “*dixi conclusivo*” é determinado pela possibilidade de responder ao enunciado, e esse acabamento que pede resposta também é determinado por alguns fatores: “a exauribilidade do objeto e do sentido, projeto de discurso ou vontade de discurso do falante, formas típicas composicionais e de gênero do acabamento” (BAKHTIN, 2010:281).

A *exauribilidade do objeto e do sentido* está relacionada a um projeto de dizer do falante. A exauribilidade se refere ao falante dizer tudo o que considera necessário em virtude dos sentidos que quer produzir, das respostas que deseja obter do interlocutor. Nas palavras de Bakhtin:

Nos campos da criação (...) só se pode falar em um mínimo de acabamento, que permite ocupar uma posição responsiva. O objeto é objetivamente inexaurível, mas ao se tornar *tema* do enunciado ele ganha uma relativa conclusibilidade em determinadas condições, em certa situação do problema, em um dado material, em determinados objetivos colocados pelo autor, isto é, já no âmbito de uma idéia *definida do autor* (BAKHTIN, 2010:281).

A *intenção discursiva* ou *vontade discursiva do falante* refere-se às escolhas do falante para que seu enunciado seja possível. As escolhas vão desde a seleção do objeto do dizer em determinadas “condições de comunicação discursiva” (BAKHTIN, 2010:281) na relação com outros enunciados, até os seus limites e sua relação com a exauribilidade. Faz, também, parte da vontade discursiva a escolha da forma (gênero) em que o enunciado será construído.

Esta seleção que o falante realiza sobre em qual gênero o enunciado será produzido encaminha para o terceiro fator, que são “as *formas estáveis de gênero no enunciado*” (BAKHTIN, 2010:282). Inclusive o projeto de dizer do falante começa com a escolha de um gênero do discurso, que está diretamente ligado à possibilidade de um dizer:

“A intenção discursiva do falante, com toda a sua individualidade e subjetividade, é em seguida aplicada e adaptada ao gênero escolhido, constitui-se e desenvolve-se em uma determinada forma de gênero. Tais gêneros existem antes de tudo em todos os gêneros mais multiformes da comunicação oral cotidiana, inclusive do gênero mais familiar e do mais íntimo” (BAKHTIN, 2010:282).

Ao refletir sobre língua/linguagem no estudo dos gêneros, Bakhtin afirma que, embora há muito tempo, (desde a antiguidade até o estruturalismo e outras vertentes, como os behavioristas) já se estudasse os gêneros, esses estudos estavam “restritos à especificidade do discurso oral do dia-a-dia, por vezes orientando-se diretamente em enunciados deliberadamente primitivos (os behavioristas americanos)” (BAKHTIN, 2010:263).

Aqui, é possível fazer uma comparação entre o enunciado com a oração e o signo com a palavra dicionarizada, já que a característica dialógica do enunciado se expressa somente na relação plena entre ele e os sujeitos ativos na comunicação. Assim como ao tratar da relação entre a palavra dicionarizada e o signo – em que a palavra dicionarizada seria o item independente e deslocado dos sujeitos e o signo seria o elemento ideológico, existente apenas na comunicação real – o autor estabelece uma diferenciação entre a oração – entendida como a união de elementos que concordam entre si (sintaxe), portanto, como elemento da língua – e o enunciado, que seria o elemento da comunicação viva entre os sujeitos, caracterizado, entre outros aspectos, pela “alternância dos sujeitos do discurso” (BAKHTIN, 2010:280). Fora da interação, a oração é apenas uma unidade da língua (numa perspectiva mais linguística e estrutural), enquanto que, ao constituir-se como unidade da interação, passa a funcionar como uma unidade da comunicação real, do discurso, configurando-se como enunciado.

Embora Bakhtin não fosse um lingüista¹⁰, sua perspectiva de língua/linguagem, no texto que trata da teoria dos gêneros do discurso, faz um diálogo com a história da linguística quanto aos entendimentos do que era a língua, a linguagem e as fronteiras epistemológicas que precisavam ser construídas, ou seja, a formação de um objeto de estudo possível de ser analisado.

¹⁰ Faraco (2009) define Bakhtin como um pensador russo.

No começo da ciência linguística, através do estruturalismo de Saussure, a língua já era considerada um fato social. No entanto, o estruturalista entendeu que a língua era “um objeto abstrato ideal” (YAGUELLO, 2006) e, por isso, qualquer manifestação heterogênea e individual, mais precisamente a fala, deveria ser rejeitada pela nova ciência.

A autora afirma que Bakhtin também entende a língua como um fato social¹¹. No entanto, sua teoria se preocupa justamente com aquilo que foi deixado de lado no estruturalismo, em que Bakhtin nomeia como as condições de comunicação, bem como com as estruturas sociais que não podem ser dissociadas da fala, elementos considerados por Saussure como impossíveis de serem fundamentados como objeto de pesquisa. Entender os usos da língua a partir das funcionalidades dentro dos contextos é reconhecer que a língua é uma entidade social.

Tal entendimento da língua como uma entidade social me leva a mobilizar o caráter dialógico do enunciado. O dialogismo, para Bakhtin (2010), é uma das condições para que a palavra dicionarizada deixe de ser neutra e se torne um enunciado. Ao entender a língua como enunciado, concorda-se que os limites dele não são determinados pela sintaxe, mas pela “alternância dos sujeitos do discurso” (BAKHTIN, 2010:297).

Assim, os sujeitos ativos, em atitudes responsivas nas mútuas relações dialógicas, fazem com que os enunciados respondam aos outros enunciados mobilizados naquele momento; sendo o enunciado “um elo na cadeia da comunicação discursiva [...] não pode ser separado dos elos precedentes que o determinam tanto de

¹¹ A noção de língua como um *fato social*, conceito formulado pelo sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917), foi depois desenvolvida tanto por A. Meillet quanto por F. Saussure (1857-1913). Para Meillet, o estudo da língua como *fato social* inseriria o estudo da linguagem/das línguas no campo de estudo da sociologia, que se ocupa do fato social pertencente e constituinte da consciência coletiva. Saussure, diferentemente, ao tratar a língua como fato social, buscava a constituição de um campo próprio, desvinculado da sociologia, constituindo assim a língua como fato social e como objeto da Linguística. Um aspecto importante é que a noção de fato social, como se observa em Saussure pela sua concepção de língua, implica considerar que esse fato (e, portanto, a língua) é externo aos indivíduos; estes podem se apropriar do sistema, mas o próprio sistema tem existência independente dos indivíduos. Esta noção se difere da concepção de enunciado construída no Círculo de Bakhtin (2006, 2010), visto que, no Círculo, não existe enunciado fora das relações sociais promovidas pelos sujeitos, que respondem aos outros enunciados formando elos discursivos. Em Durkheim e Saussure, os fatos sociais acontecem como as esferas de atividade humana, pelos contextos sociais. No entanto, a língua como fato social é uma entidade separada dos sujeitos, em que cada ser humano se adequaria a essa língua já pronta. Já para o Círculo de Bakhtin, os enunciados são construídos nas relações vivas entre os falantes.

foram quanto de dentro, gerando nele atitudes responsivas diretas e ressonâncias dialógicas” (BAKHTIN, 2010:300).

Mais adiante, o autor irá aprofundar a discussão sobre o caráter dialógico do enunciado, referindo-se ao falante como interlocutor:

“[...] todo enunciado, além do seu objeto, sempre responde (no sentido amplo da palavra) de uma forma ou de outra aos enunciados do outro que o antecederam. O falante não é um Adão, e por isso o próprio objeto do seu discurso se torna inevitavelmente um palco de encontro com opiniões de interlocutores imediatos (na conversa ou na discussão sobre algum acontecimento do dia-a-dia) ou com pontos de vista, visões de mundo, correntes, teorias, etc. (no campo da comunicação cultural)” (BAKHTIN, 2010:300).

Por meio desse posicionamento de Bakhtin sobre o caráter dialógico do enunciado, retomo a ideia de fato social, já apresentada anteriormente, em que, para a linguística estruturalista, os sujeitos eram alheios à língua, considerada uma entidade externa aos falantes. Já para Bakhtin, o enunciado acontece por meio das relações dialógicas entre os sujeitos; e as palavras que compõem os enunciados assumem diferentes tonalidades ideológicas atribuídas pelos falantes a partir dos lugares sociais dos quais produzem os enunciados.

Voloshinov se refere à compreensão da língua como diferente da compreensão que havia na linguística de Saussure. Nos estudos bakhtinianos, a língua está no “domínio dos signos” ou na “esfera ideológica”.

Os valores que a teoria bakhtiniana mobiliza estão além do entendimento da língua como sistema, são valores que estão vinculados com a sociedade (constituída e situada historicamente) e com a relação dos sujeitos nas diferentes instâncias sociais. Essas instâncias sociais, como os discursos do cotidiano, o discurso científico, o discurso religioso, entre outros, são chamados por Bakhtin de “campo de criatividade ideológica”, e cada um desse campo teria:

(...) seu próprio modo de orientação para a realidade e refrata a realidade a sua própria maneira. Cada campo dispõe de sua própria função no conjunto da vida social. É seu caráter semiótico que coloca todos os fenômenos ideológicos sob a mesma definição geral (VOLOSHINOV/ BAKHTIN, 2006:31).

Para tratar da complexidade e da heterogeneidade que há nos gêneros do discurso, Bakhtin organiza os gêneros do discurso em primários e secundários. Os gêneros primários, que seriam mais simples em termos de construção e desenvolvimento cultural, como o diálogo cotidiano, se transformam e se complexificam dentro da cultura e se tornam gêneros secundários, como o romance, a pesquisa científica, a publicidade, entre outros.

Assim, os gêneros considerados simples, ao serem integrados na complexidade dos gêneros secundários, possibilitam que a realidade concreta esteja veiculada no todo do enunciado, seja (re)elaborada de modo a abarcar a complexidade sociocultural na qual o gênero está inserido. Bakhtin (2010) apresenta como exemplo dessa veiculação da realidade concreta no enunciado complexo a presença da carta cotidiana dentro de um romance.

A carta seria o gênero primário, pois ela está presente nas organizações sociais do cotidiano, mas ao se inserir em um gênero construído numa esfera culturalmente mais complexa, como a da produção artística, ela possibilita que a realidade seja incorporada na ficção:

“[...] a réplica do diálogo cotidiano ou da carta no romance, ao manterem a sua forma e o significado cotidiano apenas no plano do conteúdo romanesco, integram a realidade concreta apenas através do conjunto do romance, ou seja, como acontecimento artístico literário e não da vida cotidiana. No seu conjunto o romance é um enunciado, como a réplica do diálogo cotidiano ou uma carta privada (ele tem a mesma natureza dessas duas), mas à diferença deles é um enunciado secundário (complexo)” (BAKHTIN, 2010:264).

Esta separação conceitual entre gêneros primários e secundários não tem como objetivo as questões metodológicas, em que a separação dos gêneros em primários e secundários teria caráter “facilitador” de análise do discurso. O que Bakhtin propõe na separação em gêneros primários e secundários – que seriam os ideológicos – é iniciar a resolução de uma complexidade que perpassa a questão dos gêneros em si rumo ao “complexo problema da relação de reciprocidade entre linguagem e ideologia” (BAKHTIN, 2010:264).

A explicação dada pelo autor é que “a natureza o do enunciado deve ser descoberta e definida por meio da análise de ambas as modalidades” (BAKHTIN, 2010:264). Essas modalidades seriam os gêneros primários e secundários.

Mais adiante, o autor dirá que é a própria formação histórica dos gêneros secundários que resultará em reciprocidade entre linguagem e ideologia. Pois os gêneros secundários advêm, também, de uma produção cultural e ideológica dos falantes. Além disso, ao orientar a análise do discurso apenas nos gêneros primários, que são os gêneros do cotidiano, desconsiderando a formação dos gêneros secundários (gêneros mais complexos) se está “vulgarizando” todo o problema da relação entre linguagem e ideologia.

Este posicionamento da linguagem enquanto um sistema ideológico é discutido no Círculo de Bakhtin especialmente na obra de Volochinov - *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Neste momento do Círculo, em 1929, a União Soviética passava pelo regime de Stalin. Foi neste contexto de opressão que o Círculo começou a refletir sobre as possibilidades de um diálogo entre os estudos marxistas e a filosofia da linguagem.

Ana Zandwais (2009) afirma que o Círculo de Bakhtin se propunha a entender os “entrecruzamentos entre a filosofia da práxis e questões de linguagem. Trata-se, assim, de refletir sobre como determinadas intervenções políticas superestruturais afetam a infra-estrutura [...]” e também “de pensar como a língua, sendo um componente da infra-estrutura, foi colocada a serviço da construção de um imaginário nação com vistas a “formatar” a identidade do povo russo soviético” (ZANDWAIS, 2009:2).

No âmbito das ideologias, um fenômeno ideológico é um conjunto de elementos que não podem se separar fora e, esses elementos em conjunto, “reagem a uma transformação da infra-estrutura” (VOLOSHINOV/ BAKHTIN, 2006:38).

Talvez essa seja uma das principais questões tratadas nessa obra do Círculo, pois, para os autores, ao se compreender de que forma a infra-estrutura determina as ideologias, se resolve um problema que também está presente nos estudos marxistas.

É por excelência, a causalidade que faz com que a infra-estrutura determine as ideologias. A causalidade é entendida pelo Círculo como todas as etapas de transformação de um fenômeno, “num processo de evolução social realmente dialético, que procede da infra-estrutura e vai tomar forma nas superestruturas” (VOLOSHINOV/

BAKHTIN, 2006:39). Sendo assim, a relação da linguagem com a sociedade a partir do conceito de infra-estrutura e superestruturas está ligada com a esfera ideológica. Um dos núcleos da teoria consiste em entender “como a realidade (a infra-estrutura) determina o signo, como o signo reflete e refrata a realidade em transformação” (VOLOSHINOV/ BAKHTIN, 2006:40).

Os autores do Círculo de Bakhtin defendem, ainda, que não é possível “dissociar o signo das formas concretas da comunicação social” e “não dissociar a comunicação e suas formas de sua base material (infra-estrutura)” (VOLOSHINOV/BAKHTIN, 2006:43). Esses pontos fazem parte de um conjunto de regras metodológicas apresentadas pelos autores para abordar a palavra como signo ideológico.

Sobre esse caráter de realidade do signo, os autores explicitam que a realidade (infra-estrutura) pode ser chamada de “tema do signo, e que cada signo possui seu tema” (VOLOSHINOV/BAKHTIN, 2006:44). O tema (realidade) seria, então, a condição mínima para uma palavra no sentido estritamente lingüístico se tornar signo e, portanto, fenômeno ideológico:

O tema ideológico possui sempre um índice de valor social. Por certo, todos estes índices sociais de valor dos temas ideológicos chegam igualmente à consciência individual que, como sabemos, é toda ideologia. Aí eles se tornam, de certa forma, índices individuais de valor, na medida em que a consciência individual os absorve como sendo seus, mas sua fonte não se encontra na consciência individual (VOLOCHINOV/BAKHTIN, 2006:44)

A consciência, ao contrário de ser um elemento individual enquanto corpo, nos estudos do Círculo de Bakhtin são parte da sociedade e se constitui na ideologia, bem como não tem relações com o conceito de consciência das ciências biológicas:

A consciência constitui um fato sócio-ideológico, não acessível a métodos tomados de empréstimo à fisiologia ou às ciências naturais. É impossível reduzir o funcionamento da consciência a alguns processos que se desenvolvem no interior do campo fechado de um organismo vivo (VOLOCHINOV/BAKHTIN, 2006:47)

Este processo que será chamado pelo Círculo de Bakhtin de “consciência individual” é caracterizado como um “fato sócio-ideológico”, (VOLOSHINOV/ BAKHTIN,

2006:31), pois parte de uma consciência individual e vai se significando na interação social. E é nesse contexto de interação, chamado de *terreno interindividual* que os signos aparecem. Então mesmo a consciência individual é de ordem sociológica e não natural.

Ainda sobre a consciência individual, o signo, ao surgir de um indivíduo, carrega o que ele chama de “selo de individualidade”. No entanto, essa marca também é social:

Todo produto da ideologia leva consigo o selo de individualidade do seu ou dos seus criadores, mas este próprio selo é tão social quanto todas as outras particularidades e signos distintivos das manifestações ideológicas. Assim, todo signo, inclusive o da individualidade é social (VOLOCHINOV/BAKHTIN, 2006:58)

Dentro desse contexto russo de efervescência social e epistemológica, o resultado dessas reflexões foi uma obra muito significativa para os estudos do discurso, já que o Círculo de Bakhtin propõe uma relação entre a linguagem e a sociedade, relação que foi pouco explorada na linguística de até aquele momento.

A concepção de signo ideológico construída no Círculo de Bakhtin:

“Cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade. Todo fenômeno que funciona como signo ideológico tem uma encarnação material (...). Um signo é um fenômeno do mundo exterior. O próprio signo e todos os seus efeitos (todas as ações, reações e novos signos que ele gera no meio social circundante) aparecem na experiência exterior” (VOLOCHINOV/BAKHTIN, 2006:31).

É por isso, então, que para Voloshinov e Bakhtin a palavra é o “fenômeno ideológico por excelência”, sendo sua realidade a própria função de signo, bem como “o modo mais puro e sensível de relação social”.

Sendo assim, Bakhtin e Volochinov, ao pretenderem uma maior compreensão sobre ideologia, não o estão fazendo apenas para os estudos marxistas, mas tem como objetivo ampliar os estudos sobre ideologia da época a partir de estudos da linguagem que não apareciam no marxismo. Segundo os autores (2006:28):

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao

contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. (VOLOCHINOV/BAKHTIN, 2006:28).

Ao falar sobre o que transforma um elemento físico em produto ideológico, Voloshinov e Bakhtin exemplificam a partir da transformação de elementos que funcionam como instrumentos de produção e que se tornam signos ideológicos: “Todo instrumento de produção pode, da mesma forma, se revestir de um sentido ideológico” (VOLOSHINOV/BAKHTIN, 2006:30).

Os autores seguem a exemplificação dizendo que qualquer instrumento de produção na condição de signo pode se transformar num produto de consumo. No entanto, Bakhtin e Volochinov (2006:30) destacam que um produto de consumo não é um signo em si mesmo, ele se torna um signo quando “ultrapassa suas próprias particularidades”.¹²

Os signos também são objetos naturais, específicos e, como vimos, todo produto natural, tecnológico ou de consumo pode tornar-se signo e adquirir, assim, um sentido que ultrapasse suas próprias particularidades. Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra (...). O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. Tudo o que é ideológico possui um valor semiótico. (VOLOCHINOV/BAKHTIN, 2006:30)

Os autores (2006:30) seguem afirmando que o signo é um fenômeno do mundo exterior, e para compreendê-lo, precisa-se aproximá-lo de outros signos já conhecidos, em que a “compreensão é uma resposta a um signo por meio de signos”. Além disso, o signo é tão importante que sujeitos com interesses muito distintos podem utilizar do mesmo signo. Voloshinov e Bakhtin (2006), ao falarem da luta de classes, cuja relação com o marxismo é o centro da obra, separa conceitualmente a comunidade semiótica de “comunidades sociais” (classes sociais), fala dos índices de valor contraditórios confrontados no signo ideológico:

¹² Voloshinov/Bakhtin (2006) apresentam como exemplo de instrumento de produção e produto de consumo a relação entre a materialidade pão e vinho como alimento (consumo) e a constituição deles como signo (na esfera religiosa da Igreja Católica pão e vinho são o corpo e o sangue de Jesus Cristo pela transubstanciação durante o rito chamado missa).

“O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes. Esta plurivalência social do signo ideológico é um traço da maior importância. Na verdade, é este entrecruzamento dos índices de valor que torna o signo vivo e imóvel, capaz de evoluir” (VOLOCHINOV/BAKHTIN, 2006:42).

Na sequência, os autores fazem uma crítica à compreensão de signo alheia “às tensões da luta social”, em que seria apenas uma “alegoria” e “objeto de estudo dos filólogos e não será mais um instrumento racional e vivo para a sociedade” (VOLOSHINOV/BAKHTIN, 2006:46). Assim, para Bakhtin e Voloshinov, não existe signo fora das tensões sociais, apenas o que eles chamam de sinal:

O sinal é uma entidade de conteúdo imutável; ele não pode substituir, nem refletir, nem refratar nada; constitui apenas um instrumento técnico para designar este ou aquele objeto (preciso e imutável) ou este ou aquele acontecimento (igualmente preciso e imutável) (VOLOCHINOV/BAKHTIN, 2006:94)

O sinal refere-se ao conceito de signo forjado no campo dos estudos linguísticos da época – o estruturalismo, chamado por Bakhtin/Voloshinov, de objetivismo abstrato. O principal representante desta corrente seria Ferdinand Saussure.

Na crítica ao subjetivismo idealista, Bakhtin e Voloshinov (2006) retomam a idéia de expressão que seria “[...] tudo aquilo que, tendo se formado e determinado de alguma maneira no psiquismo do indivíduo, exterioriza-se objetivamente para outrem com a ajuda de algum código de signos exteriores” (VOLOSHINOV/ BAKHTIN, 2006:113). Os autores afirmam que toda teoria da expressão necessita dos dois elementos, o que se forma no psiquismo (consciência individual) é exteriorizado por “códigos de signos exteriores” (VOLOSHINOV/ BAKHTIN, 2006:113).

Para os autores, a expressão acontece no e pelo social, sendo ela que organiza a atividade mental, e não o contrário como afirmavam os teóricos do subjetivismo idealista.

Voltando ao conceito de enunciação (em que a expressão seria um de seus apoios) é definida no Círculo como “o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser

substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor” (VOLOSHINOV/ BAKHTIN, 2006:114).

Sendo assim, a palavra serviria, então, de expressão. Ela *pertence* a alguém e é *dirigida* a alguém. Bakhtin e Voloshinov (2006:35) comentam que a palavra é o fenômeno ideológico por excelência, é o chamado “signo neutro, utilizável como signo interior” (no indivíduo) e que vai fazer relações com outros signos, numa relação contínua.

Se antes na lingüística de Saussure a palavra era incorporada à dicotomia de significante (imagem acústica) e significado, refletindo-se, ao longo do tempo nas concepções normativas da língua pelas gramáticas, no Círculo de Bakhtin a palavra é um todo de significação ideológica. Tanto a natureza semiótica quanto a parte social são do interesses do Círculo de Bakhtin. No entanto, como os autores mesmos afirmam, é a “ubiquidade social” da palavra o foco desses estudos.

A palavra enquanto elemento ideológico está presente em todas as relações sociais dos indivíduos:

“As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É, portanto, claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados” (VOLOCHINOV/BAKHTIN, 2006:40).

Ao dizer que a palavra é sensível às transformações sociais, constituídas a “partir de uma multidão de fios ideológicos”, Bakhtin/Voloshinov (2006) dialogam com a teoria dos gêneros do discurso, em que o domínio ideológico constitui a noção de linguagem que emerge de enunciados concretos:

“À diferença dos enunciados (e dos gêneros do discurso), as unidades significativas da língua – a palavra e a oração por sua própria natureza são desprovidas de direcionamento, de endereçamento – não são de ninguém e a ninguém se referem [...] se uma palavra isolada ou uma oração está endereçada, direcionada, temos diante de nós um enunciado acabado, constituído de uma palavra ou de uma oração, e o direcionamento pertence não a elas como unidades da língua, mas ao enunciado” (BAKHTIN, 2010:305-306).

Todos esses conceitos foram abordados pelo Círculo de Bakhtin a partir de um encaminhamento chamado de “diretrizes metodológicas” (VOLOSHINOV/ BAKHTIN, 2006:69). Os autores defendem que esse posicionamento perante os objetos de estudo da filosofia da linguagem é diferente de se propor definições fixas. Por seguir uma orientação filosófica, ao posicionar desta maneira os estudos linguísticos, infere-se que os conceitos-base tratados aí não são fechados a uma definição única: “Toda vez que procuramos delimitar o objeto de pesquisa, remetê-lo a um complexo objetivo, material, compacto, bem definido e observável, nós perdemos a própria essência do objeto estudado, sua natureza semiótica e ideológica” (VOLOSHINOV/ BAKHTIN, 2006:69).

A linguagem estando dissociada da “esfera única da relação social organizada” (VOLOSHINOV/ BAKHTIN, 2006:69), mesmo “completada” em seu conjunto de elementos, enumeradas pelos autores como as três esferas de realidade que são: física, fisiológica e psicológica. Colocar a linguagem na esfera da relação social significa:

“[...] situar os sujeitos – emissor e receptor do som –, bem como o próprio som, no meio social. Com efeito, é indispensável que o locutor e o ouvinte pertençam à mesma comunidade linguística, a uma sociedade claramente organizada. E mais, é indispensável que estes dois indivíduos estejam integrados na unicidade da situação social imediata, quer dizer, que tenham uma relação de pessoa para pessoa sobre um terreno bem definido” (VOLOCHINOV/BAKHTIN, 2006:70).

É por meio dessas “linhas mestras” (VOLOSHINOV/ BAKHTIN, 2006) que vou orientar a análise dos discursos da revista, conforme explicitarei na sessão referente à metodologia.

Neste capítulo, discuti sobre conceitos que são centrais na obra do Círculo de Bakhtin para realizar análise do discurso que alcance a maior parte possível das relações entre os textos e os sujeitos inseridos neles.

O primeiro conceito que tratei nesse capítulo foi o de linguagem. Para Bakhtin (2010), a linguagem está associada com a ação dos falantes no mundo pelos inúmeros campos de atividade humana, ou seja, a língua é um fato social. Esta concepção já mobiliza o conceito de enunciado, que é resultado da interação entre os sujeitos falantes (dialogismo) e é marcado pela alternância e atitudes responsivas deles.

Para dar conta das especificidades de cada enunciado e da pluralidade das esferas das esferas de atividade é que existem os gêneros do discurso, os chamados “tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 2010:262). Os enunciados, por sua vez, são construídos na ideologia. No âmbito das ideologias, discuti sobre outro elemento dessa construção teórica, a noção de signo, que é o lugar onde a língua acontece ideologicamente, ao contrário da palavra dicionarizada, em que a língua é entendida apenas como sistema de regras fixas e alheias ao sujeito (como no estruturalismo).

A escolha por analisar textos sob uma perspectiva bakhtiniana significa trabalhar com uma teoria que envolve valores relacionados não apenas à língua enquanto sistema linguístico, mas a partir das noções de signo, enunciado e dialogismo, a língua é alcançada pelo entendimento da relação viva entre ela e os sujeitos.

CAPÍTULO 2 – A PÓS-MODERNIDADE E SUAS URGÊNCIAS: QUESTÕES DE IDENTIDADE E DE GÊNERO

Após definir, no primeiro capítulo, meu posicionamento teórico sobre os gêneros do discurso a partir das noções de língua, signo, enunciado e dialogismo construídos nos estudos do Círculo de Bakhtin, neste segundo capítulo articulo a fundamentação teórica das questões de identidade no momento que se configura como pós-moderno.

Como já mencionei na introdução geral, a pós-modernidade ou modernidade tardia provocou deslocamentos significativos em identidades sociais antes consideradas estáveis e fixas. Entre essas identidades, obviamente, está a identidade feminina, que, se antes era relacionada à esfera privada do lar, na modernidade tardia ela está relacionada a outras identidades possíveis, plurais e fragmentadas. Além disso, esses deslocamentos provocam conflitos e respostas a discursos sociais enraizados na cultura e na tradição ocidental, heteronormativa e binária. Para refletir sobre isso, vou me apoiar nas obras de Judith Butler (1999), Guacira Lopes Louro (1997), Stuart Hall (2006), Woodward (2000).

Este capítulo está organizado em quatro sessões. Na primeira, intitulada *Identities e os alcances da rede*, fiz uma discussão sobre a identidade na pós-modernidade, a partir de Stuart Hall (2006).

Na segunda sessão, *O gênero como categoria analisável*, expus algumas dificuldades que há em fazer uma pesquisa em gênero, tanto no sentido de o gênero social ser o objeto de análise quanto à problemática dos estudos feministas como ciência. Para isso, vou discutir sobre os limites do termo gênero, algumas significações atribuídas a ele na história do feminismo, e até onde esta pesquisa avança com esse estudo.

Na terceira sessão, *A imprensa feminina do séc. XVII em diante*, fiz um breve histórico da imprensa feminina e, no tópico *Revista Marie Claire*, contextualizo o surgimento da revista Marie Claire e enumero seus principais temas.

Sessão 1 – Identidades

Não posso falar em identidade de gênero sem pensar o que é a identidade. Muitos autores da área de gênero, como a própria Judith Butler (1999), se posicionam afirmando que não se pode falar em identidade sem falar em *identidade de gênero*, argumentando que o gênero seria a primeira identidade. Como Judith Butler questiona:

Sería erróneo pensar que primero debe analizarse la identidad y después la identidad de género por la sencilla razón de que las “personas” sólo se vuelven inteligibles cuando poseen un género que se ajusta a normas reconocibles de inteligibilidad de género.(BUTLER 1999: 70)

Meu posicionamento em relação ao gênero é considerá-lo também a partir de outros mecanismos sociais, como a raça e classe social, entre muitas outras, como identidades que co-ocorrem ao gênero, não sendo este considerado antes ou depois das outras.

Esse posicionamento advém, também, de uma reconfiguração do movimento feminista. No seu início, as mulheres brancas foram as primeiras a conquistar direitos, e por isso, mulheres negras, transsexuais, homossexuais e mulheres pertencentes a outros grupos não-hegemônicos não se sentiam representadas por certo conjunto teórico feminista construído até então.

Por sermos seres situados *na* e *pela* linguagem, o tempo todo estamos exercendo nossas múltiplas identidades. Em alguns contextos, a identidade de gênero pode aparecer como principal em relação a outras. Já em outros contextos, pode ser a identidade de raça que prevaleça mais.

Na associação entre linguagem e identidade, Woodward (2000)¹³ afirma que as “identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas” (WOODWARD, 2000:8). Esse posicionamento advém dos chamados estudos pós-estruturalistas, que consideram os sujeitos como pertencentes aos e constituídos pelos diferentes campos de atividade humana em constante movimento.

¹³ SILVA, Tomaz Tadeu. WOODWARD, Kathryn. HALL, Stuart. **Identidade e diferença**. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

Em meu estudo, essa perspectiva é essencial porque a multiplicidade de campos de atividade humana está presente em todos os textos analisados, em que, por se tratar de mulheres do mundo, diferentes identidades tomam lugar nas distintas relações sociais possíveis, como identidades culturais, étnicas, religiosas, nacionais, de orientação sexual, entre outras.

Para fundamentar esta sessão sobre identidade, e considerando que nos textos analisados se observa que múltiplas identidades estão em jogo, escolhi trabalhar com o conceito identidade do sujeito pós-moderno, de Stuart Hall (2006). Para o autor, este sujeito inserido na pós-modernidade não tem mais uma identidade fixa e estável, mas sim, é constituído de múltiplas identidades que se entrecruzam. Essas identidades podem, inclusive, serem contraditórias: “O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas” (HALL, 2006:12).

Mais de uma vez, o caráter biológico das identidades é questionado pelo autor, afirmando que a biologia dos sujeitos dá lugar ao caráter de historicidade das identidades. Palavras como *contradição* e *deslocamento* que, a princípio, não são termos assumidos por uma ciência objetiva, na pós-modernidade são utilizadas pelos estudos pós-estruturalistas (como os de gênero social) para construir noções de identidades dos sujeitos: “Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas” (HALL, 2006:13).

O início da condição pós-moderna é marcado, segundo Stuart Hall, por muitos “descentramentos” teóricos de referenciais que antes eram considerados pilares do pensamento universal. Entre esses estão o deslocamento provocado pelo Marxismo. Pelo marxismo, o sujeito que antes era considerado universal, agora é historicamente situado e constituído pelas relações de classe. Outro deslocamento foram os estudos sobre o inconsciente pela psicanálise e o surgimento da lingüística estrutural por Saussure, que afirmava que a língua preexiste a nós “(...) a língua é um sistema social e não um sistema individual” (HALL, 2006:40), o que levou à reflexão da instabilidade das palavras e das culturas nas quais elas são inseridas.

A partir de então, outros descentramentos surgiram, como a teoria foucautiana, que mobilizou o fato de os sujeitos (e seus corpos) serem regulados por instituições sociais, favorecendo o processo civilizatório, chamado por Foucault de “poder civilizatório”.

O último descentramento foi o surgimento do feminismo e de outros movimentos sociais, enfatizando o aspecto político das identidades, deslocando a idéia universal de “homens”; mobilizou discussões sobre público e privado e fez críticas às formas de política orientais e ocidentais.

Estes deslocamentos modificaram a noção de sujeito da razão cartesiano. O marxismo promoveu um deslocamento a partir da classe social. Sigmund Freud reconheceu uma parte do ser humano que não era racional, o inconsciente. O movimento feminista promoveu deslocamentos das relações de gênero ampliando uma noção de ciência orientada pelos estudos do corpo biológico.

Sessão 2 – O Gênero como categoria analisável¹⁴

Antes de apresentar a metodologia de análise dos textos (que será descrita no terceiro capítulo) quero expor um momento anterior à análise, não menos importante para a constituição desta pesquisa, em que, no processo de leitura e reflexão percebi que não havia uma linha divisória entre o mecanismo social de gênero e os outros mecanismos sociais como a raça, etnia, nacionalidade, escolaridade, idade, entre outros, elas não podem ser desvinculados das relações de gênero.

¹⁴ Escolhi o adjetivo “analisável” - substituindo o termo “análise” atribuído ao gênero social na primeira versão do texto – porque analisável infere uma possibilidade de análise e não uma análise fixa e estável. Isso dialoga com a noção de pós-modernidade, em que nada (nem as identidades) são fixas e estáveis. Isso também reflete em como a ciência se posiciona frente aos conceitos, então analisável indica as possibilidades de análise e não uma teoria pronta e estática. Ainda mais que estamos falando de um feminismo que ainda é necessário na sociedade e não de conquistas femininas já acontecidas e paradas na história.

Além disso, se pensarmos que a epistemologia feminista quer justamente desconstruir uma ideia de gênero num sistema binário (homem domina mulher) de modo que as relações sejam consideradas na sua ampla multiplicidade, é difícil e não honesto, eu diria, pretender analisar o gênero alheio às outras identidades sociais.

Outra postulação se refere ao deslocamento de centros na pós-modernidade. Para Laclau (1990 *apud* WOODWARD, 2000) a relação de classe no período marxista era o centro das outras relações sociais. Ao tratar das identidades nesse período, a classe seria o mecanismo determinante dos mecanismos de gênero, raça, etc. O autor defende que, na pós-modernidade, não existe um mecanismo que seja mais determinante que outros, ou que deva ser considerado antes dos outros. Ao contrário, a sociedade pós-moderna não tem um núcleo estável, mas sim uma “multiplicidade de centros” (WOODWARD, 2000:29).

A autora argumenta que isso ocorreu porque existem outras arenas de lutas e outras possibilidades de emancipação social, como os movimentos sociais de raça, gênero e sexualidade:

“As vantagens desse deslocamento da classe social podem ser ilustradas pela relativa diminuição da importância das afiliações baseadas na classe, tais como os sindicatos operários e o surgimento de outras arenas de conflito social, tais como as baseadas no gênero, na raça, na etnia ou na sexualidade” (WOODWARD, 2000:29).

Em muitos momentos desta pesquisa, vivenciei a angústia de acreditar que o trabalho com o gênero social não estava acontecendo, pois eu não sabia quais eram as “fronteiras analisáveis”. No entanto, esse era o principal momento da análise, em que ficou evidente para mim que as relações de gênero deveriam estar vinculadas a outras identidades sociais e culturais como raça, etnia, nacionalidade e sexualidade, pois os sujeitos mobilizados nos enunciados analisados são construídos na multiplicidade de centros identitários.

Comparado com o mecanismo social da classe, posso afirmar que o gênero social é um estudo recente. Para definir o que é *gênero*, remeto-me à reflexão que Guacira Lopes Louro (1997) faz sobre a palavra. Por ser um termo que existe *pela* e *na*

resistência feminista, desconstruindo as categorias de sexo, gênero tem um significado instável.

O movimento feminista surgiu no séc. XIX no ocidente europeu, marcado pelo contexto da política liberal que estava começando a se propagar. No início, o movimento feminista lutava por igualdade no âmbito cível e jurídico, onde se destacava o *sufragismo* (direito ao voto feminino). Esse interesse se estendia para questões ligadas à família e às oportunidades de estudo e profissional. Como comentamos anteriormente, já no início do movimento feminista, a luta estava ligada a outras identidades, como a de mulheres brancas, de classe média e escolarizadas.

Foi nos anos 60 que outros interesses além daqueles já conquistados com o primeiro momento feminista começaram a se manifestar. Segundo Louro (1997:15), um desses interesses era pensar em uma problematização para o conceito de gênero.

Nessa efervescência social e política, não só mulheres brancas lutavam pelo conceito de gênero, outros grupos ligados à raça, contexto universitário, grupos com posicionamento político de insatisfação se engajaram em desconstruir os discursos que a ciência havia construído nas relações de poder que hierarquizava os sujeitos com base em noções de verdade absolutas. Essas verdades eram afirmadas na própria noção de ciência orientada pelos estudos antropológicos e biológicos que objetivavam classificar os corpos humanos. O alinhamento gênero > sexo biológico advém da descoberta na anatomia feminina no sec. XVIII. Até então, o sujeito era constituído verticalmente a partir do corpo masculino. Já os corpos do sexo feminino eram considerados imperfeições daquele sexo masculino, havendo, portanto, uma única possibilidade de classificação de sexo.

A chamada classificação binária que dividiu os corpos humanos em dois sexos e, portanto, dois gêneros que deveriam corresponder a esse sexo biológico surgiu em 1797, com a descoberta da anatomia feminina e da nomenclatura específica dada a ela pela ciência da época. Segundo Thomas Laqueur (2001), não existem “fatos indiscutíveis” sobre o entendimento binário dos sexos, bem como sobre a correspondência necessária entre sexo biológico e o gênero:

“[...] não há qualquer conhecimento específico da diferença sexual em termos históricos a partir de fatos indiscutíveis sobre os corpos. E descobri logo que a

retirada do prazer da mulher nos relatórios médicos sobre a concepção ocorreu mais ou menos no mesmo tempo em que o corpo da mulher passou a ser conhecido, não mais como uma versão menos importante do corpo do homem (modelo de sexo único), porém como seu oposto incomensurável (modelo de dois sexos)” (LAQUEUR, 2001:8).

A autora Woodward considera, genericamente, como perspectivas “essencialista” e “não-essencialista” o tratamento que se dá ao mecanismo social analisado, pode ser pesquisa em gênero, raça, etnia, etc., bem como o posicionamento dos movimentos sociais sobre seu grupo. A perspectiva essencialista refere-se a um posicionamento em que se mobiliza um discurso de “essência” daquele grupo, pode ser um fato histórico conhecido ou explicações biológicas. A perspectiva essencialista busca um fechamento de seu grupo social não o relacionando com os outros mecanismos. É o caso de movimentos feministas que acreditam que a pesquisa em gênero e a militância em gênero dão conta de empoderar todas as mulheres e suas diferentes identidades.

O movimento feminista pode ser um exemplo ao se lembrar que muitas mulheres não se sentem representadas, bem como não se sentem tão empoderadas quanto outras. Posso citar como exemplo a não-representação ou a baixa representação das mulheres transsexuais em determinadas perspectivas feministas pelo fato de que elas não são mulheres *cis¹⁵.

Já a perspectiva não-essencialista considera vários mecanismos sociais interligados na construção de um grupo, bem como considera a subjetividade de cada sujeito:

Por outro lado, alguns dos "novos movimentos sociais" incluindo o movimento das mulheres, têm adotado uma posição não-essencialista com respeito à identidade. Eles têm enfatizado que as identidades são fluidas, que elas não são essências fixas, que elas não estão presas a diferenças que seriam permanentes e valeriam para todas as épocas (Weeks, 1994). Alguns membros dos "novos movimentos sociais" têm reivindicado o direito de construir e assumir a responsabilidade de suas próprias identidades. Por exemplo, as

¹⁵ O conceito trans*/cis* refere-se a aproximação da identidade de gênero com o sexo biológico. Uma pessoa trans tem o corpo marcado como “diferente” da identidade de gênero, já a pessoa cis* tem o corpo biológico “correspondido” com a sua identidade de gênero. Alguns militantes e pesquisadores LGTTB questionam esse conceito, pois *cis* em latim significa “deste lado”, portanto, a pessoa trans estaria “do outro lado”. Assim, o sujeito cisgênero seria considerado normal e o sujeito transgênero seria considerado anormal. Mesmo assim, eu utilizei este conceito porque, de alguma maneira, ele ajuda a exemplificar as correspondências CULTURAIS que há entre sexo biológico e identidade de gênero.

mulheres negras têm lutado pelo reconhecimento de sua própria pauta de luta no interior do movimento feminista, resistindo, assim, aos pressupostos de um movimento de mulheres baseado na categoria unificada de "mulher" que, implicitamente, inclui apenas as mulheres brancas (AZIZ, 1992 *apud* WOODWARD, 2000:35).

Questões sociais, como o preconceito racial e as relações de gênero patriarcais, eram justificadas por uma certa perspectiva de ciência que colocava todas essas identidades no discurso do *natural* e do *biológico*. Crenças (ainda) atuais de que as mulheres são biologicamente mais frágeis que os homens e, por isso, devem exercer determinadas atividades e não outras são discursos construídos na história.

O próprio preconceito racial, que muitas vezes é delegado ao plano do popular e das mídias, na verdade foi construído historicamente com noções científicas que não tinham neutralidade, mas sim que eram marcadas socialmente pelas relações de poder que se estabeleciam entre os sujeitos. Essa ciência provava com fatos científicos interessados na exclusão de que os negros eram biologicamente mais próximos dos ancestrais de seres humanos e, que por isso, esses estudos funcionavam como uma autorização para que os negros e negras fossem excluídos (ações que muitas vezes persistem nos dias atuais).

Para, então, desconstruir a ciência da época e reconstruir uma história para as mulheres que sempre estiveram invisibilizadas como sujeitos da e na ciência, como Louro (1997) comenta que, nesse período do feminismo, são formados grupos de estudos feministas dentro das universidades, eram os chamados estudos da mulher.

Assim, os estudos iniciais se constituem, muitas vezes, em descrições das condições de vida e de trabalho das mulheres em diferentes instâncias e espaços. Estudos das áreas da Antropologia, Sociologia, Educação, Literatura etc. apontam ou comentam as desigualdades sociais, políticas, econômicas, jurídicas, denunciando a opressão e submetimento feminino. (LOURO, 1997:17)

Essas reflexões voltadas ao feminino eram feitas em pequenos grupos, guetos, encontros paralelos às aulas nas universidades, nas residências. Como já foi mencionado, as questões que hoje entendemos como questões de gênero não existiam de modo sistematizado, muito menos eram compreendidas como ciência e não estavam inseridas nos contextos comuns e privilegiados de discussões acadêmicas.

A autora segue dizendo que nesta época a sociedade, ao falar da mulher, começou um período de celebrar diferenças entre homens e mulheres. Sabemos que este é um discurso muito atual quando se quer justificar a segregação das mulheres ou reforçar estereótipos que a mídia constrói e se encarrega de mantê-los.

Discursos relacionados à praticidade e às relações sociais são realizados nos mais diversificados gêneros midiáticos. Geralmente essas características relacionadas ao feminino são inseridas por outros discursos, como o discurso da genética, da formação cerebral ou por questões hormonais e cromossômicas, mas que são verdades construídas historicamente através desses discursos que justificam as desigualdades de gênero.

Após esses primeiros estudos separados do conhecimento mais global, as feministas começaram a dialogar com os outros estudos, como a pedagogia, a psicologia e os estudos da linguagem. As artes, como a Literatura, passaram a ser analisadas sobre as representações do feminino nas obras e de como isso funcionava como discurso sobre a mulher na sociedade.

Os estudos feministas, como surgiram da resistência ao modelo patriarcal que limitava a participação feminina na sociedade ao âmbito doméstico e privado, tem essencialmente, um caráter político. Segundo Louro (1997) a ciência feminista questionava a neutralidade, a objetividade e os distanciamentos então características obrigatórias ao conceito de ciência da época. Pesquisadoras feministas passaram a escrever em primeira pessoa do singular e tinham a preocupação em inserir em suas fundamentações teóricas autoras mulheres. Além disso, se posicionavam como sujeitos situados e interessadas na emancipação feminina.

Embora não se possa dividir o movimento feminista entre feminismo acadêmico e feminismo militante, nem enquadrar os sujeitos que participavam deste ou daquele movimento, já que muitas mulheres participaram das duas formas do feminismo, pressupõe-se que o feminismo acadêmico tinha características parecidas com o feminismo do sufrágio, em que participavam dele mulheres brancas, de classes econômicas favorecidas e, obviamente, escolarizadas. Já o feminismo militante se aproximava mais das realidades não representadas no feminismo acadêmico, em que

mulheres negras, transexuais, de classes econômicas menos favoridas e com pouca escolarização se engajavam.

Judith Butler, no texto “*Mujeres*” como sujeto del feminismo (1999:48), menciona que existem estruturas de poder que funcionam tanto como forma de emancipação como limitadoras da categoria do que é “ser mulher”. Entre essas estruturas está a participação feminina na política, a inserção na educação, o próprio movimento feminista, entre outros.

Posso citar como exemplo dessas estruturas de poder a própria *internet*, que funciona tanto como forma de regulação do feminino, de violência por meio de discursos machistas enraizados na sociedade e que se tornam enunciados nos gêneros vinculados nesse campo, como é também a ferramenta utilizada, pelas mulheres, para luta e resposta aos discursos de violência. A *internet* também é o meio onde se inserem diferentes possibilidades de exercer as identidades femininas, até pode ser um meio de militância política e denúncia.

Nesse contexto de pensar o gênero social como um mecanismo, um “limite analisável” dentro da sociedade, como diz Butler, questionando as categorias de sexo biológico que eram utilizadas para justificar e até promover a desigualdade entre gêneros sociais, é que o termo gênero (*gender*) passa a ser utilizado nos estudos feministas. Segundo Guacira Louro (1999:21) essa palavra é tanto uma “ferramenta analítica como uma ferramenta política”.

Sobre o caráter político do gênero, Judith Butler menciona que, as mulheres, como sujeitos do feminismo, existem a partir de uma *formação discursiva*:

(...) la formación jurídica del lenguaje y de la política que presenta a las mujeres como “el sujeto” del feminismo es, de por sí, una formación discursiva y el resultado de una versión específica de la política de representación. Así, el sujeto feminista está discursivamente formado por la misma estructura política que, supuestamente, permitirá su emancipación. (BUTLER, 1999: 47)

Pensar na construção de um conceito de gênero e entendê-lo como um mecanismo social, como identidade, significou, a partir desse momento nos estudos feministas, que o caráter biológico dos seres, antes inquestionável e entendido como algo fixo e estável, alguém da cultura, dos discursos e da sociedade, é entendido como

também parte da construção de gênero. O sexo biológico passa a ser compreendido como representativo de relações sociais de gênero:

Si se refuta el carácter invariable del sexo, quizás esta construcción denominada “sexo” esté tan culturalmente construida como el género; de hecho, quizá siempre fue género, con el resultado de que la distinción entre sexo y género no existe como tal (BUTLER, 1999:55)

No entanto, mais uma problemática sobre o gênero surge nos estudos feministas da época, que era o de pensar várias possibilidades para o feminino, e não apenas uma baseada na categoria de sexo e nas relações de poder, em que feminino teria uma matriz hegemônica formada por mulheres heterossexuais, brancas, escolarizadas e de classe média.

Se gênero não é estável e fixo como o sexo sempre foi entendido no discurso biológico, de que forma a cultura promove as diferentes configurações de identidade feminina? Como a chamada política de representação pode englobar a multiplicidade feminina?

Conforme as proposições de Guacira Louro (1997), ao se repensar as categorias fixas e homogêneas de sexo (homem ou mulher), em que o gênero é uma representação cultural de homens e mulheres, não caberia mais pensar os gêneros como algo fixo e único.

Surgiu a necessidade de se pensar como as diferentes sociedades configuram os sujeitos, sendo homem e mulher não mais mecanismos presos aos órgãos sexuais, mas sim na relação com múltiplas outras identidades, como as raças, as etnias, as possibilidades de classe social, os níveis de escolarização, entre muitas outras relações possíveis.

Na medida em que o conceito afirma o caráter social do feminino e do masculino, obriga aquelas/es que o empregam a levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando. Afasta-se (ou se tem a intenção de afastar) proposições essencialistas sobre os gêneros; (LOURO, 1997: 23)

Historicamente, no Brasil, passou-se a utilizar o termo gênero nos anos 80, mas ele foi ressignificado para a realidade brasileira da época e das feministas que o estavam empregando.

Buscou-se entender o gênero na multiplicidade de identidades que cada sujeito é, negando a noção de *papéis* a cumprir, que seriam prontos e normatizados. Com a idéia do gênero sendo uma identidade, que faz parte dos sujeitos assim como inúmeras outras identidades, que são configuradas e configuram as instituições sociais, como a escola, igreja(s), família(s), Estado, saúde, política, entre outras: “(...) essas instâncias, práticas ou espaços sociais são “generificados” — produzem-se, ou “engendram-se”, a partir das relações de gênero (mas não apenas a partir dessas relações, e sim, também, das relações de classe, étnicas, etc.)” (LOURO, 1997: 25).

Embora esta pesquisa seja voltada às questões do feminino presente nos textos analisados, não considero que os sujeitos sejam apenas construídos de relações de gênero, generificados, como critica Butler (1996), porque, assim como a autora, acredito que outras identidades devem ser mobilizadas, como as identidades de raça, etnia, classe social, escolarização. Assim, não se reforça a exclusão e a invisibilidade desses sujeitos.

A pesquisa em gênero social deve contribuir e se preocupar não apenas com as relações de poder que acontecem nas relações de gênero, essencializando os sujeitos em apenas uma identidade, apagando outras como fazem algumas instituições sociais.

Assim, a pesquisa em gênero deve, sobretudo, repensar o maior número possível de mecanismos envolvidos nas relações de gênero, reconhecendo, inclusive que as identidades não são estáveis, mas se entrecruzam nos diferentes contextos.

No momento de análise, se verá muitas *mulheres do mundo* são mais marcadas por identidades raciais, de sexualidade, de nacionalidade do que pelo gênero feminino em si:

(...) El género no siempre se constituye de forma coherente o consistente en contextos históricos distintos, y porque se entrecruza con modalidades raciales, de clase, étnicas, sexuales y regionales de identidades discursivamente constituídas. Así, es imposible separar el “género” de las intersecciones políticas y culturales en las que constantemente se produce y se mantiene (BUTLER, 1999:49).

Termino esta sessão defendendo que um estudo voltado às questões de gênero social nunca será completo ou suficiente para dar conta de toda a política e das múltiplas representações identitárias envolvidas nas diferentes realidades analisadas. Como disse no título desse capítulo, o gênero é uma *emergência* que nunca será alcançada completamente, é uma escolha sem descanso por um conceito que será aberto para sempre:

El género es una complejidad cuya totalidad se posterga de manera permanente, nunca aparece completa en una determinada conyuntura en el tiempo. Así, una coalición abierta creará identidades que alternadamente se instauren y se abandonen en función de los objetivos del momento; se tratará de un conjunto abierto que permita múltiples coincidencias y discrepancias sin obediencia a un “telos” normativo de definición cerrada (BUTLER, 1999:70).

Refleti, nessa sessão, sobre a palavra gênero e seu caráter de não-neutralidade na ciência e seu poder de representação política e de diferentes identidades. Na próxima sessão, farei um breve histórico sobre a imprensa feminina, discussão esta que prepara o terreno para as análises dos eixos temáticos presentes na revista Marie Claire.

Sessão 3 – Suporte revista: a imprensa feminina a partir do século XVII

Nesta sessão, retomo alguns pontos que indicam historicidade da imprensa feminina, pensando, principalmente, nas relações entre a constituição de um público de leitoras daquele período de surgimento deste suporte¹⁶ e o público de leitoras que a Marie Claire alcança atualmente.

Além do público de leitoras, ao trazer informações sobre a formação de uma imprensa feminina européia que depois chegou ao Brasil, também busco perceber quais mecanismos linguísticos e discursivos ligados ao ser mulher se mantêm e quais elementos que indicam identidades femininas foram reconfigurados na pós-modernidade.

¹⁶ Considero a revista como um suporte de gêneros discursivos diversificados.

Depois, faço um histórico da revista Marie Claire pensando em quais contextos ela foi inserida no mercado, qual é o seu potencial de público, bem como se podemos pensar em algumas mudanças na revista para os tempos de hoje, quando ela circula também na internet.

Meu foco não é fazer uma comparação entre a revista Marie Claire em sua configuração impressa com a Marie Claire na internet, mas observar se e como esse novo suporte discursivo reconfigurou-se em relação com as novas manifestações de gênero na sociedade e também da luta do movimento social feminista, que ganhou maior visibilidade e força.

Em um trabalho intitulado *A inteligência chique da revista Marie Claire*, Ana Cláudia Barros (2002) afirma que a imprensa feminina surgiu no séc. XVII na Inglaterra e na França, tendo seu eixo principal a Literatura e, posteriormente, a moda. Após transformações na sociedade em geral houve o surgimento de um gênero discursivo que desse conta de divulgar produtos, comportamentos, criar necessidades. Este gênero é a publicidade, que foi se incorporando na imprensa destinada ao público feminino: “O desenvolvimento industrial, o nascimento da classe média, a urbanização colocaram em cena novas exigências. A publicidade, sorrateiramente, foi ocupando terreno, criando e reforçando hábitos de consumo”. (BARROS, 2002:s/p.)

Sobre a presença de discursos feministas nesta imprensa, foi no séc. XIX, na França, que surgiram os primeiros temas ligados ao feminismo, como nos periódicos *L’Athénée des Dames*, *La voix des Femmes* (1848), que tinha como slogan “trabalho, pátria e família”, *La Citoyene* (1881, primeiro a defender o voto feminino).

A hipótese sobre o público leitor desta imprensa feminina é de que esse público se constituía de mulheres brancas, escolarizadas e, claro, da alta sociedade. Quando a imprensa feminina chegou ao Brasil, no século XIX, foi através da revista *Espelho Diamantino* a pioneira, em 1827. Esta imprensa tinha como temas moda, política e artes. Segundo Buitoni (ANO *apud* Lima, ANO:2), a revista *O Correio das modas*, de 1839, também foi pioneira carioca junto com *O Espelho das brasileiras*, de 1831, em Recife.

Barros (2002) informa sobre algumas das principais revistas que circulavam no Brasil nesta época, foram elas: *Jornal de Variedades* (1838), *Relator de Novellas*

(1838), *Espelho das Bellas* (1841) e *a Marmota* (1849). Alguns gêneros que pertenciam a esta esfera da comunicação social voltada ao público feminino eram os folhetins, as crônicas, o romance seriado, a publicidade, senhas literárias, notas sobre teatro.

Os folhetins ganharam relevância na imprensa feminina e eram responsáveis até por definir quais romances seriam publicados. Pois muitos textos que hoje são considerados clássicos dentro da literatura brasileira foram, primeiramente, publicados neste gênero em forma de capítulos semanais. Uma dessas obras literárias é *Quincas Borba*, de Machado de Assis.

A moda também ganhou espaço na imprensa feminina brasileira. Segundo Barros (2002:s/p.), “as tendências da moda européia funcionavam como passaporte para a atualização”.

Neste contexto da moda e da literatura como temas principais da imprensa feminina, não é difícil concluir que o papel da mulher estava muito ligado ao espaço privado:

Sintomaticamente, sustentar-se no eixo moda-literatura, significava adotar uma linha conservadora em relação à imagem da mulher, enfatizando suas virtudes domésticas. Tais veículos desaprovavam qualquer idéia mais progressista; no máximo diziam que a educação beneficiava a mulher. (BUIONE, 1990¹⁷ apud BARROS, 2002)

Os temas feministas aqui no Brasil foram apresentados a partir de 1852, em *O Jornal das senhoras*, *O belo sexo* (1962), *O sexo feminino* (1975), assim como outros jornais feministas. Todos eles tinham como objetivos provocar as mulheres para seu papel na sociedade, temas como emancipação da mulher em vários aspectos, o direito ao voto e ao divórcio, entre outros.

No entanto, como comenta Sandra Lúcia Lopes Lima (2007), as primeiras revistas que tinham como parte das temáticas discutir o papel da mulher da sociedade, desconstruí-lo e até criticar o machismo, faziam isso de forma tímida. Um dos pontos que marcam esse posicionamento era o anonimato da autora. Inclusive as redatoras que trabalhavam nos textos de moda e beleza solicitavam o anonimato das publicações, com medo das represálias sociais. Este fato não se modificou muito nas revistas atuais. Embora a pesquisa não se proponha a estudar questões de autoria, ao

¹⁷ BUITONI, Dulcília. **Imprensa feminina**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1990.

analisarmos os textos sob uma perspectiva discursiva bakhtiniana, pensar como as autoras se posicionam é indispensável para a compreensão dos textos nessa perspectiva escolhida. De igual modo, é interessante observar que a autoria por vezes é atribuída à revista e observar, assim, a posição da revista em alguns textos.

Em muitas revistas femininas atuais, não só a Marie Claire, a assinatura dos textos nem sempre é o nome da jornalista. O que ocorre, em alguns textos, é a assinatura com o nome revista ou da editora da revista.¹⁸

Na época em que as mulheres estavam conquistando o direito ao voto, o contexto histórico foi central na configuração dos gêneros do discurso que circulavam no período. O contexto sócio-histórico brasileiro continua influenciando o papel da imprensa feminina e da mulher na sociedade. A partir do séc. XX, com o surgimento da industrialização e com as possibilidades de comércio dentro do país, bem como a formação de uma república, a imprensa em geral foi se modificando. O advento da fotografia fez com que se reconfigurassem os gêneros que circulavam na esfera jornalística. Na publicidade, por exemplo, as imagens ampliavam os diálogos possíveis e o poder de persuasão do texto.

Segundo Buitoni (1986) a ilustração feita por fotografias começou a ser feita, no Brasil, no século XX e substituiu técnicas de lito e de xilogravura. A fotografia reconfigurou o próprio suporte revista, bem como ampliou seu público. Inclusive, por meio das chamadas “revistas ilustradas” se alcançou o público infanti-juvenil, com a revista *O Tico-Tico*.

A fotografia possibilitou novos gêneros nas revistas, como os editoriais, crônicas e textos humorísticos, construídos de linguagem verbal e de fotografia. Outros textos que surgiram nesse contexto foram gêneros em primeira pessoa: “[...] uma sessão intitulada *Cartas de Mulher*, com uma espécie de crônica [...]” (BUITONI, 1986:42).

Na revista Marie Claire, a sessão *Eu, leitora* se aproxima dos textos chamados *Cartas de Mulher*, publicados em *A revista da Semana*. Embora estes textos fossem crônicas e os textos da sessão *Eu, leitora* sejam relatos, a proximidade com fatos cotidianos baseados em histórias de vida narrados por mulheres comuns favorece a identificação da mulher leitora com a revista. Além disso, o papel da fotografia é de

¹⁸ Encontrei, por exemplo, assinaturas como: “Por Marie Claire” ou “Edição Marie Claire”.

extrema importância na configuração deste gênero, pois a imagem fotográfica da mulher que expõe sua história para o público, além de promover a veracidade dos fatos, desloca esse sujeito do papel anônimo de leitora (que dialoga com os discursos da revista no espaço privado de sua casa), para se tornar conhecido e dialogar, publicamente, com os discursos da revista e com os discursos de outras leitoras.

As publicações nos gêneros voltados à mulher já continham o que chamamos de “sessão”, em que os temas de interesse foram se pluralizando para além da moda e da literatura e, por isso, começaram a ser separados por este recurso. O suporte chamado “revista feminina” foi denominado assim pela primeira vez em 1914, com uma revista chamada justamente de *Revista Feminina*.

Neste momento, já havia uma empresa especializada no assunto, a *Empresa Feminina Brasileira*, responsável por *um vínculo entre imprensa, indústria e publicidade* (BARROS, 2002). Mas foi a revista *Capricho* (Editora Abril), de 1952, seguida da revista de moldes *Manequim*, de 1959 e a *Claudia*, em 1961, que as revistas femininas se expandiram pelo Brasil.

Nos anos 80, as revistas e jornais feministas preocuparam-se com os grupos de movimentos feministas que estavam surgindo no Brasil. A revista *Mulherio* trazia assuntos como “(...) democracia doméstica, situação de negras e lésbicas e atuação das parlamentares”. (BARROS, 2002:s/p.).

É então, nos anos 90, segundo a autora, que revistas mais populares surgem no mercado brasileiro. Além dos preços mais acessíveis, há uma característica de englobar um público feminino de mulheres que tem independência financeira, vida sexual ativa e com preocupações para além das atividades domésticas. Mesmo assim, essas revistas continham discursos e ensinamentos ainda carregados de conservadorismo. Como exemplo, temos a revista *Nova Cosmopolitan* e até a própria *Marie Claire*.

Ao iniciar esta pesquisa, pensei que chegaria um momento em que apresentaria um conceito consistente sobre o que é *a imprensa feminina*. No entanto, ao me deparar com uma infinidade de gêneros discursivos que circulam nesta esfera, bem como com as novas configurações de revista que a atualidade nos proporciona, torna-se muito complexo estabelecer um conceito fechado para essa imprensa. Além disso, o fato de

ser dirigida às mulheres, mesmo estando disponível na rede e, portanto acessível a qualquer leitora e a qualquer leitor, as marcas de interlocução indicam o público feminino. Esta é a principal característica da imprensa feminina.

Um elemento interessante é que nenhuma imprensa está alheia às configurações sociais de um período histórico, e a imprensa feminina também se constitui assim. Questões femininas bem marcadas, como o começo do feminismo, a luta pelo direito ao voto, a inserção das mulheres no mercado de trabalho estão presentes nos discursos das revistas e jornais feministas.

Hoje em dia, questões atuais como o aborto, a maior inserção de mulheres no âmbito político e nas lideranças empresariais, o olhar para o oriente médio, as mulheres nas relações de violência, bem como o questionamento da heterossexualidade como a única possibilidade de vivenciar a sexualidade também estão presentes nas mídias voltadas ao público feminino.

Pode-se inferir que as reconfigurações da identidade feminina, bem como seu deslocamento para identidades antes negadas pela sociedade patriarcal também reconfigurou a imprensa para o público feminino. Se antes as revistas femininas traziam temas apenas relacionados ao universo privado e ao consumo, era porque assim se construía, discursivamente, a identidade feminina em dado momento histórico. A imprensa acaba por construir e/ou mobilizar imagens de mulheres com as quais as leitoras podem ou não se identificar. Se inicialmente a imprensa feminina era voltada para leitoras brancas, escolarizadas, de classes média, média alta e alta, heterossexuais, é provável que essa imprensa provocasse respostas de rejeição por parte daquelas mulheres não representadas. Por outro lado, essa imprensa poderia compor os desejos de leitoras não representadas na revista, anunciando como mulher ideal essa mulher aí representada.

A identificação seria o fenômeno que, no trabalho com a revista Marie Claire, une o tema da identidade feminina com a imprensa feminina. É a partir da identificação do feminino que a revista constroi os discursos; assim como é a partir da não-identificação que a revista os reconstrói a partir das novas possibilidades de identidade feminina, pois a não-identificação das leitoras que não se sentem representadas por certo padrão

hegemônico promove modificações significativas da representação da mulher, ampliando-se o padrão de feminino para múltiplas possibilidades.

Posso dizer que o padrão hegemônico promovido pelas revistas femininas durante muito tempo e até hoje é a representação da mulher que ocupa identidades associadas ao espaço privado, à maternidade, à heterossexualidade, à branquidade, à classe social favorecida e ao consumo. Portanto, mulheres negras, transexuais, que não fossem mães, homoafetivas ou bissexuais, entre outras identidades não representadas, formam grupos que não irão ser consumidoras, portanto, a revista perde um potencial de venda.

Sendo assim, entendo a sessão Mulheres do Mundo, especialmente, é uma estratégia de ampliar (ou pelo menos de não perder) o público de leitoras, uma vez que, quanto mais mulheres lutam por seus direitos e por construções do gênero não dominantes, a manutenção exclusiva da perspectiva dominante nas revistas pode afugentar um conjunto de leitoras.

➤ **A revista Marie Claire**

Na pesquisa citada de Ana Cláudia Barros (2002), a revista Marie Claire aparece como um meio midiático que reforça os padrões naturalizados em papéis sociais da mulher. Neles, a mulher ideal é aquela que segue os padrões normativos de subalternidade, sentimentalismos, maternidade, virgindade, etc.

Embora nesta pesquisa não tenha a intenção de fazer um estudo comparativo da revista Marie Claire em diferentes épocas, entendo que olhar algumas mudanças dessa produção midiática ao longo do tempo ajuda a compreender como os discursos sociais sobre a identidade feminina se reconfiguraram e quais fatores sócio-históricos estão envolvidos nesse processo.

A revista Marie Claire foi criada na França, em 1937. Chegou ao Brasil em 1991 pela *editora Globo*. Encontramos certa dificuldade em fazer um histórico minucioso da revista, entender a passagem da versão impressa para a *online*, por isso nos

aportamos em muitas informações encontradas na *internet*, por meio de *blogs*, *sites* e informativos.

Segundo Amanda Castro (2008:s/p *apud* Barros, 2002), a revista não tem um público muito definido, embora saibamos que a maioria das leitoras são mulheres (82%) de classes alta e média (A e B 63%). Segundo a pesquisa de Amanda Castro, a revista Marie Claire atualmente circula em 29 países e, no Brasil, vende em torno de 300 mil exemplares por mês.

A revista apresenta uma grande diversidade de temas, como moda, beleza, viagens, dicas, e histórias pessoais publicadas em primeira pessoa, sessão intitulada *Eu, leitora*.

Embora esta sessão tenha esse nome, marcando quem seria a leitora da *Marie Claire*, histórias de vida de quem sofreu violência, sofreu preconceitos, tem ou adquiriu uma condição física de deficiência, fez uso ou se relacionou com alguém que dependia de substâncias químicas, correu riscos em outro país, se prostituiu, fez aborto, entre outras coisas ligadas a uma realidade “não idealizada” do feminino, funcionam como deslocamento daquela “leitora ideal” promovida até então pela Marie Claire e por outras revistas femininas.

Nesta pesquisa, entendo que a revista Marie Claire, além de demonstrar uma preocupação com a diversificação de temas para dar conta do que propõe em seu slogan “Chique é ser inteligente”, ela funciona como um mecanismo de empoderamento feminino.

Para Sardenberg (2006)¹⁹, a noção de empoderamento sob uma perspectiva feminista surgiu, primeiramente, da prática militante e depois foi teorizada pelas correntes feministas. A autora esclarece que o termo empoderamento tem um significado relacionado tanto à academia, em que as perspectivas feministas de pesquisa o relacionam com as noções de poder que está amplamente envolvido nas questões de gênero social, como nos discursos sobre desenvolvimento “perdendo, nesse processo, muito das suas conotações mais radicais e, assim, sendo visto com desconfiança por feministas não familiarizadas com suas origens radicais” (AITHAL,

¹⁹ Stardenberg, Cecília. **Conceituando empoderamento na perspectiva feminista**. Salvador: NEIM/UFBA, 2006.

1999 *apud* Stardenberg, 2006). A autora enfatiza que, com isso, o conceito de empoderamento está presente em diversas esferas de atividade humana, perpassando os movimentos sociais, as universidades, os órgãos governamentais e até o banco mundial.

Para além de um signo com ampla significação, *empoderamento*, do verbo empoderar, dar poder a alguém, está diretamente ligada a questões ideológicas e políticas. A palavra *empoderamento* só tem o alcance social, conforme mobilizado pela autora Stardenberg, enquanto um signo ideológico. Assim, pode-se falar em empoderamento na perspectiva feminista como um termo politicamente situado no gênero social.

Para nós, feministas, o empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da auto-determinação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. Para as feministas latinoamericanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero. Isso não quer dizer que não queiramos também acabar com a pobreza, com as guerras, etc. Mas para nós o objetivo maior do “empoderamento” é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre “nossos corpos, nossas vidas”. (SARDENBERG, 2006:2)

Quando defendo que os textos da sessão Mulheres do Mundo são textos de empoderamento, estou enfatizando a função política e ideológica dele, que vai muito além do entretenimento e da cultura de consumo direcionada ao público feminino. Nas análises que seguem no capítulo três, os textos funcionam como forma de inserir as mulheres leitoras na luta por direitos e equidade, bem como em maneiras de denunciar e repudiar atos violentos e discursos machistas.

CAPÍTULO 3 – ELAS: AS MULHERES DO MUNDO

Manuela D'Ávila: *“Não quero ser um novo homem. Não foi para isso que lutei”.*

Conforme já mencionei na introdução deste trabalho, optei por analisar a seção *Mulheres do Mundo* porque ela, entre outros aspectos, apresenta a identidade feminina de forma mais heterogênea e de acordo com a busca feminista pelo direito em ser representada na pluralidade cultural. É importante descrever o processo metodológico tanto de constituição quanto de análise do *corpus*.

O primeiro impasse que esta pesquisa me trouxe foi a instabilidade do material analisado. Os discursos que circulam na internet condizem com a sociedade pós-moderna que é multifacetada e dinâmica.

A escolha do *corpus* se deu pelos seguintes processos. Primeiramente, percebi que a revista escolhida garantia textos mais preocupados em fazer representações de identidade feminina de forma mais pluralizada.

A partir da escolha da revista em sua versão de *site*, optei pelo trabalho com a sessão *Mulheres do Mundo*, que, como o nome sugere, expõe textos que abordam universo feminino de forma diversificada, tanto em relação à nacionalidade quanto em

questões de raça, gênero, classe social, objetivos de vida, entre outros, conforme as primeiras leituras sugeriam.

Feito esse processo, realizei um exercício que consistia em agrupar os textos que mantinham um vínculo entre si, seja pela temática, pelos sujeitos que são apresentados ou até pelo diálogo entre os textos.

Os textos foram agrupados nas seguintes temáticas aproximativas: i. Mulheres nas relações de violência, ii. Mulheres do Oriente que lutam, iii. Mulher e dependência química, iv. Mulher e prostituição, v. Mulher e aborto/parto, vi. Mulher e mastectomia, vii. Mulher e políticas públicas/ONGs, viii. Mulher e sustentabilidade, ix. Mulheres que superaram deficiências físicas/doenças, x. Mulher e/na política, xi. Mulher e ciência, xii. Mulher e a ditadura da boa-forma, xiii. Mulheres e empreendedorismo, xiv. Mulheres e as práticas feministas, entre outras temáticas, totalizando 146 textos dessa sessão, que no *site*, no período de levantamento dos dados da pesquisa, estavam apresentados em 19 páginas.

Após este processo, elaborei uma escolha parcial destes textos, totalizando 57 textos. Esta pré-seleção se deu por meio da leitura de todos os textos e aproximações temáticas entre eles. Mas o critério que mais evidenciei na escolha foi identificar os textos que mais eram “representativos” dentro de suas temáticas, aqueles que mais explicitavam o momento histórico dos fatos e dos sujeitos reportados. Além disso, não posso negar a subjetividade como pesquisadora ao escolher determinados textos e não outros, assim como outro critério de seleção dos textos foi a reiteração de determinados signos durante o texto, o que enfatizava os discursos que aconteciam naquele enunciado.

Sendo assim, este trabalho terá uma forte preocupação com a intensidade dos discursos mobilizados sobre a identidade feminina nos textos, considerando-os não como discursos isolados e limitados em si, mas como discursos que fazem interação com outros discursos, dentro e fora da revista. Considero desta forma por conta do referencial teórico sobre discurso no Círculo de Bakhtin (2010).

Após a seleção dos 57 textos dei início a uma primeira análise de cada texto selecionado, considerando alguns temas que eram comuns aos textos daquela temática. A hipótese era que uma sessão que se chame “Mulheres do mundo” tenha

como objetivo apresentar vivências femininas que vivenciam culturas diversificadas. Dentro do âmbito cultural, procurei entender como a revista Marie Claire se posiciona sobre as culturas que não são ocidentais, se elas aparecem de forma heterogênea e plural ou são homogeneizadas e estereotipadas nos textos.

Procurei entender, também, como aparecem os discursos de autoridade, visto que numa primeira leitura dos textos percebemos que era comum a presença de pessoas que são reconhecidas como autoridades políticas, especialistas e cientistas, para legitimar como “verdade” os discursos mobilizados pela revista.

Para sistematizar esses questionamentos e outros que apareceram nas leituras iniciais, selecionei os assuntos (ou pautas) que eram mais comuns dentro de cada temática²⁰.

Omo primeiro objeto de análise da sessão *Mulheres do Mundo*, escolhi analisar os títulos auxiliares dos textos. Denominei, assim, porque a revista está na esfera jornalística, e embora os textos analisados sejam, majoritariamente, dos gêneros notícia, entrevista e relato, todos eles apresentam esta estrutura. Os títulos auxiliares, além de situar a leitora e promover a curiosidade para a leitura, também funcionam como argumentação de discursos que serão mobilizados no texto.

Os títulos auxiliares da sessão Mulheres do Mundo da revista Marie Claire são pautados na centralidade do assunto que virá no corpo do texto. O que chama a atenção é quando estes trechos, muitas vezes, já polemizam discursos que se contrapõem no corpo texto. Além disso, algumas vezes já se percebe qual será o posicionamento das autoras perante estes discursos. Para fazermos esta análise, escolhemos um título auxiliar de cada eixo temático²¹.

Tema: Mulheres do oriente que lutam

²⁰ Anexo 1.

²¹ Normalmente, a constituição do título principal e do título auxiliar nos gêneros de comunicação social se dá após o texto estar pronto e é o primeiro impulso de interpretação/recepção. Ao propor uma análise deste elemento textual, estou considerando a atitude responsiva da leitora, que se dá por suas impressões sobre os discursos que terá acesso.

Título: Discípula²² de Malala: Humaira Bachal enfrenta Paquistão e cria escola para mulheres e crianças²³

Aos 24 anos, ela é a responsável pela única escola acessível de seu bairro, que já assiste mais de 1200 crianças. Jornada contra as tradições da família e do país começou há 12 anos.

O sujeito central desse texto do gênero reportagem é a ativista paquistanesa Humaira Bachal, que, continuando o ativismo de Malala, luta pela educação de meninas em seu país. O posicionamento da autora perante o fato aparece tanto no título principal quanto no título auxiliar. No título principal, a escolha do verbo **enfrentar** (sendo que quem enfrenta é uma pessoa, mais especificamente uma mulher, e quem é enfrentado é um país) é indicativa de que se trata de um embate, um enfretamento, mas caracterizado por uma correlação de forças que é marcadamente desigual.

No título auxiliar, a palavra *jornada*, referindo-se ao trabalho de Humaira Bachal remete ao discurso da luta, do enfretamento, de algo que não é conquistado facilmente e que, pela desigualdade das forças em disputa/enfretamento/luta, pressupõe uma conquista que demanda longo período. Essa construção temporal é reforçada quando, na mesma oração, se tem a palavra *tradições* junto com *há 12 anos*. O signo *tradição*, mais do que *jornada*, tem um peso discursivo muito marcado, pois tradição refere-se a algo culturalmente enraizado e de que só com grande esforço se pode desconstruir. Ela também tem relação com o tempo, pois uma tradição não se constrói – e, portanto, não se desconstrói – em curto espaço de tempo.

Além disso, quando a jornalista fala em tradições, ela apresenta dois mecanismos sociais: *as tradições da família e do país*. A família age por meio da cultura, da educação, das representações, da religião, e o estado (país) por meio de leis e de punições para quem for contra estas determinações.

Como o texto está tratando da criação das escolas por Humaira Bachal e não é um texto que enfoca as tradições do país Paquistão, podemos já definir que a autora se

²² A ideia de discípula pressupõe que ela apareceu posteriormente. No entanto, o trabalho de Humaira é bem mais antigo. Então “discípula”, para a Marie Claire, refere-se a ter aparecido na mídia posteriormente. É a imprensa que “valida” o sujeito e seu trabalho na sociedade.

²³Anexo 2. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Women-Wishes/noticia/2014/03/discipula-de-malala-humaira-bachal-enfrenta-paquistao-e-cria-escola-para-mulheres-e-criancas.html>.

posiciona destacando e valorizando a jornada da Humaira Bachal em detrimento das tradições do Paquistão. Como se verá na continuação desta análise dos títulos auxiliares, bem como nas análises posteriores dos textos completos, a revista Marie Claire apoia o posicionamento crítico da jornalista sempre defendendo a luta feminina e tentando desconstruir discursos enraizados – como o discurso da culpabilidade feminina, da justificativa baseada no sexo biológico para que a mulher seja entendida como inferior, bem como de outras formas de opressão – pelas diferentes sociedades do mundo.

Tema: Sustentabilidade

Título: “As mulheres têm um papel enorme a desempenhar”, afirma líder e ativista pela sustentabilidade²⁴

Sara Parkin defende a mudança de atitude dos líderes atuais para que o mundo comece a trabalhar a favor da sustentabilidade.

Tanto no título principal (com citação de discurso direto) quanto no título auxiliar (com referência a discurso indireto introduzido pelo verbo **defender**) percebo a mobilização de discursos que se referem à sustentabilidade. Ambos os discursos citados são de Sara Parkin (caracterizada como líder e ativista da sustentabilidade, o que lhe confere autoridade pelo conhecimento da causa e pelo engajamento) e, por sua vez, remetem a outros discursos que circulam socialmente. Acredito que um deles esteja no próprio signo *sustentabilidade*, que pressupõe uma economia pensada para o futuro. Por isso, a relevância da escolha do segmento *mudança de atitude dos líderes atuais*, que está se referindo tanto aos governos dos países mais ricos como às outras formas de liderança, por exemplo, quem trabalha com economia, com a mídia e o consumo, que são os fatos mais determinantes para a economia *para que o mundo comece* a funcionar com e em função da sustentabilidade. O uso do verbo **começar**

²⁴ Anexo 3. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2014/04/mulheres-tem-um-papel-enorme-desempenhar-afirma-lider-e-ativista-pela-sustentabilidade.html>

atribuído a Sara Parkin indica que, na visão da ativista, ainda não se trabalha em favor da sustentabilidade, e são os grandes líderes que devem mudar isso, uma vez que sustentabilidade está relacionada à política econômica e social mais ampla do mundo. O foco não é a sustentabilidade de pequenas comunidades, mas de todas as comunidades.

A partir dessa leitura, podemos questionar qual seria o aspecto discursivo que mais marca o posicionamento da autora/revista²⁵. Este aspecto está na centralidade atribuída à própria pessoa de Sara Parkin (sua voz, sua posição está em destaque desde o título), que é uma mulher que exerce uma identidade de liderança. Sabemos que, em nossa sociedade, predominam as lideranças masculinas: *os líderes mundiais atuais*. Então, é destacável uma mulher dizendo o que deveria ser feito por eles, ou seja, “ditando uma ordem”, que é *a mudança de atitude de líderes atuais*. Além disso, essa mudança de atitude dos líderes atuais dialoga com “papel enorme das mulheres” posto no título: embora se saiba que predominam lideranças masculinas, Sara Parkins parece acreditar que as mulheres devem ocupar os espaços das lideranças e começar a agir em prol da sustentabilidade, configurando mudanças/deslocamentos tanto nas lideranças em si quanto nas suas ações. O texto ressalta o deslocamento da identidade feminina do âmbito privado para a liderança pública, uma mudança que pode favorecer a globalização.

Interessante pensar que tanto a identidade da mulher líder como as preocupações com a sustentabilidade são questões muito marcadas na pós-modernidade. Além disso, assim como a sustentabilidade, a liderança feminina presente em uma sessão de revista feminina chamada *Mulheres do Mundo* implica uma mudança globalizada. Os títulos principal e auxiliar remetem a diferentes discursos que tem circulado especialmente em tempos de globalização, explicitando relações dialógicas deste texto com vários outros textos e discursos. Essas relações já estão estabelecidas desde os títulos, com a mobilização da voz, do discurso da ativista já no título.

²⁵ É importante destacarmos que, quando nos referimos à(s) autora(as) ou à revista marcamos o posicionamento como sendo pertencente à revista Marie Claire, embora consideremos que as autoras podem ter posicionamentos que marcam suas subjetividades em diferentes textos, e esperamos analisar estes aspectos também.

Os discursos sobre formas de liderança bem como os outros discursos analisados nestes títulos auxiliares são temas frequentes na mídia e em outras esferas de atividade humana, como a esfera política e a educacional.

Tema: Mulher nas relações de dependência química

Título: Escravas do crack: mulheres que trocam as próprias vidas pela droga²⁶

O número de mulheres que se prostituem pela pedra aumenta há quatro anos. Alicerces do tráfico, elas mantêm o seu vício e o do companheiro com o próprio corpo. Por trás dos cachimbos, suas histórias são de perdas e dor.

Nestes títulos, há signos que remetem à perspectiva da dependência. A primeira é a dependência causada nas relações de gênero, em que a mulher é submetida à violência da prostituição para sustentar o vício do companheiro. A segunda é a dependência química, pelo uso do crack. Essa dependência é tratada como escravidão no título principal. Importante observar que os valores presentes no signo “escravas” são muito maiores em relação à dependência que o próprio signo dependência. No título dessa reportagem ainda convém observar que a estrutura adotada parece constituir uma explicação a respeito do sintagma “escravas do crack”; essa escravidão consiste em “trocar a própria vida pela droga”. Os processos de escravização são processos forçados, em que os sujeitos escravizados são submetidos a essa condição contra sua vontade. No título, no entanto, a escravidão decorre de uma agência das

²⁶ Anexo 4. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2013/01/escravas-do-crack-mulheres-que-trocam-proprias-vidas-pela-droga.html>. Acesso em: 01/06/2015.

escravizadas: elas são agentes em trocar suas vidas pelas drogas. Essa troca, no entanto, tem como decorrência “perdas” e “dor”, como se observa no título auxiliar.

O texto pressupõe uma leitora informada, que sabe que a droga é vendida e consumida em forma de pedra – uma vez que o título auxiliar parece dar como conhecimento partilhado que o crack é consumido na forma de pedra que é queimada num cachimbo – e sabe também que o crack tem destruído vidas e é uma chaga nacional.

Conforme se pode observar na leitura do título auxiliar, a prostituição de mulheres é usada para manter a dependência química dela e de seu companheiro. O homem dependente é um explorador do corpo feminino: *elas mantêm o seu vício e o do companheiro com o próprio corpo*. A autora escreve sobre esta relação no título auxiliar de forma bastante crítica: *Alicerces do tráfico*. Essas mulheres vão se constituindo no sistema de tráfico de drogas como uma das principais bases do comércio, garantindo o consumo para si e para o outro que a explora.

No entanto, este ato de “se prostituir pela pedra” pode causar estranhamento e julgamentos negativos na leitora, que parece ser um público distante dessa realidade. Por isso, a autora faz um prelúdio do objetivo de se fazer uma matéria com esse tema, anunciando um discurso de comoção: *Por trás dos cachimbos* (do vício, das “escolhas erradas”, inadequadas à norma social), *suas histórias são de perdas e dor* (comoção, solidariedade feminina).

Tema: Aborto

Título: “Se aborto é um debate pela vida, quero debater a das mulheres que morrem”, diz Manuela D’Ávila²⁷

Aos 32 anos e eleita duas vezes como a deputada federal mais votada do Rio Grande do Sul, a gaúcha fala, em entrevista exclusiva, sobre direitos das mulheres,

²⁷ Anexo 5. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2013/08/se-aborto-e-um-debate-pela-vida-quero-debater-das-mulheres-que-morrem-diz-manuela-davila.html>. Acesso em: 01/06/2015.

bancada evangélica, machismo e debate, ainda, as causas da baixa participação feminina no Congresso Nacional.

Assim como nos títulos analisados do tema sustentabilidade, o título principal e o auxiliar da reportagem estão na forma de discurso citado. Essa escolha estilística tanto pode ser decorrente do gênero do texto (entrevista) quanto parece indicar a relevância do dizer da mulher entrevistada. O que essa mulher diz tem tanto peso e valor que seu dizer precisa ser mantido exatamente como ela enunciou. E a relevância da fala da deputada é construída no título auxiliar. Quando a autora apresenta as credenciais da deputada Manuela D'Ávila, já marca suas identidades, assinalando os lugares de onde fala: *deputada mais votada, gaúcha e mulher*. Assim como na “jornada” que vimos na análise do primeiro título, são essas identidades que vão sustentar uma luta que exige muito esforço, que é a luta pela legalização do aborto.

O tema do aborto é marcado por encontros discursivos conflituosos. Por isso, só uma mulher muito inserida e engajada nas discussões femininas é que tem “o poder” de defender o aborto legalizado. Essa luta é marcada a seguir quando lemos: *a gaúcha fala [...] sobre direitos das mulheres, bancada evangélica, machismo e debate [...] baixa participação feminina no congresso*.

Um aspecto importante do discurso citado direto no título principal é que a fala da deputada mobiliza outro discurso, que é o da bancada evangélica, a respeito da discussão do aborto: para esse grupo a discussão do aborto seria uma discussão sobre o direito à vida da criança. As relações dialógicas são estabelecidas desde a entrada no texto pelo título principal, e a resposta da deputada e de um grupo de pessoas favoráveis à legalização do aborto a esse discurso é que a manutenção do aborto como prática ilegal pode levar à morte de muitas mulheres que optam pela interrupção da gravidez em condições inadequadas, marcadas pela clandestinidade/ilegalidade. A resposta ao discurso sobre o direito à vida da criança é o discurso do direito à vida das mulheres.

Os elementos mobilizados pela Marie Claire na entrevista com a deputada marcam contrapontos em relações dialógicas. Por exemplo, os feminismos questionam

o patriarcalismo das religiões cristãs, e o termo *bancada evangélica* vem enfatizar isso. Além disso, a bancada evangélica não é apenas uma faceta da cristandade, ela está inserida na política brasileira de forma bastante influenciadora nos últimos anos.

Os defensores/defensoras das questões femininas, LGBT e raciais no congresso sempre foram as minorias e representavam “a bancada” da resistência. Embora estes grupos continuem lutando por mais equidade, é a bancada evangélica que vem se posicionar por uma insatisfação com os novos olhares para os grupos oprimidos, não aceitando mecanismos de defesa das diversas identidades que estão no país.

Além de direitos das mulheres x bancada evangélica, outros elementos deste título marcam contraponto, como machismo x debate, já que a questão do aborto está muito ligada aos discursos da maternidade, do papel da mulher na sociedade e da não aceitação da luta feminina pela autonomia com o corpo. Como se pode ler no corpo do texto, o machismo também está relacionado à resistência machista em aceitar que uma mulher esteja em posição política e de discussão, o lugar legislativo sempre foi ocupado, predominantemente, por homens.

A entrevista com Manuela D’Ávila, embora não seja um gênero discursivo que promova mudanças legais, como os projetos de leis da câmara, também funciona como empoderamento feminino, pois é uma mulher deputada falando sobre a participação feminina, bem como a importância política desse fato para as mulheres, no congresso nacional.

Tema: Fertilização:

Título: Mães depois dos 50 anos criticam nova regra do CFM que restringe idade para reprodução assistida²⁸

Já está valendo a norma do Conselho Federal de Medicina que limita a fertilização para mulheres acima dos 50 anos por risco à saúde durante a gravidez.

²⁸ Anexo 6. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2013/05/maes-depois-dos-50-anos-criticam-nova-regra-do-cfm-que-restringe-idade-para-reproducao-assistida.html>. Acesso em: 01/06/2015.

Marie Claire foi investigar o que muda com isso e ouviu a opinião de quem passou pela experiência de ser mãe na maturidade.

O título principal explicita a posição das mulheres acima de 50 anos sobre norma que restringe idade para gravidez assistida: essas mulheres **criticam** essa norma. A escolha pela posição das mulheres no título principal parece indicar que o texto leva em consideração especialmente a visão das mulheres. A partir das vozes dessas mulheres, portanto, tomando como referências essas vozes, o texto vai discutir o assunto. É uma discussão que parte de uma posição previamente definida, embora o texto se caracterize por estabelecer relações dialógicas entre os discursos das mulheres e o da medicina.

Neste título auxiliar percebemos que os dois discursos que entrarão em confronto no texto já são mobilizados pela autora. O primeiro deles, a decisão do CFM se insere no discurso da saúde e da autoridade científica perante os corpos, tendo o poder de limitar as escolhas e decisões das mulheres. O segundo é o discurso de que a maternidade, sendo a principal expressão da identidade feminina, é “universal” e “saúdável” em qualquer circunstância: o texto recupera as posições de quem *limita a fertilização* e de quem *passou pela experiência de ser mãe na maturidade*.

A autora do texto se posiciona veementemente a favor das mulheres, pois utiliza, no mesmo segmento, os signos *experiência* e *maturidade* como referências de valores positivos às mulheres com mais de 50 anos, contrapondo-os aos signos *riscos* e *limite*, termos da medicina para dizer que há uma idade certa para ser mãe, o que está fora deste padrão representa um risco e deve ser limitado. A própria noção de risco é tomada do discurso médico e carrega os valores e tonalidades ideológicas deste lugar de dizer. Para as mulheres, não há risco, o que há são experiências de maternidade na maturidade. Os signos “restringe” e “limita”, por sua vez, tanto podem ser empregados pela medicina como pelas mulheres maduras. Esses signos, no entanto, são carregados de tonalidades distintas, embora predomine a noção de limitação para ambos os grupos. Para as mulheres essa limitação para ser negativa, marcando apenas os impedimentos/impossibilidade da maternidade. No discurso médico, essa

limitação teria um valor positivo, uma vez que teria em vista a preservação da vida das mulheres, evitando expô-las a riscos.

Além disso, o poder da medicina se estende dos corpos ao controle dos próprios mecanismos tecnológicos inventados por ela, como a fertilização. Esses mecanismos tecnológicos produzem relações de poder entre quem tem acesso e quem não tem. Enquanto nas classes mais baixas a maternidade está vinculada a um problema social, em que meninas cada vez mais jovens e sem estrutura familiar, financeira e psicológica se tornam mães, problematizando a saúde pública em termos de controle de natalidade, nas classes sociais mais altas a maternidade é adiada para a faixa dos 40/50 anos, em que as mulheres, na maioria das vezes escolarizada, optam por adiar esse momento e ainda contam com a ajuda da medicina para se tornarem mães.

No entanto, o título auxiliar sugere um conflito entre o discurso da maternidade: (...) *ouviu a opinião de quem passou pela experiência de ser mãe na maturidade* e o discurso da saúde da mulher: *risco à saúde durante a gravidez*.

A maternidade após a chamada “vida fértil”, que vai da adolescência até os trinta e sete anos, em média, sempre foi associada com maturidade e estabilidade feminina; no entanto, no discurso da saúde, se tem o argumento do risco à vida. Outro ponto interessante é que o discurso médico já não é um elemento inquestionável e uma verdade absoluta, como se vê na leitura do texto, as mulheres, empoderadas por uma revista feminina, questionam as determinações do Conselho Federal de Medicina.

Tema: Parto

Título: Abaixo à ditadura da cesárea, do parto normal ou do parto em casa²⁹

Não haverá parto humanizado, em casa ou no hospital, enquanto o sistema de saúde, público e privado, não for humanizado.

Neste título auxiliar a autora Ludmila Vilar faz um contato direto entre o discurso do parto humanizado com a problemática da saúde pública enquanto um sistema

²⁹ Anexo 7. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2012/10/nao-vale-nenhuma-ditadura-da-cesarea-do-parto-normal-ou-do-parto-em-casa.html>. Acesso em: 01/06/2015.

considerado “não humanizado”. No título principal, quando a autora diz: “Abaixo à ditadura”, ela parece recuperar a perspectiva de mulher e mãe, assumindo essas identidades. A ideia desse texto é apresentar alguns pontos de vista sobre qual é o melhor parto, e qual representa mais riscos e menos ganhos em termos de saúde para mãe e o bebê. Esse título foi retirado de uma parte do texto em que a autora desconstrói a ideia de que determinado parto é melhor do que outros, e que, portanto, a maternidade via parto normal ou parto cesárea seria melhor em detrimento da outra opção.

O elemento chave dessa discussão é uma terceira opção de parto que vem sendo retomada pelas mulheres, principalmente as mais escolarizadas e de classes sociais mais altas, que é o parto em casa. Mobilizadas pelo discurso da “natureza” e da autonomia em não precisar dos médicos e ao rejeitar seus equipamentos (anestésico, cama esterilizada, primeiro banho do bebê no hospital), elas constroem uma crença do que seria o “mais saudável”. No entanto, esta prática está muito mais ligada às relações de poder envolvidas nessa escolha, pois não são todas as mulheres que tem a chance de optar pelo parto que querem passar.

Outro elemento de argumento do texto é o segmento explicativo: *enquanto o sistema de saúde, público e privado, não for humanizado*. Quando a autora enfatiza o público e também o privado é para criticar a ideia de que os hospitais privados cuidam mais da saúde e da autonomia da mãe do que os públicos.

Há uma discussão no texto de que quase todas as mulheres que fazem o pré-natal no sistema privado passam pelo parto cesárea, desconsidera-se a escolha da mãe pelo parto normal e a não-necessidade de que todos os partos sejam cesáreas. Sendo assim, a revista Marie Claire, a partir da ideia do parto humanizado, pensado a partir das demandas e problemas dos hospitais públicos, estende a problemática também aos hospitais privados.

A maternidade foi um dos principais objetivos ao se constituir, dentro do quadro da saúde geral, questões para a saúde da mulher. A saúde feminina é uma

preocupação governamental no Brasil desde os anos 30, no período da presidência de Getúlio Vargas.

Este texto dialoga com muitos discursos sobre maternidade e sobre saúde. O principal dialogismo é a crítica às gestões governamentais que não favorecem a realização de partos considerados adequados para a saúde da mulher e do filho. Embora o texto não apresente isso diretamente, ao se dizer “sistema de saúde” se está marcando a responsabilidade de uma instância maior, e não necessariamente problemas técnicos nos hospitais. Outro diálogo possível é sobre a maternidade em diferentes contextos de classe social. A reportagem desconstrói o discurso de que a maternidade vivenciada na situação de poder econômico é mais segura e plena; no texto, as cesarianas estão sendo questionadas como parto ideal.

Outro discurso com o qual este texto dialoga é o da força feminina que é “provada” socialmente no momento da maternidade. Há um discurso de que as mulheres que tem seus filhos por parto normal são consideradas mais fortes e “mais mães” do que aquelas que, por algum motivo, fazem nascer seus filhos por parto cesárea. Isso porque a dor do parto normal é muito simbólica na sociedade. O parto é considerado o momento da plenitude feminina. No primeiro texto bíblico, o livro de Gênesis, a “instituição” da dor de parto é dada por Deus à mulher pecadora, seria a condição do tornar-se mulher e do trazer vida ao mundo.

Essa “prova” à sociedade pelo discurso da força feminina através da dor do parto é deslocada para outra possibilidade: o parto em casa. Há uma reconfiguração das situações vivenciadas pelas mulheres de outras gerações que pariam seus filhos em casa com auxílio da parteira. Este parto é considerado mais natural do que o parto normal no hospital, onde se fazem procedimentos considerados agressivos e até prejudiciais ao bebê. No entanto, é o poder econômico que favorece a adesão deste parto, como acontecia com o parto cesárea até o momento.

Essa mudança na busca pelo mais natural vem de um discurso da saúde que impõe uma “cultura do natural”: alimentos orgânicos, integrais, desintoxicantes, ingestão de muita água, exercícios físicos e a procura desenfreada por prevenção de doenças,

demonstram que os sujeitos atuais querem aumentar o tempo de vida; mais do que isso, busca-se qualidade de vida. Toda essa reconfiguração dos discursos sobre o que é saúde modifica o que é considerado uma maternidade plena e saudável. A revista Marie Claire, nos textos que tratam das relações com a maternagem, acompanha estas reconfigurações.

Tema: Prostituição

Título: Prostituta: profissional ou vítima? Brasil e França assumem opiniões opostas³⁰

A discussão é cada dia mais atual. Enquanto a ministra francesa dos Direitos das Mulheres, Najat Vallaud-Belkacem, diz que sua prioridade é acabar com a prostituição, o deputado federal Jean Wyllys luta por condições dignas de trabalho a essas mulheres.

Assim como nos títulos analisados dos temas sustentabilidade e aborto, o título auxiliar do tema prostituição é constituído por discursos citados e pelo estabelecimento de relações dialógicas entre discursos que se contrapõem. A centralidade dessas relações de contraposição é marcada pela escolha de signos que expressam tanto a produção do debate quanto que expressam as contraposições no debate: **opiniões opostas** (título principal); enquanto uma pessoa quer o fim da prostituição, outra pessoa luta por melhores condições para as trabalhadoras do sexo, marcando a oposição entre as duas posições. O discurso citado mais uma vez é utilizado para reconstituir relações dialógicas entre discursos que se contrapõem.

Assim se observa que o tema da prostituição, assim como o tema do aborto, é um tema marcado socialmente por polêmicas e confrontos discursivos. Essa característica não muda no suporte revista, que, por ser integrante do discurso social, dialoga com discursos construídos fora dele, como nos discursos cotidianos, nas outras

³⁰ Anexo 8. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2013/04/prostituta-profissional-ou-vitima-brasil-e-franca-assumem-opinioes-opostas.html>. Acesso em: 01/06/2015.

mídias, na religiosidade e até na esfera legislativa, como se vê no texto: *o deputado federal Jean Wyllys luta por condições dignas de trabalho a essas mulheres.*

O signo “luta” trazido pela Marie Claire ao se referir ao deputado Jean Wyllys não está fora de contexto. Como se sabe, este deputado é homoafetivo e está engajado na causa LGBT. A prostituição é, então, pensada não só para as mulheres, mas para as pessoas LGBT, principalmente, as travestis e transexuais que além de condições dignas de trabalho, precisam de segurança nas ruas.

O signo/verbo utilizado para se referir à ação do deputado em relação à prostituição no Brasil indica o tom valorativo atribuído ao dizer e à ação (engajamento do deputado, enfrentamento de uma situação) e pode ser observado em contraposição ao signo/verbo que introduz o dizer da ministra francesa, que indicaria aparente neutralidade (“diz”). Os modos como esses signos são utilizados indicam o tom valorativo atribuído ao dizer de cada um dos sujeitos nessa *discussão*.

O segmento *A discussão é cada dia mais atual* marca um contexto de prostituição que começou há muito tempo no Brasil e que sempre foi negligenciada pelas autoridades.

Para defender essa atualidade na discussão, a autora traz o discurso da primeira ministra francesa, que pertence a um lugar marcado pelo discurso da civilização e da família tradicional, em que a prostituição parece ser uma prática muito subversiva; em contraposição ao discurso de que no Brasil o assunto parece estar mais “avançado”, já que temos um deputado gay lutando por melhores condições para *essas mulheres*.

Tema: Mulheres na superação

Título: Portadora de doença genética luta contra o preconceito para se tornar modelo de alta costura³¹

Melanie Gaydos tem uma doença chamada displasia ectodérmica e se recusa a deixar sua aparência não convencional interferir no seu sonho de desfilar na passarela.

Como esta reportagem texto trata de superação, há uma justificativa para a aproximação entre os discursos e os espaços mencionados neste título auxiliar. Como se vê na leitura do texto, a doença de Melanie é genética e exerce uma grande influência no seu corpo. Sendo assim, a autora do texto mobiliza o discurso do preconceito e da não aceitação da sociedade com o que é considerado “diferente”. O espaço *passarela* é muito marcado por padrões de beleza e pela exclusão de mulheres que não se enquadram neles. No entanto, o problema de saúde, que seria um elemento de interdição para Melanie, torna-se sua superação e quebra de paradigmas: (Melanie) *se recusa a deixar sua aparência não convencional interferir no seu sonho de desfilar na passarela.*

As marcas lingüísticas da superação aparecem em *se recusa* (no título auxiliar) que remete à sua luta contra o preconceito (no título principal). Esses signos/verbos – *se recusa* e *luta* – apontam a agentividade da modelo que não se resigna a aceitar a condição de sujeito excluído que o mundo da moda constrói/tenta construir para ela, mas enfrenta esses discursos excludentes e assume uma posição ativa na construção de uma posição de sujeito. A aparência não convencional não interfere no *sonho* de Melanie ser modelo porque ela .ativamente, contrapõe-se à exclusão que lhe querem impor. Os signos presentes no título analisado são marcados por um tom valorativo que se aproxima da visão da modelo e se contrapõe ao discurso dominante excludente das passarelas, do mundo da moda.

Tema: Mulher e política

³¹ Anexo 9. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2014/02/portadora-de-doenca-genetica-luta-contr-o-preconceito-para-se-tornar-modelo-de-alta-costura.html>. Acesso em: 01/06/2015.

Título: Manuela D'Ávila: “Não quero ser um novo homem. Não foi pra isso que lutei”, diz a deputada federal³²

Única mulher a liderar a bancada de um partido em Brasília, ela foi a vereadora mais jovem da história de Porto Alegre e a deputada federal mais votada do Rio Grande do Sul. Às vésperas de completar uma década de vida pública e de se despedir do Congresso, Manuela continua sendo desrespeitada pelos colegas. No mês passado, um deles a acusou de não pensar com a cabeça, mas com o coração, numa tentativa de constrangê-la pelo antigo namoro com o ministro da justiça, José Eduardo Cardoso. Aqui, ela fala porque não aceita esse tipo de machismo, da paixão pelo novo marido e da decisão de deixar a capital federal.

Neste texto, assim como no tema aborto, a deputada Manuela D'Ávila é a protagonista da discussão sobre as novas possibilidades de identidade feminina.

O conflito entre os discursos aparece no signo **desrespeito**: *Às vésperas de completar uma década de vida pública e de se despedir do Congresso, Manuela continua sendo desrespeitada pelos colegas.* A relação temporal em *uma década de vida pública* marca as dificuldades que uma mulher que quer se inserir na política enfrenta, caracterizadas especialmente pelo machismo, que leva ao desrespeito: *Manuela continua sendo desrespeitada pelos colegas.* Em texto anterior publicado na Marie Claire também se apresentou a dificuldade que a deputada teve/tem se afirmar como mulher na política e ter os mesmos direitos de se posicionar que os deputados homens. Nesse sentido, o desrespeito é o espaço do confronto entre a visão machista e a perspectiva de afirmação das mulheres tanto da revista quanto da deputada.

A entrevista na Marie Claire funciona como empoderamento da deputada – *Aqui, ela fala porque não aceita esse tipo de machismo* – e também como forma de denunciar o machismo presente na Câmara.

³² Anexo 10. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2014/01/manuela-davila-nao-quero-ser-um-novo-homem-nao-foi-pra-isso-que-lutei-diz-deputada-federal.html> Acesso em: 01/06/2015.

Assim como na entrevista anterior da deputada publicada na revista – abordada na temática aborto – o título principal e o título auxiliar são constituídos por discursos citados. Mas uma vez a fala da deputada é apresentada como muito relevante, de modo que é citada na forma de discurso direto. No título principal, a afirmação da deputada pode ser lida como uma forma contundente de distinção no modo de fazer política entre homens e mulheres, construindo uma identidade feminina política que se distingue da identidade política masculina. Essa identidade, no uso do verbo lutar, é resultado de uma construção laboriosa, é apresentada como uma conquista que não pode ser perdida.

No título auxiliar, são apresentadas relações dialógicas de discursos em confronto: o machismo dos deputados homens X a recusa a esse machismo. Novamente, assim como no texto do aborto, esse confronto é expresso na voz da deputada. A revista, assim, afirma-se como o espaço de voz das mulheres que lutam pra que mulheres tenham voz e vez, reforçando o empoderamento de uma certa identidade feminina: a identidade da mulher política e politizada que luta pelos direitos das mulheres. Um exemplo desta perspectiva é o modo como Manuela D'Ávila é apresentada: *Única mulher a liderar a bancada de um partido em Brasília, ela foi a vereadora mais jovem da história de Porto Alegre e a deputada federal mais votada do Rio Grande do Sul*. Enfatiza-se sua identidade de mulher política. Essa identidade não exclui, no entanto, a identidade de mulher que ama - *paixão pelo novo marido*. Desta forma, indica-se que uma mulher política e politizada não precisa deixar de ter afetos, de ter relações afetivas com homens. A mulher política não pensa com o coração, mas também não precisa silenciar o coração.

Tema: Mulheres contra práticas culturais violentas

Título: “Mutilação genital não é cultura, é violência”, diz ativista Africana³³

“Mutilação genital não é cultura, é violência”, diz ativista africana. Leyla Hussein sofreu com a violência aos sete anos e hoje luta pela causa. No documentário “Cruel Cut” ela faz campanha anti-mutilação e mostra como a prática ainda é assustadoramente aceita pelas pessoas em comunidades de imigrantes africanos do Reino Unido.

Embora na leitura do corpo do texto (anexo 11) se perceba que há uma discussão sobre as relações culturais envolvidas na prática da mutilação genital, a revista parte do pressuposto de que é uma violência: *sofreu com a violência (...)* e *a prática ainda é assustadoramente aceita pelas pessoas (...)*. Essa perspectiva assumida pela revista parece ser decorrente da posição da ativista, pois, no título principal, o discurso citado direto dá voz à ativista que caracteriza a mutilação como “violência”. A revista dá voz a Hussein e parece endossar/apoiar sua posição.

Interessante observar que, como em outros títulos, o discurso citado carrega relações dialógicas de discursos que se contrapõem. No caso da fala da ativista, a negativa “mutilação genital não é cultura, é violência” carrega em si dois discursos, dois pontos de vista opostos: afirma-se que a mutilação genital é uma prática cultural; a ativista contrapõe-se a este discurso, negando-o e afirmando algo distinto – é violência. A posição da revista, deste modo, está orientada para e por esses discursos que se contrapõem: mutilação genital como prática cultural X mutilação genital como violência.

No entanto, ao mesmo tempo em que o ocidente, através da língua inglesa e de seus discursos culturais, incorpora a defesa da causa, o espaço por si mesmo não quebra tais manifestações culturais. Como vemos ao final deste título, pessoas imigrantes que vivem no Reino Unido no sec. XXI, ainda entendem esta prática como cultura: *mostra como a prática ainda é assustadoramente aceita pelas pessoas em comunidades de imigrantes africanos do Reino Unido.*

³³ Anexo 11. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2013/10/mutilacao-genital-nao-e-cultura-e-violencia-diz-ativista-africana.html> Acesso em: 01/06/2015.

Sendo assim, como discutimos no texto que tratava da *tradição*, estas raízes culturais, por mais que a sociedade venha ampliando o conceito de violência, não se dissolvem facilmente com uma mudança de tempo e até de espaço. Somente outros discursos podem desconstruir essas raízes, seja por meio de ativismos, de documentários e até de uma revista feminina que circula em muitos países.

Tema: Mulheres e os padrões de beleza

Título: Americana clica mães que acabaram de dar à luz como protesto³⁴

Objetivo é mostrar como a ditadura da boa forma oprime as mulheres. Diante da própria dificuldade de lidar com seu corpo após a gravidez, Jade Beall criou o projeto "A Beautiful Body", com mais de 50 mães que aparecem sem intervenções de Photoshop.

O título auxiliar deste texto explica o projeto de uma americana e divulga um ensaio fotográfico de mulheres que passaram pela maternidade. Neste ensaio, os corpos femininos são mostrados com nudez e com as marcas da gestação/parto.

Já neste pequeno fragmento do que será apresentado no texto (anexo 12), analisamos que a busca por expressão do corpo feminino “ao natural” parece ser uma novidade. Muitos ensaios fotográficos de mulheres são feitos e divulgados todos os dias, pois o corpo feminino sempre foi do interesse midiático. No entanto, como a revista Marie Claire tem um interesse em certa intelectualidade (expressa em seu slogan *Chique é ser inteligente*), um ensaio fotográfico com objetivos críticos a padrões de beleza inatingíveis se torna uma novidade que merece ser divulgada: *Jade Beall criou o projeto "A Beautiful Body", com mais de 50 mães que aparecem sem intervenções de Photoshop.*

É importante destacar que não entendo o trabalho midiático de muitas mulheres como não intelectual, nem pretendo estereotipar o que é inteligência *versus* beleza. O que quero discutir é que o interesse por ensaios fotográficos dentro desta sessão *Mulheres do Mundo* parece ter predominantemente objetivos críticos, como no texto do

³⁴ Anexo 12. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2013/06/fotografa-clica-mulheres-que-acabaram-de-dar-luz-como-protesto-pressao-da-sociedade-pela-boa-forma.html>. Acesso em: 01/06/2015.

eixo temático violência, em que foi criado um ensaio fotográfico para mulheres que sofreram abusos. Ou como no texto que trata da prostituição de travestis, em que o trabalho de uma fotógrafa mostra outras possibilidades de identidades femininas.

Além disso, nessa seção, a crítica aos padrões de beleza ditados pela sociedade aparece em discursos bem explícitos, por exemplo, pelo uso da expressão *ditadura da boa-forma* e da palavra *opressão*: *Objetivo é mostrar como a ditadura da boa forma oprime as mulheres*. Em relação a essa crítica, a revista parece reforçar o *protesto* da fotógrafa. Desta forma, a revista caracteriza-se novamente como espaço de empoderamento de mulheres que constroem identidades femininas distintas daquelas dominantes, de mulheres que se posicionam contra os discursos dominantes, como o da *ditadura da boa-forma*.

Tema: Mulheres empreendedoras

Título: “Mulheres chefes gostam de ser queridas”, diz a cientista política Debora Spar³⁵

³⁵ Anexo 13. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2013/03/mulheres-chefes-gostam-de-ser-queridas-diz-cientista-politica-debora-spar.html>. Acesso em: 01/06/2015.

Especialista da Universidade Columbia, em Nova York, afirma que as líderes estão mais preocupadas com o consenso, correm menos riscos financeiros e mais riscos pessoais.

É interessante destacar neste título auxiliar a comparação de superioridade que a autora faz quando se trata de mulheres na liderança: (as mulheres) *mais preocupadas (...) correm mais riscos pessoais*; e a comparação de inferioridade indica algo considerado positivo: *correm menos riscos financeiros*. Como não é difícil de concluir, o elemento de comparação não está explícito, mas a leitora, antes de ler o corpo do texto, já sabe que se trata dos homens líderes.

Como a sessão *Mulheres do Mundo* se preocupa em mostrar novas possibilidades de identidade feminina, já há uma pressuposição de que as mulheres líderes façam contraponto com o que sempre foi comum na sociedade: os homens liderando. Esse contraponto não se restringe a haver mulheres na liderança, mas é importante que essas mulheres liderem de modo distinto dos homens. A ciência é constituída, então, como argumento de autoridade que comprova a distinção e corrobora na constituição dessa nova identidade feminina: mulher líder distinta do homem líder. A liderança feminina é posicionada em comparação com a liderança masculina: o que há a mais e a menos em relação aos homens aponta para os aspectos positivos na liderança feminina.

A comparação presente neste texto é uma *atitude responsiva* aos discursos que sustentam que o homem está à frente no mercado, que tem mais qualificações, mais profissionalismo e raciocínio lógico. O discurso de que os homens têm o cérebro “programado naturalmente” para o trabalho é questionado nesse texto com as novas configurações de liderança, embora em alguns momentos do texto elas possam parecer estereotipadas.

Esse título auxiliar permite que sejam estabelecidas relações dialógicas com o título principal do tema Mulher e política, no qual a revista apresenta a citação em discurso direto da deputada gaúcha: *Manuela D'Ávila: “Não quero ser um novo homem. Não foi pra isso que lutei”, diz a deputada federal.* A deputada, e consequentemente

mulher líder, procura assinalar sua liderança e agentividade política como distinta da agentividade política masculina. Os textos, separados pelo tempo, podem ser aproximados pelo lugar de circulação – suporte revista feminina Marie Claire – e também pela posição valorativa enunciada e veiculada: mulheres têm se constituído como líderes, e essa liderança difere daquela exercida pelos homens. Desta forma, pode-se indicar que a revista vai construindo uma imagem/representação de mulher líder com a qual as leitoras podem se identificar e na qual as leitoras podem se espelhar para se constituírem como mulheres líderes.

Tema: Bolsa Família

Título: O Bolsa Família e a revolução feminista no sertão³⁶

A antropóloga Walquiria Domingues Leão Rêgo testemunhou, nos últimos cinco anos, a uma mudança de comportamento nas áreas mais pobres e, talvez, machistas do Brasil. O dinheiro do Bolsa Família trouxe poder de escolha às mulheres. Elas agora decidem desde a lista do supermercado até o pedido de divórcio.

O tema relacionado ao programa *bolsa família* é mobilizado pela revista *Marie Claire* como forma de expor o empoderamento feminino proveniente da renda destinada à mulher: *O dinheiro do Bolsa Família trouxe poder de escolha às mulheres. Elas agora decidem desde a lista do supermercado até o pedido de divórcio.* A lista de supermercados e o pedido de divórcio são escolhas que se distanciam bastante, mas, colocadas no texto desta maneira, indicam que a autonomia feminina tem limites muito expandidos com o programa.

O discurso de autoridade que comprova o empoderamento feminino promovido pelo programa aparece pela figura da antropóloga, que tem uma atitude de resposta aos discursos de que o programa *bolsa família* acomodou os brasileiros e diminui sua inserção no mercado de trabalho. A afirmação de que a antropóloga testemunhou a

³⁶ Anexo 14. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2012/11/o-bolsa-familia-e-revolucao-feminista-no-sertao.html> Acesso em: 01/06/2015.

mudança no decorrer de cinco anos aponta para a contraposição ao discurso do senso comum. Seu testemunho é construído como resultado de observação atenta e orientada cientificamente (portanto, sistemática) além de ter sido realizada por um longo período. Nesse sentido, pode afirmar com conhecimento e consistência que o programa empoderou as mulheres num contexto marcado pelo machismo e pela pobreza.

O machismo aparece associado à pobreza e à região nordeste do Brasil, conforme as referências no título e no corpo do texto: *uma mudança de comportamento nas áreas mais pobres e, talvez, machistas do Brasil*. Essa aproximação parece recuperar um discurso que circula socialmente segundo o qual muitas mulheres se submetem a comportamentos agressivos, violentos e/ou autoritários de muitos homens porque dependem financeiramente deles. Nesse contexto, está se desenvolvendo uma alteração importante para as mulheres: **agora** (depois de um tempo recebendo o valor do programa) elas podem fazer escolhas, inclusive a escolha de não se submeter ao machismo, divorciando-se de maridos machistas.

Ao apresentar o empoderamento dessas mulheres nordestinas a revista pode reforçar um discurso que parece estar sendo construído: está havendo alterações nas identidades femininas: as mulheres são/tornaram-se líderes (e nisto são apresentadas como sendo melhores que os homens); as mulheres são /tornaram-se agentes (ativistas a favor de um mundo sustentável; lutam contra o machismo e contra a força a de tradições culturais que as oprimiam; lutam contra a ditadura da boa-forma); as mulheres podem decidir/escolher o que querem para a própria vida. Deste modo, a revista constrói uma imagem/representação de identidade feminina com a qual as leitoras podem se identificar. Mesmo aquelas mulheres de regiões mais fortemente machistas e pobres têm mudado sua condição, sendo assim, todas as mulheres poderiam assumir protagonismo e agência. Todas as mulheres, em última instância, podem ser empoderadas.

Nas análises dos títulos auxiliares já é possível perceber que não se pode falar em identidade feminina de forma homogênea e estanque. Com os deslocamentos da identidade de gênero e, como consequência, da revista feminina, de suas temáticas e discursos, o ser mulher da pós-modernidade a partir da sessão Mulheres do Mundo,

configura o que Stuart Hall (2006) chama de “jogos de identidades”. Para o autor, uma consequência da modernidade tardia são as aproximações entre identidades antes consideradas distantes e impossíveis de acontecerem no mesmo tempo e espaço. O fato é que os processos de globalização fazem “compressão espaço-tempo” (HALL, 2006:69).

O espaço-tempo é a possibilidade, ou como Stuart Hall nomeia, é a “coordenada” para que os sistemas de representação aconteçam: “Todo meio de representação – escrita, pintura, desenho, fotografia, simbolização através da arte ou dos sistemas de telecomunicação – deve traduzir os eventos numa sequência temporal ‘começo-meio-fim’” (HALL, 2006:70).

Com os processos de globalização e a consequente compressão do espaço-tempo, identidades que antes eram fixas e demarcadas com certa segurança, na pós-modernidade elas são deslocadas e fluidas. As questões de gênero discutidas nessa pesquisa são desafiadoras justamente porque a identidade feminina passa por deslocamentos; estes exigem um olhar para as identidades que acontecem juntas com a identidade de gênero:

Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual nos fazendo apelos, ou melhor, fazendo apelos a diferentes partes de nós), dentre as quais parece possível fazer uma escolha. Foi a difusão do consumismo, seja como realidade, seja como sonho, que contrbuiu para esse efeito de “supermercado cultural” (HALL, 2006: 75). Esse efeito da globalização a partir da ampliação das redes de contato (destaca-se a *internet*) e das novas possibilidades de consumo e de relações econômicas entre países antes distanciados pelo espaço e pelas culturas aparentemente distanciadas, produz novas identidades, contestando outras que eram distanciadas e fechadas:

[...] parece então que a globalização tem, sim, o efeito de contestar e deslocar as identidades centradas e “fechadas” [...] ela tem um efeito pluralizante sobre as identidades , produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas; menos fixas, unificadas ou trans-históricas (HALL, 2006:87)

Nos títulos auxiliares analisados e, posteriormente, nos textos completos do tema da violência, há grande fluidez e relações do feminino com outras identidades, como a racial, a de classe social, a de sexualidade, de autoridade política e a de liderança, de engajamento nos movimentos sociais, entre outras.

Concluo, assim, as análises de um exemplar de título principal acompanhado do título auxiliar de cada tema escolhido. Destaco que a intenção não é fragmentar os textos, mas é mostrar como os discursos são mobilizados nos gêneros entrevista, reportagem e notícia, pois já nos títulos auxiliares percebo a contrução e o deslocamento das identidades femininas, bem como atitudes responsivas a discursos muito enraizados socialmente. Assim, escolhi apresentar uma análise dos textos completos do tema *Mulheres nas relações de violência*, constituído por dezesseis textos.

Eixo temático: Mulheres nas relações de violência

Ninguém fala que o cara é culpado. [...] “Se você não quisesse, não teria tirado a foto” é o que a maioria fala.

O eixo temático *Mulheres nas relações de violência* é constituído por quinze textos. Justifico a formação de um eixo com esse tema porque, durante a leitura da sessão Mulheres do Mundo, percebi que além de haver muitos textos sobre a questão da violência, ela era significada por conceitos diferentes; ou seja, da perspectiva do Círculo de Bakhtin, é um signo que carrega valores distintos, embora esteja presente em textos publicados no mesmo suporte. Os diferentes eixos axiológicos mobilizados nos distintos usos do signo violência refletem e refratam diferentes posições dos sujeitos que enunciam.

O tema da violência também foi escolhido porque 1) dialoga com outros temas, como Mulher na política³⁷, 2) as questões de gênero aparecem bem marcadas na construção do texto; além disso, 3) a violência contra a mulher é considerada uma das principais urgências da sociedade. No entanto, os outros temas são igualmente importantes e discursivamente situados nas formas de exercer a identidade de gênero feminina na pós-modernidade. Como eles são numerosos e contêm baixo número de textos (alguns deles são formados por apenas um texto), promovi um diálogo entre eles e os textos do tema principal, além da análise dos títulos auxiliares já apresentada.

Acredito que, desta forma, valorizo o maior número de textos selecionados, bem como se favorece uma análise que alcance mais questões discursivas e que possibilite mais diálogos com outros discursos, internamente e externamente à revista *Marie Claire online*.

O tema da violência está diretamente relacionado com a linguagem. Para Silva e Alencar (2003), a violência está presente em todas as instâncias da vida e, por isso, ela não só fere a integridade humana como também põe em cheque as identidades dos sujeitos e constrói novas identidades e as desloca para lugares desconhecidos: “A mesma linguagem que fere oferece possibilidades de existência linguística ao sujeito.

³⁷ O tema **Mulher e política** foi bem representativo na coleta de dados, contendo seis textos que tratam da participação feminina na esfera política, bem como o que esse deslocamento promove nos novos projetos de lei, nas pautas do congresso e em outras instâncias políticas. Outro tema bem significativo foi **Mulheres do Oriente** que continha nove textos e tratava de situações com mulheres não ocidentais representadas pela visão do ocidente.

Assim, a violência na linguagem pode ser vista como algo que não só destrói a identidade do sujeito e a própria significação, mas também as constitui” (SILVA; ALENCAR,2003:8).

Há textos em que a violência é entendida como a violência de gênero; para as autoras, ela se relaciona como as questões históricas e sociais que constroem o ser mulher na atualidade. A sexualidade, sendo uma construção histórica, aparece nos discursos mobilizados nesse eixo como sendo um mecanismo puramente biológico e natural.

Nesses textos, critica-se muito, também, o discurso da culpabilidade feminina e o das relações marcadas pela opressão contra a mulher. A violência sexual aparece, também, de forma ampla e heterogênea, alcançando não apenas o prejuízo físico das mulheres, mas também prejuízo causado nas relações pessoais e emocionais.

Outra atitude social que é entendida como “violência” é o próprio preconceito de gênero, como no texto: *“Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher: “É preciso acabar com o círculo vicioso de impunidade”, diz a alta comissária da ONU”*, em que juntamente com a discussão sobre a impunidade mundial se faz referência à presidenta Dilma e sua crítica no dia da mulher contra o preconceito de gênero.

Abri um eixo dentro da temática de violência para tratar de uma forma de agressão muito específica contra a mulher e que tem relações fortíssimas com o momento da pós-modernidade. Esta violência ficou conhecida como “pornografia de vingança ou de revanche”.

Esta violência se caracteriza pela exposição de mulheres através de fotos ou filmes produzidos em contexto de intimidade entre a mulher e o parceiro, e este material é exposto na internet pelo homem quando há um conflito, principalmente provocado pelo término de um relacionamento. Sobre esse assunto, há três textos que trazem a questão. Em um deles, intitulado *Pornografia de revanche, o relato da vítima: “Ele não esperava que eu tivesse força para expor o caso”, diz estudante que teve fotos nuas compartilhadas por ex”*, a revista apresenta o ponto de vista da vítima. Este tipo de

violência se caracteriza por uma agressão que vai além da exposição do corpo da mulher, engloba a vida profissional e pessoal.

Todas as formas de violência são tratadas pelas jornalistas da revista Marie Claire de forma bastante crítica, principalmente quando se aborda a impunidade. Essa impunidade é entendida na maioria dos textos como um discurso de “permissão” para a violência. A mobilização desses discursos se dá, principalmente, quando não há aplicação adequada de uma lei ou quando não há uma lei para determinados casos, como na chamada *pornografia de vingança*, que veremos posteriormente.

Os elementos de emancipação e empoderamento da violência nos textos advêm de aproximações entre quem tem o poder e quem é oprimido. No entanto, a influência de países europeus como forma de emancipar as mulheres orientais da violência é tratada de forma em que se simplifica essas relações, como se nos países ocidentais não houvesse, também, casos de violência e impunidade.

Como já mencionei na descrição metodológica, minha preocupação é dialogar com a teoria bakhtiniana sobre os gêneros do discurso a partir dos conceitos de linguagem, dialogismo, signo e enunciado. Esta análise também é construída a partir das teorias de identidade e de gênero social. Passo, agora, para às análises de cada um dos dez textos deste eixo temático.

Texto: ***Mudança em lei no Afeganistão impede que mulheres acusem homens de abusos sexuais***³⁸

O texto *Mudança em lei no Afeganistão impede que mulheres acusem homens de abusos sexuais* é uma notícia assinada pela redação da revista e critica, de forma bastante enfática, um projeto de lei que, tendo sido aprovado no Parlamento, aguarda a sanção pelo presidente do Afeganistão. Esse projeto determina que as mulheres não poderão denunciar casos de abusos sexuais e outros tipos de violência sofridos por elas. Apesar de um projeto de lei ser considerado um fato isolado, podendo haver vários projetos de lei que inclusive se contraponham entre si, a revista parece tomar

³⁸ Anexo 15. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2014/02/mudanca-em-lei-no-afeganistao-impede-que-mulheres-acusem-homens-de-abusos-sexuais.html> . Acesso em: 01/06/2015.

como verdade que este é o posicionamento do país como um todo, quando se afirma: “[...] em um país onde matar pela honra é normal”.

A revista parece generalizar a visão de que o país considera normal essa violência, do que podemos depreender que pessoas do Afeganistão vêem como normais ações violentas de homens contra as mulheres no país. Essa normalidade está associada a “matar pela honra” (quando a honra masculina é considerada, do ponto de vista masculino, ultrajada, o homem pode matar); no texto, essa normalidade é tomada como sintomática/exemplar de uma visão masculina machista que predomina socialmente. Se matar a mulher para defender a honra é visto como normal, pode parecer normal que haja outras formas de violência contra a mulher e que elas devam se submeter a essa violência sem reclamar. Assim, o projeto de lei apenas regulamentaria práticas sociais estabelecidas e visões/valores machistas também estabelecidos socialmente.

Além disso, o texto faz referência a uma matéria publicada em um jornal britânico sobre um grupo que está lutando contra a aprovação deste projeto, que se chama *Women for Afghan Women* (em tradução livre, “Mulheres pelas Mulheres Afegãs”). Já percebemos que o grupo pode ser formado por mulheres de diferentes nacionalidades, não importando o país de origem, uma vez que se refere a mulheres sem especificar a nacionalidade, diferentemente das mulheres por quem se deve lutar, que são as afegãs. Não importa a nacionalidade, essas mulheres podem se juntar e ter algo em comum, que é a luta pelos direitos das mulheres afegãs.

Pelo nome, parece que são predominantes no grupo as mulheres ocidentais e se percebe que há um discurso de que as mulheres ocidentais precisam lutar pelos direitos das mulheres Afegãs. Nesta referência, as mulheres em geral são descritas como “as mais vulneráveis”. O texto termina sem maiores informações sobre o projeto.

A análise desse texto teve como intuito descobrir quais eram as marcas lingüísticas que trazem os discursos sobre a violência e que outras respondem a esses discursos. Na chamada do texto lemos: *Alteração no código penal é considerada um retrocesso no combate à violência em um país onde matar pela honra é normal*.

Como se observa nesta afirmação, essa alteração na lei é “considerada um retrocesso” por um grupo de mulheres que lutam pelos direitos das mulheres afegãs. -

Grupo *Women for Afghan Women* - que nos faz pensar em quem são estas mulheres que lutam pelas mulheres afegãs. O texto infere que são as mulheres ocidentais que promovem a discussão e a autora do texto parte do posicionamento delas sobre o fato.

É importante destacar que, embora o foco deste texto seja as mulheres afegãs, o eixo que envolve a discussão é a violência, por isso ele foi agrupado aqui.

Há, também, um discurso de emancipação feminina no ocidente, uma pressuposição de que as mulheres ocidentais, pelo movimento feminista dos anos 60, já garantiram todos os seus direitos, inclusive o de não sofrer violência.

Esta crença é marcada no texto quando se diz: *em um país onde matar pela honra é normal* e em: *É um retrocesso ao progresso lento de combate à violência no país*. O trecho se refere ao país Afeganistão com um distanciamento bem marcado, como se apenas lá fosse comum a morte de mulheres. Também faz referência ao conceito de “honra”, já que a condição da mulher violentada marca um conflito entre os homens.

As expressões *retrocesso* e *progresso lento de combate à violência no país* indicam a mobilização do discurso de que o Afeganistão se recusa a emancipar a mulher da violência com base nos padrões dos direitos humanos e do movimento feminista ocidental.

Neste texto, observa-se que a violência contra a mulher engloba desde a violência sexual - violência praticada contra o corpo da mulher, que se constitui como passível de posse por parte do homem, como objeto que está disponível para atender aos desejos sexuais do homem à revelia do desejo da mulher, o que justifica que o homem se apossa dele mesmo sem o consentimento da mulher – à violência contra a vida da mulher, que pode ser morta em nome da honra masculina. O texto menciona distintas formas de violência: castigos físicos (ser acorrentada,, passar fome, sofrer agressões e queimaduras), ser obrigada a se prostituir, ser obrigada/forçada a se casar’, ser vendida (ser tratada como objeto).

Essas formas de violência são vistas como cultural e socialmente constituídas e indica-se que há movimentos no sentido de combatê-la; esse combate, por sua vez, é visto como progresso, como evolução. Combater a violência carrega um valor positivo especialmente do ponto de vista de mulheres ocidentais. Ações que, por outro lado,

tendam a manter a violência são vistas como negativas, como retrocesso, como involução. Nesse sentido, a própria violência contra a mulher está associada à falta de progresso, falta de evolução social e cultural, carregando os valores negativos associados a essa falta.

Texto: ***Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher: “É preciso acabar com o círculo vicioso de impunidade”, diz a alta comissária da ONU***³⁹

Este texto se propõe a mostrar o apoio ao discurso da não-violência contra a mulher ao redor do mundo. Mobiliza o discurso da presidenta Dilma no dia internacional da mulher pelo twitter, que critica o preconceito de gênero: *A violência contra a mulher envergonha uma sociedade que, infelizmente, ainda é sexista e preconceituosa. É uma forma de preconceito do ‘mais forte’ contra a mulher apenas pelo fato de ser mulher*. A fala de Dilma, ao usar a expressão “mais forte” entre aspas, parece ter o intuito de refutar o discurso de que o homem é mais forte e que por isso, é aceitável que ele cometa violência contra a mulher. O uso das aspas aponta para a retomada de discursos que circulam socialmente segundo o qual a mulher é o sexo frágil, sendo o homem mais forte que a mulher. Ao mesmo tempo que retoma esses discursos, parece questioná-los, à medida que afirma que a violência contra a mulher é uma prática não de indivíduos *sexistas* e *preconceituosos*, mas de uma sociedade *sexista* e *preconceituosa*, indicando que não se pode pensar em casos isolados, mas uma prática socioculturalmente construída. Nesse sentido, assim como no texto anterior, a violência contra a mulher é vista como uma prática sociocultural. O termo *sexista* usada por Dilma também sugere sua inserção no discurso do empoderamento feminista, que traz esses conceitos para desconstruir o machismo na sociedade.

Na sequência do texto, o autor menciona o consumo como parte da contribuição pela não-violência. Para isso, há referência ao grupo Kering na criação de um logotipo que será incluído nos produtos: *destaque para iniciativas de marcas de moda pela data, como Stella McCartney, que criou um logotipo que será distribuído entre os clientes da Kering*. A moda, sendo um dos conteúdos da revista, é apresentada como também

³⁹ Anexo 16. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2013/11/dia-internacional-da-nao-violencia-contra-mulher-e-preciso-acabar-com-o-circulo-vicioso-de-impunidade-diz-alta-comissaria-da-onu.html>. Acesso em: 04/06/2015.

engajada na luta contra a violência. Para a leitora da revista cujo slogan é *Chique é ser inteligente*, a moda também pode ser representada e construída de modo a não ser vazia, mas também precisa ter conteúdo socialmente valorizado. Assim, ao mesmo tempo que se faz referência ao consumo, esse consumo é engajado, não neutro e é recoberto pelas tonalidades dos discurso feminista. Não por acaso a moda é citada entre discursos engajados de uma importante política brasileira e de uma importante voz do cenário político internacional,

O autor também faz referência à fala de Navi Pillay, alta comissária da ONU que afirma que o preconceito é enraizado socialmente por crenças do quem deve ser a mulher e que estas crenças conduzem a um círculo vicioso de impunidade: *Esta violência está embasada em normas profundamente enraizadas socialmente, as quais só reconhecem o valor das mulheres a partir de noções discriminatórias de castidade e “honra” e é frequentemente usada para controlar e humilhar não apenas as vítimas.* No texto anterior, que se tratava da violência contra a mulher no Afeganistão, esses mesmos elementos se destacavam: “castidade” e “honra” eram associados aos discursos que circulavam no contexto Afeganistão. Já esse texto se refere à violência contra a mulher na sociedade ocidental. Assim como na fala da Presidenta e no texto anterior, a violência contra a mulher é construída como uma prática sociocultural.

As relações dialógicas desse texto com o texto anterior (sobre o projeto de lei no Afeganistão), reforçando essa visão de que a violência contra a mulher é uma prática social e culturalmente construída, também podem ser constituídas num aspecto essencial das práticas sociais, que se refere justamente ao sistema jurídico e as possibilidades (ou não) de punição aos agressores: "Para Navi, 'é essencial desafiar estas noções, que comumente permeiam o **sistema de justiça**, o qual **resulta em um círculo vicioso de impunidade e maior violência**’." Assim como texto anterior, assinala-se a impunidade e a manutenção da violência.

Interessante salientar que, geralmente, as campanhas contra a violência são aproximadas do mercado. Nesta campanha, por exemplo, foi criado um logotipo que será distribuído entre os consumidores de uma marca têxtil. Na imagem principal, há a fotografia de uma mulher machucada fazendo o clássico gesto do silêncio.



Essa imagem também remete ao silêncio das vítimas em relação às agressões e aos agressores. Esse silêncio pode ser associado, estabelecendo assim relações dialógicas, ao silêncio imposto às mulheres afegãs e às mulheres que vivem em países nos quais o sistema de justiça ainda não tem mecanismos de combate à violência contra a mulher. A ausência desses mecanismos poderia indicar o quanto essa violência está arraigada socioculturalmente, a ponto de ser normalizada e, portanto, não criminalizada e não reprimível como prática sociocultural inadequada e indesejável.

Outros aspecto que aonta para relações dialógicas entre esse texto e o anterior a partirda imagem dizrespeito ao como se concebe a violencia contra a mulher: violênia física, contra o corpo e praticada no próprio corpo da mulher. Os sinais dessa violência físicasão explorados na imagem. O signo não verbal (fotografia) dá sentido ao signo verbal (violência).

O texto termina com a informação sobre o fato histórico que marcou a escolha do dia 25 de novembro como o dia da não violência contra a mulher: a morte de três mulheres da República Dominicana que estavam lutando pelas questões de gênero. Embora não se fale dessas relações de violência no Brasil, ao trazer a declaração da Presidenta, indica-se que há violência contra as mulheres no contexto brasileiro.

Texto: ***Pornografia de revanche, o relato da vítima: “Ele não esperava que eu tivesse força para expor o caso”, diz estudante que teve fotos nuas compartilhadas por ex***⁴⁰

O texto que será analisado neste momento faz parte de um grupo composto por três textos cujo objetivo é discutir sobre uma forma de violência contra a mulher muito específica da atualidade. Trata-se da chamada *revenge porn*, que significa “pornografia de vingança” ou de “revanche”.

Como já comentei no início deste eixo temático, a pornografia de vingança é uma forma de violência contra a mulher que consiste na exposição de materiais íntimos como fotos, filmes e outros na internet (para desconhecidos e familiares da vítima). Essa exposição geralmente é feita pelos ex-companheiros das vítimas como forma de punir a mulher pelo término do relacionamento ou por outros motivos.

Embora a pornografia de vingança exista a partir da *internet* e com o advento das redes sociais, ela é uma continuidade à permissão social que se dá para oprimir as mulheres. De fato, se a exposição da sexualidade feminina funciona, é porque existem discursos de gênero enraizados há muito mais tempo que a própria internet.

Estes discursos estão relacionados ao público e ao privado na vivência da sexualidade, também sobre o lugar que a mulher deve ou não ocupar na sociedade, sobre honra e relações familiares, entre muitos outros.

Assim, analisar esses três textos como sub-tema do eixo da violência indica um posicionamento importante sobre a violência atual contra a mulher, pois a pornografia de vingança, ao mesmo tempo em que pertence à pós-modernidade, é uma continuidade dos discursos sobre a mulher desde que os corpos femininos foram entendidos como “diferentes” dos corpos masculinos e que, portanto, foram atribuídas determinadas verdades sobre o ser mulher na sociedade.

Os três textos foram escritos pela jornalista Graziela Salomão e datam do mês de novembro de 2013. Estes fatos são importantes para começarmos a compreender

⁴⁰ Anexo 17. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2013/11/pornografia-de-revanche-o-relato-da-vitima-ele-nao-esperava-que-eu-tivesse-forca-para-expor-o-caso-diz-estudante-que-teve-fotos-nuas-compilhadas-por-ex.html>. Acesso em: 04/06/2015.

as condições de produção em que estes textos foram publicados na revista Marie Claire.

No mês de novembro de 2013, o programa Fantástico da TV globo fez uma reportagem sobre a chamada pornografia de vingança, após uma jovem ter cometido suicídio depois de ser exposta pelo ex-namorado.

Os textos de Graziela Salomão são, portanto, uma resposta aos discursos sobre a violência, sexualidade, corpos femininos, papel da mulher e outros temas que, como temos analisado, são constantemente mobilizados na sessão Mulheres do Mundo da revista Marie Claire.

Conforme lemos em Bakhtin (2010:271), a comunicação discursiva é “um processo complexo e amplamente ativo”. Sendo assim, a revista Marie Claire, mais do que apenas apresentar um assunto que estava circulando na mídia naquele determinado tempo, mobiliza mais discursos na comunicação discursiva.

Como esse processo não se inicia nem termina com discursos construídos isoladamente, mas sim a partir da compreensão e atitude responsiva de cada ouvinte (como estamos tratando de textos escritos, vamos chamar de leitoras dos textos da revista), como a autora e as vozes que constroem o texto têm uma atitude responsiva sobre esses discursos.

Quando tratamos do enunciado no primeiro capítulo, percebemos que Bakhtin (2010) amplia a noção de enunciado, que não pode ser entendido fora da rede discursiva:

Ademais, todo falante é por si mesmo um respondente em maior ou menor grau: porque ele não é o primeiro falante, o primeiro a ter violado o eterno silêncio do universo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que usa mas também de alguns enunciados antecedentes – dos seus e alheios – com os quais o seu enunciado entra nessas ou naquelas relações (baseia-se neles, polemiza com eles, simplesmente os pressupõe já conhecidos do ouvinte). Cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados. (BAKHTIN, 2010:272)

Por isso, ao se publicar três textos com a temática da pornografia de vingança no mesmo mês, a revista Marie Claire, além de fazer dialogar os textos entre si, está dialogando com os discursos que foram mobilizados em outras esferas da sociedade

sobre estes fatos. Alguns destes critérios discursivos que predominam nesse tema serão analisados agora.

Neste primeiro texto, a autora Graziela Salomão escolhe apresentar um caso de pornografia de vingança a partir do ponto de vista da **vítima**, uma mulher jovem, que cursa o ensino superior, que é branca, traços étnicos japoneses e de classe média, chamada Thamiris Sato. Esta perspectiva da vítima já contribui para que o caso seja trabalhado discursivamente como uma forma de violência. No relato, o homem sendo o causador da violência (no decorrer do texto ele será adjetivado como *violento*), se torna o outro, já que a voz de poder pertence à mulher. Isso contribui para se entender os discursos da revista sobre a violência de modo geral, não apenas sobre a *revenge porn*.

O fato de a mulher que expõe sua história ser jovem, branca e escolarizada já é uma quebra no estereótipo de que a violência acomete apenas mulheres pobres, negras e com baixa escolaridade. Mais do que isso, em muitos discursos que circulam na sociedade em diversos gêneros como as novelas, publicidades, campanhas, entre outros, a violência está associada apenas a condições sociais que são entendidas como determinantes e associadas entre si. Por exemplo, a classe baixa é associada com raça negra e estes dois mecanismos são associados com a não-escolaridade e, por fim, todos estes com a violência. Esse estereótipo sobre os sujeitos envolvidos nas relações de violência, além de ser preconceituoso, dificulta que as políticas públicas alcancem todas as mulheres e as diversas relações que podem existir entre mulher e violência.

Por isso, entendo que a revista Marie Claire, neste texto e em outros, quebra uma crença muito enraizada na sociedade de que a violência contra a mulher acontece apenas quando esta é marginalizada por outros mecanismos sociais como a raça, a escolaridade e a classe social, como descrevemos anteriormente, Thamiris e o ex-namorado são sujeitos que não se enquadram nos padrões construídos sobre a violência. O ex-namorado é um rapaz de classe média, búlgaro e escolarizado, contrariando o estereótipo de que o homem violento é pobre e sem escolaridade. Assim, se para a sociedade, a violência está relacionada com a raça, escolaridade e classe social, responsabiliza-se a mulher pela violência não só por ser mulher, mas também, por ser pobre, negra e sem escolarização.

Nesse texto, no entanto, a violência assume outras características: é produzida pelo homem branco, escolarizado, e de classe média contra a mulher branca, escolarizada, de classe média. Não apenas os sujeitos envolvidos no processo da violência colocam em jogo outras identidades raciais e sócio-econômicas como também o signo violência é recoberto por outro sentido, pois não é a violência física que está em evidência, mas uma violência que é emocional e psicológica. Enquanto que nos textos anteriores a violência era praticada contra o corpo da mulher e no corpo da mulher ou contra a vida, nesse texto, embora haja ameaças de a violência ser contra a vida (ameaças do ex namorado de matá-la e a conjectura de suicídio por parte da vítima) e embora o corpo da mulher esteja no centro do processo violento,, predomina uma violência que não é diretamente no corpo da mulher. Ao expor a intimidade sexual e o corpo da mulher, o homem violento desencadeia um processo em que a mulher passa a ser julgada publicamente e passa a ser culpabilizada.

Os fatores identitários da violência, bem como as crenças estereotipadas envolvidas nesse processo, trazem à tona o próximo critério discursivo que está sempre presente nos textos de violência, que são os discursos da culpabilidade feminina. Os discursos da culpa são explicitamente mobilizados no relato de Thamiris, quando, após escrever um depoimento na rede social em que se posiciona sobre o fato, começou a receber represálias: *Ninguém fala que o cara é culpado. Só quando você escreve um texto e mostra seu lado é que algumas pessoas entendem. Julgamentos como “Se você não quisesse, não teria tirado a foto” é o que a maioria fala.*

A publicação das fotos é chamada de “punição” de um homem que não aceitou o fim do relacionamento: *Segundo ela, o rapaz não aceitou o rompimento e, como punição, publicou fotos íntimas da ex-namorada na web.*

O signo punição tem relação com a culpa; pune-se o que é considerado errado, inadequado. Portanto, quando a autora afirma que o ex-namorado publicou as fotos como punição, está inferindo que a vítima cometeu um erro ao terminar o relacionamento.

No entanto, algumas condições sociais são situações de vulnerabilidade que as mulheres vivenciam, podendo estar inseridas no contexto violência. Mas estas situações nunca são fixas e estáveis, os lugares onde a mulher circula, com quem ela

se relaciona e como vivencia sua sexualidade são questões que se modificam ao longo de um mesmo dia e da vida. Portanto, não é a raça, a classe social, a sexualidade e outros fatores sociais que causam a violência, mas sim a permissão social por meio da impunidade, da responsabilização da mulher, os discursos machistas, entre muitos outros.

Já no título, o texto se refere a Thamiris como vítima, e como vítima que pode expor seu ponto de vista: *o relato da vítima*. Desta forma, podemos dizer que o título sugere que, em casos de violência como a pornografia de vingança, o que se tem exposto são os discursos do opressor pela visão julgadora da sociedade, como veremos no relato. O gênero discursivo relato é apresentado pela autora como uma possibilidade de encorajamento feminino para lidar com a violência: *criou coragem para contar sua história e espera alguma punição para o ex-namorado*.

O empoderamento feminino aconteceu após outra forma de mídia, a televisão, divulgar casos semelhantes e também pela própria rede social Thamiris pode apresentar seu lado. A autora do texto chama a agressão de “crime tão covarde”. Percebemos que há claramente o posicionamento da autora diante do fato. Já no início do relato, a vítima faz uma justificativa pela existência das fotos, utilizando-se do discurso da confiança e da intimidade: *Foi normal ser fotografada durante nossa intimidade. Não sei se é fetiche ou fantasia, mas tínhamos uma relação de confiança forte. Aquilo ficaria entre nós. Tirar as fotos foi uma vontade dos dois*.

Podemos dizer que essa forma de argumentação é muito válida, pois se contextualiza uma situação que era privada e que, por conta do alcance virtual, se tornou pública. Outro argumento que aparece no texto é o da relação da mulher com seu próprio corpo: *Sou segura com meu corpo, não tenho vergonha dele nem da minha sexualidade*. Judith Butler (1999) repensa essas relações sociais do corpo enquanto matéria associado ao gênero feminino, em que a mulher seria socialmente marcada a partir do corpo, ou seja, do próprio sexo:

Esta asociación del cuerpo con lo femenino se basa em relaciones mágicas de reciprocidad mediante las cuales el sexo femenino se limita a su cuerpo, y el cuerpo masculino, completamente negado, paradójicamente se transforma en el instrumento incorpóreo de una libertad aparentemente radical. (BUTLER, 1999:63)

Isso fica evidente, principalmente, porque nesse caso o agressor também participou da relação íntima com a vítima, embora não seja um caso de vídeo de relações sexuais (como acontece também) o fato do ex-namorado participar das fotos seria motivo para ele também ser exposto. No entanto, como a autora comenta, a sociedade só marca o corpo feminino, mesmo que haja situação igual de nudez masculina, ela é invisibilizada.

Ao final do relato, aparece o discurso da impunidade, pois o ex-namorado continua mantendo contato e ameaçando a vítima: *Se agora ele está recebendo todas essas mensagens de ódio, que ele disse para mim, é culpa dele. Se as coisas estão se voltando para ele ou para a família dele, sinto muito. Ele que tivesse pensado antes de me expor nua; Kristian deletou a página dele no Facebook, mas continua me mandando mensagem por um perfil falso. Ele só não esperava que eu tivesse força para expor todo o caso.*”

Além da impunidade, nesta fala percebemos que há uma resposta de Thamiris aos discursos sobre a violência cometida contra ela. Nos trechos: *Se agora ele está recebendo (...) Se as coisas estão se voltando para ele ou para a família dele*, Thamiris reconfigura os discursos direcionados a ela, tanto os discursos envolvidos no ato do ex-namorado expor as fotos íntimas – que é uma atitude que materializa os discursos sociais de que a mulher não tem direito de decidir pelo término de um relacionamento, de que a sexualidade feminina deve acontecer no âmbito privado, enquanto a sexualidade masculina pode ser exposta – quanto aos discursos da sociedade sobre a exposição que foram direcionados a ela, fazendo com que, a partir da voz que lhe foi dada pela revista Marie Claire, as relações de poder em torno do gênero envolvidas nessa violência comecem a ser desconstruídas rumo à emancipação.

Texto: ***Pornografia de revanche: “Nossa sociedade julga as mulheres como se o sexo denegrisse a honra”, diz Romário***⁴¹

Este segundo texto escrito por Graziela Salomão sobre a chamada pornografia de revanche se constrói de uma forma diferente do texto *Pornografia de vingança, o relato da vítima*. Se no primeiro o gênero discursivo era o relato, predominantemente escrito em primeira pessoa, aqui o gênero escolhido foi a entrevista. Mantém-se a predominância da voz do entrevistado, no entanto, o que ele diz depende das perguntas, diferentemente do relato, que pode ser orientado apenas da perspectiva de quem relata.

Geralmente, entrevistas são realizadas com sujeitos que tem alta representatividade na sociedade, como celebridades, políticos, personalidade e pessoas que se destacaram na mídia. Neste caso, o entrevistado é o deputado Romário que propôs um projeto de lei para punir agressores utilizam da exposição feminina para cometerem violência contra a mulher.

Outra comparação que podemos fazer entre esse texto e o anterior é que naquele, o objetivo era dar voz a uma vítima da pornografia de vingança, já neste é mostrar uma voz de autoridade que tenta coibir a violência e legislar com o objetivo de “garantir o direito à privacidade”. Na voz do deputado, seu fazer consiste em: “Como legislador, toda vez que diagnosticamos um problema, tentamos pensar numa solução.”. São, portanto, sujeitos que falam de posições diferentes na sociedade: a mulher vítima, mas que reagiu buscando uma solução para seu problema, e o legislador que busca soluções para problemas sociais. A mulher fala a partir de uma experiência mais individual, e o deputado fala a partir de um lugar mais coletivo, levando em consideração diferentes experiências sociais.

Assim, a figura masculina, deputado Romário, aparece como central na luta contra a chamada *pornografia de revanche* e se tornou *uma das vozes mais fortes em defesa desta causa feminina*. Romário aparece descrito no texto como *homem, deputado e pai*, funções de masculinidade que, socialmente, são responsáveis pela

⁴¹ Anexo 18. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2013/11/pornografia-de-revanche-nossa-sociedade-julga-mulheres-como-se-o-sexo-denegrisse-honra-diz-romario.html>. Acesso em: 04/06/2015.

proteção feminina: *ele falou a Marie Claire sobre o assunto - como político e também como pai de quatro filhas.*

O discurso de autoridade aparece quando Romário nomeia os autores das exposições femininas de “criminosos”. Esse termo aparece com função argumentativa, pois o texto discute justamente a aprovação de uma lei que torna crime a chamada “pornografia de vingança”. Desta forma, é importante lembrar que em textos anteriores a criminalização da violência contra a mulher é vista como progresso/desenvolvimento sociocultural, ao passo que a não criminalização é vista como retrocesso.

Como já comentamos anteriormente, o texto enquanto enunciado deve ser compreendido como se fosse além de uma estrutura verbal (BAKHTIN, 2010), pois o enunciado dialoga com outros de uma mesma comunicação discursiva. Sendo assim, este texto dialoga com os discursos sobre mulheres que sofrem a mesma violência, bem como com os discursos sobre as consequências desses atos violentos⁴²: *Chocou o país o caso de Júlia Rebeca, a adolescente de 17 anos, que morava no litoral do Piauí e, depois de ter um vídeo íntimo compartilhado pelo celular, caiu em uma profunda depressão e se suicidou. (...) Casos como esses estão se tornando comuns e adivinhe quem são as principais vítimas? “Nossa sociedade costuma julgar as mulheres. É como se o sexo denegrisse a honra delas”, diz Romário.*

Na última parte dessa fala, percebemos que, quando a jornalista lança a pergunta sobre quem são as principais vítimas, ela insere um fragmento da fala de Romário que pertence à entrevista, em que responde que as principais vítimas são as mulheres a partir não da exposição delas na internet, mas uma vitimização a partir do julgamento social sobre as formas de vivenciar a sexualidade feminina. Além disso, Romário fala em sexo e não em sexualidade, já que os discursos de culpa advêm de elos discursivos construídos sócio-historicamente sobre o gênero e a sexualidade feminina (BUTLER, 1999).

Na entrevista, Romário critica o discurso da culpabilidade feminina, mas ao mesmo tempo, diz que os crimes acontecem pela vulnerabilidade que há no relacionamento a partir da confiança. O discurso da mulher vulnerável também é

⁴² Entendo por dialogismo tanto os diálogos que concordam com os discursos antecedentes como os diálogos de discordância ou não-concordância. Quero reafirmar, aqui, que dialogismo é todas as formas possíveis de encontro entre discursos, não necessariamente uma concordância entre eles.

bastante comum em nossa cultura, em que as mulheres necessitam de proteção para se emancipar: *O criminoso se aproveita da vulnerabilidade gerada pela confiança da pessoa.*

Assim, os discursos da culpabilidade e o da vulnerabilidade se contrapõe. No primeiro, a responsabilidade atribuída à mulher pela pornografia de vingança advém de uma construção de gênero de que é a mulher quem determina quem acessa seu corpo, seja fisicamente, moralmente ou pela linguagem. Já o discurso da vulnerabilidade advém de um posicionamento político que afirma que a mulher é vítima do patriacado e, portanto, não tem o controle nos casos de violência.

Na sequência, o texto vem trazendo algumas precauções que as mulheres devem tomar. Essa é uma característica da imprensa feminina, o discurso da auto segurança e do ensinamento: *as mulheres devem tomar precauções como, quando resolver registrar estes momentos, deter essas gravações ou fotografias. Não compartilhar, enviar por email ou aplicativos de celular.*

Durante a entrevista concedida à revista, ao comentar sobre um valor em dinheiro que deverá ser pago às vítimas pelo criminoso, Romário desconstrói um possível discurso de que a mulher deve se envergonhar por isso: *MC - O senhor acredita que essa forma de compensação financeira, por maior que seja, traria algum tipo de sensação de justiça para a vítima? Corre o risco de ser mal vista pela sociedade? R - Mal visto pela sociedade deveria ficar o criminoso.*

Outro termo que merece ser destacado em nossa análise é a *absolvição moral* que pode ser entendida tanto como se a lei tivesse absolvido a mulher que agiu de forma “imoral”, tanto como uma negação desse discurso de culpa feminina. Neste caso, o valor tem como objetivo remunerar a vítima pelas perdas que sofreu com a exposição, inclusive o prejuízo financeiro, já que muitas mulheres perdem seus empregos.

Ao final, o deputado afirma que a lei tem como objetivo preservar o direito das pessoas, inclusive *o direito a produzir imagens e filmes das suas relações sexuais*, em que pela primeira vez, nos textos sobre a pornografia de vingança, as escolhas sexuais das pessoas são apresentadas como *direito individual*.

Nesse texto, é importante salientar os signos que constroem a pornografia de revanche como violência:

1. em “projeto de lei que **torna crime** a divulgação indevida de material íntimo e virou uma das vozes mais fortes em defesa desta causa feminina”, a criminalização indica que esse tipo de ação é socialmente reprovável, uma vez que dissolve as fronteiras entre o que é público e o que é privado, entre o que é coletivo e o que é individual. A legislação sobre e a criminalização busca redefinir essa fronteira, especialmente porque esse tipo de ação (pornografia de revanche) gera prejuízos individuais e sociais (morte, perda de emprego, problemas psicológicos) tanto para as vítimas quanto para familiares e amigos. Nesta mesma direção da legislação sobre e da criminalização, pode-se assinalar os alguns signos tanto na voz da jornalista quanto na voz do deputado: “(...) adivinhe quem são as principais **vítimas**”; “O **criminoso** se aproveita da vulnerabilidade gerada pela confiança da pessoa”; “Procuraria a **justiça**”; “**projeto de lei que coíbe e penaliza** a divulgação de fotos e vídeos íntimos”; “Como será feita a **punição aos infratores?**”; “A **lei** já prevê **punição**, só que ela é branda para o tamanho do problema que causa”; “A **polícia** e a **justiça** já sabem como agir,(...). Eu proponho uma **tipificação específica**, com **aplicação de pena** de três anos de **detenção** mais **indenização da vítima** pelas despesas(...)”; “Mal visto pela sociedade deveria ficar o **criminoso**.”. Assim, a pornografia de revanche é construída como crime. E é um crime porque afeta a vida das pessoas envolvidas, especialmente da vítima, considerando que vítima, nesta perspectiva, é quem sofre as consequências do crime, da infração da lei, portanto do ato violento.

2. os prejuízos causados, as consequências provocadas – como problemas psicológicos, chegando à morte das vítimas, sócio-econômicos, sociais – são outro aspecto que configuram a pornografia de revanche como violência: depressão, suicídio, humilhação, julgamento social, imagem e honra socialmente denegridas, exposição social: “Chocou o país o caso de Júlia Rebeca, a adolescente de 17 anos, que morava no litoral do Piauí e, depois de ter um vídeo íntimo compartilhado pelo celular, caiu em uma **profunda depressão e se suicidou**.”; “duas garotas – uma de Goiânia e outra do Piauí – **sofreram ataques depois da divulgação de um vídeo íntimo**. A adolescente de 17 anos **não aguentou a pressão** que sofreu nas redes sociais **e se matou**.”; “Nossa sociedade costuma **julgar** as mulheres. É como se o sexo **denegrisse a honra**

delas”; “Quem divulga tem o claro objetivo de **humilhar, denegrir a imagem.**”; “expôs ainda mais a Fran”; “Isso é **avassalador.**”.

Texto: ***Pornografia de vingança é combatida com novas leis nos Estados Unidos***⁴³

Este é o terceiro e último texto deste grupo que trata da pornografia de vingança. Os outros dois textos foram assinados por Graziela Salomão, já este é assinado pela redação da revista Marie Claire.

Este texto pertence ao gênero notícia, pois, predominantemente, tem uma função informativa sobre novas leis que foram elaboradas nos Estados Unidos para ampliar a punição de quem comete esse tipo de violência.

Na chamada deste texto já há uma informação direta à leitora, pressupondo que o público que está lendo esta notícia esteja vulnerável a sofrer violência: *veja o que fazer no Brasil*. Embora a autora trate de discussões sobre a pornografia de vingança/revanche e as suas novas leis nos EUA, infere-se que muitos casos estão acontecendo no Brasil e se promete dar mais informações às leitoras que também podem ser vítimas dessa violência.

No entanto, como este texto foi publicado dois meses antes dos dois primeiros, a violência é nomeada de “truque-baixo” pela revista. Este parece ser um posicionamento pouco politizado, já que descaracteriza a agressão como violência contra a mulher: *Postar fotos da ex-namorada nua após o fim do namoro virou um **truque baixo** recorrente no Brasil e nos Estados Unidos*. Outra análise que podemos fazer desse posicionamento é que ainda não havia acontecido o caso de suicídio relatado na entrevista anterior, nem o caso da jovem Thamiris, então a mídia em geral não havia se posicionado.

O texto termina destacando que as medidas nos Estados Unidos para barrar as páginas que divulguem estes materiais causaram polêmica, por prejudicar a *liberdade de expressão e anonimato*, funções estas que são muito valorizadas quando se pensa na internet.

⁴³ Anexo 19. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2013/09/pornografia-de-vinganca-e-combatida-com-novas-leis-nos-estados-unidos.html>. Acesso em: 07/06/2015.

Pode-se estabelecer relações dialógicas entre esses três textos pela temática comum, bem como pode-se recuperar nos textos as relações dialógicas que são estabelecidas nos próprios textos. Naqueles assinados por Graziela Salomão, a própria autora recupera textos anteriores que estavam circulando e, embora não os cite diretamente, permite às leitoras recuperar esses discursos:

1. *Foi após ver que outras mulheres também passaram por casos de pornografia de revanche, **em reportagem exibida na TV no último domingo (17), no programa “Fantástico”,** que Thamiris criou coragem para, então, tratar do assunto **em sua própria página no Facebook.*** Neste trecho, a autora indica para as leitoras que o tema abordado na revista está circulando por outros espaços sociais – mídia e redes sociais. A autora não retoma o conteúdo desses textos aos quais faz referência porque o espaço é dedicado ao relato da vítima, mas assinala que esta é uma questão que está em debate mais amplo. Desse modo, a revista constroi uma representação para si, e conseqüentemente para as leitoras, de atenção para com os conteúdos em debate na sociedade e participação desse debate. A revista não está alheia a esse problema, especialmente porque é um problema que afeta as mulheres. As leitoras precisam estar informadas e precisam conhecer o problema. Por outro lado, ao trazer a voz da vítima, a revista constroi-se como espaço de empoderamento da mulher, de voz feminina.
2. ***Diante das recentes histórias** de mulheres que tiveram vídeos publicados em redes sociais, ele falou a Marie Claire sobre o assunto; **Chocou o país** o caso de Júlia Rebeca (...). Nesta segunda-feira (18), **mais uma história veio a público;** No último domingo, **logo após a matéria do “Fantástico”** que mostrou o caso da adolescente do Piauí, um **blogueiro influente nas redes comentou o caso** (...).* Assim como no texto anterior, nesse texto, Graziela Salomão indica a suas leitoras que está retomando uma temática que está em debate público, que é notícia para todo o país. Inclusive, permite às leitoras que recuperem o depoimento da

vítima, uma vez que faz referência a esse caso específico, embora não cite o texto/relato diretamente (remeter ao relato é uma das funções dos links disponíveis no site). A autora ainda recupera a matéria exibida na televisão e faz referência a outro texto que circulou na internet. Mais uma vez, a autora constrói a revista como um veículo que se insere amplamente no debate do tema que tem ocorrido em diferentes mídias (televisão e internet, nas redes sociais e nos blogs). Desta forma, constrói também as leitoras como participantes desse amplo debate que envolve e afeta diretamente as mulheres.

3. (...) como mostra a **reportagem do "The New York Times" publicada no jornal "Folha de S. Paulo"** desta segunda-feira (30); **Relembre as histórias dessas mulheres** e veja o que fazer em caso de ataque virtual no Brasil. Na notícia, são apresentados às leitoras dois links que conduzem a textos que retomam outros textos já publicados: um publicado pelo Jornal Folha de S. Paulo e outro publicado no próprio site da revista (em 2011). Como já indicado anteriormente, o texto assinala a possibilidade de a leitora ser vítima desse “truque baixo” e remete a outro texto que orienta a como proceder nesse caso. Ao noticiar a circulação da matéria publicada inicialmente no jornal New York Times em jornal brasileiro, a revista configura-se como participante desse debate. E a participação nesse debate é relevante porque diz respeito às mulheres em geral e às leitoras especialmente. Deste modo, a revista constrói-se como veículo de informação preocupado com suas leitoras.

Nesses diferentes textos, pode-se indicar que a revista constrói-se como participante de um debate social que diz respeito às mulheres e como mediadora entre esse debate e suas leitoras. Assim, busca a identificação de leitoras que se pretendem participantes da sociedade, informadas, engajadas tanto nos debates sociais mais amplos quanto naqueles mais propriamente relativos às mulheres. Desta forma, mais uma vez a revista remete ao slogan *Chique é ser inteligente*, construindo-se como mídia de informação social e não apenas de moda e beleza. Constrói a representação de que

ser mulher atual, chique e inteligente é ser mulher antenada com os debates atuais da sociedade, especialmente aqueles que afetam as mulheres.

Silva/Alencar (2003) retoma Judith Butler (1997) ao mencionar os efeitos que a violência pela linguagem tem sobre os sujeitos. Isso é relevante na discussão sobre a pornografia de vingança, pois é uma violência que se configura, principalmente, sobre o olhar dos internautas sobre as imagens/vídeos expostos:

Ser chamado injuriosamente é não apenas ser colocado diante de um futuro desconhecido, mas não saber o tempo e o lugar da injúria, além de sofrer a desorientação de sua própria situação como o efeito dessa fala. Exposta no momento de tal despedaçamento está precisamente a volatilidade do lugar do sujeito dentro da comunidade dos falantes; o falante pode “ser colocado em seu lugar” por essa fala, mas tal lugar pode ser um não-lugar (BUTLER, 1997 *apud* SILVA/ALENCAR, 2003:8)

Texto: ***CPI da Violência Doméstica aponta dificuldades do país para cumprir lei***⁴⁴

Este texto mostra a pornografia de vingança como uma problemática do Brasil: *problemas que o Brasil enfrenta na hora de fazer valer a legislação* (referindo-se à lei Maria da Penha).

Um elemento interessante deste texto é que a fonte para a jornalista Mariana Sanches o escrever é uma mulher senadora, Ana Rita (PT-ES), que é relatora de uma CPI para entender a violência doméstica e a aplicação da Lei Maria da Penha, quase sete anos após aprovação da lei. Esse posicionamento da revista é bem marcado politicamente, já que a senadora é uma mulher e é do PT, mesmo partido político da atual presidenta.

Outra condição para a escrita deste texto é que fica evidente que a jornalista teve acesso ao documento feito pela senadora, já que o início do texto é marcado por uma descrição de uma situação de violência e demora no atendimento a essas mulheres: A

⁴⁴ Anexo 20. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2013/01/cpi-da-violencia-domestica-aponta-dificuldades-do-pais-para-cumprir-lei.html>. Acesso em: 01/06/2015.

situação acima foi descrita pela Senadora Ana Rita (PT-ES), relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a Violência Doméstica no Brasil. O texto não informa como a senadora soube desses casos, mas relatar uma situação de violência e descaso com o cumprimento da lei funciona como estratégia argumentativa para elaborar e justificar a comissão no senado.

O texto segue fazendo uma crítica às falhas no sistema de proteção às vítimas pela demora nas análises dos casos. A senadora afirma que a consequência dessa burocracia pode ser a morte da mulher. A autora termina o texto trazendo um dado negativo de que há um aumento da violência, e um dos fatores seria o envolvimento das mulheres no tráfico pelos companheiros: *O machismo continua tão forte quanto antes, mas agora as mulheres estão sendo envolvidas no tráfico de drogas pelos companheiros, e a violência chega ainda mais a elas. Isso tem acontecido com força no Espírito Santo e no Pará.*

Pode-se estabelecer relações diológicas entre esse texto e alguns anteriores tanto em relação aos valores carregados no signo “violência” quanto em relação ao processo de criminalização da violência contra a mulher no Brasil e a legislação sobre essa violência. Em relação ao signo, a violência é concebida como ação/agressão física sobre o corpo da mulher, como se pode observar em “depois de ser **agredida** pelo marido”. Essa violência física pode levar também à morte da mulher, como se observa em “A demora do juiz para decidir sobre dar ou não proteção a uma mulher já resultou em **morte**” e em “O estado com pior índice de violência é o Espírito Santo, onde 9,8 **mulheres são mortas** para cada grupo de 100 mil”. A violência, como em textos anteriores, diz respeito à agressão física contra e no corpo da mulher ou/e contra sua vida.

Essa violência física contra a mulher, no Brasil, foi criminalizada. Ainda que esteja relacionada a práticas culturais, marcadas especialmente pelo machismo (“O **machismo continua tão forte quanto antes**, mas agora as mulheres estão sendo envolvidas no tráfico de drogas pelos companheiros, e a violência chega ainda mais a elas”), não é considerada normal, mas é construída como crime. Alguns signos reafirmam a criminalização da violência, como vítima, agressor, prestar queixa na delegacia, lei, : “para **dar queixa de seu agressor**”; “‘solução’ da polícia foi o problema

para a **vítima**"; "as **vítimas** não encontram nem cadeira para sentar e esperar"; "Lei Maria da Penha".

Considerando o diálogo com texto anterior (texto 1), esses signos indicam que o Brasil avançou, progrediu em relação a essa questão, uma vez que criou uma lei que busca coibir a violência e orienta a punição do infrator/agressor. No entanto, a matéria mostra que a simples existência da lei não garante seu cumprimento, de modo que o progresso parece ser apenas parcial, pois os resultados da CPI, apresentados pela relatora, indicam que há falhas desde o processo inicial da denúncia até a análise dos processos e sentenças dos juízes.

Ao trazer essa matéria, a revista constrói uma representação de mídia que não apenas acompanha notícias que estão circulando socialmente em outras mídias, mas como veículo que, preocupado com a mulher leitora (e, portanto, com suas leitoras), busca acompanhar o cumprimento e a implementação das leis e o debate sobre elas no espaço político de sua produção e acompanhamento. A leitora da revista pode, desse modo, identificar-se com a revista e como mulher socialmente participativa, que conhece e acompanha as possibilidades efetivas de exercício de seus direitos.

Texto: ***Violência sexual: It's ok to be a boy...***⁴⁵

Este texto, assim como o texto *Americana clica mães que acabaram de dar à luz como protesto*, o qual analisei o título e o subtítulo, também é a divulgação de um ensaio fotográfico que foi realizado como forma de empoderamento feminino. O primeiro era um ensaio mostrando corpos de mulheres mães como forma de protesto aos padrões corpóreos que a mídia impõe. Já este texto é uma forma de encorajar as mulheres a denunciar a violência física e sexual, bem como promover sua superação.

A autora do trabalho escolheu a temática por ter passado por este tipo de violência. Este é o primeiro texto em que as questões femininas são chamadas de "gênero e sexualidade". Socialmente, a sexualidade feminina é marcada e a hétero masculina é neutralizada. Isso dialoga com o que dizem os estudos sobre sexualidade; conforme expus anteriormente, Butler (2006) entende que, historicamente, a identidade

⁴⁵ Anexo 21. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2012/12/violencia-sexual-its-ok-be-boy.html>. Acesso em: 04/06/2015.

feminina foi relacionada com o corpo biológico, diferentemente do corpo masculino, considerado o corpo neutro, sendo o homem, portanto, o sujeito da razão.

Debora Britzman (1999 *apud* SANTOS/ARAÚJO, 2009) defende que a sexualidade é uma construção histórica e não biológica ou natural. Nesse princípio foucaultiano, são as sociedades que unem discursos, conhecimentos, estímulos corpóreos, relações de poder, entre outras condições, configurando “uma enorme superfície em forma de rede”. (SANTOS/ARAÚJO, 2009: 17).

O título do texto sugere uma contradição entre a condição social para o menino e para a menina quando se trata de violência sexual: *Violência sexual: It's ok to be a boy..... but a girl, nem sempre*. Na sequência, a autora comenta que este é o nome de um trabalho fotográfico de Adelaide Ivánova: *Decidi fotografar mulheres vítimas de violência sexual porque passei por isso quando era mais nova e acho que falar sobre o problema é uma forma de superá-lo*. As imagens realizadas pela fotógrafa Adelaide Ivánova são acompanhadas, no texto escrito por Marina Caruso, pela história de violência que a mulher retratada sofreu.



Legenda: C. F., ESTUDANTE DE LETRAS, FOI DOPADA E VIOLENTADA AOS 15 ANOS (FOTO: ADELAIDE IVÁNOVA)

Nesta imagem, o retrato da mulher que foi estuprada não aparece da forma convencional, a vítima está de costas, como forma de ilustrar a vergonha e a culpa, sentimentos impostos pela sociedade. Além disso, se vê imagens de objetos e situações relacionados com a violência; no recorte acima, há uma fotografia de banco de ônibus e de roupas femininas, além da descrição de que a vítima tinha quinze anos e de que foi dopada pelo namorado. Pode-se inferir que a situação ocorreu durante uma viagem.

Além disso, o fato de haver a descrição das profissões das mulheres é para explicitar que a violência atinge mulheres de todas as situações econômicas, desconstruindo o estereótipo de que a violência atinge apenas as mulheres pobres: *“Tem gente que acha que isso só acontece nas classes mais baixas, mas não é verdade. Passei cinco meses no Brasil e fotografei mulheres de classe média alta, com idades entre 21 a 35 anos, que haviam sido abusadas, em cinco cidades - Recife, Natal, Fortaleza, São Paulo e João Pessoa”*. Estas cidades foram escolhidas porque Adelaide é de Pernambuco.

Um discurso que é muito associado às formas de violência sexual é o da culpabilidade/culpabilização feminina pela violência: [...] *em todos os depoimentos que Ivi ouviu, havia um denominador comum: as meninas eram sempre culpadas pela tragédia. “É como se a culpa nunca fosse dos agressores, e sim das vítimas, porque estavam andando sozinhas à noite ou porque brincando sem camisa - sim, uma delas ouviu isso da mãe, depois de ter sido abusada aos 11 anos por um vizinho!”*

A partir desse momento, o texto apresenta algumas fotos de Adelaide Ivánova. As fotos têm como legenda a relação das mulheres com a história de abuso, mancando, principalmente, a dificuldade das mulheres em reconhecerem os abusos, alguns deles tratados como “relações sexuais”: *T. P., advogada, foi abusada aos 15 anos, quando fazia intercâmbio na França, pelo filho da família que a recebeu. Os pais do menino incentivavam os abusos, por acharem que ele precisava de uma namorada.*

Além disso, há um forte indício de negligência das famílias, por ignorarem os acontecimentos e o despreparo das autoridades em lidar com os casos, geralmente culpabilizando as mulheres e não punindo os agressores:

M. A., socióloga, foi abusada sexualmente durante vários meses, aos 12 anos, pelo pai da sua então melhor amiga. Os abusos aconteciam quando ela ia dormir na casa da amiga. M. não contou nada a ninguém, com medo de destruir a felicidade da amiga.

M. P., designer e artista plástica, foi estuprada aos 14 anos, quando ainda era virgem, pelo recreador do hotel fazenda onde passava férias com a família. M. nunca contou a ninguém o que aconteceu

R. E., jornalista, voltava de uma aula da Universidade, quando foi abusada por Abner Machado, publicitário carioca que atualmente responde processo na Paraíba por 50

crimes sexuais – sendo 11 deles com menores de idade. Logo depois do abuso, R. foi a polícia avisar que havia sido molestada por um estranho, e a única coisa que ouviu do delegado foi “Quem mandou andar sozinha na rua à noite”.

Percebemos que, assim como nas situações de pornografia de vingança, a produção das fotos e a divulgação das histórias de abuso funcionam como forma de empoderamento feminino, tanto o trabalho da fotógrafa quanto a divulgação dele na revista e em outras mídias, mostram o discurso de quem sofreu os abusos, contradizendo os discursos da sociedade que reforçam a opressão, como o discurso da culpa, por exemplo.

Os gêneros do discurso notícia, entrevista, reportagem, sessão fotográfica e, principalmente, relato funcionando como mecanismos de empoderamento feminino na revista feminina é uma característica da pós-modernidade, possibilitada pela inserção de novas mídias e de acesso das mulheres a esses meios, como as redes sociais, a revista *online* e o acompanhamento de processos legislativos pela internet.

A publicação de um texto divulgando o trabalho fotográfico sobre mulheres vítimas reais de violência sexual tem efeito discursivo muito significativo. A representação da identidade da mulher leitora, orientada pelo signo violência, é de uma mulher que pode ser vítima da violência sexual, independentemente de outras identidades consideradas não-vulneráveis à violência, como o alto grau de escolaridade e a condição sócio-econômica. Isso porque as mulheres retratadas no ensaio fotográfico tem escolaridade e boa condição financeira. Isso quer dizer que a vulnerabilidade de gênero pode, muitas vezes, não co-ocorrer com outras identidades, sendo que em determinadas situações, o gênero pode ser um mecanismo unidirecional de violência.

Texto: ***Não quer ser abusada no metrô na China? Então, vá de burca!*** ⁴⁶

O título do texto aproxima este texto com a campanha chinesa sobre os casos de estupro no país. Apresentado dessa forma, o título causa um estranhamento e induz a leitora a ler o texto para que entenda o caso e o posicionamento da revista sobre isso.

⁴⁶ Anexo 22. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2012/11/nao-quer-ser-abusda-no-metro-na-china-entao-va-de-burca.html>. Acesso em: 04/06/2015.

No início, o texto afirma que a intenção da campanha é em prol da *educação* e *civilidade*, por conta do aumento do número de casos de abusos e estupros em metrô. Há uma aproximação com os discursos do Brasil, onde a idéia de que “a mulher é quem deve se dar ao respeito” é muito enraizada culturalmente: *Garotas, por favor, se dêem ao respeito para evitar pervertidos*.

Ao se mencionar o termo *perverso* está se propagando um discurso da “doença”, como se os casos de violência contra a mulher não fossem historicamente permitidos, mas sim que alguns homens, sujeitos individuais, sofrem de um transtorno de perversão, em que enxergam todas as mulheres como possibilidade de exploração sexual. E que, por isso, as mulheres socialmente civilizadas pela educação são quem devem evitá-los.

O mais interessante é que a campanha do metrô foi motivada pelo aumento de assédio e violência contra a mulher neste transporte, e a atitude foi mobilizar as mulheres a se protegerem, e não há menção de se aumentar a segurança e conscientizar os homens. A autora do texto, Mariana Sanches, se posiciona e chama a campanha de *a velha ladainha machista de culpar a vítima pelo crime do agressor*.

Esta perspectiva de culpabilização feminina permite estabelecer relações dialógicas com o texto anterior, no qual se lê: *em todos os depoimentos que Ivi ouviu, havia um denominador comum: as meninas eram sempre culpadas pela tragédia. “É como se a culpa nunca fosse dos agressores, e sim das vítimas, porque estavam andando sozinhas à noite ou porque brincando sem camisa - sim, uma delas ouviu isso da mãe, depois de ter sido abusada aos 11 anos por um vizinho!”*, conta Ivi. No trecho em destaque observa-se o mesmo discurso: a culpa é da vítima pela ação violenta, pelo crime, do agressor.

A expressão *a velha ladainha* mostra que o discurso mobilizado pela campanha chinesa é antigo; assim como em outros que tratam da violência, não parece ser uma novidade que na Marie Claire (pelo menos na sessão Mulheres do Mundo) se critique esses discursos historicamente enraizados contra a mulher.

A autora do texto também defende que a vestimenta não deve ser considerada critério para justificar a violência já que nos países do oriente médio as mulheres usam burca e sofrem violência. Existe uma tentativa de equiparar costumes, crenças entre

oriente e ocidente: “Se cobrir o corpo todo fosse garantia de segurança, não existiria estupro nos países do Oriente Médio em que esses trajes são obrigatórios para mulheres”. Além disso, é muito comum que, ao se tentar retirar a justificativa machista para a violência que diz respeito à exposição do corpo feminino através de roupas que o mostram, equipara-se a realidade ocidental com a do oriente.

O discurso de empoderamento surge no texto a partir de mulheres chinesas que se mobilizaram criticando a campanha em forma de paródia. Na foto divulgada pela revista, uma moça aparece segurando um cartaz: [...] *queremos nos sentir bonitas e não ter mãos sujas sobre nós*”, diz a jovem feminista. Embora a atitude seja a de desconstruir discursos de opressão, quando a beleza aparece como uma questão feminina, está se reforçando o discurso de que o ser mulher obrigatoriamente engloba a característica de um tipo físico desejado em determinada cultura. Além disso, infere-se, também, que o fator de vulnerabilidade da mulher é a beleza e não o machismo.

Há apenas essa referência à manifestação feminina sobre o caso, além da divulgação do blog das mulheres chinesas. Em outros textos, quando são as mulheres ocidentais que promovem a manifestação, há mais atenção por parte das jornalistas.

O discurso do cartaz claramente evoca as questões de sexualidade feminina, contrapondo o discurso da exposição do corpo como permissão para o abuso, ao mesmo tempo em que retoma questões da feminilidade e da beleza como uma identificação do ser mulher, *queremos nos sentir bonitas* é o mesmo que *queremos ser mulher*.



(**Legenda:** A PARÓDIA DA CAMPANHA DO METRÔ DE XANGAI : "QUEREMOS NOS SENTIR BONITAS E NÃO TER MÃOS SUJAS SOBRE NÓS", DIZ A JOVEM FEMINISTA (FOTO: REPRODUÇÃO)

A autora ainda diz ter ficado surpresa com a reação de algumas mulheres que parodiaram a campanha. Mais uma vez, a crença estereotipada de que a mulher não-ocidental não luta pelas questões de gênero.

Texto: ***Há ligação entre o axé e o tráfico de mulheres?***⁴⁷

O título desse texto é um questionamento mobilizando a crença de que, se o axé é um estilo musical originado e que circula, principalmente, na região nordeste do país, então o tráfico de mulheres, relacionado ao axé, também é mais propício que ocorra com as mulheres deste território.

É importante destacar que esse não é um discurso inventado pela revista. Como se vê na leitura do texto, há uma lei aprovada na Bahia que proíbe o financiamento para músicas de axé com verbas públicas. O apelido da lei é “lei antibaixaria”. Esse nominalização carrega um sentido construído historicamente, a partir de canções que retratam questões de sensualidade feminina a partir de um olhar machista, pois o axé se caracteriza pelas letras que retratam questões de sexualidade, essas características foram chamadas de “baixaria”. Segundo a lei, são letras que *desvalorizam, incentivam a violência ou expõem mulheres à situação de constrangimento*.

Alguns deputados foram contra por defenderem a liberdade de expressão, que é um elemento relacionado a liberdade de ser, criar e utilizar da linguagem de forma democrática na sociedade. A liberdade de expressão é considerada um direito conquistado pelos brasileiros, negado durante o regime militar: *“Até porque nosso passado de ditadura é recente e conhecemos de perto privações de direitos civis, considero o argumento contra a lei seja descabido”*. Com este argumento – que aponta para diferenças entre a ditadura, que negou liberdade de expressão ao povo, e a lei antibaixaria –, a autora assinala que a lei não pode ser considerada cerceamento à

⁴⁷ Anexo 23. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2012/10/ha-ligacao-entre-o-axe-e-o-trafico-de-mulheres.html>. Acesso em: 04/06/2015.

liberdade de expressão, uma vez que a liberdade de produzir as canções não foi atingida.

O texto também associa as vítimas no tráfico com as meninas que gostariam de ser dançarinas e ganhar dinheiro e liberdade, mas são levadas para a prostituição..

A autora do texto se posiciona como mulher e afirma não concordar com o financiamento público desses materiais: *Sou a favor de toda e qualquer liberdade de expressão e manifestação de quem quer que seja, mesmo daqueles com quem não concordo. Isso não me obriga, no entanto, a financiar mensagens que me prejudiquem ou desfavoreçam. As mulheres são cerca de metade dos contribuintes do Brasil. Não faz sentido forçá-las a promover artistas que as chamem de “ordinárias”*. Interessante observar que o texto pretende discutir a lei e, nessa discussão, a autora assume explicitamente uma posição, usando os verbos em primeira pessoa e chamando para si a responsabilidade de sua posição. Ao fazê-lo, a autora abre espaço para que a leitora também assuma uma posição, concordando ou discordando dela, mas posicionando-se. É como se a autora indicasse que não é possível observar essas práticas culturais misógenas e não tomar uma posição clara. Mariana Sanches argumenta no sentido de indicar porque é favorável à lei e, deste modo, contrária às letras das músicas: essa produção cultural integra uma cadeia cultural machista de exploração e de violência contra mulher.

O texto traz à tona questões sobre o que se entende na cultura, já que o argumento principal dos deputados que são contra a lei utilizam este conceito para defender o financiamento público ao axé. A autora reargumenta que os bens culturais também promovem a violência, “[...] num ciclo vicioso, onde meninas que querem fugir da violência do pai, caem no tráfico de pessoas”. Em outro momento, promove-se um argumento emocional para alcançar de forma mais efetiva as leitoras: *“De crianças e adolescentes risonhas, que sonhavam ser dançarinas e cantoras, elas foram transformadas em coisas, objetos a serviço do prazer alheio. Embora muito seja dito sobre turismo sexual, Débora revela que o problema é principalmente doméstico”*.

A expressão “problema doméstico” assinala a responsabilidade da família que, muitas vezes, é responsável pela inserção de meninas nesse mercado, visto que muitas, ao tentar fugir de relações familiares violentas, ficam vulneráveis ao tráfico.

Ao final do texto, a autora retoma a ideia de que o problema maior é a cultura promovendo e ratificando a violência.

Para fundamentar essa questão, a autora traz a pesquisa de Débora Aranha, que estuda o tráfico de pessoas na Bahia, em que para ela, a violência é gerada a partir de crenças e atitudes machistas da sociedade. Refuta-se o argumento de que a cultura é um “patrimônio imutável”, lançando mão da visão da pesquisadora entende a cultura como flexível ao tempo. Ela chama o argumento da cultura como “arcaísmos culturais”, elencando diversas formas de violência que são consideradas como tais pela leitora: *“Cultura é antes de tudo uma questão de movimento e de tempo. Se queremos manter nosso **arcaísmos culturais**, podemos parar de nos rebelar contra o infanticídio indígena, a burka e a mutilação genital adotados por muçulmanos, a escravidão na China e a xenofobia europeia. Convém sermos coerentes”*.

Sob esse aspecto, pode-se estabelecer relações dialógicas entre esse texto e o primeiro texto analisado que faz referência à criminalização da violência como progresso, referindo-se à lei que proíbe a denúncia da violência pelas mulheres no Afeganistão. Desse ponto de vista, a manutenção de práticas culturais machistas, que produzem violência contra as mulheres, é vista como retrocesso, como atraso cultural e social. Esse atraso/retrocesso pode ser identificado na expressão “arcaísmo cultural”, assinalada no parágrafo anterior. Formas consideradas *arcaicas* de cultura que se caracterizam como violência são listadas no texto: *infanticídio indígena, a burka e a mutilação genital adotados por muçulmanos, a escravidão na China e a xenofobia europeia*. Essas diferentes práticas culturais teriam em comum com a produção musical do Axé a violência. Uma vez que cultura implica movimento, o movimento por sua vez deve indicar progresso, desenvolvimento cultural e social. O progresso, como no primeiro textos analisado, implicaria coibir a violência, combatê-la, criminalizá-la e puni-la.

Esta mesma perspectiva pode ser relacionada, estabelecendo relações dialógicas, com o texto intitulado “Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher: ‘É preciso acabar com o círculo vicioso de impunidade’, diz a alta comissária da ONU” Nesse texto, as falas da Presidenta Dilma Rousseff (*A violência contra a mulher envergonha uma sociedade que, infelizmente, ainda é sexista e preconceituosa.*) e da

alta comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Navi Pillay, (*Esta violência está embasada em normas profundamente enraizadas socialmente.*) apontam para o enraizamento cultural e social da violência contra a mulher. Esse enraizamento, na visão das duas mulheres citadas, está baseado numa visão machista/sexista, como também Mariana Sanches afirma em seu texto, citando a pesquisadora Débora Aranha, presidente do [Movimento Contra o Tráfico de Pessoas](#).

Este é um dos textos em que aspectos da cultura brasileira foram entendidos como elementos que promovem e reforçam a violência contra as mulheres. O texto apresenta pontos de vista diversificados sobre o assunto, embora a autora se posicione a favor do discurso da lei.

Texto: Campanha revela que maioria das buscas sobre mulheres no Google é machista ⁴⁸

Consideramos este texto como um dos mais importantes do tema da violência, pois embora não seja um relato ou uma notícia sobre casos de agressão contra a mulher, o texto se organiza articulando as discussões sobre gênero e sexualidade com um contexto de produção da pós-modernidade que é a internet, que é justamente um dos objetivos da nossa pesquisa.

O texto faz uma divulgação de dados da *Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (UN Women)*. Segundo esta pesquisa, a maioria das buscas feitas no google é machista. O próprio site, a partir de buscas recentes feitas pelos usuários e em número considerável, sugere o conteúdo da busca, como por exemplo, ao se digitar “mulheres não devem”, o site sugere “dirigir”, “dar opinião”, entre outras.

Mais do que um mecanismo de busca e pesquisa, o site Google é uma ferramenta que marca as discursividades que circulam em diferentes contextos de atividade humana, como aparecem no texto, as mulheres deveriam ser impossibilitadas de assumir identidades de motoristas, de cidadãs, de líder religiosa, entre outras.

⁴⁸ Anexo 24. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2013/10/campanha-revela-que-maioria-das-buscas-sobre-mulheres-no-google-e-machista.html> Acesso em: 07/06/2015.

O discurso feminista é entendido por grande parte da sociedade como um discurso ultrapassado, como se todos os direitos possíveis já estivessem sido conquistado. Ao contrário, neste texto percebemos claramente que, mesmo na era da tecnologia, discursos de interdição para as mulheres ainda são propagados, mesmo quando se trata do voto, direito que há muito tempo já foi conquistado pelas mulheres. Um aspecto interessante é que o primeiro objetivo do movimento feminista nos anos 60 foi justamente o sufrágio, direito ao voto.

A revista⁴⁹ se posiciona dizendo que a pesquisa mostra o quanto a *internet* “armazena” estereótipos machistas divulgados através dos discursos, mostra bem como armazena informações que violam os direitos das mulheres.

O texto termina com considerações dos pesquisadores sobre o fato de que a igualdade de gênero está longe de ser alcançada: *Os anúncios são chocantes porque mostram o quão longe ainda estamos e o quanto teremos que percorrer para alcançar a igualdade de gênero. Eles são um alerta e esperamos que esta mensagem viaje mundo afora.*

Sendo assim, da mesma forma que a *internet* foi utilizada para reproduzir e reconfigurar negativamente os discursos da opressão, com esta campanha a mesma esfera foi utilizada como forma de discutir sobre as questões de gênero e empoderar as mulheres através da produção de novos discursos.

Em relação ao signo violência, pode-se indicar que o machismo que caracteriza as buscas textuais na internet pode configurar violação aos direitos das mulheres, uma vez que se afirma que as mulheres “não deveriam ter direitos”, “não deveriam votar”. Nesta perspectiva, a violência não seria contra o corpo da mulher, mas contra a mulher cidadã e política, a mulher como participante ativa da sociedade. O cerceamento dos direitos da mulher implica o cerceamento à sua voz e às suas ações na sociedade.

Na afirmação *Para a UN Women, as pesquisas confirmam a necessidade urgente de continuar a lutar pela causa dos direitos das mulheres, de sua autonomia e igualdade*, podemos estabelecer elos com discurso anterior já analisado aqui neste trabalho, que é a entrevista do deputado Romário. Nessa entrevista, a

⁴⁹ A revista assume a responsabilidade pelo texto, uma vez que no lugar da autora está escrito: Redação Marie Claire.

legislação (criação de leis) referente à violência contra a mulher nas redes sociais configura-se, segundo o deputado, como um dos direitos das mulheres, *o direito à privacidade, inclusive o de gostar de filmar*. Ao relacionarmos esses dois textos, observamos que a revista constrói a representação de que a luta pelos direitos das mulheres é um foco de atenção desse veículo de comunicação social. Assim como as mulheres tem direito ao voto – garantindo, assim, sua participação política – também tem direito às diferentes formas de prazer no exercício da sexualidade. Caberia à Justiça assegurar que esses direitos sejam garantidos, indicando o progresso social e cultural, que se expressa nos direitos das mulheres.

A revista apresenta-se, assim, como mediadora entre as mulheres que lutam por seus direitos e os distintos discursos que circulam socialmente referentes a essa luta. Cabe à Justiça garantir os direitos, enquanto que cabe à revista informar quando esses direitos não são garantidos, como cabe também à revista formar/orientar a leitora para que ela lute por seus direitos.

Texto: ***“Os estupros no Egito são uma forma de impedir o direito das mulheres se manifestarem”***⁵⁰

Este texto é um relato e apresenta o ponto de vista de uma mulher egípcia que esteve engajada nas manifestações políticas desde a derrubada de Mohammed Morsi. Apresenta-se dados de aumento deste tipo de violência. Os dados são divulgados por uma organização ocidental Human Rights Watch. *E uma delas teve coragem de revelar o que sofreu*. Esta frase denota mais uma vez que a revista promove o empoderamento de mulheres em situações de violência; e esse empoderamento configura-se pelo espaço para a mulher expressar-se, contar sua experiência, ter voz.

Esse texto dialoga com textos analisados anteriormente. Falas como *O estupro é uma vergonha para o estuprador, não para o estuprodo* mobiliza o discurso da culpa em casos de estupro, em que afirma-se que a violência é culpa da mulher. Assim, dialoga com os textos intitulados “Violência sexual: It’s ok to be a boy...” – no qual a fotografia assinala que predomina a visão de que a culpa é da vítima e não do agressor – e “Não

⁵⁰ Anexo 25. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2013/07/os-estupros-no-egito-sao-uma-forma-de-impedir-o-direito-das-mulheres-se-manifestarem.html> Acesso em: 07/06/2015.

quer ser abusada no metrô na China? Então, vá de burca!” – no qual a autora faz referência à “velha ladainha machista de culpar a vítima pelo crime do agressor”. Esses dois textos discutem esse discurso segundo o qual a mulher é culpada pela violência que sofre/sofreu.

No caso do Egito, podemos afirmar que os abusos tem uma função política, que é a de conter as manifestações. A violência contra a mulher é sempre marcada politicamente. No Brasil, durante o regime militar, a tortura realizada com presas política era diferenciada, marcada, principalmente, pela prática de aborto e estupro⁵¹. Na fala da música egípcia, o sentimento de patriotismo aparece quando ela se recusa a deixar o país: *por algum momento, desejei sair do Egito e nunca mais voltar. Esse sentimento permaneceu por alguns dias, mas depois desapareceu. Agora posso dizer quero ficar aqui. Assim, posso continuar participando dos protestos. E, sim, vou continuar até o fim.*

No entanto, ao final do texto Yasmine diz sobre os estupradores: “Elas são as vítimas”, não você e ainda afirma que “este é o destino dela”, lutar contra o fascismo no país. *Mesmo a violência sendo discutida sob um viés político, no final do texto há o elemento “doença”, como se o estuprador também fosse uma vítima individual: Se eu pudesse dizer algo para mulheres que passaram o mesmo que eu, diria que não se machuquem pelo que aconteceu simplesmente porque algumas pessoas doentes tentaram prejudicá-las.*

Nesta fala, não se responsabiliza a sociedade machista pelos estupros, como se não fosse a sociedade egípcia a culpada, mas sim alguns “doentes” que se aproveitaram da situação para agredir mulheres. Há uma despolitização da violência por parte das próprias mulheres. Também há menção a palavra “destino”, que remete a uma não-possibilidade de escolha e emancipação das mulheres: “*Esse é meu destino e eu o aceitarei*”.

⁵¹ No tema Mulher e política, há o texto **Os testemunhos das mulheres que ousaram combater a Ditadura Militar** que trata dessa questão. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2013/09/os-testemunho-das-mulheres-que-ousaram-combater-ditadura-militar.html>
Acesso em: 07/06/2015.

Nesse texto, novamente o signo violência carrega o valor de violência contra o/no corpo da mulher, mas um tipo de ação específica, uma ação violenta sobre a genitália, que representa a violência contra a sexualidade feminina e, de certo modo, contra a honra tanto da mulher quanto das suas famílias. Essa violência física configura também uma violência emocional e psicológica, uma vez que as vítimas ficam com “marcas na alma” (subtítulo no texto). A música egípcia afirma lembrar-se a todo momento da violência sofrida. Essa memória, por sua vez, faz reviver o sofrimento, a violência.

No caso específico egípcio, a violência física (contra/no corpo da mulher), que provoca também violência emocional e psicológica, tem como objetivo demover as mulheres da participação política. Assim, esse texto dialoga com o texto intitulado “Campanha revela que maioria das buscas sobre mulheres no Google é machista”, em que a violência é contra a mulher política, cidadã. Ambos os textos mobilizam o signo violência carregado ideologicamente pelos valores sociais do cerceamento da participação política.

Texto: ***Médicos coletarão sêmen em vítimas de estupro durante consulta***⁵²

Este texto é do gênero notícia e tem como função principal informar a leitora que o combate a violência também passará pelo campo da saúde. Divulga a iniciativa da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Problematisa o fato de que as mulheres vítimas procuram um hospital por medo de gravidez e DST's, mas demoram para procurar a polícia. Assim, essa política visa a possibilitar e orientar que o próprio hospital faça a coleta do material do estupro na vítima para ajudar a identificar o agressor.

A idéia da Secretaria de Políticas para as Mulheres é unir o trabalho da saúde com o da polícia para resolver os casos de estupro sem que eles terminem em impunidade. Além disso, há um dado discursivo muito importante no texto, que é a associação de termo “saúde da mulher” com a violência contra as mulheres: *A partir de agosto, médicos de hospitais de referência em saúde da mulher de todo o Brasil*

⁵² Anexo 26. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2013/06/medicos-coletarao-semen-em-vitimas-de-estupro-durante-consulta.html> Acesso em: 06/06/2015.

passarão por treinamento para coletar provas de estupro de vítimas que procurem o sistema de saúde.

Sabemos que o que se entende por saúde da mulher é muito amplo na história. Até os anos 80, cuidar da saúde da mulher significava cuidar da mulher apenas no período gestacional, para que elas se tornassem “mães melhores”. Com o movimento feminista e com o surgimento do vírus HIV, questionou-se porque a mulher ficava sem assistência na maior parte de sua vida. É então que, em 1984, o documento de *Assistência integral à saúde da mulher* propunha:

(...) atividades de assistência integral clínico-ginecológica e educativa, voltadas para o aprimoramento do controle pré-natal, do parto e do puerpério; a abordagem dos problemas presentes desde a adolescência até a terceira idade; o controle das doenças transmitidas sexualmente, do câncer cérvico-uterino e mamário, e a assistência para concepção e contracepção. (BRASIL, 1984:s/p)

Já o documento nacional de saúde da mulher de 2011 apresenta questões de gênero, pois em um item do texto chamado *Saúde da Mulher e o enfoque de gênero*, fala-se sobre a mulher da atualidade, que exerce múltiplos papéis, e os aspectos de saúde que ultrapassam a biologia feminina:

A situação de saúde envolve diversos aspectos da vida, como a relação com o meio ambiente, o lazer, a alimentação e as condições de trabalho, moradia e renda. No caso das mulheres, os problemas são agravados pela discriminação nas relações de trabalho e a sobrecarga com as responsabilidades com o trabalho doméstico. Outras variáveis como raça, etnia e situação de pobreza realçam ainda mais as desigualdades. As mulheres vivem mais do que os homens, porém adoecem mais frequentemente. A vulnerabilidade feminina frente a certas doenças e causas de morte está mais relacionada com a situação de discriminação na sociedade do que com fatores biológicos. (BRASIL, 2011:s/p)

Ainda que nosso objetivo não seja fazer análise do discurso desses dois documentos que tratam da saúde da mulher, percebemos que a noção de saúde para as mulheres foram ampliadas ao longo do tempo no Brasil, conforme avançavam as discussões e militâncias feministas. O lugar institucional desse documento é político, pois a saúde feminina é preocupação do Estado. No período governado por Getúlio Vargas (1930-1945), havia uma campanha fervorosa pela saúde da Mulher, sendo o

objetivo dela cuidar dos úteros das mulheres brasileiras para que eles, estando saudáveis, “gerassem” (literalmente) mão de obra para o Estado progredir.

Nos documentos atuais há uma preocupação com a vulnerabilidade de muitas mulheres gerada pela situação sócio-econômica desfavorecida, o que, além de doenças sexualmente transmissíveis, causa aumento populacional considerado exorbitante para o país.

O que o texto da Marie Claire divulga é o objetivo tanto da saúde quanto do Conselho Nacional de Justiça de agilizar os processos em casos de violência sexual, descobrindo provas através da coleta feita nos hospitais e, assim, possibilitar maiores chances de punição, bem como de relacionar crimes cometidos pelo mesmo agressor: *“Esperamos resultados muito bons até porque o estuprador não costuma estuprar só uma mulher. Aumentando a quantidade e a qualidade das provas, vamos descobrir uma cadeia ampla de vítimas e temos muito mais chances de fazer o criminoso ser punido”, afirma a secretária*. Desta forma, o que se entende por saúde de mulher amplia-se para o entrecruzamento da esfera médico-hospitalar (onde se dá o atendimento da mulher estuprada, que busca prevenir DSTs, AIDS e gravidez após o estupro) e a esfera jurídico-policial (que requer provas contra o estuprador e que vê na esfera médico-hospitalar aliados para construir/coletar essas provas). A saúde da mulher amplia-se, então, para um atendimento mais amplo nos casos de violência sexual (violência contra o/no corpo da mulher), que contribua para o processo de criminalização dessa violência.

Pode-se estabelecer relações dialógicas com textos analisados anteriormente, especialmente os textos intitulados “Os estupros no Egito são uma forma de impedir o direito das mulheres se manifestarem”, “Violência sexual: It’s ok to be a boy...” “Mudança em lei no Afeganistão impede que mulheres acusem homens de abusos sexuais”, pois estes textos tratam da violência sexual, ora referindo-se mais genericamente ao abuso sexual, ora referindo-se mais especificamente ao estupro. Esses textos tratam da violência contra mulher numa de suas facetas que envolve desde a violência física (contra o/no corpo), à violência emocional e psicológica, podendo envolver até sua faceta mais política relativa ao exercício da cidadania.

Nesse texto, essas diferentes facetas são mencionadas, mas o enfoque principal recai sobre o exercício da cidadania da mulher, com a questão dos seus direitos, dentre os quais a criminalização (a punição) do agressor. Esse é um direito que lhe é assegurado por lei, e o texto trata dos aspectos legais das provas para punir o estuprador.

Outro aspecto que aproxima os textos é a questão do silêncio das vítimas sobre a violência sofrida. No texto “Violência sexual: It’s ok to be a boy...”, fala-se que muitas das mulheres violentadas nunca haviam falado com ninguém sobre a violência sofrida pelas mais diferentes razões, mas uma delas é a culpabilização da mulher. No texto “Os estupros no Egito são uma forma de impedir o direito das mulheres se manifestarem”, a quebra do silêncio por uma música é vista como um exemplo a ser seguido, pois as mulheres violentadas naquela situação de coibição à manifestação política tendiam a silenciar sobre a violência sofrida, especificamente por vergonha. No texto “Mudança em lei no Afeganistão impede que mulheres acusem homens de abusos sexuais”, afirma-se que o silenciamento está sendo construído como imposição legal e, portanto, como retrocesso à luta pelos direitos das mulheres, sobretudo à luta contra violência. No texto “Médicos coletarão sêmen em vítimas de estupro durante consulta”, o silêncio está relacionado à demora das vítimas em denunciar a violência à polícia. Embora o texto não trate dos motivos nessa demora, pode-se associá-la à prática de culpabilizar as mulheres pela violência e à vergonha.

Ao estabelecermos relações dialógicas entre esses textos, podemos observar que, diferentemente do que acontece no Afeganistão, no Brasil, busca-se não apenas que a violência seja denunciada, mas o próprio Estado busca contribuir para que as provas que podem levar à condenação do estuprador sejam devidamente construídas e utilizadas na Justiça. Nesse sentido, constrói-se a representação do progresso do Brasil em relação a este problema em oposição ao retrocesso do Afeganistão, que pretende oficialmente silenciar as mulheres violentadas..

Texto: ***“Revolta das mulheres no mundo árabe” causa polêmica em rede social***⁵³

Este texto é da autoria de Igor Zahir e dialoga tanto com a violência como com os discursos sobre a cultura do oriente que são mobilizados pela sociedade ocidental. A violência contra as mulheres muitas vezes está associada a estereótipos de gênero social relacionados com outros mecanismos sociais, como a raça, étnica, classe social, escolaridade, entre outros. No caso deste texto, a violência é hegemonicamente associada com o orientalismo: Página no Facebook reúne mensagens de protesto vindas do mundo inteiro em solidariedade às mulheres que sofrem com os tabus culturais no Oriente Médio surgem os elementos que, no discurso, distanciam a realidade das mulheres árabes da realidade das mulheres ocidentais. Esses elementos são a rede social facebook, seguida de mundo inteiro, marcada por solidariedade; na sequência, tabus culturais do oriente médio.

Afirmar que as mensagens de solidariedade do mundo são enviadas por uma rede social destaca uma característica da pós-modernidade em que os pólos oriente e ocidente, que antes eram separados pelo espaço geográfico, agora tem suas fronteiras questionadas pela internet. Além disso, nesse título há um discurso de distanciamento entre as realidades, como se elas fossem binárias e homogêneas, pela palavra solidariedade, quem é solidário não sofre a causa, neste caso, o discurso é de que as mulheres ocidentais não sofrem tabus culturais.

Os discursos que começaram a ser construídos no título auxiliar ressurgem no corpo do texto. O primeiro deles é sobre a estabilidade do oriente que é ameaçada pela universalidade da rede, através da rede social facebook: “Uma página no Facebook está causando polêmica no Oriente Médio. “Revolta das Mulheres no Mundo Árabe” reúne milhares de mensagens do mundo inteiro, dando seu apoio às mulheres da Arábia”.

O discurso da solidariedade também é reforçado no corpo do texto: “São protestos solidários e que demonstram indignação ao paradigmas culturais, religiosos e políticos que sofrem as mulheres da região.”

⁵³ Anexo 27. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2013/06/revolta-das-mulheres-no-mundo-arabe-causa-polemica-em-rede-social.html>. Acesso em: 05/06/2015.

Na imagem principal, aparecem mulheres árabes se manifestando nas ruas. E em um dos cartazes há o desenho de uma mão opressora, parecida com uma mão masculina. Em outro cartaz há uma figura dos anos 60, com mulheres feministas fazendo o gesto da força.



Legenda: PROTESTO COLETIVO FEITO EM CAIRO, NO EGITO, PARA DAR VOZ AS MULHERES
(FOTO: REPRODUÇÃO/FACEBOOK)

Nas mobilizações feitas pela internet, fala-se nos discursos de culpabilidade feminina, dos ensinamentos feitos às mulheres e não aos homens, bem como às questões de racismo e xenofobia. As frases utilizadas pelas seguidoras: “Dizem para esconder nossas filhas meninas, mas nunca os meninos” Aqui, fomenta-se o discurso de que as desigualdades de gênero começam na educação das crianças.

Outras frases, como “Quero igualdade no trabalho”, “Leis de Israel impedem o amor”, “Vivemos numa sociedade que ensinam a mulher como evitar ser estuprada, ao invés de ensinar os homens a não estuprarem”, mostram à leitora os tipos de opressão pelas quais as mulheres árabes passam e por quais motivos as ocidentais se solidarizam pela internet. No entanto, desigualdades no trabalho, estupro e a culpabilidade feminina diante desses casos e outros tipos de violência são problemas de gênero que no ocidente se está muito longe de resolver. Então há um estereótipo de que só as mulheres árabes sofrem opressão.

Ao final do texto, a autora menciona brevemente que esta comoção *online* para as mulheres árabes está gerando polêmica por conta das questões religiosas: “O projeto

online está gerando polêmica no Oriente. Muitas pessoas se dizem ofendidas religiosamente”.

Conforme discuti no segundo capítulo, o movimento feminista é um dos descentramentos da Ciência, em que o caráter científico engloba tanto o feminismo como ferramenta **analítica** – com postulações teóricas sobre gênero social – como é também uma ferramenta **política**, com objetivos de desconstruir discursos opressivos e empoderar os sujeitos. Na pós-modernidade, o movimento feminista também passa por deslocamentos, já que as redes sociais promovem um engajamento político diferenciado daquele do movimento feminista de épocas anteriores, em que a militância se dava apenas nas universidades e nas ruas. Além disso, tinha-se objetivos locais; com a globalização, é possível que a militância feminista seja globalizada.

Texto: ***“Se aborto é um debate pela vida, quero debater a das mulheres que morrem”, diz Manuela D’Ávila***⁵⁴

Em minha seleção por eixos temáticos, este texto, da autoria de Igor Zahir, publicado em agosto de 2013, pertencia ao grupo de Mulheres na relação com a política. Isso porque a voz principal desse texto é a deputada federal Manuela D’Ávila, representante feminina na política.

Seus discursos são marcados pela necessidade de libertação feminina da violência, das desigualdades no trabalho; ela luta também contra o preconceito e contra os discursos que ferem a autonomia da mulher sobre seu próprio corpo. A representatividade de Manuela D’Ávila no congresso nacional é marcada por enfrentamento a outros deputados que se posicionam com discursos de opressão machista sobre as mulheres, especialmente em relação à deputada⁵⁵.

⁵⁴ Anexo 28. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2013/08/se-aborto-e-um-debate-pela-vida-quero-debater-das-mulheres-que-morrem-diz-manuela-davila.html>. Acesso em: 06/06/2015.

⁵⁵ Outro texto em que a deputada Manuela é o sujeito central está na temática Mulher e política: “Manuela D’Ávila: “Não quero ser um novo homem. Não foi pra isso que lutei”, diz a deputada federal”. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2014/01/manuela-davila-nao-quero-ser-um-novo-homem-nao-foi-pra-isso-que-lutei-diz-deputada-federal.html>. Acesso em: 06/06/2015.

Entendo que a revista Marie Claire mobiliza a figura da deputada Manuela D'Ávila pelos diálogos possíveis entre seu posicionamento e o da revista, frente às novas necessidades da mulher na sociedade, bem como frente às novas configurações de identidade feminina.

Por meio do título principal a leitora já tem contato com o discurso de que o aborto é uma questão política. Embora não se fale isso diretamente, fica claro que uma deputada dizendo que o aborto é um “debate”, se está pressupondo que é um debate que inclui diversas esferas sociais, principalmente a esfera política.

O tema do aborto como debate na esfera política é confirmado logo após o título principal, em que há uma imagem de Manuela no congresso nacional, fazendo uma fala. Embora na legenda da foto se explicita que, naquele momento, Manuela estava participando de uma cerimônia simbólica pelos comunistas cassados em 1948, ao colocá-la em uma fotografia em que está em posição de debate no congresso, reforça-



se a ideia do tema do aborto como algo da esfera política.

(Na imagem está escrito: MANUELA NA CÂMARA, PARTICIPANDO DE CERIMÔNIA SIMBÓLICA DOS COMUNISTAS CASSADOS EM 1948. FOTO: RICHARD SILVA)

A ideia de que o tema do aborto pertence à esfera política é uma resposta ao discurso social de que este tema é da esfera religiosa, em que o aborto é abominável em qualquer situação, ou da esfera privada, sendo uma decisão individual da mulher.

Este diálogo com a questão religiosa acontece tanto no título principal, quando se diz que na entrevista a deputada falará sobre a bacada evangélica (representantes do discurso religioso no congresso), quanto no corpo do texto, em que o discurso da

vida é o primeiro a ser mobilizado e o que ganhará mais espaço no texto:⁵⁶ *Concordo quando os religiosos dizem que é um debate sobre a vida. Também quero debater a vida, mas a daquelas que morrem nestes procedimentos, principalmente as pobres. As ricas se submetem a cirurgias caríssimas em clínicas luxuosas e, dessa forma, não saem de lá com o próprio atestado de óbito.*

Como já mencionei, o gênero deste texto é a entrevista. Já na primeira pergunta a deputada dialoga com o discurso de que a política é um terreno masculino e preconceituoso, assim como outras profissões: *[a política] ainda é um mundo dominado pelos homens. Quanto ao preconceito, acho que todas as mulheres em suas profissões sofrem isso. Comigo não foi diferente.*

Embora se fale no preconceito que Manuela possa ter sofrido por ser mulher, na sequência, a revista menciona a beleza da deputada, inferindo que havia possibilidade desse elemento feminino ter auxiliado no trabalho de Manuela: *Em algum momento ser bonita a ajudou em algo na política?*

Entendo que este é um posicionamento bastante sexista, tanto por parte da revista Marie Claire, quanto por parte do jornalista, que fala do lugar masculino e acabou reforçando o estereótipo já discutido por Butler (2006) de que o corpo feminino é marcado em qualquer setor social, pois a mulher é marcada pela sexualidade ao contrário do corpo masculino que é invizibilizado, pois o homem é reconhecido como sujeito de razão.

Manuela responde a essa pergunta se posicionando para responder ao discurso de que o gênero feminino sempre é entendido como incapaz e que, assim como muitas mulheres, necessita provar seu valor e sua capacidade no meio em que atua: *Não dramatizo porque isso acontece com grande parte das mulheres, né? Elas sempre são adjetivadas [...] A cultura machista tenta fazer com que sempre tenhamos que provar algo. Esse é um dos pontos que a minha militância combate..*

Por esta última frase percebo que Manuela D'Ávila é um sujeito atento em suas identidades de mulher, deputada e militante das causas femininas/feministas. Quando diz

⁵⁶ A menção ao discurso da vida para rejeitar a idéia do aborto em qualquer circunstância é dialogado no texto “Mark Ruffalo escreve discurso de apoio pró aborto nos EUA” em que o ator relata a quase morte de sua mãe em um procedimento clandestino. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2013/08/mark-ruffalo-escreve-discurso-de-apoio-pro-aborto-nos-eua.html>. Acesso em: 05/06/2015.

“esse é um dos pontos”, está dialogando tanto com os discursos que responde no congresso e na sua atuação como representante do povo, como também dialoga com o discurso do jornalista que inferiu que a beleza de Manuela determinaria todo seu lugar na política.

Nas perguntas seguintes, fala-se sobre o problema de financiamento de propagandas políticas de alto custo para inserir no governo políticos homens. Esses financiamentos são feitos por empresas privadas cujos donos são homens. Com isso, Manuela mobiliza a questão da baixa representação da mulher na política: *Quer dizer: como uma mulher vai entrar na carreira política se tudo for financiado por 300 grandes empresários homens? Eles, claro, vão querer continuar pagando por homens. Os homens até votam nas mulheres, mas a questão não é esta.*

Outro tema desenvolvido na entrevista é sobre os discursos culpabilização da mulher. Mais uma vez a religiosidade no congresso é rejeitada pela deputada, visto que impedem que temas importantes sejam considerados como temas políticos. Esses temas mencionados no texto se referem à legalização do aborto, ao uso da pílula do dia seguinte nos hospitais para mulheres que foram vítimas de estupro, às pesquisas com células-tronco, à formalização da prostituição como profissão e à homossexualidade como uma condição de sexualidade e não como doença que necessita de cura, como propõe muitos evangélicos.

Como mulher jovem, Manuela D'Ávila acredita ser importante sua aproximação com os jovens, por isso propõe uma ampliação de seu papel na política através da esfera das redes sociais.

Ao final do texto, há um diálogo com o tema dos direitos humanos. Manuela D'Ávila afirma que, ao mesmo tempo que políticos como Bolsonaro e Marco Feliciano atrasam a luta pelos direitos de sujeitos até agora marginalizados e discriminados no Brasil, estes casos favorecem que a sociedade dê a importância necessária para a comissão dos direitos humanos como não é dada atualmente.

Texto: *Como um código penal feminista pode acabar com o drama do auto-aborto*⁵⁷

Este texto, de Mariana Sanches, datado de dezembro de 2012, pertencia, inicialmente, ao eixo temático aborto, composto de quatro textos⁵⁸. Embora não tenha escolhido os textos desta temática para análise, reconheço que a temática do aborto dialoga com as questões de violência. Primeiramente, porque os discursos que envolvem a não-concordância com a legalização do aborto são discursos que mobilizam a violência sofrida pelo feto. Já os discursos em favor da legalização argumentam em torno da violência sofrida pela mulher em procedimentos clandestinos. O centro dessa discussão está em provar onde começa a vida. Já os sujeitos que, ao contrário, são favoráveis à legalização do aborto, entendem que a imposição social pela maternidade e a diferença na forma como a sociedade entende as funções maternas e parternas geram violência para as mulheres.

Além disso, muitas situações em que as mulheres realizam um aborto estão atreladas às gestações marcadas por violência, seja pelo estupro ou por relacionamentos em que o homem pressiona a mulher para abortar.

Para além dos discursos que englobam o tema da violência, o aborto é relacionado com a política. Esse posicionamento dialoga com os discursos da religiosidade, em que um dos argumentos principais é de que a vida pertence à Deus e, portanto, não cabe a mulher decidir sobre o destino do feto.

Atualmente, no Brasil, o embate entre o discurso religioso e o discurso político (como se fossem discursos binários e contrários entre si) é muito marcado na esfera

⁵⁷ Anexo 29. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2012/11/como-um-codigo-penal-feminista-pode-acabar-com-o-drama-dos-auto-abortos.html> Acesso em: 06/06/2015.

⁵⁸ Os textos que foram unidos à temática do aborto são: **Mark Ruffalo escreve discurso de apoio pró aborto nos EUA.** Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2013/08/mark-ruffalo-escreve-discurso-de-apoio-pro-aborto-nos-eua.html>. Acesso em: 06/06/2015. **“Se aborto é um debate pela vida, quero debater a das mulheres que morrem”, diz Manuela D’Ávila.** Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2013/08/se-aborto-e-um-debate-pela-vida-quero-debater-das-mulheres-que-morrem-diz-manuela-davila.html>. Acesso em: 06/06/2015. **Estatuto do Nasciturno: entenda os pontos polêmicos do projeto de lei.** Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2013/06/estatuto-do-nasciturno-entenda-os-pontos-polemicos-do-projeto-de-lei.html>. Acesso em: 06/06/2015.

política, visto que o congresso nacional tem a chamada “bancada evangélica” que representa, na política, os discursos religiosos sobre diversos temas sociais, entre eles a união homoafetiva, o aborto, entre outros, conforme vimos no texto anterior, com a deputada Manuela D’Ávila.

Sendo assim, dizer que um determinado tema é político significa dialogar com discursos que até hoje foram entendidos como verdades inquestionáveis. No caso do aborto, até há pouco tempo, era um crime legal e moral, pois era entendido como assassinato e pecado.

Hoje em dia, o tema do aborto se deslocou para a esfera política assim como a mulher se deslocou para outras esferas além daquelas do âmbito privado. As questões de gênero, ao serem entendidas como gênero social, como *identidade*, provocam deslocamentos para além dos discursos que foram construídos na sociedade ocidental.

Esses deslocamentos aparecem nos discursos do texto que vamos analisar. Já no título, o termo “código penal feminista” sugere que a lei só representa a mulher politicamente a partir de um posicionamento bem marcado para as questões de gênero; é somente através da luta feminista que as mulheres são enxergadas como sujeito.

No mesmo título, surge a classificação do auto-aborto como um “drama”. Essa adjetivação para o aborto que as mulheres fazem, clandestinamente, em si mesmas, responde ao discurso de que o aborto é um crime cuja única culpada é a mulher, não importando a situação em que o aborto tenha sido feito.

No título auxiliar, há uma relação de contradição entre “qualquer mulher” e em “quais casos” será possível o aborto: *De acordo com a nova proposta de lei, qualquer mulher poderá interromper uma gravidez até a 12ª. semana de gestação. Saiba em quais casos.* Segundo o texto, quem vai determinar isso é um laudo médico que avaliará as condições da gestação.

Já no início do texto, conta-se a história de uma mulher que carrega diversas identidades que vão além da identidade de gênero, como o fato de ser dependente química e moradora de rua. Esta mulher iniciou um aborto em casa e teve o parto no hospital; a história termina com o feto/bebê de 5 meses morto.

No caso acima, o texto mobiliza o discurso da culpabilização da mulher, pois a sociedade a recriou a partir do discurso de gênero em que a mulher deve aceitar ser

mãe em qualquer situação, sem considerar os outros mecanismos sociais, como era o caso da mulher relatada anteriormente.

O mecanismo da classe social é mobilizado, então, quando a autora infere que é a classe social que vai determinar o tratamento e a atribuição de culpa às mulheres que realizam aborto, definido pela autora Mariana Sanches como “hipócrita”: *A história de Keila é uma síntese do modo hipócrita como o aborto é tratado no Brasil. É proibido, acontece ilegalmente em todas as classes sociais, mas só os mais pobres costumam ser punidos e normalmente não encontram amparo nem mesmo onde deveriam receber cuidados, como um hospital público.*

Por esse argumento, o novo código penal não seria “feminista” no sentido das questões de gênero serem consideradas alheias dos outros mecanismos; ao contrário, pelos discursos do texto compreendemos que o direito da mulher sobre o próprio corpo está atrelado aos mecanismos de classe social, escolaridade, não-dependência química, entre outros.

Outro momento contraditório do texto está no fato de que, no novo código penal, a principal condição para que a mulher tenha direito a interromper uma gestação até a 12ª semana de gestação está na realização de laudo de um médico que “comprove” que a mulher não tenha condições psicológicas de ter um filho: *Basta que o médico entenda que ela não suporta levar adiante a gravidez, que ela não deseja e aquilo lhe traz sofrimento.*

No entanto, no caso citado anteriormente, foi uma enfermeira que atendeu a mulher que a denunciou. Mesmo na função de cuidar da saúde, a enfermeira agiu pelos discursos sociais. Assim, pensar que os médicos, na posição de saúde e de ética, não irão ser influenciados pelos discursos sociais ao atender uma mulher que deseja interromper a gestação é uma ideia um tanto ingênua.

O “código penal feminista” é ampliado para além do direito ao aborto. A primeira delas é o fato de que o feminicídio deve ser julgado como homicídio qualificado. Além disso, nos casos de estupro, cada ato sexual (oral, vaginal e anal), deve ser julgado como um crime a mais, mesmo que tenham sido feito na mesma vítima e na mesma situação.

Ao final do texto, a autora infere que as dificuldades em se tratar, politicamente, os temas feministas, estão no posicionamento dos parlamentares que formam a chamada

bancada evangélica no congresso, pois eles, segundo Mariana Sanches, se posicionam a partir de ideias “filosófico-moral” e “se esquivam de encarar o aborto como questão de saúde pública”. Ou seja, o texto termina reforçando que, posicionar-se politicamente perante as questões de gênero, também é um discurso que desconstrói outros discursos que ligam, diretamente, as questões sociais com verdades construídas culturalmente e que não alcançam todas as realidades possíveis, como é o caso da mulher pobre, dependente química, moradora de rua que foi denunciada pela medicina por ter feito um aborto clandestino.

Estas são as análises dos eixos temáticos “Mulheres nas relações de violência”. Houve um encontro muito significativo entre os discursos de aceitação e de não-aceitação da violência. Os discursos de aceitação da violência pela sociedade que são mobilizados na sessão Mulheres do Mundo e respondidos na análise, envolvem um grupo de signos como: a impunidade (dos agressores), a culpabilidade (da mulher), os signos da esfera privada, aos signos esposa e mãe, entre outros. Já os discursos de não-aceitação envolvem os signos: crime, criminoso (quem pratica a violência), punição, lei, empoderamento, entre outros.

Um signo muito interessante e que sofreu deslocamento na sessão Mulheres do Mundo foi o signo **vergonha**. Nos discursos de aceitação da violência o signo vergonha é diretamente relacionado à mulher, principalmente nas violências que envolvem sexualidade feminina. É a mulher quem deve sentir vergonha por “ter se colocado” nessa situação, seja estupro ou pornografia de vingança. Já nos discursos de não-aceitação a vergonha é direcionada à sociedade que permite a violência nos dias atuais, em que a mulher teve muitas conquistas, como na fala da presidenta Dilma: “(...) a violência ainda envergonha uma sociedade (...)”. Faço, agora, as considerações finais da pesquisa

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fundamentar a análise dos textos na perspectiva do Círculo de Bakhtin, a partir dos conceitos de signo, enunciado e dialogismo, concluo de que a linguagem é uma entidade que vive através sujeitos e suas identidades. A linguagem tem, então, papel fundamental na construção das identidades, visto que é pela linguagem que somos construídos e, por essa mesma linguagem somos desconstruídos pela sociedade e pelos sujeitos. É na linguagem que as identidades são possíveis.

Há, por exemplo, discursos de aceitação e de não-aceitação da violência, e são esses discursos que colocam homens e mulheres em posições identitárias oprimidas ou empoderadas, subalternas ou de liderança, dignas ou indignas, de sujeitos militantes ou não, entre outras.

Ao entender os textos como enunciados, considere que eles não começam nem terminam em sua materialidade, mas são constituídos de elos com outros enunciados. Desta forma, no primeiro capítulo, analisei o signo *violência* a partir dos estudos

formulados pelo Círculo de Bakhtin. Nesta concepção, a língua pertence ao “domínio dos signos”, alcança todos os campos de atividade humana através dos “tipos relativamente estáveis de enunciados”, denominados “gêneros do discurso” (BAKHTIN, 2010).

Discuti sobre conceitos que são centrais na obra do Círculo de Bakhtin. O primeiro conceito que tratei nesse momento foi o de linguagem. Para Bakhtin (2010) a linguagem está associada com a ação dos falantes no mundo pelos inúmeros campos de atividade humana, ou seja, a língua é um fato social. Esta concepção já mobiliza o conceito de enunciado, que é resultado da interação entre os sujeitos falantes (dialogismo) e é marcado pela alternância e atitudes responsivas deles.

Para dar conta das especificidades de cada enunciado e da pluralidade das esferas das esferas de atividade é que existem os gêneros do discurso, os chamados “tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 2010:262). Os enunciados, por sua vez, são construídos na ideologia. No âmbito das ideologias, discuti sobre outro elemento dessa construção teórica, a noção de signo, que é o lugar onde a língua acontece ideologicamente; ao contrário da palavra dicionarizada, em que a língua é entendida apenas como sistema de regras fixas e alheias ao sujeito (como no estruturalismo).

A escolha por analisar textos sob uma perspectiva bakhtiniana significa trabalhar com uma teoria que envolve valores relacionados não apenas à língua enquanto sistema linguístico, mas a partir das noções de signo, enunciado e dialogismo, a língua é alcançada pelo entendimento da relação viva entre ela e os sujeitos.

No segundo capítulo aproximei as questões identitárias na chamada pós-modernidade, bem como trouxe a noção de mecanismos sociais e a interseção entre todos esses mecanismos. As identidades, então, ganham sentido através da linguagem. Nesta pesquisa, o sujeito construído na pós-modernidade é deslocado de uma identidade fixa e estável para identidades múltiplas.

No movimento feminista, o gênero social é tanto uma ferramenta analítica como uma ferramenta política; isso também é consequência dos descentramentos trazidos pela pós-modernidade. Outro elemento que promove o deslocamento de diversas esferas sociais é a *internet*, sendo ela considerada uma estrutura de poder. Nos textos

da temática “Mulheres nas relações de violência”, os gêneros discursivos reportagem, notícia, relato, sessão fotográfica e entrevista são estruturas que empoderam as mulheres vítimas da violência, contrastando com a permissividade que a sociedade dá para a violência, seja através da impunidade, dos discursos de que a culpa é da vítima ou do mau funcionamento dos mecanismos de justiça.

Assim, o suporte revista *Marie Claire online*, através dos gêneros discursivos publicados, é uma estrutura que promove: emancipação, interação, empoderamento, bem como momentos de militância, de denúncia e divulga informações. Ainda sobre os deslocamentos acontecidos na pós-modernidade, posso afirmar que a revista se descolocou dos setores privados, passando de gêneros discursivos com conteúdos limitados às esferas da casa, da moda, enfocando objetivos de promover a maternidade e à heterossexualidade, agora apresenta uma sessão chamada “Mulheres do Mundo”, trazendo outras possibilidades de vivência do gênero feminino. Esse deslocamento da revista acompanha, pois, o deslocamento da identidade feminina, que passou do âmbito estritamente privado para exercer novas identidades em diversos campos de atividade humana, como a política, as lideranças (governamentais e empresariais), a militância, outras formas de maternidade – adoção e fertilização, por exemplo – pluralizando as formas de vivenciar a sexualidade, entre outras.

Além disso, no segundo capítulo também discuti sobre as possibilidades de perspectivas essencialistas e não-essencialistas para se trabalhar com as identidades. Esta última perspectiva entende que os sujeitos são constituídos de diferentes identidades, e que, ao se considerar o entrecruzamento delas se pode possibilitar formas de empoderamento social. As identidades relacionadas com a identidade de gênero feminina são: a raça/etnia, sexualidade, classe econômica, escolaridade, nacionalidade, profissão, inserção na vida política, no movimento feminista, entre outras.

Na análise dos títulos principais e dos títulos auxiliares, percebi que, nos títulos auxiliares, o(a) autor(a) jornalista já promove um diálogo entre os discursos que estarão no corpo do texto. Geralmente, são discursos que se contrapõem de forma binária. Por exemplo, os textos que, na pesquisa, foram agrupados a partir do tema das mulheres não-ocidentais, são textos que apresentam a cultura ocidental e a cultura não ocidental

de forma binária, em que o ocidente – tratado de forma homogênea – representa a cultura boa; já o oriente é marcado nos textos pelo terrorismo e pelos não-valores considerados corretos.

Na temática do aborto, o que impera nos quatro textos é o argumento da vida. De um lado, mobiliza-se o discurso do papel da mulher na maternagem em qualquer circunstância. Esse posicionamento é refletido em diversas esferas de atividade humana, como na religiosidade, na saúde, na família, entre outras.

O argumento da vida é desconstruído nos textos em que o tema do aborto se desloca para a esfera política, quando se diz: “aborto é uma questão de saúde pública” e “o Estado é laico”. O deslocamento do tema do aborto também vai da esfera privada para a esfera pública – em que situações de morte feminina por procedimentos abortivos clandestinos são invisibilizados na sociedade que centraliza o papel da família maternal – agora são pauta no congresso nacional, em que se discutem possibilidades para a legalização do aborto no Brasil.

Esse deslocamento do tema do aborto dialoga com o deslocamento das identidades de gênero, em que a mulher, culturalmente inserida nas esferas privadas, ocupando posições secundárias e subservientes, agora está, também, na esfera pública, como vimos nos textos que apresentam a deputada federal Manuela D’Ávila. O espaço político como sendo o lugar do homem é desconstruído pela mulher inserida na política e pelas propostas de leis que são voltadas para a condição feminina.

Outro tema que se aproxima dos deslocamentos dos papéis femininos construídos culturalmente, é o discurso da maternidade. Esta função, uma das mais marcadas nos discursos sobre ser mulher, tem a ver com questões biológicas, portanto, de saúde.

Os textos de maternidade tratam do tema de forma de defender a liberdade feminina, tanto para ser mãe no tempo desejado pela mulher quanto pela liberdade na escolha do parto.

O tema da aparência física é tratado de forma bastante crítica. Há textos que divulgam ensaios fotográficos que saem do propósito de consumo e dialogam com a crítica aos padrões de beleza, bem como há textos que sensibilizam a sociedade para os danos que estabelecer um padrão único traz às mulheres que não se enquadram

neles. Essa apresentação confirma a ideia do slogan da Marie Claire, já que a revista não se submete apenas ao consumo e aos padrões.

Assim, discursos binários que evoca a ideia dos papéis de gênero, em que o homem como a figura da liderança e a mulher como a figura da obediência. Há textos que tentam desconstruir esse estereótipo essencialista mostrando histórias de mulheres que tomaram posições de lideranças. No entanto, há discursos de “celebração das diferenças”, em que as mulheres têm sucesso nas posições de chefia quando tomam posições afetivas e maternais dentro da política ou nas empresas. Esses discursos dialogam com a crença baseada na biologia, em que o homem teria um cérebro preparado para a liderança e a mulher teria seu corpo construído para comportamentos maternos e para relações de afeto.

Em textos que tratam de mulheres com dependência química, a prostituição para sustentar o vício do parceiro é a única alternativa. Ainda na vivência da prostituição, outra faceta é mostrada: a do trabalho com o corpo como opção, em que se pede por respeito e reconhecimento da profissão. Mais uma vez, os discursos que se contrapõem são: o da família tradicional, em que a profissional do sexo é uma mulher que expõe publicamente a sexualidade de todas as mulheres e que desestabiliza o ideal de relações monogâmicas. O signo *vítima* é central na fundamentação desse discurso; e de outro, há o discurso da profissionalização e combate à violência, em que se argumenta que esta profissão já existe há muito tempo em todas as sociedades mas que ela é invisibilizada para proteger um modelo de família. O signo *escolha* é central na fundamentação desse discurso.

No eixo temático da violência, que foram os dezesseis textos completos analisados mais alguns textos com os títulos analisados anteriormente, percebi que o tema da violência dialoga com os outros temas. Um ponto em destaque são as situações de vulnerabilidade feminina.

A impunidade é outro tema associado à violência, em que faltam leis consistentes e sua aplicação. A impunidade também um discurso de permissividade para a violência contra a mulher. O contraste para essas situações é o empoderamento. A revista funciona como forma de denúncia e encorajamento às vítimas.

Os textos desse tema mostram o quanto a linguagem está próxima das relações de violência, pois conforme a teoria do Círculo, os elos dos enunciados são possibilidades de ser e de agir.

Esses elos são as construções de gênero, a partir dos discursos que circulam nas sociedades sobre o papel feminino, sobre os espaços que as mulheres devem ou não ocupar e com as situações vulnerabilidade em contraponto com os discursos de culpabilidade e as relações público/privado. Outros elos que foram possíveis nas análises são: a ocidentalidade, a globalização, as reconfigurações da saúde da mulher e do feminismo como movimento político e acadêmico.

Para tratar das identidades de gênero no contexto da pós-modernidade, precisei, antes de tudo, descentrar-me como sujeito. Entendi que não era possível enxergar as Mulheres do Mundo se não compreendesse os deslocamentos que há em todas as identidades nesse tempo instável e fluido. Sendo assim, minhas identidades de mulher cis*, heterossexual, jovem, católica, escolarizada, pertencente a um contexto familiar considerado tradicional, leitora da revista Marie Claire, entre outras identidades que fui percebendo em minhas reflexões foram postas em reflexão e, quem sabe até foram deslocadas.

Ir ao encontro de outras possibilidades de vivência feminina é um desafio, dialogar com discursos que, até o início da pesquisa não eram os “meus discursos” e analisar a linguagem de diferentes mulheres, inseridas em múltiplos campos de atividade humana (campos onde, muitas vezes, me senti distanciada) também me exigiu um grande esforço. No entanto, este foi um momento de grande aprendizado e de aproximações. Espero que este trabalho sobre as Mulheres do Mundo da revista Marie Claire ajude a repensar sobre as possibilidades de todas as mulheres, que vivenciam diferentes “mundos” femininos e, principalmente, que a violência seja um tema superado em todas as sociedades.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Claudiana Nogueira. SILVA, Daniel do Nascimento. A **propósito da violência na linguagem**. Cadernos de ESTUDOS LINGUÍSTICOS – (55.2), Campinas, Jul./Dez. 2013

BAKHTIN, Michael. Os gêneros do discurso. In: MICHAEL BAKHTIN. **A estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BAKHTIN, M (V.N. VOLOCHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. São Paulo, Ed. Hucitec, 2006.

BARROS, Ana Cláudia. **A inteligência chique da revista Marie Claire**. 2012. Monografia (Curso de Comunicação Social) – FACOM, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Assistência integral à saúde da mulher**: bases da ação programática. Brasília: Ministério da Saúde, 1984.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de atenção integral à Saúde da Mulher**: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BITTONI, Dulcília H. Schroeder. **Imagens semoventes, imagens co-moventes: interfaces visuais no webjornalismo**. Revista Galáxia, São Paulo, n. 18, p.218-231, dez. 2009.

BITTONI, Dulcília. **Imprensa feminina**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1990.

BUTLER, Judith. **Gênero in disputa**: El feminismo y la subversión de la identidad. Tradução de Antonia Muñoz. Barcelona: Paidós, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venancio Majer. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CASTRO, Amanda. **Traços da representação feminina na mídia**: estudo de caso das capas da revista Marie Claire. Trabalho de conclusão de curso de comunicação social. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2008.

CASTRO, Gilberto de. Enunciado e discurso: um diálogo entre o Círculo de Bakhtin e Michel Foucault. In: FARACO, Carlos Alberto; TEZZA. Cristóvão; CASTRO, G. de (Orgs.). **Vinte ensaios sobre Mikhail Bakhtin**. Petrópolis: Vozes, 2006.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**. Sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

_____. **O corpo educado**. Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MARIE CLAIRE, Online. **Mulheres do Mundo**. Editora Globo. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/> Acesso em: 10 de junho de 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu. WOODWARD, Kathryn. HALL, Stuart. **Identidade e diferença**. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

STARDENBERG, Cecília. **Conceituando empoderamento na perspectiva feminista**. Salvador: NEIM/UFBA, 2006.

ZANDWAIS, Ana. **O papel das leituras engajadas em marxismo e filosofia da linguagem**. Conexão Letras. Porto Alegre, RS. Vol. 4, n. 4 (2009), p. 31-40. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/29378>. Acesso em: 03/06/2015.

ANEXOS

Anexo 1 – Assuntos e pautas comuns em alguns eixos temáticos

Mulheres do oriente:

- Discurso do impacto negativo da falta de educação formal na vida das mulheres;
- Educação contra o terrorismo
- Tradições culturais e familiares
- Luta feminista como resistência à opressão masculina
- Ocidente como salvação para as mulheres do oriente
- Discussões sobre as questões femininas/feministas acontecem em “guetos”
- Ideia de que a mulher tem ser forte para conseguir emancipação
- Culpabilidade feminina
- Casamento como emancipação de outras formas de opressão
- Opressão nos homens que não seguem os padrões árabes
- Luta contra o governo e contra as formas particulares de machismo
- Opressão homem x mulher como uma relação fixa.
- Pressuposição de que toda mulher oriental luta contra o casamento dentro dos padrões orientais.
- Mundo oriental fixo x internet instável
- Emancipação através de grupos sociais que lutam contra casamentos arranjados. Relacionamento envolve questões políticas
- Malala e a emancipação através do ocidente x Malala e burca, preservar a identidade. Dialogismo com o discurso da ONU.
- Instabilidade das relações da rede modificam identidades aparentemente fixas e estáveis.
- Discurso de que é só no oriente que as mulheres são oprimidas.
- O feminismo aparece como algo ocidental, hegemonicamente branco. Discursos sobre racismo e xenofobia aparecem nesse contexto.
- Crença de que o patriarcado advém de “culturas tradicionais”.
- Índia como sendo um dos países mais machistas do mundo, segundo uma mulher indiana jovem de classe média.
- O machismo advém da falta da educação formal.
- Influência ocidental como possibilidade.
- Mídia americana como forma de emancipação feminina.
- Mulheres orientais são tomadas com positividade quando tem atributos de mulheres ocidentais.

Mulher e dependência química:

- O feminino como um diferenciador na condição de usuário (presença do corpo/prostituição)
- Histórico do crack no Brasil
- Mulher como “provedora” do vício do casal
- Sexualidade na droga: DST/AIDS
- A maternidade aparece nas possibilidades de aborto e venda dos filhos.

Mulheres e os padrões de beleza:

- Fotos que transgridem os padrões como forma de protesto.
- Mulher mãe = natureza = nudez
- O texto considera a beleza como um “paradigma social”

Mulheres na identidade de liderança:

- Mulheres ainda são menos líderes e recebem salário menor ao dos homens
- Binarismo entre a forma masculina x feminina de liderar
- Discute a construção de identidade de gênero que as produções culturais constroem
- Crença de que as mulheres “limpam” problemas das empresas > primeira oportunidade: masculina.
- Momento histórico: presidência feminina no Brasil

- Crença de que os brasileiros precisam buscar conhecimentos no exterior
- Estudos sobre liderança escritos por homens brancos. Mobiliza os homens negros, mas não a mulher.

Mulheres no feminismo:

- A autora como um sujeito que “se marca” no texto como mulher que defende certos direitos atuais; posicionamento altamente marcado.
- Crítica ao conservadorismo que vem de partidos políticos e da religião (ou dos dois juntos);
- Presidenta Dilma se coloca como uma pessoa que defende vários pensamentos, não só o de algumas mulheres.
- Os EUA como “garantia” de liberdade a todos e todas.

Anexo 2 – 05/03/2014 06h01 - ATUALIZADA EM: 06/03/2014 10h59 - por Redação Marie Claire

Discípula de Malala: Humaira Bachal enfrenta Paquistão e cria escola para mulheres e crianças

Aos 24 anos, ela é a responsável pela única escola acessível de seu bairro, que já assiste mais de 1200 crianças. Jornada contra as tradições da família e do país começou há 12 anos



HUMAIRA BACHAL, PAQUISTANESA DE 24 ANOS QUE HÁ 12 LUTA PELO DIREITO DA MULHER À EDUCAÇÃO (FOTO: REPRODUÇÃO/ FACEBOOK)

No aglomerado de casas na favela de Baldia Town of Mawach Goth, no Paquistão, os moradores acreditam que uma jovem mulher de 20 e poucos anos tem o potencial de abrir o caminho para o seu futuro. Neste bairro, onde há uma década a educação era considerada inútil, está instalado agora um edifício onde mais de 1.200 crianças recebem educação formal e profissional de 25 educadores voluntários em 11 quartos espaçosos. Os moradores da região sabem muito bem quem é a responsável pela mudança repentina: Humaira Bachal, paquistanesa de 24 anos e que há mais de 12 luta pelos direitos das mulheres à educação.

A jornada de Humaira começou em 2001, quando junto com sua irmã e três amigos começou a dar aulas para crianças da sua vizinhança em sua casa. Naquela época, Humaira já enfrentava forte resistência da família quando o assunto era sua educação superior. A paquistanesa cresceu no sistema feudal de Tando Hafiz Shah, no distrito de Thatta. Depois, ela e sua família se mudaram para Karachi e se estabeleceram em Mawach Goth, mas as tradições familiares continuaram as mesmas.

O lugar onde moram agora compreende diferentes comunidades e culturas, mas as crenças e métodos de vida não diferem muito da área rural, por exemplo: “Sair na rua para as meninas é considerado um tabu até mesmo se for para ir à escola. A única unidade de educação pública fica num lugar inacessível e os pais não querem gastar dinheiro com a educação de seus filhos”, diz a jovem para o jornal “The Express Tribune”.

Humaira reuniu coragem e pegou para si a responsabilidade de educar outras meninas. Um incidente em sua família aumentou sua determinação: ela testemunhou a trágica morte do filho de seu primo, de apenas oito meses. "A criança ficou azul de um dia para o outro e todo mundo acreditava que a mãe o havia matado. Ela tinha dado à criança um xarope para combater uma febre que estava vencido há dois anos porque não sabia ler e, conseqüentemente, não olhou para o rótulo", conta.



HUMAIRA E OS PROFESSORES VOLUNTÁRIOS DA ESCOLA DREAM MODEL STREET SCHOOL (FOTO: REPRODUÇÃO/ FACEBOOK)

- Em 2004, a casa de Humaira começou a ficar pequena e ela procurou um lugar maior para dar aulas: "Foi certamente estranho para os mais velhos que uma menina de 15 anos estava pedindo-lhes um lugar para educar os outros", relembra. Uma casa de dois quartos foi alugada com o dinheiro de Humaira e dos outros professores voluntários. A situação mudou em 2007, quando a ONG Shirkat Gahtomou conhecimento da situação e passou a ajudar. "A escola conseguiu sobreviver devido aos livros recolhidos de escolas públicas em áreas próximas. Nós também organizamos campanhas e batemos de porta em porta para aconselhar os pais. Algumas pessoas ficaram tão enfurecidas que atiraram pedras na nossa escola", conta a paquistanesa.
- Parece que sua campanha particular tem dado certo. Assim como Malala Yousafzai, jovem conhecida no mundo inteiro, vítima de uma tentativa de assassinato por lutar pelos direitos das mulheres à educação, Humaira Bachal é hoje uma defensora global dos direitos das mulheres no Paquistão. Em entrevista ao site da emissora de rádio norte-americana NPR, ela disse que não tem medo de sofrer retaliações como a compatriota: "Não é apenas uma Malala ou uma Bachal que levantou a voz para mudar esta situação. Há um monte de outras meninas que estão tentando mudar as coisas. Mesmo que eles sejam 100 Humairas, nunca serão capazes de nos parar". Sua luta ficou ainda mais conhecida após a divulgação do curta-metragem "Humaira: The Dream Catcher", dirigido pela premiada diretora paquistanesa Sharmeen Obaid-Chinoy e que conta um pouco de sua jornada.
- Mesmo já feito tanto, Humaira não pretende parar: o próximo passo da paquistanesa é desenvolver projetos de educação nas 114 favelas que ficam próximas do bairro onde mora. Alguém duvida que ela chega lá?

Anexo 3 – 01/04/2014 06h00 - ATUALIZADA EM: 07/04/2014 19h06 - por Daniela Bueno e Luciana Borges

"As mulheres têm um papel enorme a desempenhar", afirma líder e ativista pela sustentabilidade

Sara Parkin defende a mudança de atitude dos líderes atuais para que o mundo comece a trabalhar a favor da sustentabilidade



A ATIVISTA SARA
PARKIN (FOTO:
DIVULGAÇÃO)

Em um mundo em que os negócios são, basicamente, dominados por homens, é difícil encontrar mulheres em posições altas e que consigam, ainda, serem reconhecidas como grandes exemplos de liderança. Marie Claire conversou com Sara Parkin, diretora e fundadora do "Forum for the Future" – organização britânica sem fins lucrativos que se dedica a encontrar a soluções inovadoras para os desafios da sustentabilidade e economia do mundo.

Na carreira há mais de 40 anos, Sara visita o Brasil pela primeira vez a fim de divulgar seu livro "O Divergente Positivo", que será lançado este mês no país. Em entrevista exclusiva, ela fala sobre o papel da mulher no mundo dos negócios e como ela pode influenciar, com sua própria maneira de liderar, e colaborar para a sustentabilidade.

Marie Claire: Como começou o seu interesse pelo assunto "sustentabilidade"?

Sara Parkin: Eu trabalhava como enfermeira nos anos 60 e início dos anos 70, e fui convencida pelos argumentos na época. Acredito que mudei de área pensando que, ao invés de cuidar de alguém na cama, eu estaria cuidando de várias pessoas na Terra.

MC: Antes de se envolver ativamente em projetos de sustentabilidade, você trabalhou por algum tempo como enfermeira. Por que escolheu essa área?

SP: Eu queria ser médica, mas não tinha certeza. Queria começar a trabalhar, então fiz enfermagem primeiro e depois pensei em transferir para medicina, mas me casei, tive filhos e as coisas mudaram.

MC: "O Divergente Positivo" será lançado aqui no Brasil este mês. O que esse nome significa?

SP: Um Divergente Positivo é alguém que faz a coisa certa, neste caso sobre sustentabilidade, apesar de estar cercado de instituições e estruturas erradas e pessoas obstruídas. Depois de muitas décadas, cheguei à conclusão de que a campanha para a sustentabilidade não teve muitas mudanças. Acho que precisamos de uma instituição em que as pessoas se sintam, talvez, com habilidades e valores suficientes para tentar fazer a coisa certa, onde quer que estejam. Cada vez mais pessoas estão fazendo isso! O livro é uma ferramenta de auto-desenvolvimento para dar às pessoas o conhecimento e a confiança para tentar de verdade e encontrar uma maneira de contribuir para a sustentabilidade.



AS MULHERES
PRECISAM SE
PREOCUPAR COM A
SUSTENTABILIDADE
(FOTO:
THINKSTOCK)

MC: Na sua opinião, quem são as líderes de destaque atualmente e por quê?

SP: Não acho que existam muitas vivas. Wangari Maathai é uma delas. Ela foi uma diplomata queniana que deu início ao Green Belt Movements, que consistia em mulheres indo de vilarejo a vilarejo com milhares de pequenas árvores. Era apenas um projeto de plantar árvores, mas, ao mesmo tempo, as mulheres estavam passando adiante não apenas informações sobre como cuidar das árvores. Ela foi uma grande amiga e morreu, infelizmente, recentemente. Ela foi uma das minhas grandes inspirações. Você não precisa fazer as coisas diretamente, você pode ser discreta sobre como conquista seus objetivos. A outra, também é uma mulher que ganhou um prêmio Nobel, Elinor Ostrom. Ela não era uma economista, mas foi a primeira mulher a ganhar um prêmio Nobel no setor econômico. Essas duas mulheres tiveram um grande impacto em mim. **Há muitas mulheres incríveis por aí, atualmente, mas acho que nenhuma delas são muito conhecidas e não consigo pensar em ninguém** no governo ou no setor corporativo que eu poderia identificar como uma mulher que está realmente sendo uma boa líder em sustentabilidade. Há mais mulheres chegando a posições de poder, mas ainda estão trabalhando em um sistema muito masculino, então é muito difícil.

MC: O seu livro fala na mensuração da felicidade para avaliar o desenvolvimento das nações. Como é feita essa relação?

SP: Da maneira como se mensura o progresso no momento, se estivermos falando de mensuração global, nacional ou no setor econômico, não se leva em conta o bem-estar das pessoas ou do meio-ambiente. **Não há razão em mensurar os planos das pessoas ou o que eles dizem, você tem que mensurar o que eles fazem.** E isso contribui para a construção do tipo de capital que será importante no futuro, que seria o capital natural, o capital humano e o capital social.

MC: Qual é o problema mais grave que enfrentamos atualmente em relação à sustentabilidade e como podemos resolvê-lo?

SP: É possível, sim, resolvermos os problemas atuais e uma maneira de fazer isso é entender que não é sobre o meio-ambiente, mas sim sobre as pessoas e o que elas fazem. Nós cometemos o erro de pensar no meio-ambiente, ao invés de pensar no que as pessoas fazem. É muito simples dizer o que temos que fazer. É mudar a maneira como a economia depende de mais pessoas consumindo mais coisas, para uma que dependa de menos pessoas consumindo menos coisas. **Esse é o pensamento que a economia precisa ter no futuro. A troca de uma economia baseada em consumismo para uma que se baseia no florescimento das pessoas e do meio-ambiente** é, definitivamente, o que precisamos fazer. O problema seria nossa própria capacidade de entender se queremos que as coisas mudem e, então, que temos que fazer com que aconteça.



SARA PARKIN CRITICA
O CONSUMISMO
(FOTO: GETTY
IMAGES)

MC: Em 2010, você escreveu um artigo no jornal The Guardian intitulado “Women can’t ‘have it all’ in a man’s world”, sobre as dificuldades que as mulheres enfrentam para se tornarem líderes perfeitas. O que já mudou neste cenário e o que é preciso mudar ainda?

SP: Acho que o problema é que as escolas de administração e treinamentos de liderança dizem que as mulheres tem que mudar. São as mulheres que tem que se desenvolver para liderar da maneira como os homens fazem e a razão de não ter muitas mulheres em posições altas é porque elas não querem viver uma vida como essa. Eu falo sobre esse triângulo que as mulheres tem, que é sobre nossa auto-estima, relações pessoais na segunda ponta, e relações sociais e profissionais na terceira ponta, e como quando as coisas ficam difícil para nós, sacrificamos a ponta que é sobre nós – nossa auto-estima e nosso desenvolvimento pessoal. Nós equilibramos nossa vida entre a família e o trabalho. Os homens sacrificam as famílias, primeiro, antes de sacrificarem a si mesmos, seu desenvolvimento pessoal e profissional. **Acho que as mulheres tem que ser muito claras sobre o que elas querem. Elas querem ter uma vida completa,** que inclui o lado pessoal, a família e as relações profissionais, e eu acho que elas conseguem articular isso muito claramente e estabelecer limites, e ajudar as pessoas a entenderem que elas estão fazendo isso. Acho que isso começará uma mudança efetiva. Algumas mulheres no mundo da liderança estão começando a falar sobre isso, mas ainda não está desenvolvido o suficiente em uma maneira feminina de liderar.

MC: Você acredita que essa mudança irá ocorrer?

SP: Sim, irá, porque a maneira masculina de liderar está quebrada. E está quebrada para todos verem. Não sei como está no Brasil, mas na Europa há muitas críticas agora sobre a liderança masculina, que acredita em seu tremendo poder e comete erros terríveis, que não colaboram. **Você pode ver essa maneira de liderar falhando, em público.** Então não são apenas as mulheres que buscam por um novo modelo, os homens também. E acho que **os homens estão começando a ver que existe outra maneira de liderar, também.**

MC: O que você sabe sobre a situação atual do Brasil? Como podemos mudar isso no país?

SP: Eu acho que a situação no Brasil é um pouco mais difícil do que na Europa. É esperado que as mulheres se comportem como os homens. Esse é possivelmente o motivo de as mulheres encontrarem tanta dificuldade em cargos altos, pois elas estão tentando como um homem faria. **Acho que toda a cultura da liderança precisa mudar.** Um argumento positivo é que **as mulheres podem se desenvolver para liderar de uma maneira diferente,** e que elas podem articular tudo muito claramente para que não exista confusão sobre como elas vão se organizar quando se depararem com um cargo de liderança. Isso será fácil.

MC: Quais são os principais erros cometidos pelas líderes atuais, mulheres que estão no comando de grandes projetos?

SP: Acho que, basicamente, tentar fazer como um homem faria.

Anexo 4 – 29/01/2013 - 13h55 por Mariana Sanches

Escravas do crack: mulheres que trocam as próprias vidas pela droga

O número de mulheres que se prostituem pela pedra aumenta há quatro anos. Alicerces do tráfico, elas mantêm o seu vício e o do companheiro com o próprio corpo. Por trás dos cachimbos, suas histórias são de perdas e dor



DANIELA: “NA FISSURA, EU FAZIA DE TUDO. O CARA PAGAVA R\$5 PELO SEXO” (FOTO: CHRISTIAN TRAGNI)

Fazia três dias que eu estava na rua, só fumando crack. **Não sentia fome, então não comia. Carregava uma barriga de nove meses.** A filha era do meu marido, com quem eu terminava e reatava na tentativa de retomar minha vida. Uma hora percebi que ela ia nascer. Voltei para casa da minha mãe. Pedia para entrar, mas ela não abria a porta. Não acreditava no que eu dizia, achava que eu estava louca de crack, que queria enganá-la, dar escândalo. E as dores aumentando. E ela se recusando a abrir a porta. Quando finalmente se convenceu a abrir, a cabeça da minha filha estava quase para fora. **A menina nasceu no chão da cozinha, sem ajuda de ninguém.** Minha mãe a aparou e chamou a polícia, que nos levou a um hospital. Isso faz dois anos e agora estou passando por tudo isso de novo. É um filme de terror”.

Daniela*, 27 anos, enuncia os fatos com objetividade, quase frieza. É como se a narrativa não pertencesse à vida dela. Enquanto encaixa uma frase em outra, com português perfeito, deixa entrever sua instrução. Completou o ensino médio, fez cursos de informática, culinária, cabeleireira, sonhou em fazer faculdade de moda. Casou-se, teve três filhos, uma loja de materiais de informática, casa própria, carro do ano, renda familiar de mais de R\$5 mil por mês. No rosto bonito, emoldurado pelo cabelo cuidadosamente despenteado, ao estilo black power, **ela exibe a marca da sua história. Um buraco do tamanho de uma moeda de dez centavos no meio da testa,** consequência de um tombo de moto sofrido quando estava drogada, e alguns dentes quebrados no sorriso branco e largo, por surra ou falta de higiene adequada, fazem com que se lembre todos os dias que ela abandonou tudo para ficar como crack.

A relação de Daniela com o crack começou há quatro anos, quando uma amiga ofereceu a ela uma pedra, numa festa. Até então, seu contato com drogas era meramente recreativo e controlado. Ela fumava maconha de vez em quando, sempre escondida, porque o marido não gostava. Um mês depois de provar crack, Daniela já estava compulsiva. Ficou agressiva com os filhos (o mais velho não chegava aos 10 anos de idade), distante do marido. Planejava desviar os R\$80 semanais da feira para comprar pedra. **Acabou saindo de casa. Foi perambular pelas ruas. Perdeu o controle sobre sua história. “A droga deforma o caráter”, afirma.** Sem nunca ter tido passagem pela polícia, começou a roubar. “Mas eu era muito ruim nisso, ia acabar morrendo. **Me prostituir foi a saída pra não depender de ninguém e conseguir a droga.**” Ela, que tinha tido apenas quatro parceiros sexuais, contabiliza agora pelo menos 250 homens para quem vendeu o corpo nos últimos três anos. “Eu fazia de tudo, dependendo do cara e da minha fissura. Era dentro do carro, num canto escuro da rua, na casa do cara, no motel. Eu tinha um preço, mas no fim, o cara pagava R\$5, R\$10, ou pagava em pedra mesmo.” Grávida de cinco meses, de um menino, ela está há pouco mais de um mês abrigada no Amparo Maternal, um alojamento para mulheres em situação vulnerável conveniado à Prefeitura de São Paulo. Ali, ela fica longe da droga. “Mas ainda sinto o gosto da pedra na boca”, diz. Não existe qualquer remédio capaz de ajudá-la a se livrar do vício. Não é a primeira vez que Daniela tenta.

Ela já esteve internada em clínicas particulares, custeadas pela família, em duas ocasiões. Mas a cada nova recaída sua situação fica pior. **A mãe não fala mais com ela, o marido, que hoje cuida da filha que nasceu**

na cozinha, a abandonou, as irmãs sentem vergonha dela, os filhos têm medo e saudade — o mais velho dorme abraçado à foto dela. Daniela chora ao rememorar almocinhos de domingo na casa da mãe, ou as festas de aniversário que ganhava na adolescência. É nesses momentos que parece se lembrar de quem é. “Quero jogar fora o rótulo de prostituta e noia. Eu sei que é difícil acreditar, é difícil as pessoas me perdoarem, mas agora quero fazer isso por mim mesma. Estou decidida que o próximo Natal vai ser diferente, longe da biqueira (boca de fumo).”

O ENCONTRO COM A DROGA

O destino de Daniela é um desafio não só para ela. **A sociedade e o poder público não sabem como resolver o problema dela e de outras mulheres viciadas em crack.** Ninguém consegue precisar quantas são dependentes da droga hoje. Mas sabe-se que o problema aumenta pela disparada do número de mulheres grávidas e doentes que apelam à rede pública de serviços.

Quando a droga desembarcou no Brasil, na década de 90, os dependentes costumavam ser jovens, negros e pobres. Os usuários não sobreviviam ao uso por mais de um ano. Morriam pelo efeito da droga ou do entorno violento. O tráfico era bastante limitado, a produção, artesanal. “Mas sabíamos que, tendo efeito mais poderoso do que o da cocaína, o crack não ficaria restrito a uma classe social mais baixa”, afirma a toxicologista Solange Nappo, que há 20 anos estuda a dinâmica do uso de crack no Brasil e publicou seus estudos no recém lançado “O Tratamento do Usuário de Crack” (Artmed). **“Para o usuário, não existe ‘droga de rico’ e ‘droga de pobre’. Existe a droga que dá mais ou menos prazer.”**

O consumo da pedra se expandiu nos anos 2000. Os traficantes temiam vender em larga escala uma droga que matava os clientes em pouco tempo. Além de perderem a clientela, as bocas de fumo ainda tinham que arcar com as dívidas que esses homens deixavam. O crime organizado percebeu que a lucratividade do crack aumentaria se os traficantes conseguissem alongar a sobrevivência do usuário. **A mulher se mostrou um bom negócio. “Incluí-las na cultura do crack foi uma estratégia genial para eles”,** afirma Solange. “Ela passou a ser a melhor cliente do tráfico, porque criou sua própria estratégia de obter dinheiro e de sustentar o vício dos homens, que agora vivem mais. Foi a pior coisa que poderia ter acontecido para a sociedade”.



DESDE QUE ME VICIEI EM CRACK, TRANSEI COM MAIS DE MIL HOMENS. NUNCA USEI CAMISINHA”, AMANDA (FOTO: CHRISTIAN TRAGNI)

A PROSTITUIÇÃO

Assim como Daniela, outras mulheres perceberam rápido sua falta de destreza para o roubo. Elas não assustavam ninguém, não tinham força para machucar, não sabiam atirar. Quando faziam parte de uma quadrilha, invariavelmente, recebiam menos do que os homens. Nunca conseguiam comprar droga fiado. **“Com a ajuda do traficante, que quase sempre é o primeiro cliente, elas descobriram uma carreira solo: se prostituir”, diz Solange.** Nos últimos anos, ela acompanhou a trajetória de 76 usuárias — de analfabetas àquelas com curso superior, de miseráveis a abastadas. Descobriu que quase 90% delas vendiam o corpo para comprar crack. **“Não importa a classe social, a religião, a origem, todas agem da mesma maneira. Ao se prostituir, sempre têm dinheiro para pagar o traficante.** Se ela precisar de 30 homens num dia para pagar a dívida na boca, vai transar com todos.” Daniela confirma: “Lá na boca onde eu comprava, uma vez, me chamaram de vagabunda. Pedi para falar com o dono da boca. Ele veio e deu uma dura nos funcionários, disse que as mulheres são as melhores clientes, boas pagadoras e que eu nunca ficava devendo nada ali”.

A PROVEDORA

O dinheiro dos programas feitos pelas mulheres resolveu também o problema dos homens. O sorriso largo, o corpo esguio, os seios empinados sustentaram não só a fome de pedra de Amanda*, 22 anos, comoa do namorado dela, que a apresentou ao crack quando ela ainda era adolescente. Ele percebeu que na rua ela trazia muito mais dinheiro do que ele podia conseguir com os roubos que praticava. Passou a explorá-la sexualmente. Comprava roupas, eletrodomésticos com o dinheiro que Amanda ganhava dos clientes. Ela trocou de namorado, mas todos os demais companheiros se comportavam de maneira semelhante ao primeiro. Em sete anos de vício, o crack a levou a Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. “Eu ia aonde me pagavam mais pelo programa e a droga era melhor. **Cheguei a transar com mais de mil homens**”, diz Amanda. **“Podia ter ganhado muito dinheiro, mas gastei tudo com droga para mim e para os outros.”**

Solange Nappo afirma que por trás de uma mulher usuária de crack quase sempre há um homem, um companheiro. “Esse sujeito deixa de se expor, se resguarda, e a mulher passa à linha de frente no crack. **É ela a provedora do casal**”, diz. A relação pode descambar para a escravidão. Dalila*, 28 anos, tem marcas escuras, redondas, no braço direito. Grávida do então companheiro e se sentindo indisposta, um dia se recusou a estrangular a barriga para esconder o bebê e partir em busca de clientes. Ele a torturou. **Apagou cigarros no braço dela até que a dor física a empurrasse para a rua. Dalila tinha virado sua fonte de renda e de crack.** Quando perguntada sobre porque mantinha um relacionamento comum homem agressor, seus olhos encheram d’água. Não soube explicar. Ficou em silêncio. Quando falou, foi por um fio de voz. “Não sei, acho que foi porque, mal ou bem, ele era tudo o que eu tinha”, diz. Ela começou a usar na adolescência. A própria mãe, que traficava, ofereceu a ela. Casou-se, em uma tentativa de construir sua vida. Com o marido, teve dois filhos, hoje, com 16 e 8 anos. A família, no entanto, não foi capaz de mantê-la longe do crack. Hoje, os meninos moram com o pai e ela não os vê há quatro anos.

A CONDUTA E OS CLIENTES

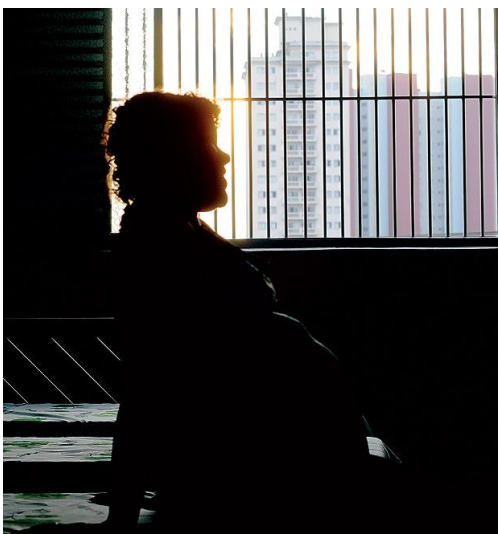
Diferentemente das profissionais do sexo, as usuárias de crack não têm procedimentos de trabalho claros. Não há ponto fixo, nem horário de serviço. Trabalham sozinhas, na rua, drogadas e desesperadas para conseguir mais pedras. Não usam maquiagem ou roupas provocativas. **“São extremamente pró-ativas, se jogam no colo dos homens e vão logo arrancando a roupa deles para acelerar o serviço e sair logo dali”**, afirma Solange. Os clientes são escolhidos de acordo com dois critérios: a idade e a aparência. Elas preferem os mais velhos, que têm menos força para agredi-las, e os mais bem vestidos, porque provavelmente terão mais dinheiro. Em teoria, dizem cobrar preços que consideram justos. Na prática, seu poder de negociação é baixíssimo.

O preço combinado raramente é o pago. No discurso, abominam fazer sexo oral e anal. Na fissura, fazem o que der mais dinheiro. “Eu achava nojento fazer oral, mas fazia porque era mais rápido e já dava pra eu sair logo para fazer outro programa e fumar pedra”, diz Daniela. “Teve um cliente que me pagou R\$500 para fazer 15 minutos de anal. Os homens têm esse fetiche e as mulheres deles não fazem. A grana era boa e eu estava tão drogada que nem senti nada. Ele pagou—e eu fumei tudo”, diz Amanda. Os clientes têm perfis tão variados quanto as usuárias. **“Há pobretões e homens com dinheiro, carro, escolaridade alta.** Nunca falta cliente porque são mulheres jovens, que fazem qualquer tipo de sexo por um preço muito baixo”, diz Solange Nappo.

“ACIDENTES DE TRABALHO”

Se não conseguem garantir o pagamento pelos seus serviços, muito menos são capazes de se proteger contra doenças sexualmente transmissíveis. “Eu nunca usei camisinha”, diz Amanda. **Os homens raramente fazem questão do uso de preservativo. Chegam a pagar um pouco mais por transas desprotegidas. Têm medo de broxar. Elas aceitam.** Metade das mulheres pesquisadas por Solange tinha hepatite, cerca de 10% tinham o vírus HIV. Casos de sífilis também são frequentes. “Não é coincidência que hoje o maior número de casos de DST/AIDS esteja entre mulheres jovens e homens velhos. É esse exatamente o perfil das usuárias e seus clientes”, diz Solange. O diagnóstico é quase sempre acidental. O tratamento, errático.

“Descobri que tinha AIDS quando engravidei”, afirma Renata*, 31 anos. Aos sete meses de gestação, ela pesa 47 quilos. É uma figura desproporcional: a cabeça, de ossos aparentes, parece grande demais para um corpo esquelético, frágil. Antes de buscar um hospital, aos cinco meses de gestação, ela chegou a pesar 33 quilos. Sua sobrevivência e a do bebê são consideradas milagrosas pelos médicos. Renata chorou ao lembrar dos tempos de escola particular, das aulas de balé clássico e jazz que teve dos 2 aos 17 anos, da família que não vê desde julho do ano passado. Como a maioria das mulheres, ela entrou no crack por influência de um namorado, aos 24 anos. A mãe, empresária, chegou a ir buscá-la na cracolândia no ano passado. Mas Renata disse que ainda não era hora de sair dali. No entanto, no dia da entrevista, se disse convencida de que a hora chegara. **“Não tenho nada meu, só a esperança e a força de vontade de sair do vício.”** Dois dias depois da conversa, Renata fugiu do abrigo com R\$12 no bolso. Sucumbiu mais uma vez ao crack.



“QUANDO EU NÃO QUERIA ME PROSTITUIR, MEU COMPANHEIRO ME ESPANCAVA. ELE COMPRAVA CRACK COM MEU DINHEIRO. FICAVA COM ELE PORQUE NÃO TINHA MAIS NINGUÉM” (FOTO: CHRISTIAN TRAGNI)

Sem camisinhas nem método anticoncepcional, a gravidez é um destino tão certo quanto a próxima pedra que fumarão. **“Os filhos são o maior acidente de trabalho delas”**, diz Solange. **De cada cinco dependentes de crack, quatro tiveram filhos ou fizeram um aborto.** É uma prole indesejada, de pai desconhecido. A gravidez se dá em condições precárias. Das usuárias que chegam à maternidade estadual Leonor Mendes de Barros, a maior da zona leste de São Paulo, metade não fez pré-natal. E quase todas se drogaram durante a gravidez. “O crack é o Deus dessas mulheres”, afirma a assistente social Regina Dias de Barros. “A necessidade da droga suplanta o senso de maternidade que poderiam ter.” Em 2010, o hospital registrou seis casos em que as mães, dependentes químicas, rejeitaram ou abandonaram seus bebês. Em 2011, foram dez. Até março deste ano, já são três.

Regina presenciou alguns casos de mães que tentaram vender seus filhos. O preço que pretendiam cobrar variou de R\$250 a R\$22 mil. “Temos visto o problema aumentar nos últimos quatro anos. Essas mulheres vivem um drama. São mães, mas no fundo a droga fala mais alto”, afirma o médico obstetra Corintio Mariani Neto, diretor da maternidade. A fissura das mães é tanta que uma delas chegou a ser pega fumando crack dentro do banheiro do hospital, horas depois do parto. “Elas chegam aqui com a intenção de abortar ou de dar a criança assim que ela nasce”, afirma Jucelia Souza Gaspar, do Amparo Maternal. **Para abortar, recorrem a métodos rudimentares, de baixo custo e alto risco, como beberagens ou a incisão de agulhas de tricô no útero.** “Para elas, esses filhos equivalem a um estupro. Ela não conhece o pai, um homem que pagou R\$5 pelo programa. Tudo o que quer é se livrar do filho”, afirma Solange.

Quando a criança nasce, o Estado a recolhe e as varas de Infância e Juventude a disponibilizam para adoção. Filhos de usuárias de crack nascem quase sempre prematuros e com baixo peso. São crianças irrequietas, nervosas, que choram a todo momento. “O bebê leva uma semana para eliminar o crack do organismo”, afirma Corintio. Ao contrário do que alardeia o senso comum, as crianças não nascem viciadas. **Mas o crack provoca lesões neurológicas que acarretam problemas de aprendizagem.** “Já se sabe que essas crianças têm grande dificuldade de fazer abstrações, de aprender matemática”, diz Corintio. Diante do prognóstico e do histórico familiar, costumam ser preteridas pelos casais que pretendem adotar.

A SAÍDA IMPROVÁVEL

Independentemente dos efeitos químicos da dependência, a situação de um homem e de uma mulher viciados em crack é completamente diferente. **Para elas, a saída do vício e o retorno para a vida social é muito mais difícil. O tipo de transgressão moral que cometem é insuportável para a família, os empregadores, a sociedade.** “O preconceito vem de todos os lados. Até mesmo de dentro das clínicas de tratamento, porque o homem usuário de crack perde tudo, menos o machismo”, diz Solange. “Para ela voltar, todo mundo terá que esquecer seu passado abjeto e aceitar os filhos que trazem a tiracolo. A maior parte das pessoas não está pronta para isso.” E as dependentes sabem disso.

Daniela diz que vai seguir em frente, mesmo que sua família não a queira mais. Dalila, a mulher que sofreu torturas do ex-companheiro, fraquejou. Se não pode ter ninguém, prefere ao menos ter o crack. Ela fugiu do abrigo em que estava, grávida de oito meses, antes do fechamento desta reportagem.

Anexo 5 – 19/08/2013 06h00 - ATUALIZADA EM: 19/08/2013 13h50 - por Igor Zahir

“Se aborto é um debate pela vida, quero debater a das mulheres que morrem”, diz Manuela D’Ávila. Aos 32 anos e eleita duas vezes como a deputada federal mais votada do Rio Grande do Sul, a gaúcha fala, em entrevista exclusiva, sobre direitos das mulheres, bancada evangélica, machismo e debate, ainda, as causas da baixa participação feminina no Congresso Nacional



MANUELA NA CÂMARA, PARTICIPANDO DE CERIMÔNIA SMBÓLICA DOS COMUNISTAS CASSADOS EM 1948 (FOTO: RICHARD SILVA)

Manuela D’Ávila sonhava em ser professora universitária. Kursou jornalismo e ciências sociais. No entanto, a política sempre esteve por perto. E, depois de passar por diversos movimentos políticos estudantis, ela decidiu se dedicar totalmente ao assunto. Em 2004, saiu da faculdade direto para a Câmara dos Vereadores de Porto Alegre, eleita pelo PCdoB.

Com quase dez anos de política, a gaúcha de 32 anos já concorreu duas vezes à prefeitura de Porto Alegre. Em 2006, entrou no Congresso como a deputada federal mais votada do Rio Grande do Sul, bateu o próprio recorde em 2010 e presidiu a Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Atualmente, é líder do seu partido e foi indicada pela 5ª vez ao Prêmio Congresso em Foco, como uma das melhores deputadas do Brasil. Apesar disso, não acredita em padrões. “Não existe isso de ‘ser político’”, afirma.



NA CÂMARA DOS DEPUTADOS (FOTO: RICHARD SILVA)

Marie Claire: A política é um terreno masculino e preconceituoso?

Manuela D’Ávila: Com certeza. Nos números, na forma e no conteúdo ainda é um mundo dominado pelos homens. Quanto ao preconceito, acho que todas as mulheres em suas profissões sofrem isso. Comigo não foi diferente.

MC: Em algum momento ser bonita a ajudou em algo na política?

Manuela: Não, ao contrário. Muitas vezes as pessoas tiveram ainda mais preconceito com as minhas ideias e colocaram minha capacidade em questão. Não dramatizo porque isso acontece com grande parte das

mulheres, né? Elas sempre são adjetivadas. Se elas estão solteiras é porque ninguém aguenta, se estão casadas é porque têm que ter um marido. Se vamos comer no McDonalds, temos que escutar: “depois não sabe porque está gorda”. Se comemos salada, soltam um “coitada, não come nada de mais gostoso”. A cultura machista tenta fazer com que sempre tenhamos que provar algo. Esse é um dos pontos que a minha militância combate.



MANUELA NO PLENÁRIO
(FOTO: RICHARD SILVA)

MC: Por ser mulher, há terrenos onde não pode atuar?

Manuela: Acho que existem espaços mais difíceis de entrarmos no Congresso Nacional. Proibido, não. Inclusive temos, sim, que estar cada vez mais em todos os temas já que resistem muito à entrada de mulheres. O machismo lá dentro ainda é muito grande e nossa participação, pequena. Somos só 8%, ou seja, apenas 40 de 500.

MC: A mulher teria como diminuir a insatisfação do povo brasileiro com a política nacional?

Manuela: O centro da insatisfação, mesmo que não identificado pelas pessoas, está na forma como tudo é financiado. Mudamos vários detalhes na última década, mas isso ainda não. Quer dizer: como uma mulher vai entrar na carreira política se tudo for financiado por 300 grandes empresários homens? Eles, claro, vão querer continuar pagando por homens. Os homens até votam nas mulheres, mas a questão não é esta.



NA REUNIÃO DE LÍDERES
DA BASE ALIADA (FOTO:
RICHARD SILVA)

MC: É uma questão de reforma política?

Manuela: Sim, sem dúvida. Defendo muito que pare de existir esse financiamento por parte de empresas privadas. O financiamento tem que ser público e feito por pessoas físicas. Se você entra para ajudar na campanha do seu candidato com 100 reais, teremos algo mais barato, sem todo esse show pirotécnico. Isso dá um contato maior. Assim, as mulheres podem se aproximar mais disso. Não adianta estarmos dispostas a nos candidatar se as grandes campanhas forem pagas por executivos homens que querem filhos e netos de quem já está lá naquele determinado cargo.

MC: Quem é a Manuela D'Ávila após a experiência política de dez anos?

Manuela: Conheço muito mais do nosso país e entendo muito mais da luta e complexidade das mulheres. Isso me faz vivenciar mais de perto o drama das mulheres. Meus mandatos fizeram de mim uma defensora mais radical do que antes.

MC: Sua atuação política fez com que planos de casamento ou maternidade ficassem em segundo plano? Ou, ao contrário, se sente cada vez mais cobrada de ter uma família tradicional estabelecida pela política?

Manuela: Não me sinto cobrada por nada. Vivo sossegada quanto a minha vida pessoal. Já posterguei bastante meus planos. Hoje me sinto absolutamente autorizada a conciliar e, em determinados momentos, priorizar a vida pessoal. Não que vá negar meu trabalho, mas priorizar uma reflexão sobre minha vida privada e concilia-lá com a pública.



A DEPUTADA (SENTADA À DIREITA) NO DEBATE SOBRE REFORMA POLÍTICA (FOTO: RICHARD SILVA)

MC: O país precisa lutar muito mais pelos direitos das mulheres?

Manuela: Sim e admito: antes eu não tinha noção de nada disso. É bom falar sobre este tema porque as mulheres da minha faixa etária e da minha origem social acham que as bandeiras feministas estão ultrapassadas. Elas acham que a violência contra a mulher, seja a sexual ou a de menores, ou o tráfico humano, são todos assuntos superáveis. E não são. É uma realidade do Brasil. A baixíssima participação de mulheres na política é um traço da sociedade que oprime, que silencia as mulheres na base da porrada, como diz a expressão popular. E o mais grave é a responsabilização da vítima. Seja em estupro, violência, ou até na política, quando falamos mais alto, eles querem nos responsabilizar. Essa é a cultura do Brasil: se usamos roupa curta, somos responsáveis pela violência, se somos duronas, nos culpam por algo.

MC: Defender temas ligados à juventude e ao engajamento nas redes sociais fizeram com que você ficasse mais popular...

Manuela: É uma questão de identidade com os jovens. Se eles se identificam comigo, têm total liberdade para cobrar, bater boca e voltar a gostar. A gente tem uma relação de igual para igual. Sem formalismos ou burocracia.



NA MANIFESTAÇÃO DA
UNE (FOTO: RICHARD
SILVA)

MC: Você já afirmou que o aborto é uma questão de saúde pública. Por que acha isso?

Manuela: Sempre que entram neste assunto, na sequência vem a questão da religiosidade. Enquanto isso, as mulheres morrem fazendo aborto. Não é apenas o debate “eu faria ou não”. Eu não faria, mas não é esse o ponto. Mulheres são submetidas a procedimentos ilegais, ficam estéreis. Concordo quando os religiosos dizem que é um debate sobre a vida. Também quero debater a vida, mas a daquelas que morrem nestes procedimentos, principalmente as pobres. As ricas se submetem a cirurgias caríssimas em clínicas luxuosas e, dessa forma, não saem de lá com o próprio atestado de óbito.

MC: No início de agosto a bancada evangélica reagiu à lei da pílula do dia seguinte para vítima de estupro. O que acha desse caso?

Manuela: São razões típicas de uma bancada religiosa. Mas é algo totalmente ultrapassado, como quando são contra camisinha, exames de pré-natal ou uso de células-tronco para o combate às doenças degenerativas. É uma bancada totalmente conservadora que tem posições das quais eu discordo completamente.

MC: Como o projeto da “cura gay”?

Manuela: Sim, exatamente. Isso é algo do século 18, né? Curar as pessoas do que não é doença. Aliás, as mulheres já foram vítimas disso. Antigamente as colocavam na fogueira. Agora estão querendo fazer o mesmo com os homossexuais. É por isso que nós, mulheres, nos identificamos tanto com a causa.



"SOMOS APENAS 8% NO CONGRESSO

PORQUE RESISTEM MUITO A ENTRADA DE MULHERES", DIZ MANUELA (FOTO: RICHARD SILVA)

MC: Jean Wyllys luta por condições dignas de trabalho para as prostitutas, como a legalização das casas de prostituição e o direito à aposentadoria delas. Qual seu posicionamento a respeito?

Manuela: Concordo com a maior parte das posições defendidas por ele. Neste caso, ao contrário do que outras pessoas argumentam, acho que regulamentar, organizar, não aumenta o número nem estimula a prostituição.

MC: Quando você presidiu a Comissão de Direitos Humanos, chegou a pedir o afastamento de Jair Bolsonaro da Comissão afirmando que ele é "uma pessoa que não defende os direitos humanos". Marcos Feliciano está no cargo de presidente da mesma Comissão. É mais complicado defender causas de direitos humanos com uma pessoa como a postura dele no cargo?

Manuela: O mais complicado é ele presidir a Comissão. A nossa luta avança, mas pessoas como ele nos fazem perceber que ainda há contradições no Brasil. O Feliciano nos tira da posição cômoda de achar que tudo está resolvido. Quando presidi a Comissão, cheguei a pedir, além do afastamento do Bolsonaro, também o do Feliciano. Mas isso sequer se tornou público. Ele é um parlamentar eleito. Então, olhando o outro lado da moeda, a sociedade precisa fiscalizar muito e pressionar para que pessoas como ele não se elejam. Gosto muito de uma frase judaica que diz: "lembrar, conhecer, para que não aconteça mais". Se aplica a isso: essa Comissão nunca foi tratada como protagonista na Câmara. Agora será, sim, tratada com tamanha importância para que o erro não se repita.

Anexo 6 – 10/05/2013 06h05 - ATUALIZADA EM: 10/05/2013 12h45 - por Graziela Salomão

Mães depois dos 50 anos criticam nova regra do CFM que restringe idade para reprodução assistida

Já está valendo a norma do Conselho Federal de Medicina que limita a fertilização para mulheres acima dos 50 anos por risco à saúde durante a gravidez. Marie Claire foi investigar o que muda com isso e ouviu a opinião de quem passou pela experiência de ser mãe na maturidade



NOVA REGRA DO CFM RESTRINGE TÉCNICAS DE REPRODUÇÃO ASSISTIDA PARA MULHERES ACIMA DOS 50 ANOS (FOTO: SHUTTERSTOCK)

indignadas com a nova norma do CFM, as mulheres se submetem à máxima para que elas se submetam à técnica de reprodução assistida, o órgão já se defende da manifestação popular, explicando a importância da medida. “Nos baseamos em evidências. Essa é uma conclusão voltada para o benefício da saúde da mulher”, explica José Hiran Gallo, coordenador da Câmara Técnica de Reprodução Assistida do CFM, responsável pela análise das atualizações.

De acordo com Gallo, estudos mostram que, acima desta idade, doenças como o diabetes gestacional e a hipertensão, além dos partos prematuros, são mais frequentes e se tornam um risco real para a mãe e para o bebê. A discussão não para por aí. Enquanto a resolução tenta solucionar problemas éticos ligados à fertilização in vitro para os profissionais da saúde, mexe também com os direitos femininos. **“É uma plenitude ser mãe aos 50 anos”, afirma a atriz Solange Couto**, que engravidou de seu terceiro filho, Benjamin, aos 54 anos, de forma espontânea, mas se manifestou para Marie Claire. “Fui mãe em três fases totalmente diferentes: aos 17, aos 35 e aos 54 anos. **Posso garantir que essa é a melhor fase porque estou com uma vida tranquila que não tinha das outras duas vezes**”.

Já para a restauratrice **Lilian Seldin, de 57 anos**, que chegou a dar seu depoimento a Marie Claire, em 2009, a nova regra assusta. “Sei que agora ficará mais difícil, mas eu lutaria por esse meu direito. **Ser mãe é uma**

decisão única da mulher". Ela não consegue pensar em sua vida sem Patrick, de 3 anos, depois de ela ser submetida à técnica in vitro.

FOCO NA SAÚDE DA MULHER

Os médicos, porém, vêm de forma positiva esse ponto da nova resolução. "Não é um julgamento relacionado à questão da mulher, mas, sim, à sua saúde", afirma Claudia Gomes Padilla, médica especialista em reprodução humana do Grupo Huntington, clínica especializada em fertilização. **"Quando uma mulher quer ser mãe, o desejo se torna, muitas vezes, irracional.** Por isso, é importante que os médicos sejam regulamentados para orientar e evitar uma gravidez que possa ser de risco", afirma.

A especialista ressalta, ainda, a "abertura" para pedidos de exceções em determinados casos. A mulher que quiser insistir na briga para fazer valer seu direito poderá conseguir. Quando a clínica e o médico responsáveis pelo caso analisarem que há condições físicas para engravidar nesta faixa etária, será preciso entrar com um pedido nos Conselhos Regionais de Medicina, que avaliarão individualmente. "As clínicas de reprodução assistida certamente poderão nos dar mais subsídios ao longo do tempo. Se percebermos que é necessário aumentar ou diminuir essa idade limite, certamente o faremos", afirma Gallo.



A ATRIZ SOLANGE COUTO FOI MÃE PELA TERCEIRA VEZ AOS 54 ANOS (FOTO: ARQUIVO PESSOAL E DIVULGAÇÃO)

"Costumo dizer que tenho paciência de avó, com a rigidez de uma mãe", diz Solange Couto, mãe aos 54 anos

"Tive filhos em três fases diferentes da minha vida: aos 17, aos 35 e aos 54 anos. Na primeira vez, eu era uma menina. Na segunda, já estava mais organizada, mas ainda havia pouco tempo para me dedicar. Hoje, tenho uma vida plena, uma tranquilidade e um olhar diferentes do que eu tinha com os outros bebês. Isso vem com a maturidade. Costumo dizer que tenho paciência de avó, com a rigidez de uma mãe.

Não tive medo por engravidar nesta idade, apenas os receios comuns de toda grávida. Quando fiz o exame e vi que ele estava bem, fiquei tranquila e curti o nascimento. Não tive nenhuma alteração na saúde durante a gravidez. Apenas um pico de pressão alta causado por um aborrecimento, que foi controlado durante um mês e meio. Ser mãe nesta idade me permite a experiência de estar próxima do Benjamin durante toda a sua criação. Algo que não pude ter com meus outros dois filhos.

Fico com receio de que uma regra como essa não permita a uma mulher a experiência que tive. Elas sempre me perguntam se estão velhas demais para serem mães. O que eu digo? Vá ao encontro da sua felicidade, lute por essa maternidade renovada da forma que for. Tenha seu filho, sim. Se não for naturalmente, adote, mas lute."



GRAÇAS À TÉCNICA DE FERTILIZAÇÃO IN VITRO, LILIAN SELDIN PODE SER MÃE AOS 53 ANOS (FOTO: ARQUIVO PESSOAL)

‘É ruim você proibir uma mulher de realizar um sonho’, Elian Seldin, mãe aos 53 anos

“Fiquei indignada ao saber desta história. Entendo as preocupações, mas acho que cada médico tem que avaliar se a paciente pode ou não engravidar. Quando decidi ser mãe, aos 53 anos, fui a um especialista e ele analisou as possibilidades. Eu queria muito. A medicina séria não é irresponsável. É ruim você proibir uma mulher de realizar um sonho.

Eu demorei tanto tempo para engravidar porque fui casada com dois homens que não queriam ter filhos. Quando estava esperando o Patrick, nem mesmo vitamina precisei tomar. A idade não importa, mas sim a saúde da mulher. Tem tanta menina com 18 anos que está grávida e passa o tempo todo internada porque tem algum tipo de problema.

Não posso nem imaginar se eu fosse proibida de ter um filho. Dei força a todas as mulheres que queriam realizar esse sonho porque é um direito delas. Como alguém pode proibir o que queremos para a gente. Ser mãe é uma decisão única da mulher.”

ALGUMAS DAS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES DA NOVA RESOLUÇÃO DO CFM

IDADE – não havia limite de idade para se submeter às técnicas de fertilização in vitro. Com a nova norma, a mulher deve ter até 50 anos. Acima desta idade, é preciso pedir um parecer ao Conselho Regional de Medicina.

CASAIS HOMOSSEXUAIS – antes, a regulamentação usava a palavra “pessoas”, o que abria a possibilidade de que casais gays realizassem o procedimento. A partir de agora, o texto traz escrita a permissão do uso da técnica em “casais homoafetivos”. No entanto, o médico tem o direito de fazer algum tipo de objeção. “Uma resposta negativa não pode ser considerada preconceito. Realizar o procedimento em casais homoafetivos envolve multiprofissionais como psicólogos, psiquiatras e nutricionistas”, diz o representante do CFM.

DESCARTE DE EMBRIÕES – não estava previsto anteriormente. Eles poderiam ser doados para outros casais ou para pesquisas após três anos do congelamento. Com a nova regra, os embriões criopreservados podem ser descartados após 5 anos, se os pacientes desejarem. A doação para outros casais ou para pesquisas permanece.

Anexo 7 – 03/12/2012 - 07h54 por Ludmila Vilar

Abaixo à diratura da cesárea, do parto normal ou do parto em casa

Não haverá parto humanizado, em casa ou no hospital, enquanto o sistema de saúde, público e privado, não for humanizado



SABRINA FERIGATO FILMOU SEU PARTO DOMICILIAR: DOIS MILHÕES E MEIO DE PESSOAS ASSISTIRAM (FOTO: REPRODUÇÃO)

É um direito das mulheres protestarem nas ruas para poder escolher onde querem ter seus filhos. No entanto, ao assistir à marcha pelo direito ao parto domiciliar me perguntei **se marchar pelo direito a dar à luz em casa não é um protesto que poderia aumentar (e mobilizar muito mais gente) se fosse estendido a outras partes de um problema gigante: a qualidade de todo o serviço prestado a gestantes no país.** Algumas declarações das mães que participaram ou apoiam o protesto do último fim de semana me pareceram pequenas diante de tamanha questão. Ao jornal "Folha de S.Paulo", por exemplo, uma arquiteta mãe de dois filhos declarou que **"gosta de conforto e parto no hospital não tem nada de moderno"**. No site do Fantástico há uma declaração de Sabrina Ferigato, a mãe cujo parto domiciliar, normal e sem anestesia foi filmado, divulgado na internet e assistido por mais de 2,5 milhões de pessoas: **"Foi o dia em que eu me senti mais mulher, mais linda. Por esse dia valeu a pena ter vivido"**. Não sei se quem passou por um parto normal com anestesia ou por uma cesárea se sente menos bonita ou menos mulher que Sabrina. Nem parece razoável afirmar que parto em hospital não tem nada de "moderno".

Obsessão pelo parto normal

Com muitas amigas entre 25 e 40 anos, já participei de **muitas conversas sobre o parto. Muitas delas se mostram obsessivas com a ideia do parto normal.** A mulher de um amigo chegou a ficar deprimida por não conseguir dar à luz como desejava, por parto normal. O radicalismo às vezes é tamanho que parece até que quem não passa pelo esforço ou pela dor do parto normal não é uma mãe tão dedicada como as que passam. Uma amiga grávida me contou que estava fazendo um curso de ioga para gestantes e no grupo dela a pressão não era pelo parto normal. Isso já nem se discutia. **O ideal seria o parto normal sem anestesia.** Trata-se de um grupo restrito, com privilégios sociais que a grande maioria das mulheres do país não têm. Mas é uma corrente que está crescendo: **para lutar contra a ditadura das cesáreas instala-se a do parto normal.**

O absurdo número de cesáreas

É verdade que **dados do Ministério da Saúde apontam para uma situação alarmante: na rede privada, o índice de partos cesáreos chega a 82% e na rede pública, 37%.** A Organização Mundial da Saúde recomenda que essa taxa fique em torno de 15%. É em reação a esse absurdo que, com razão, algumas mulheres se posicionam. O problema é quando vira uma mentalidade radical. E é aí que a discussão corre o risco de se esvaziar. Porque o radicalismo leva à ignorância – e ignorar que nem sempre o parto normal é possível independente do imenso esforço e desejo da mãe é colocar-se em risco.

Por quê tantas cesáreas na rede privada?

A discussão em torno do parto em casa é a evolução desse debate que coloca o alto número de cesáreas do país em confronto com o baixo número de partos normais – e expõe o quadro de colapso que se encontra a saúde brasileira. **A pergunta é: o número de cesáreas na rede pública já é mais que o dobro do aceitável, por que no setor privado, onde supostamente as mulheres estariam melhor assistidas, chega a ser quase cinco vezes maior do que o recomendado?** "É uma epidemia. É inaceitável para nós. A questão do setor privado aí é escandalosa. Tem hospitais que se aproximam de 100%", disse Helvécio Magalhães, Secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde em entrevista ao Portal da Saúde, em novembro de 2011. "E há uma pressão, às vezes, da própria paciente para que isso aconteça, pois há muito

desconhecimento em relação à questão da dor. Insistimos que é direito ter anestesia e um acompanhante para haver mais proteção. E tem que deixar a mulher entrar em trabalho de parto (rompimento da bolsa, contrações, dilatação). Só assim, é possível indicar se será necessária a cesárea.” A mesma reportagem alerta que, em certas situações, a cirurgia cesariana traz benefícios à gestante e ao bebê. No entanto, quando feita indiscriminadamente, como vem ocorrendo, pode implicar em riscos para mãe e para a criança.



A AUSTRIANA CAROLINE LOVELL, 36 ANOS, DEFENSORA DO PARTO DOMICILIAR: ELA MORREU RECENTEMENTE AO DAR À LUZ EM CASA (FOTO: REPRODUÇÃO)

Maternidades particulares superlotadas

Esta semana conversando com **uma grande amiga que acabou de ter seu bebê no melhor hospital de São Paulo, soube que ela passou horas numa maca no corredor pois não havia vaga em um quarto.** Pior, disse ela, foi um casal que já havia passado por outros dois excelentes hospitais que o plano cobria e nada de vaga. Desesperado o marido apelou para o hospital onde minha amiga estava, mesmo esse não sendo coberto pelo convênio. As maternidades privadas em São Paulo estão sofrendo com o problema de superlotação? As vagas diminuíram e o número de conveniados aumentou? **Com esse aumento do número de usuários, cresceu também o número de bons hospitais privados e o de profissionais da saúde? Não deveríamos perguntar isso aos nossos convênios?**

Todas podemos escolher?

Não haverá parto humanizado, em casa ou no hospital, enquanto o sistema de saúde, público e privado, não for humanizado. **Infelizmente, o parto domiciliar no Brasil é privilégio de poucas e está longe de ser um direito de todas.** Não há lei que proíba uma mulher de ter o filho em casa, mas **há um monte de variáveis que distanciam quem pode escolher entre fazer isso ou não.** Podemos nos reunir para defender um tipo muito específico de parto. Mas não vai funcionar se antes também não houver mobilização pelo direito ao básico: médicos bem preparados trabalhando em boas condições para todas as mulheres. No público e no privado.

Como foi a sua experiência como gestante? Conseguiu dar à luz pelo método que gostaria? Se você não é mãe: já sentiu que entre suas amigas há pressão por um determinado tipo de parto?

Anexo 8 – 24/04/2013 09h24 - por Redação Marie Claire

Prostituta: profissional ou vítima? Brasil e França assumem opiniões opostas

A discussão é cada dia mais atual. Enquanto a ministra francesa dos Direitos das Mulheres, Najat Vallaud-Belkacem, diz que sua prioridade é acabar com a prostituição, o deputado federal Jean Wyllys luta por condições dignas de trabalho a essas mulheres



A DISCUSSÃO SOBRE PROSTITUIÇÃO ESTÁ CADA VEZ MAIS EM PAUTA (Foto: Latinstock)

Transas enlouquecidas, surubas, muitos homens (e mulheres) diferentes (...) O que pode ser excitante para muitas garotas, na efervescência dos 20 anos, para mim é rotina. É meu dia a dia de labuta.” Assim **Bruna Surfistinha** descreveu seu trabalho no livro *O Doce Veneno do Escorpião*. Para ela, o sexo era só uma maneira de ganhar a vida. **E como toda profissional que se preze, Bruna queria ser a melhor em sua área.** Cuidava do corpo, aprimorava técnicas, mantinha sigilo e ética profissionais. Tal como uma enfermeira competente, uma psicóloga cuidadosa ou uma massagista, fazia o seu melhor para cativar o cliente.

Afinal, **a prostituição é uma opção profissional ou a exploração de vítimas sem escolha?** A discussão, cada dia mais atual no Brasil e no mundo, muda de acordo com as fronteiras. Na França, é conduzida por **Najat Vallaud-Belkacem**, ministra dos Direitos das Mulheres e porta-voz do governo François Hollande. “Tenho a abolição da prostituição como prioridade”, diz. Najat afirma que, por causa das doenças sexualmente transmissíveis e das condições insalubres de trabalho, as prostitutas francesas têm expectativa de vida 40% menor que as demais mulheres. Segundo ela, 85% das garotas de programa prefeririam ter outra profissão. **“Elas não se prostituem or opção, mas por falta dela.”**



Opiniões opostas: o deputado federal Jean Wyllys e a ministra francesa Najat Belkacem (Foto: Latinstock / The New York Times)

O discurso da bela Najat, de 35 anos, despertou a ira do Sindicato das Trabalhadoras do Sexo (Strass) e as prostitutas foram às ruas protestar pelo direito de trabalhar. Entre as reivindicações do grupo estão a ampliação dos direitos trabalhistas e de políticas públicas para a saúde das profissionais do sexo. Assim como no Brasil, na França não é crime vender o próprio corpo. Mas é proibido lucrar com o trabalho das moças, o que lança na ilegalidade todos os prostíbulos.

Por aqui, o deputado federal **Jean Wyllys**, concorda com as trabalhadoras do sexo francesas. E **propôs um projeto de lei, em trâmite no Congresso, que prevê a legalização das casas de prostituição e o direito à aposentadoria à prostituta brasileira que contribuir com a previdência por 25 anos.** O projeto é o resultado de quase dois anos de conversa com os movimentos de prostitutas brasileiros. “As feministas lembram o direito de decidir sobre o próprio corpo para defender a legalização do aborto. O mesmo serve para a regulamentação da prostituição”, diz Wyllys. “As mulheres que querem deixar de ser profissionais do sexo precisam ser ajudadas, mas essa é outra discussão. **Antes de mais nada, é preciso garantir condições dignas de trabalho** para que a mulher seja prostituta quando quiser.”

Anexo 9 – 03/02/2014 17h22 - ATUALIZADA EM: 04/02/2014 08h04 - por Redação Marie Claire

Portadora de doença genética luta contra o preconceito para se tornar modelo de alta costura

Melanie Gaydos tem uma doença chamada displasia ectodérmica e se recusa a deixar sua aparência não convencional interferir no seu sonho de desfilar na passarela



A MODELO NORTE-AMERICANA MELANIEGAYDOS: SONHO DE DESFILAR PARA GRIFES DE ALTA COSTURA (FOTO: REPRODUÇÃO/INSTAGRAM)

Embora tenha trabalhado como modelo nos últimos três anos, estrelado o clipe da banda alemã Rammstein e ter sido fotografada em Nova York, Los Angeles, Madri e Berlim, **Melanie Gaydos ainda luta para encontrar seu lugar no mundo da alta costura.** Em entrevista ao site do jornal "The Daily Beast", a norte-americana falou que seus desafios são, em parte, os mesmos de qualquer jovem que está tentando entrar no mercado da moda. No entanto, no caso dela, há uma dificuldade a mais: Melanie é **portadora de uma doença genética rara, chamada displasia ectodérmica**, e que afeta cabelo, dentes, unhas, pele e, às vezes, até a formação óssea: "**Sou uma sobrevivente**", disse.

Nascida em Connecticut e vivendo no Brooklyn, Melanie afirmou ao site **quedurante toda a sua infância percebia que as pessoas tinham medo dela** e que, algumas delas até achavam que ela tinha problemas mentais. Na adolescência, ouviu absurdos, como o de que trabalhava como prostituta. "Não quero viver minha vida do jeito que outras pessoas acham que eu deveria. Não quero ser o tipo de pessoa que os outros querem que eu seja", afirmou.



UM DOS TRABALHOS DE MELANIE (FOTO: REPRODUÇÃO/INSTAGRAM)

A verdade é que Melanie tornou-se uma mulher confiante. Mudou-se para Nova York para estudar arte no Pratt Institute e lá, quase que por acaso, posou pela primeira vez como modelo: ao enviar uma carta para um fotógrafo que admirava muito, recebeu como resposta o convite para uma sessão. Apesar de fugir constantemente das lentes, Melanie contou que, após o primeiro clique, se apaixonou completamente pelo trabalho. **"Eu nunca tive qualquer dificuldade para posar", relembra.** Melanie, então, foi atrás de outras oportunidades, o que lhe rendeu de dois a três shows por fim de semana.

Conforme foi ganhando experiência, a modelo percebeu que o que mais gostava em seu novo trabalho era contar histórias e transmitir emoção. Ela estava cada vez menos interessada em vender as roupas que usava nas campanhas e cada vez mais engajada em fazer o espectador ter uma experiência, significados que separam o trabalho comercial dos projetos de alta costura. Melanie começou a enviar seu portfólio para os grandes nomes no mundo da moda, mas quase todos lhe disseram que **incluir-la no casting seria um risco**. "Não entendo! Se você tem medo de correr riscos, por que está no negócio da moda? Não é nada que eu não tenha ouvido antes, mas **nunca pensei em mim como alguém feio e continuo não pensando**", disse.

Ela contou ainda que "tenta sempre fazer boas escolhas em sua carreira para que as pessoas entendam que é uma modelo séria e não apenas um rosto diferente". Para realizar seu sonho de se tornar uma modelo de alta costura, Melanie está tentando um contrato com uma agência da área, mas sabe que pode demorar para conseguir alguma resposta positiva: "Sei que não é só chegar lá que eles vão me contratar. **Tenho que encontrar pessoas que entendam de onde vim. Tenho que ganhar o respeito delas**", afirmou. Longe de se deixar intimidar, Melanie tem fé de que alcançará seu objetivo e que sua história irá ajudar outras pessoas como ela.

Anexo 10 – 03/01/2014 06h01 - ATUALIZADA EM: 03/01/2014 07h38 - por Redação Marie Claire, com entrevista de Letícia González

Manuela D'Ávila: "Não quero ser um novo homem. Não foi pra isso que lutei", diz a deputada federal

Única mulher a liderar a bancada de um partido em Brasília, ela foi a vereadora mais jovem da história de Porto Alegre e a deputada federal mais votada do Rio Grande do Sul. Às vésperas de completar uma década de vida pública e de se despedir do Congresso, Manuela continua sendo desrespeitada pelos colegas. No mês passado, um deles a acusou de não pensar com a cabeça, mas com o coração, numa tentativa de constrangê-la pelo antigo namoro com o ministro da justiça, José Eduardo Cardozo. Aqui, ela fala porque não aceita esse tipo de machismo, da paixão pelo novo marido e da decisão de deixar a capital federal



A DEPUTADA MANUELA D'ÁVILA (FOTO: DANILO CHRISTIDIS)

Indignação, raiva, cansaço. Foi isso que a deputada federal **Manuela D'Ávila (PCdoB/RS)**, 32 anos, sentiu na tarde do dia 4 de dezembro, no meio de um longo dia de trabalho, em Brasília. Na Câmara, ela comentava a investigação sobre corrupção no estado de São Paulo – onde governos do PSDB, as empresas de trem e metrô e o grupo Siemens são acusados de formação de cartel – quando foi provocada pelo deputado Duarte Nogueira (PSDB/SP). **“O coração tem razões que a própria razão desconhece”**, disse ele, insinuando que Manuela defendia, na verdade, seu ex, o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo (PT/SP), que estava na Câmara para explicar sua conduta na investigação.

Os tucanos acusam Cardozo de usar o poder para prejudicá-los. **“Que despolitizado, vossa excelência! Despolitizado e machista!”**, a gaúcha retrucou, e dali se seguiu um grande bate-boca que parou a sessão. Um vídeo feito no mesmo dia viralizou na internet. **Nele, Manuela “depena” o colega Duarte e mostra que aquele “não é um fato isolado”**. Faz parte de uma cultura machista, que acompanhou a deputada nos seus nove anos de vida pública. **Manuela foi a vereadora mais jovem da história de Porto Alegre** e a deputada mais votada do Rio Grande do Sul nas duas vezes em que concorreu. Mesmo assim, gastou bastante tempo tendo que provar o seu valor. O fato de ser jovem e bonita – foi apelidada de “musa do Congresso” – piorou ainda mais o machismo. **“Tem momentos que te dá vontade de ir embora”, desabafa**. Este ano, ela de fato vai embora de Brasília. Diz que quer mudar de vida para fazer política local e **morar com o marido, o músico Duca Leindecker, com quem está há pouco mais de um ano**. É falando dele que Manuela se derrete. **“Não quero ser um novo homem. Não foi pra isso que lutei.”** É a voz de um novo feminismo falando, que consegue endurecer sem perder a ternura. Em entrevista num café de Porto Alegre, ela relembrou a infância meio nômade, quando a mãe, juíza, tinha que se mudar com frequência. **Falou da força que tirou dessa casa matriarcal, com três irmãs e um irmão, e relembrou o embate na Câmara de que se despede agora**.

MARIE CLAIRE: Por que a reação tão inflamada ao comentário do deputado Duarte Nogueira?

MANUELA D'ÁVILA: Aquilo acionou meu dispositivo da defesa mais profundo, que tem a ver com minha trajetória [de luta contra o machismo]. Não posso deixar que coloquem em xeque meus nove anos de vida pública ou meus quinze de militância política. Fiquei indignada de ouvir aquilo, como se eu tivesse que provar alguma coisa para alguém. Os homens não têm que provar o que eles são. Já nós, mulheres, temos que fazer isso o tempo todo, mesmo quando não estamos a fim. É cansativo. **Dá vontade de ir embora. Mas estou na política porque quero mudar o mundo. Tem mulheres que apanham por causa desse tipo de pensamento**. O filho escuta e acha que as mulheres não valem nada. Temos uma sociedade doente, que ainda extermina mulheres. O que meu colega fez comigo não foi bater numa mulher, é evidente. Mas também não foi só uma piadinha infeliz. Foi o máximo de machismo que alguém pode cometer com uma igual num ambiente de trabalho.

MC: O machismo em Brasília diminuiu desde que você chegou ao Congresso?

MD: A gente tem uma presidenta da república e várias ministras mulheres. Na prática e na marra, as coisas melhoraram. Mas eu ainda sou a única líder mulher de um partido. Brasília é um espaço de homem.

MC: Isso dificultou sua vida?

MD: Semana passada [a do debate com o deputado Duarte Nogueira] foi muito difícil. Ouvi de algumas pessoas: “Ah, mas o vídeo tem mais de 100 mil views”. Preferia que ele não existisse! Aquilo não é uma novela. Sou eu quem estava lá! Não estou em Brasília para ser vítima de machismo. Deletaria todos aqueles views para não sentir aquilo de novo. Já me emocionei por coisas boas como a devolução dos mandatos comunistas que foram cassados pela ditadura de 1948. Mas não me lembro de ter ficado tão emocionada por uma coisa ruim como essa.

MC: O episódio do Duarte Nogueira foi o pior insulto que já recebeu no trabalho?

MD: Não sei... Já fizeram muitas matérias me chamando de musa da Câmara. Era uma forma de me menosprezar. Essa é a mais recente, apenas.

MC: Por que o namoro com o Zé Eduardo sempre volta à tona?

MD: Porque ele era o protagonista do episódio [Cardozo foi à Câmara falar sobre sua conduta na investigação do cartel da Siemens. Ele é acusado de iniciar uma investigação tendenciosa e vaziar informações à imprensa para prejudicar o PSDB]. Todo o tempo em que eu estava discutindo política, ele [o deputado Duarte Nogueira (PSDB/SP)] pensava: “Ah, ela está discutindo política aqui porque namorou o ministro”. Na cabeça dele, só posso fazer política porque namorei um ministro.

MC: Algumas feministas confundem gentileza com machismo, proibindo, por exemplo, que lhe abram a porta do carro. Você é assim?

MD: Não gosto de dogmas, eles são burros. Deixo que abram a porta, sim. Eu também abro a porta pra uma galera. Mas sou meio militante da divisão de despesas. Isso é típico da mulher independente da minha geração: divido 100% das despesas, faço tudo na ponta do lápis. Divido tudo no casamento, com amigos, irmãos...

MC: Acha que o aplicativo Lulu, no qual as mulheres dão notas aos homens, é revanchismo?

MD: Não revanchismo, mas sinal de uma liberação que gera um igual no que há de pior. Eu não lutei pra sentar na mesa do bar e me orgulhar de que eu tenho outros quatro homens. Sempre achei horrroso ver um cara se gabar porque coleciona ou engana mulheres.

MC: Estamos perto de ter um deputado homem que coloque o aborto na pauta?

MD: O Jean [Wyllys] põe. Os homens da nossa bancada colocam. Mas não, não estamos perto.

MC: Então ainda é um papel das mulheres. Na sua opinião, por que o aborto tem que deixar de ser crime?

MD: Porque a ilegalidade do aborto mata milhares de mulheres no Brasil e as coloca na ilegalidade. Coloca as mulheres como criminosas.

MC: Por que não quer mais ficar em Brasília?

MD: Passei por uma reflexão pessoal: quero voltar a viver na minha cidade, que é Porto Alegre. Quero estar mais próxima dos movimentos sociais. Alguns dizem ‘Ah, boba, tu é a mais votada’. Mas não quero acumular poder, poder, poder. Posso morar na minha cidade? Posso ser mais feliz com meu marido? Há 10 anos eu viajo um monte e agora não quero mais. É crime eu querer ser mais feliz e também fazer política? Acho que dá pra conciliar.

MC: Qual foi o momento mais difícil da sua vida pública?

MD: É difícil fazer campanha doente, estar na rua sem dormir, triste, sem vontade. Mas o dia mais difícil da minha vida pública foi quando um cara disse que não votaria em mim porque eu estava em Porto Alegre num dia de semana. Eu tinha viajado para enterrar a minha avó, que tinha acabado de morrer. Isso me quebrou por dentro. Foi quando vi que as pessoas não estão nem aí pra ti na vida pública.

***Confira a entrevista completa e exclusiva de Marie Claire com Manuela D’Ávila na nossa edição de janeiro, nas bancas a partir do dia 3.**

Anexo 11 – 30/10/2013 06h00 - por Igor Zahir

“Mutilação genital não é cultura, é violência”, diz ativista africana

Leyla Hussein sofreu com a violência aos sete anos e hoje luta pela causa. No documentário "Cruel Cut" ela faz campanha anti-mutilação e mostra como a prática ainda é assustadoramente aceita pelas pessoas em comunidades de imigrantes africanos do Reino Unido



A ATIVISTA LEYLA HUSSEIN (FOTO: DIVULGAÇÃO)

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de **140 milhões de meninas e mulheres no mundo vivem atualmente com as consequências da mutilação genital feminina e outras 30 milhões** ainda correm o risco de serem obrigadas a isso. Leyla Hussein, de 32 anos, passou por isso quando tinha sete anos e morava na Somália. Atualmente, ela é ativista, psicoterapeuta e fundadora da instituição de caridade Filhas de Eva, dedicada à luta pela causa anti-mutilação.

No documentário "Cruel Cut", que será exibido na rede de TV inglesa Channel 4, ela faz campanha contra a mutilação genital feminina e mostra cenas chocantes gravadas nas ruas de Northampton, no Reino Unido. Nas imagens, ela se passa por uma assistente social que pede para as pessoas assinarem uma petição de **apoio à mutilação**. Para seu espanto, várias delas concordaram e assinaram. "Continuei usando repetidamente a frase 'é apenas uma mutilação. **E eles concordavam dizendo "sim, você está certa". Como alguém pode pensar que está tudo bem com isso?**", diz Leyla, revoltada, em cena do documentário. Dezenove pessoas assinaram a petição falsa e, sem saber, deram seu apoio à causa que Leyla combate.



CENA DO DOCUMENTÁRIO (FOTO: CHANEL4)

"É inacreditável que cidadãos do Reino Unido assinem uma petição apoiando o abuso de crianças", disse o diretor de Advocacia da Equality Now, Efua Dorkenoo, em entrevista ao jornal "Daily Mail". **"Está na hora de todo mundo parar de se preocupar em ser visto como racista ou pisando em "ovos" culturalmente falando.** Quando, na realidade, não fazer nada para proteger as meninas em risco de mutilação é o que é realmente racista". Leyla agora é responsável por assumir a elaboração de um plano de ação contra

a mutilação, em parceria com o governo britânico e o Ministério da Saúde e Educação, o Ministério da Justiça e o órgão Crown Prosecution Service.

A prática, comum em diversas comunidades africanas (e de imigrantes da mesma origem), principalmente muçulmanas, é considerada uma iniciação à vida adulta e uma maneira de manter as meninas "puras", garantindo que elas consigam casar. Segundo dados da UNICEF, no Reino Unido atualmente cerca de 66 mil mulheres já foram submetidas ao processo e outras 24 mil meninas correm o risco de ainda passarem por isso. Para Leyla, isso é revoltante: **"Parem de usar a palavra cultura. Isso está acontecendo com as crianças.** Somos seres humanos, não podemos assistir crianças que estão sendo cortadas, não importa a cultura a qual pertençam.**Isso não é cultura, é violência**". Em "Cruel Cut", Leyla entrevista pessoas envolvidas no assunto e confronta a própria mãe sobre como ela deixou que a filha fosse mutilada. **"Quatro mulheres me seguraram e cortaram o meu clitóris. Eu senti cada corte. Estava gritando muito e acabei desmaiando de tanta dor"**, relembra.

Anexo 12 – 26/06/2013 12h05 - ATUALIZADA EM: 26/06/2013 15h41 - por Igor Zahir

Americana clica mães que acabaram de dar à luz como protesto

Objetivo é mostrar como a ditadura da boa forma oprime as mulheres. Diante da própria dificuldade de lidar com seu corpo após a gravidez, Jade Beall criou o projeto "A Beautiful Body", com mais de 50 mães que aparecem sem intervenções de Photoshop



"ESTAMOS DIANTE DE UMA EPIDEMIA DE MULHERES QUE NÃO SE SENTEM DIGNAS DE SEREM CONSIDERADAS BONITAS" (FOTO: DIVULGAÇÃO/JADEBEALL)

Em julho de 2012, a norte-americana **Jade Beall** publicou no Facebook uma série de autorretratos em que mostrava o próprio corpo nu, ao lado do filho. A fotógrafa recebeu milhares de lês elogios e o clique foi bastante compartilhado. Como resultado, centenas de mães escreveram pedindo que fizesse retratos delas - simplesmente como são, sem intervenções de Photoshop. Foi assim que nasceu a ideia de lançar o projeto "**A Beautiful Body**" ("Um corpo lindo", em tradução livre).



MULHER AMAMENTA O FILHO ENQUANTO POSA PARA O CLIQUE (FOTO: DIVULGAÇÃO/JADEBEALL)

Segundo o jornal "Daily Mail", as imagens de mais de 50 mães, acompanhadas dos relatos das próprias jornadas de autoaceitação e confiança, aparecerão no livro de mesmo título, que Jade lançará em 2014 com a ajuda de voluntárias. O projeto pretende mostrar as mães sem intervenções de photoshop, com suas imperfeições, mas não menos belas.

Uma realidade distante das imagens que saem na mídia, que mostram as silhuetas lisas das estrelas de cinema depois de darem à luz. No trabalho de Jade, as estrias são evidentes e as barrigas ainda não recuperaram a firmeza. A fotógrafa, mãe de um menino de um ano e quatro meses, diz que a ideia surgiu dos questionamentos que a assombraram durante toda a vida e que foram difíceis de lidar após dar à luz.



ALGUMAS MULHERES OPTARAM POR POSAR COM SEUS FILHOS (FOTO: DIVULGAÇÃO/JADEBEALL)

"Quando era adolescente, vivia com um sentimento de profunda indignidade. Tinha acne e fui incapaz de me ver ao espelho durante quase três anos, a não ser à luz de velas. Engordei cerca de 23 quilos durante a gravidez e isso agravou minha história pessoal de aversão a mim mesma", explica a americana no site oficial do projeto. "Estamos diante de uma epidemia de mulheres que não se sentem dignas de serem consideradas bonitas", diz.



O LIVRO SERÁ PUBLICADO EM JANEIRO DE 2014 (FOTO: DIVULGAÇÃO/JADEBEALL)

De acordo com a opinião de Jade, a pressão social é ainda maior para as mulheres que deram à luz. **"As mães se sentem constrangidas por não recuperarem rapidamente a forma após o parto. Isso causa um sentimento de fracasso, em um momento no qual a experiência de se tornar uma mãe já é bastante difícil e grande parte das mulheres já não se sente bonita antes mesmo de dar à luz"**. Ela fotografa as mulheres gratuitamente no estúdio que tem em Tucson, no Arizona, e descreve a fotografia que faz como "terapêutica". A norte-americana define o próprio livro como um bálsamo, não apenas para as voluntárias de seus cliques, como também para a sociedade cujos paradigmas sonha em transformar.

Anexo 13 – 22/03/2013 06h00 - ATUALIZADA EM: 22/03/2013 13h27 - por Mariana Sanches

"Mulheres chefes gostam de ser queridas", diz a cientista política Debora Spar

Especialista da Universidade Columbia, em Nova York, afirma que as líderes estão mais preocupadas com o consenso, correm menos riscos financeiros e mais riscos pessoais



A CIENTISTA POLÍTICA DEBORA SPAR CONVERSOU COM MARIE CLAIRE SOBRE LIDERANÇA FEMININA (Foto: Getty Images)

A cientista política americana **Debora Spar** passou 20 anos estudando negócios e mercados em Harvard. Ela era uma voz feminina tentando analisar um mundo ainda preponderantemente masculino. Apenas 15% dos CEOs de grandes empresas nos Estados Unidos são mulheres. Aqui, a situação é ainda pior: cerca de 4% dos CEOs são mulheres e ganham 42% menos do que os brasileiros que ocupam a mesma função. Nada disso

passou despercebido pelos olhos de Debora. E desde 2008 ela se lançou a dirigir a Barnard College, uma universidade só para mulheres em NY, fundada em 1889 justamente para promover a educação para o público feminino. (É importante lembrar que naquela época educação era coisa só para homens). Tem se dedicado a entender como formar lideranças femininas em todas as áreas e em qualquer parte do mundo.

Com esse objetivo, **Debora já ouviu mulheres na China, na África do Sul, em Dubai e na Índia. No último dia 18, foi a vez de ouvir as brasileiras.** Debora esteve em São Paulo para o seminário "Mulheres que mudam o Brasil" e falou a Marie Claire:

Marie Claire - Quais são as diferenças entre o modo de liderar feminino e o masculino?

Debora Spar - Nós não realmente sabemos todas as diferenças ainda até porque há poucas pesquisas sobre isso. Mas, sem entrar no mérito político, as pesquisas que existem encontraram uma característica interessante: em geral, as mulheres são menos propensas a correr grandes riscos financeiros do que os homens, elas são menos inclinadas a negócios com grandes riscos. Se as mulheres têm menos chances de colocar um negócio em risco e você é um empresário preocupado com seu negócio, faz sentido que você queira ter uma certa quantidade de profissionais com esse perfil na sua empresa. Por outro lado, há estudos que mostram que as mulheres estão mais dispostas que os homens a correr riscos pessoais em nome de um projeto. Elas podem ser demitidas e temem menos se expor a isso. Se você olhar para os recentes protestos na Europa e nos Estados Unidos, havia muitas mulheres ali, liderando a resistência. E também aparece nas pesquisas que elas estão mais comprometidas com decisões de consenso. Mulheres gostam de ser queridas, então elas querem trazer as pessoas para si e tendem a levar em conta mais o que os subordinados dizem do que os homens. Os homens se sentem mais confortáveis com conflitos, com ambientes em que as pessoas estão bravas e contrariadas. Não estou dizendo que a liderança feminina é melhor do que a masculina. Mas em uma organização grande faz sentido querer os dois tipos de liderança.



SANDRA BULLOCK INTERPRETA UMA CHEFE DO MAL NO FILME "A PROPOSTA". ALGO BEM DIFERENTE DA REALIDADE, SEGUNDO A ESPECIALISTA (Foto: divulgação)

MC - Esse conjunto de características ajuda a explicar a aparente maior capacidade das mulheres em recuperar empresas falidas?

Debora - Exatamente. Um pequeno exemplo disso é a Islândia, que entrou numa terrível crise financeira em 2008. Foi a Islândia quem deu o alerta para o mundo da crise. Todas as pessoas a frente de bancos e do governo islandeses imediatamente antes da eclosão da crise eram homens. E, agora, quem está limpando a sujeira inteira são as mulheres: elas são as executivas dos bancos agora.

MC - O que você pensa da liderança da presidente brasileira Dilma Rousseff?

Debora - Ela basicamente está seguindo os passos do ex-presidente Lula, que lançou a maior parte dos programas de governo atuais. E parece mais comprometida em representar as minorias e em desenvolver a ciência e tecnologia. Estou muito impressionada com o programa de financiamento de estudos para brasileiros no exterior, o Ciências sem Fronteiras. É notável que o Brasil tenha o desejo de melhorar seu nível de educação e a humildade de mandar seus cidadãos buscar o conhecimento nos centros de excelência do mundo. Não conheço nenhum país que faça isso com tanta consistência. China, Rússia, Índia não reconheceram suas necessidades e estão tentando construir por eles mesmos o conhecimento. Acho que o único país que fez algo parecido foi a Arábia Saudita, mas em uma escala muito menor.

MC - De que maneira estudos acadêmicos podem ajudar as mulheres a serem melhores líderes?

Debora - Isso é muito interessante porque trabalhei com mercado financeiro durante toda a minha vida. Existe uma vasta literatura sobre a construção e as características das lideranças, mas são todas baseadas em pesquisas feitas com homens brancos. Historicamente, no governo e na economia, toda a liderança é masculina. Então, basicamente, não sabemos como mulheres ou mesmo homens negros lideram e estamos fazendo estudos para descobrir.

Anexo 14 – 03/12/2012 - 02h21 por Mariana Sanches

O Bolsa Família e a revolução feminista no sertão

A antropóloga Walquiria Domingues Leão Rêgo testemunhou, nos últimos cinco anos, a uma mudança de comportamento nas áreas mais pobres e, talvez, machistas do Brasil. O dinheiro do Bolsa Família trouxe poder de escolha às mulheres. Elas agora decidem desde a lista do supermercado até o pedido de divórcio



O DINHEIRO DO BOLSA-FAMÍLIA TROUXE PODER DE ESCOLHA ÀS MULHERES DO SERTÃO (FOTO: EDITORA GLOBO)

Uma revolução está em curso. Silencioso e lento - 52 anos depois da criação da pílula anticoncepcional - o feminismo começa a tomar forma nos rincões mais pobres e, possivelmente, mais machistas do Brasil. O interior do Piauí, o litoral de Alagoas, o Vale do Jequitinhonha, em Minas, o interior do Maranhão e a periferia de São Luís são o cenário desse movimento. Quem o descreve é a antropóloga Walquiria Domingues Leão Rêgo, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Nos últimos cinco anos, Walquiria acompanhou, ano a ano, as mudanças na vida de mais de cem mulheres, todas beneficiárias do Bolsa Família. Foi às áreas mais isoladas, contando apenas com os próprios recursos, para fazer um exercício raro: ouvir da boca dessas mulheres como a vida delas havia (ou não) mudado depois da criação do programa. Adiantamos parte das conclusões de Walquiria. A pesquisa completa será contada em um livro, a ser lançado ainda este ano.

MULHERES SEM DIREITOS

As áreas visitadas por Walquiria são aquelas onde, às vezes, as famílias não conseguem obter renda alguma ao longo de um mês inteiro. Acabam por viver de trocas. O mercado de trabalho é exíguo para os homens. O que esperar, então, de vagas para mulheres. Há pouco acesso à educação e saúde. Filhos costumam ser muitos. A estrutura é patriarcal e religiosa. A mulher está sempre sob o jugo do pai, do marido ou do padre/pastor. “Muitas dessas mulheres passaram pela experiência humilhante de ser obrigada a, literalmente, ‘caçar a comida’”, afirma Walquiria. “É gente que vive aos beliscões, sem direito a ter direitos”. Walquiria queria saber se, para essas pessoas, o Bolsa Família havia se transformado numa bengala assistencialista ou resgatara algum senso de cidadania.

BATOM E DANONE

“Há mais liberdade no dinheiro”, resume Edineide, uma das entrevistadas de Walquiria, residente em Pasmadinho, no Vale do Jequitinhonha. As mulheres são mais de 90% das titulares do Bolsa Família: são elas

que, mês a mês, sacam o dinheiro na boca do caixa. Edineide traduz o significado dessa opção do governo por dar o cartão do benefício para a mulher: “Quando o marido vai comprar, ele compra o que ele quer. E se eu for, eu compro o que eu quero.” Elas passaram a comprar Danone para as crianças. E, a ter direito à vaidade. Walquiria testemunhou mulheres comprarem batons para si mesmas pela primeira vez na vida. Finalmente, tiveram o poder de escolha. E isso muda muitas coisas.

O DINHEIRO LEVA AO DIVÓRCIO E À DIMINUIÇÃO DO NÚMERO DE FILHOS?

“Boa parte delas têm uma renda fixa pela primeira vez. E várias passaram a ter mais dinheiro do que os maridos”, diz Walquiria. Mais do que escolher entre comprar macarrão ou arroz, o Bolsa-Família permitiu a elas decidir também se querem ou não continuar com o marido. Nessas regiões, ainda é raro que a mulher tome a iniciativa da separação. Mas isso começa a acontecer, como relata Walquiria: “Na primeira entrevista feita, em abril de 2006, com Quitéria Ferreira da Silva, de 34 anos, casada e mãe de três filhos pequenos, em Inhapi, perguntei-lhe sobre as questões dos maus tratos. Ela chorou e me disse que não queria falar sobre isso. No ano seguinte, quando retornei, encontrei-a separada do marido, ostentando uma aparência muito mais tranqüila.”

A despeito do assédio dos maridos, nenhuma das mulheres ouvidas por Walquiria admitiu ceder aos apelos deles e dar na mão dos homens o dinheiro do Bolsa. “Este dinheiro é meu, o Lula deu pra mim (sic) cuidar dos meus filhos e netos. Pra que eu vou dar pra marido agora? Dou não!”, disse Maria das Mercês Pinheiro Dias, de 60 anos, mãe de seis filhos, moradora de São Luís, em entrevista em 2009.

Walquiria relata ainda que aumentou o número de mulheres que procuram por métodos anticoncepcionais. Elas passaram a se sentir mais à vontade para tomar decisões sobre o próprio corpo, sobre a sua vida. É claro que as mudanças ainda são tênues. Ninguém que visite essas áreas vai encontrar mulheres queimando sutiãs e citando Betty Friedan. Mas elas estão começando a romper com uma dinâmica perversa, descrita pela primeira vez em 1911, pelo filósofo inglês John Stuart Mill. De acordo com Mill, as mulheres são treinadas desde crianças não apenas para servir aos homens, maridos e pais, mas para desejar servi-los. Aparentemente, as mulheres mais pobres do Brasil estão descobrindo que podem desejar mais do que isso.

Anexo 15 – 04/02/2014 19h22 - ATUALIZADA EM: 04/02/2014 19h42 - por Redação Marie Claire

Mudança em lei no Afeganistão impede que mulheres acusem homens de abusos sexuais

Alteração no código penal é considerada um retrocesso no combate à violência em um país onde matar pela honra é normal



MUDANÇA NA LEI PODE IMPEDIR QUE MULHERES PROCUREM JUSTIÇA EM CASOS DE ABUSOS SEXUAIS
(FOTO: GETTY IMAGES)

Uma mudança no código de processo criminal do Afeganistão vai proibir que qualquer mulher deponha contra um parente que tenha abusado sexualmente dela. É um retrocesso ao progresso lento de combate à violência no país.

A alteração na lei, já aprovada pelo parlamento, aguarda apenas a assinatura do presidente do país, Hamid Karzai. Essa mudança é um ato de silêncio contra as vítimas. "O que está acontecendo é uma farsa", afirma Manizha Naderi, diretora do grupo Women for Afghan Women (em tradução livre, "Mulheres pelas Mulheres Afegãs", em entrevista ao jornal britânico "The Guardian". **"Isso fará com que seja impossível julgar casos de violência contra as mulheres...** As pessoas mais vulneráveis não vão conseguir."

De acordo com a nova lei, casos com o de Sahar Gul, de 15 anos, que ficou acorrentada pelos sogros em um porão, passando fome, sofrendo agressões e queimaduras porque se recusou a se prostituir, não poderão mais ser registrados no Ministério Público. Os assassinatos por pais e irmãos que não concordem com o comportamento da mulher, o casamento forçado ou a venda de meninas, serão quase impossíveis de punir.

Anexo 16 – 25/11/2013 14h36 - ATUALIZADA EM: 25/11/2013 14h49 - por Igor Zahir

Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher: "É preciso acabar com o círculo vicioso de impunidade", diz a alta comissária da ONU

Veja iniciativas de apoio a causa ao redor do mundo



(FOTO: DIVULGAÇÃO/ONU)

Nesta segunda-feira (25) é comemorado o Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher e várias personalidades e marcas estão participando de alguma forma. Entre as famosas que participaram da iniciativa estão a presidente **Dilma Rousseff**, que publicou uma mensagem em seu perfil oficial do Twitter: **"A violência contra a mulher envergonha uma sociedade que, infelizmente, ainda é sexista e preconceituosa. É uma forma de preconceito do 'mais forte' contra a mulher apenas pelo fato de ser mulher".**



STELLA MCCARTNEY (FOTO: DIVULGAÇÃO)

O site da Marie Claire Espanha também mencionou o assunto, com destaque para **iniciativas de marcas de moda pela data**, como Stella McCartney, que criou um logotipo que será distribuído entre os clientes da Kering. A alta comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Navi Pillay, deu uma declaração oficial no site da ONU: "Esta violência está embasada em normas profundamente enraizadas socialmente, as quais **só reconhecem o valor das mulheres a partir de noções discriminatórias de castidade e "honra" e é frequentemente usada para controlar e humilhar não apenas as vítimas**, mas também suas famílias e comunidades". Para Navi, "é essencial desafiar estas noções, que comumente permeiam o sistema de justiça, o qual resulta em um círculo vicioso de impunidade e maior violência." Para ler a nota completa do órgão, [clique aqui](#). A data é celebrada em 25 de novembro porque no dia 25 do mesmo mês, em 1961, três irmãs ativistas, Pátria, Minerva e Maria Teresa Mibal, foram assassinadas pela ditadura na República Dominicana.

Anexo 17 – 21/11/2013 06h00 - ATUALIZADA EM: 22/11/2013 19h44 - por Graziela Salomão

Pornografia de revanche, o relato da vítima: "Ele não esperava que eu tivesse força para expor o caso", diz estudante que teve fotos nuas compartilhadas por ex

Thamiris Natalie Mayumi Sato terminou o namoro de um ano e sete meses e viu suas fotos íntimas irem parar em sites de pornografia e perfis falsos no Facebook. A vergonha foi tanta que ela pensou em se matar, mas criou coragem de contar sua história. Agora espera alguma punição para o ex-namorado: "O que aconteceu comigo e com ele é culpa dele", diz



THAMIRIS MAYUMI SATO, A VÍTIMA QUE DEU SEU

DEPOIMENTO PARA MARIE CLAIRE (FOTO: ARQUIVO PESSOAL/FACEBOOK)

Esta poderia ser a história de mais um casal que se conhece na faculdade, começa a namorar, testa novas experiências a dois. Poderia ser também apenas mais um namoro que chegou ao fim. Mas não foi o que aconteceu entre a jovem **Thamiris Natalie Mayumi Sato**, de 21 anos, e seu ex-namorado, um estudante búlgaro de 26 anos. Segundo ela, o rapaz não aceitou o rompimento e, como punição, publicou fotos íntimas da ex-namorada na web. Foi após ver que outras mulheres também passaram por casos de pornografia de revanche, em reportagem exibida na TV no último domingo (17), no programa “Fantástico”, que Thamiris criou coragem para, então, tratar do assunto em sua própria página no Facebook. “Decidi colocar aquele depoimento porque meu perfil estava sendo muito visitado. Estava cansada de receber tanta mensagem idiota falando de partes íntimas do meu corpo. Achei que seria ignorada, nunca imaginei que teria esse alcance”.

As fotos da estudante de Letras da Universidade de São Paulo seguem aparecendo online. De acordo com Thamires, estão em diversos perfis falsos na rede social, em sites de pornografia e até em um link para download, indisponibilizado online em 15 de novembro. O ex deletou sua conta no Facebook, mas continua enviando mensagens ameaçadoras para a jovem: “Ele fala que todo mundo o odeia, que tem medo de sair na rua. O que aconteceu comigo e com ele é culpa dele”, diz. Em depoimento a Marie Claire, Thamiris revela detalhes do que sentiu na primeira vez que viu suas fotos divulgadas, conta que tentou resolver tudo sozinha e até sobre a vontade de tirar a própria vida. Marie Claire também tentou falar com ex-namorado por email, mas até o fechamento desta matéria ele não entrou em contato. Abaixo, o relato da vítima sobre este crime tão covarde.

ATUALIZADO DIA 22/11 ÀS 19H43

Desde terça-feira, 19, a reportagem de Marie Claire continuou as tentativas de contato com o ex-namorado por e-mail e telefone, mas não obteve respostas.

“CONFIEI NELE, AQUILO FICARIA ENTRE NÓS”

“Foi normal ser fotografada durante nossa intimidade. Não sei se é fetiche ou fantasia, mas tínhamos uma relação de confiança forte. Aquilo ficaria entre nós. Tirar as fotos foi uma vontade dos dois. Sou segura com meu corpo, não tenho vergonha dele nem da minha sexualidade. Quando ele pediu para eu enviar por email, fiquei mais desconfiada. Ele dizia que nunca faria nada para me prejudicar, mesmo se nosso namoro acabasse. Falou que podia confiar nele, que queria lembrar de mim durante as férias, que era quando ele voltava para Ribeirão Preto. Como ele disse que nunca iria me prejudicar, mesmo se a gente terminasse, mandei. Confiei nele”.

“ELE COLOCOU MINHAS FOTOS DE LINGERIE EM UM PERFIL FALSO”

“Terminei o namoro em julho. Ele ameaçou colocar as fotos na rede, falava que eu o tinha enganado, que se vingaria de mim. No começo, não acreditei. Primeiro, ele colocou fotos minhas de lingerie em um perfil falso. Fiquei desesperada e pensei “e se ele começar a adicionar meus amigos e familiares e as pessoas acharem que sou eu?”. Quando, em 31 de outubro, ele colocou minha foto com os seios de fora, fiquei pior ainda. Chorei muito e entrei em um desespero maior. Foi um choque. Não pedi ajuda porque estava com vergonha, não queria que ninguém visse. Queria resolver tudo sozinha. A sensação era de impotência. Quando espalhou

minha imagem nua em sites de pornografia, meu celular começou a vibrar de madrugada. Pensei: “o que será isso?”. Fui na pasta de mensagens e vi muita coisa indesejada e minha foto lá.”



O DESABAFO DE THAMIRIS EM SUA PÁGINA NO FACEBOOK (FOTO: ARQUIVO PESSOAL) **“SENTI RAIVA, VERGONHA, TINHA GENTE FAZENDO PIADA”**

“Achei que nada poderia ser pior até o dia 15 de novembro. Nessa sexta, Kristian espalhou um arquivo de fotos para download em um link online. Pedi para o site retirar, mas ninguém fez isso ainda. Fiquei mandando mensagem para as pessoas novamente, explicando a situação. Um cara chegou a dizer que eu estava famosa porque ele já tinha me visto em muitos lugares. Aquilo estava fora de controle. Foi outro dia que passei chorando. Senti raiva, vergonha, tudo junto. Ver comentários ridículos de pessoas julgando você, te chamando de safada. Ninguém fala que o cara é culpado. Só quando você escreve um texto e mostra seu lado é que algumas pessoas entendem. Tinha gente rindo, fazendo piadas. Foi o pior tipo de humilhação que já passei na vida”.

Foi outro dia que passei chorando. Senti raiva, vergonha, tudo junto. Ver comentários ridículos de pessoas julgando você, te chamando de safada. Ninguém fala que o cara é culpado. Só quando você escreve um texto e mostra seu lado é que algumas pessoas entendem. Julgamentos como “Se você não quisesse, não teria tirado a foto” é o que a maioria fala. Eu tinha falado para um deles que ia me matar, mas depois bloqueei a pessoa. Logo em seguida, outros vieram me perguntar “ah, você não vai se matar não, né?”. Foi aí que me toquei que o que eu falava era repassado para outras pessoas. (*Thamis não aguenta a emoção e chora*). Tinha gente rindo, fazendo piadas. Foi o pior tipo de humilhação que já passei na vida.

“ELE NÃO ESPERAVA QUE EU TIVESSE FORÇA PARA EXPOR O CASO”

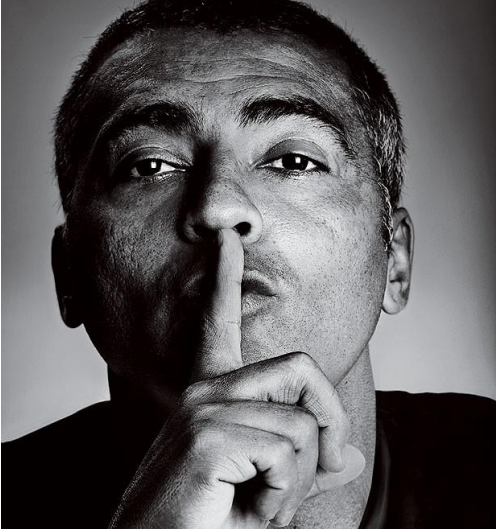
“Pensei em me matar porque estava me sentindo presa em uma situação que não via saída. Ele não ia ser preso, ia ser processado só por ameaça e injúria, no máximo. Quando uma coisa cai assim na internet, é praticamente impossível sair. Me sentia cada vez mais humilhada, mas tirei isso da cabeça. Recebi muito apoio e isso faz toda a diferença. Se agora ele está recebendo todas essas mensagens de ódio, que ele disse para mim, é culpa dele. Se as coisas estão se voltando para ele ou para a família dele, sinto muito. Ele que tivesse pensado antes de me expor nua. Esse semestre, infelizmente, vou trancar a faculdade. Por causa de todas as ameaças, mensagens, essa tortura psicológica que estava sofrendo, não consegui me concentrar para estudar. Não sei o que vou fazer no próximo ano, mas sei que quero resolver esse assunto. Kristian deletou a página dele no Facebook, mas continua me mandando mensagem por um perfil falso. Ele só não esperava que eu tivesse força para expor todo o caso.”

Anexo 18 – 19/11/2013 06h00 - ATUALIZADA EM: 19/11/2013 11h58 - por Graziela Salomão

Pornografia de revanche: “Nossa sociedade julga as mulheres como se o sexo denegrisse a honra”, diz Romário

O deputado federal apresentou projeto de lei que torna crime a divulgação indevida de material íntimo e virou uma das vozes mais fortes em defesa desta causa feminina. Diante das recentes histórias de

mulheres que tiveram vídeos publicados em redes sociais, ele falou a Marie Claire sobre o assunto - como político e também como pai de quatro filhas



Chocou o país o caso de **Júlia Rebeca**, a adolescente de 17 anos, que morava no litoral do Piauí e, depois de ter um **vídeo íntimo compartilhado pelo celular**, caiu em uma profunda depressão e se suicidou. Nesta segunda-feira (18), mais uma história veio a público: a da aluna de letras da USP que teve fotos íntimas publicadas no Facebook. Thamiris Mayumi Sato, de 21 anos, denunciou o ex-namorado, um búlgaro de 26 anos, estudante do mesmo curso na USP, por colocar no ar as imagens e ameaçá-la de morte após o fim do namoro.

Casos como esses estão se tornando comuns e adivinhe quem são as principais vítimas? **“Nossa sociedade costuma julgar as mulheres. É como se o sexo denegrisse a honra delas”**, diz Romário. O deputado federal apresentou, no último dia 23 de outubro, **um projeto de lei que transforma em crime a divulgação indevida de material íntimo**. “O criminoso se aproveita da vulnerabilidade gerada pela confiança da pessoa”, diz ele. Em entrevista exclusiva à Marie Claire, Romário fala sobre estes casos recentes, sobre o projeto de lei que, segundo ele, já teve 80% de aprovação da sociedade, e diz o que faria se isso acontecesse com uma de suas quatro filhas: “Procuraria a justiça”.

Marie Claire - Como surgiu a ideia de fazer esse projeto de lei que coíbe e penaliza a divulgação de fotos e vídeos íntimos?

Romário - Os casos têm se tornado cada vez mais frequentes. Além das notícias que repercutem na mídia, há incidência em pessoas próximas. Como legislador, toda vez que diagnosticamos um problema, tentamos pensar numa solução.

MC - Se aprovado, como ele será aplicado? Como será feita a punição aos infratores?

R - A lei já prevê punição, só que ela é branda para o tamanho do problema que causa. Normalmente se paga uma indenização por danos morais. A polícia e a justiça já sabem como agir, inclusive já investigam os casos recentes. Eu proponho uma tipificação específica, com aplicação de pena de três anos de detenção mais indenização da vítima pelas despesas com perda de emprego, mudança de residência, tratamento psicológico.

MC - Há um artigo do projeto que aumenta a punição em casos no qual o parceiro tenha um relacionamento amoroso com a vítima. Qual a importância de se aumentar a pena nesses casos?

R - Na verdade, já há uma evidência de que este tipo de crime é praticado por vingança de uma pessoa próxima, que já fez parte da intimidade. Identificamos uma crueldade maior nestes casos. O criminoso se aproveita da vulnerabilidade gerada pela confiança da pessoa.

MC - O projeto prevê indenização em espécie para quem filmar/divulgar esse tipo de material. Como seria estabelecida essa multa?

R - As vítimas, juntamente com seus advogados, devem guardar todos os comprovantes de despesas com mudança de endereço, psicólogo e decorrentes da perda de emprego. Assim o juiz deverá determinar o valor a ser ressarcido.

MC - O senhor acredita que essa forma de compensação financeira, por maior que seja, traria algum tipo de sensação de justiça para a vítima? Corre o risco de ser mal vista pela sociedade?

R - Mal visto pela sociedade deveria ficar o criminoso.

MC - Geralmente, quando vaza um vídeo como esse, as mulheres são as principais vítimas. Por que o senhor acredita que isso aconteça? Vivemos em uma sociedade muito machista? Como é ser porta-voz de um projeto de lei de cunho tão feminino?

R - Embora os casos ganhem mais repercussão com as mulheres, há homens vitimados também. Porém, nossa sociedade costuma julgar as mulheres. É como se o sexo denegrisse a honra delas. Os comentários machistas não vêm só dos homens, muitas mulheres criticam as vítimas também. Quando divulgo meu projeto na rede, recebo comentários absurdos apontando a mulher como culpada. Coisas do tipo... 'se ela se desse o valor, não passaria por isso, que sofra as consequências' ou 'mulher direita não se deixa filmar'. Acho natural apresentar este projeto, sou pai de quatro filhas lindas.



O DEPUTADO FEDERAL APRESENTOU NO ÚLTIMO DIA 23 DE OUTUBRO UM PROJETO DE LEI QUE TORNA CRIME A DIVULGAÇÃO INDEVIDA DE MATERIAL ÍNTIMO (FOTO: AILTON DE FREITAS/O GLOBO)

MC - Recentemente, tivemos dois casos que, infelizmente, ganharam muito destaque: duas garotas – uma de Goiânia e outra do Piauí – sofreram ataques depois da divulgação de um vídeo íntimo. A adolescente de 17 anos não aguentou a pressão que sofreu nas redes sociais e se matou. Como casos como esse poderiam ser evitados?

R - Acredito que o agravamento da pena pode ajudar a diminuir o número de casos, mas a tramitação de um projeto é demorada. Então, as mulheres devem tomar precauções como, quando resolver registrar estes momentos, deter essas gravações ou fotografias. Não compartilhar, enviar por email ou aplicativos de celular.

MC - Quem é o principal culpado em casos como esse: o parceiro que publica o vídeo ou as pessoas que o compartilham na rede? No seu projeto de lei há alguma menção às pessoas que compartilham esse tipo de material?

R - Com certeza a pessoa que divulga. Quem divulga tem o claro objetivo de humilhar, denegrir a imagem. Seria quase impossível punir quem compartilha, são milhares de pessoas. Embora eu acredite que pessoas com visibilidade social devam ter muita responsabilidade. Por exemplo, no caso da menina de Goiânia, o advogado dela nos informou que um cantor sertanejo havia reproduzido um gesto da filmagem em sua rede social. Logicamente, isso expôs ainda mais a Fran. Os veículos de notícias também devem evitar expor fotos que identifiquem a vítima. Isso é avassalador.

MC - O senhor acredita que a condenação do culpado pela divulgação das fotos ou do vídeo é uma absolvição moral para a vítima?

R - Não só para a vítima, mas para familiares e amigos também.

MC - Essa prática é conhecida como “pornografia de revanche”. Como o senhor acredita que as mulheres podem se proteger disso?

R - Que filmem, fotografem, mas mantenham a posse destas imagens ou filmagens em local seguro e não por

muito tempo. Acho que devem evitar mostrar o rosto também.

MC - O senhor tem uma filha adolescente. Se, um dia, ela se encontrasse em uma situação parecida com essa, como reagiria?

R - Procuraria a justiça.

MC - O senhor deixaria de gravar um vídeo por medo de ele vaziar?

R - Nunca fui adepto a filmagens...prefiro ao vivo.

MC - A intimidade sexual é delineada por um acordo mútuo entre os parceiros. O senhor acredita que a mulher precisa se proteger mais do que o homem – no caso, jamais se deixar filmar?

R - Acho natural que casais tenham esse fetiche da filmagem, mas elas devem se proteger mais que o homem sim, levar em conta o grau de confiança no parceiro e tomar precauções, mantendo os arquivos com ela.

MC - A aprovação dessa lei ajudará a mudar a opinião pública quando casos como esse vierem à tona?

R - Acredito que sim, mas a maioria das pessoas já entende que este é um problema sério. Há uma enquete em um site chamado "Vote na Web", específico para a população avaliar projetos de Lei que tramitam no Congresso, onde este projeto tem mais de 80% de aprovação.

MC - As primeiras coisas que as pessoas fazem quando algo como isso acontece é julgar a mulher. No último domingo, logo após a matéria do "Fantástico" que mostrou o caso da adolescente do Piauí, um blogueiro influente nas redes comentou o caso com a seguinte frase: "Eu não entendo porque alguém se deixaria filmar transando". O que o senhor acha de comentários como esse?

R - É fácil julgar a vida sexual de quem está exposto, não é mesmo?! Porque a filmagem é apenas uma das muitas preferências e fetiches sexuais. E o que queremos é justamente garantir o direito à privacidade, inclusive o de gostar de filmar.

Anexo 19 – 30/09/2013 17h46 - ATUALIZADA EM: 30/09/2013 18h07 - por Redação Marie Claire

Pornografia de vingança é combatida com novas leis nos Estados Unidos

Veja o que fazer no Brasil em caso de ter fotos íntimas publicadas na internet sem consentimento



A MATÉRIA DO JORNAL THE NEW YORK TIMES QUE TRAZ AS MUDANÇAS NAS LEIS NORTE-AMERICANAS ESTÁ CIRCULANDO PELA INTERNET (FOTO: REPRODUÇÃO)

Postar fotos da ex-namorada nua após o fim do namoro virou um truque baixo recorrente no Brasil e nos Estados Unidos. Aqui, é comum que o ataque venha em forma de emails recheados de fotos íntimas enviados a familiares e colegas de trabalho da vítima. Por lá, sites específicos de revenge porn, ou pornografia de vingança, se tornaram populares graças a imagens postadas anonimamente, em que não é possível identificar o autor. Agora, novas leis estão sendo aprovadas para barrar a ação dessas páginas nos Estados

Unidos, como mostra a [reportagem do "The New York Times"](#) publicada no jornal "Folha de S. Paulo" desta segunda-feira (30).

As novas medidas estão causando polêmica por esbarrarem em direitos como a liberdade de expressão e o anonimato na internet e, se estados como a Califórnia já aprovaram textos a respeito, outros seguem debatendo o assunto. Enquanto isso, algumas vítimas abrem processos civis contra os próprios ex-namorados. Esse é o caminho mais eficaz também no Brasil, onde algumas mulheres já tiveram ganho de causa na questão, como mostrou a reportagem **"Sexo, vingança e vergonha na rede"**, de Marie Claire.

[Relembre as histórias dessas mulheres](#) e veja o que fazer em caso de ataque virtual no Brasil.

Anexo 20 – 31/01/2013 - 16h00 por Mariana Sanches

CPI da Violência Doméstica aponta dificuldades do país para cumprir lei

Delegacia sem delegado. Um juiz para analisar 20 mil processos. Quase sete anos depois da criação da Lei Maria da Penha, a CPI sobre o tema mostra os problemas que o Brasil enfrenta na hora de fazer valer a legislação



A SENADORA ANA RITA É RELATORA DA CPI SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (FOTO: DIVULGAÇÃO / AGÊNCIA BRASIL)

Na delegacia da mulher, no estado de Alagoas, a situação era insólita. **Uma mulher esperava há horas, depois de ser agredida pelo marido, para dar queixa de seu agressor.** Dentro da delegacia, não havia ninguém para atendê-la. E nem haveria ao longo de todo aquele dia. Uma vez por semana, a delegada local era obrigada a se ausentar, para dar plantão em outra delegacia alagoana. Com falta de profissionais de segurança, esta foi a “solução” encontrada pela polícia local para tentar dar conta da demanda. Naquele dia, a “solução” da polícia foi o problema para a vítima. A mulher foi para casa sem atendimento.

A situação acima foi descrita pela Senadora Ana Rita (PT-ES), relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a **Violência Doméstica no Brasil**. É a primeira CPI sobre o tema desde que a Lei Maria da Penha foi aprovada, há quase sete anos. “Não resta dúvidas de que a lei foi um avanço. **O que queríamos saber é se ela vinha sendo corretamente aplicada pelas autoridades. E o resultado não é animador**”, afirma a senadora, que entregará o relatório de conclusões em março.

“Estou dando o exemplo de Alagoas, mas a verdade é que **quase todas as delegacias especializadas em mulher funcionam precariamente**. Não têm viatura, não têm pessoal, falta computador, até as instalações físicas não são adequadas, as vítimas não encontram nem cadeira para sentar e esperar”, afirma Ana Rita. Como resultado, os inquéritos são malfeitos e muitos homens acabam por se livrar das acusações por falhas do processo e falta de provas.

UM JUIZ PARA 20 MIL PROCESSOS

No judiciário, infelizmente, a situação não melhora. **Há muito poucas varas especializadas em Lei Maria da Penha no Brasil**. As varas são fundamentais, especialmente porque os casos de violência doméstica frequentemente demandam que o juiz dê uma decisão sobre o caso em menos de 48 horas. **A demora do juiz**

para decidir sobre dar ou não proteção a uma mulher já resultou em morte. Algumas varas visitadas pela CPI levam seis meses para analisar um caso.

“Em alguns lugares encontramos situações humanamente impossíveis. No Rio Grande do Sul há apenas uma vara especializada com só **um juiz para analisar 20 mil processos de violência doméstica**”, afirma Ana Rita.

“Nessas condições, o juiz de lá fez a única coisa que poderia fazer. Pediu transferência para outra vara.”

A CPI está recomendando aos estados a criação de novas varas. Minas Gerais e Paraná já fizeram isso.

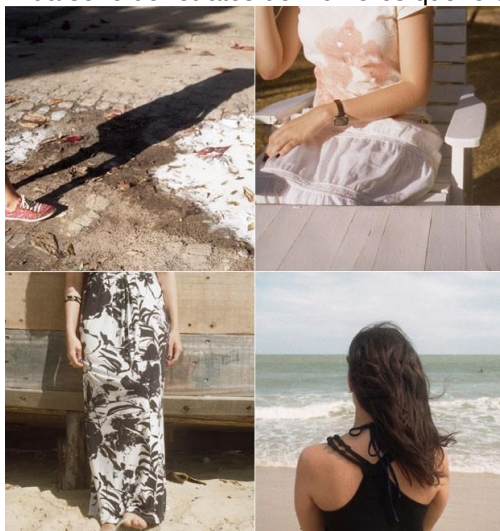
A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER AUMENTA

Os problemas da polícia e do Judiciário concorrem para um dado dramático: **em vez de diminuir, a violência contra a mulher tem aumentado nos últimos anos.** E isso não se deve apenas ao aumento do número de denúncias. O estado com pior índice de violência é o Espírito Santo, onde 9,8 mulheres são mortas para cada grupo de 100 mil, mais que o dobro da média nacional. Capixaba, a senadora Ana Rita arrisca uma explicação: “O machismo continua tão forte quanto antes, mas agora as mulheres estão sendo envolvidas no tráfico de drogas pelos companheiros, e a violência chega ainda mais a elas. Isso tem acontecido com força no Espírito Santo e no Pará.”

Anexo 21 – 03/12/2012 - 01h14 por Marina Caruso

Violência sexual: It's ok to be a boy...

... but a girl, nem sempre. Daí o nome escolhido pela fotógrafa pernambucana Adelaide Ivánova para uma linda série de retratos de mulheres que foram vítimas de violência física e sexual



OS RETRATOS DA FOTÓGRAFA PERNAMBUCANA ADELAIDE IVÁNOVA MOSTRAM MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA FÍSICA E SEXUAL (FOTO: ADELAIDE IVÁNOVA)
Outro dia recebi o email de uma amiga sobre o belíssimo trabalho de Ivi, **a fotógrafa pernambucana Adelaide Ivánova, de 30 anos, que há quase dois vive na Alemanha.** Formada em jornalismo pela PUC de Recife, ela foi para Berlim estudar fotografia e escolheu como tema para o trabalho de conclusão do primeiro ano de seu curso **a violência sexual contra as mulheres** – assunto difícil de abordar, sobretudo na seara da fotografia.

Outro dia recebi o email de uma amiga sobre o belíssimo trabalho de Ivi, **a fotógrafa pernambucana Adelaide Ivánova, de 30 anos, que há quase dois vive na Alemanha.** Formada em jornalismo pela PUC de Recife, ela foi para Berlim estudar fotografia e escolheu como tema para o trabalho de conclusão do primeiro ano de seu curso **a violência sexual contra as mulheres** – assunto difícil de abordar, sobretudo na seara da fotografia.

“Sempre me interessei por questões de gênero e sexualidade. **Decidi fotografar mulheres vítimas de violência sexual porque passei por isso quando era mais nova** e acho que falar sobre o problema é uma forma de superá-lo”, contou-me Ivi, assim que entrei em contato com ela depois de receber o email de nossa amiga em comum. “Tem gente que acha que isso só acontece nas classes mais baixas, mas não é verdade. Passei cinco meses no Brasil e **fotografei mulheres de classe média alta, com idades entre 21 a 35 anos, que haviam sido abusadas, em cinco cidades** - Recife, Natal, Fortaleza, São Paulo e João Pessoa. Algumas das meninas são amigas ou conhecidas minhas, outras entraram em contato comigo através do **blog**”.

Segundo Ivi, em torno de 60 mulheres se disponibilizaram a compartilhar suas histórias. Muitas, no entanto, não quiseram ser fotografadas e por isso acabaram sendo descartadas do projeto. “Outras até topavam fotos, mas moravam muito longe e a verba era curta”, diz. “Depois, consegui que o projeto fosse financiado no esquema **crowd funding** e arrecadei quase 4 mil reais para passagens, filmes e revelação”. O título “It’s ok to be a boy”, vem de um trecho de uma música de Madonna “What it feels like for a girl”, porque, em todos os depoimentos que Ivi ouviu, havia um denominador comum: **as meninas eram sempre culpadas pela tragédia.** “É como se a culpa nunca fosse dos agressores, e sim das vítimas, porque estavam andando sozinhas à noite ou porque brincando sem camisa - sim, uma delas ouviu isso da mãe, depois de ter sido abusada aos 11 anos por um vizinho!”, conta Ivi. Aqui, resumo das fotos e das histórias das mulheres que toparam dar seus depoimentos para essa delicado projeto de Ivi. O trabalho completo você confere no [site](#).



A PRODUTORA CULTURAL S.H. FOI ABUSADA SEXUALMENTE AOS 9 ANOS (FOTO: ADELAIDE IVÁNOVA)

S. H., produtora cultural, foi abusada sexualmente aos 9 anos, por um vizinho tão próximo de sua família que era chamado por ela de tio. Só contou a mãe o que aconteceu quando era adolescente.



M. L., JORNALISTA E CINEASTA, FOI ASSEDIADA SEXUALMENTE PELO SEU CHEFE (FOTO: ADELAIDE IVÁNOVA)

M. L., jornalista e cineasta, foi assediada sexualmente pelo seu chefe, na empresa onde trabalhava como assessora de imprensa. Ela entregou o cargo, abriu um processo interno e o chefe foi demitido. Um processo na Justiça nunca foi aberto.



S. C. PASSOU ANOS

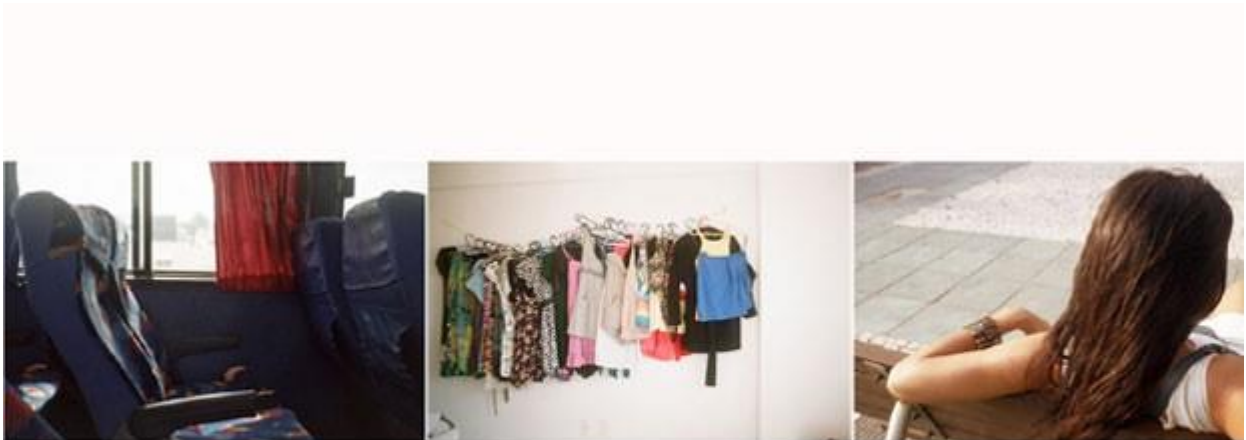
NUMA RELAÇÃO ABUSIVA (FOTO: ADELAIDE IVÁNOVA)

S. C., designer gráfica e professora universitária, passou anos numa relação abusiva. Primeiro vieram as crises de ciúme, depois as agressões físicas e até as ameaças de morte. Ela desenvolveu síndrome do pânico e automutilação. Por conta dos abusos, abriu um processo contra o ex, e vive atualmente sobre medida protetiva.



A. F. M. SOFREU ABUSOS SEXUAIS SISTEMÁTICOS DOS 4 AOS 14 ANOS (FOTO: ADELAIDE IVÁNOVA)

A. F. M. sofreu abusos sexuais sistemáticos dos 4 aos 14 anos, por dois homens da família e um vizinho. Depois de adulta mudou-se para um sítio, onde vive sozinha. Há 7 anos, faz trabalhos voluntários no Caminho de Santiago, ajudando outros peregrinos. Nunca contou para a família o que aconteceu, nem denunciou os abusadores.



C. F., ESTUDANTE DE LETRAS, FOI DOPADA E VIOLENTADA AOS 15 ANOS (FOTO: ADELAIDE IVÁNOVA)

C. F., estudante de letras, foi dopada e violentada aos 15 anos, pelo então namorado, quando ainda era virgem. O fato de primeira relação sexual ter sido forçada, a deixou por muitos anos sem saber exatamente se aquilo era normal. Com o passar do tempo, ela percebeu que não se tratava de sua “primeira vez”, mas de um



UM HOMEM DA FAMÍLIA ABUSOU SEXUALMENTE VÁRIAS VEZES DE C. D (FOTO: ADELAIDE IVÁNOVA)

C. D. foi abusada sexualmente várias vezes por um homem da família. Contou para a mãe logo após a primeira vez, mas como a mãe acreditou ser “imaginação” de criança, calou-se. Os abusos continuaram, C. se afastou da família e ainda hoje acha que a veem como uma “rebelde”.



L. V., ARQUITETA, FOI VÍTIMA DE ABUSO SEXUAL DUAS VEZES (FOTO: ADELAIDE IVÁNOVA)

L. V., arquiteta, foi vítima de abuso sexual duas vezes. Na primeira, aos 5 anos, sofreu uma tentativa de estupro por parte do então jardineiro da sua casa. Aos 12, foi abusada sexualmente pelo vizinho de uma amiga. Nunca revelou o que aconteceu para a sua família.

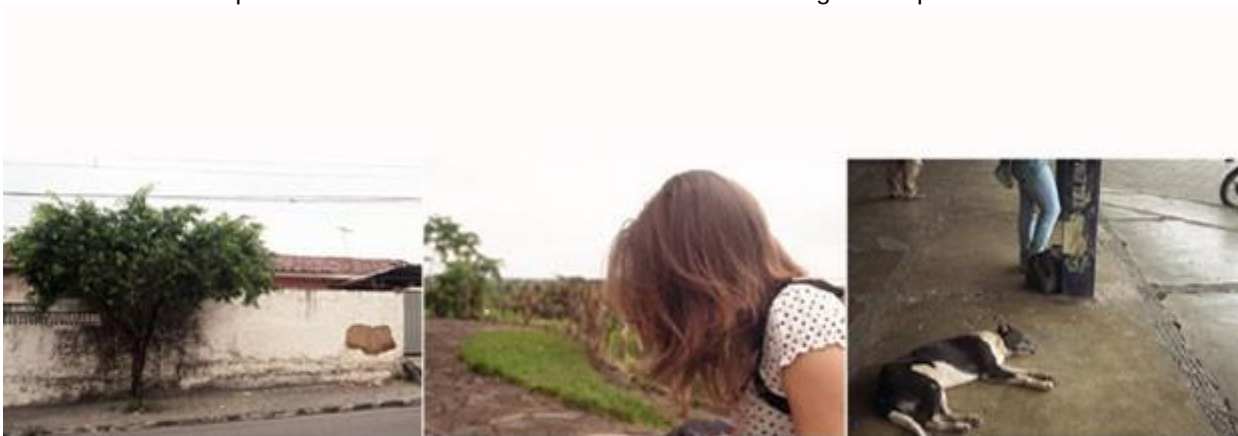


A SOCIÓLOGA M. A. FOI ABUSADA SEXUALMENTE DURANTE VÁRIOS MESES, AOS 12 ANOS (FOTO: ADELAIDE IVÁNOVA)

M. A., socióloga, foi abusada sexualmente durante vários meses, aos 12 anos, pelo pai da sua então melhor amiga. Os abusos aconteciam quando ela ia dormir na casa da amiga. M. não contou nada a ninguém, com medo de destruir a felicidade da amiga.



A DESIGNER E ARTISTA PLÁSTICA M.P. FOI ESTUPRADA AOS 14 ANOS, QUANDO AINDA ERA VIRGEM (FOTO: ADELAIDE IVÁNOVA)
M. P., designer e artista plástica, foi estuprada aos 14 anos, quando ainda era virgem, pelo recriador do hotel fazenda onde passava férias com a família. M. nunca contou a ninguém o que aconteceu.



A JORNALISTA R.E. VOLTAVA DE UMA AULA DA UNIVERSIDADE QUANDO FOI ABUSADA (FOTO: ADELAIDE IVÁNOVA)

R. E., jornalista, voltava de uma aula da Universidade, quando foi abusada por Abner Machado, publicitário carioca que atualmente responde processo na Paraíba por 50 crimes sexuais – sendo 11 deles com menores de idade. Logo depois do abuso, R. foi a polícia avisar que havia sido molestada por um estranho, e a única coisa que ouviu do delegado foi “Quem mandou andar sozinha na rua à noite”.



A. C., ESTUDANTE DE MEDICINA, PASSOU ANOS NUMA RELAÇÃO ABUSIVA (FOTO: ADELAIDE IVÁNOVA)

A. C., estudante de medicina, passou anos numa relação abusiva. Seu ex-namorado, com quem tem uma filha, chegou a tentar estrangulá-la. A., no entanto, nunca denunciou o rapaz.



A ADVOGADA T.P. FOI ABUSADA AOS 15 ANOS, NA FRANÇA (FOTO: ADELAIDE IVÁNOVA)

T. P., advogada, foi abusada aos 15 anos, quando fazia intercâmbio na França, pelo filho da família que a recebeu. Os pais do menino incentivavam os abusos, por acharem que ele precisava de uma namorada.

Anexo 22 – 03/12/2012 - 07h43 por Mariana Sanches

Não quer ser abusada no metrô na China? Então, vá de burca!

Essa é a mensagem de uma campanha chinesa por educação e civilidade nos trens da cidade de Xangai



A CAMPANHA DO

METRÔ DE XANGAI RECOMENDA ÀS MULHERES SE DAREM AO RESPEITO SE NÃO QUEREM SER ABUSADAS POR PERVERTIDOS (FOTO: REPRODUÇÃO)

Não quer ser abusada no metrô, vá de burca! É essa a mensagem de uma campanha chinesa por educação e civilidade nos trens da cidade de Xangai, a segunda maior do país. **Diante de um aumento no número de assédio de homens contra mulheres nos metrôs e estações**, a companhia de transporte local tem espalhado desde o dia 20 de junho a seguinte mensagem (acompanhada de uma foto de mulher vestindo algo como uma burca!): "Girls, please be self-dignified to avoid perverts". Em português seria algo como: "**Garotas, por favor, se dêem ao respeito para evitar pervertidos**".

O mote da campanha da companhia chinesa é basicamente a velha **ladainha machista de culpar a vítima pelo crime do agressor**. Por essa lógica, o estupro seria justificável a partir de um dado tamanho de saia ou de profundidade do decote. Para além do problema de argumento, a campanha deve ser muito pouco efetiva ao que se propõe, a saber, diminuir o assédio contra mulheres. **Se cobrir o corpo todo fosse garantia de segurança, não existiria estupro nos países do Oriente Médio** em que esses trajes são obrigatórios para mulheres.



A PARÓDIA DA CAMPANHA DO METRÔ DE

XANGAI : "QUEREMOS NOS SENTIR BONITAS E NÃO TER MÃOS SUJAS SOBRE NÓS", DIZ A JOVEM FEMINISTA (FOTO: REPRODUÇÃO)

Dito isto, o resultado da ação do Metrô de Xangai se mostrou muito mais interessante do que o esperado. É verdade que 70% das pessoas entrevistadas em uma pesquisa de opinião sobre a campanha concordam com a afirmação de que "as mulheres devem ficar atentas na hora de se vestir para não sofrerem um estupro." É o esperado em um país em que ainda acontecem abortos e esterilizações forçados e onde nunca houve nenhum movimento feminista expressivo. No entanto, **para surpresa do próprio metrô, meninas começaram a**

parodiar a campanha. Cobriram o rosto e parte do corpo e foram até o metrô levando plaquinhas com os seguintes dizeres: “**Queremos nos sentir bonitas, não queremos mãos sujas sobre nós**”. Quem quiser se aventurar a olhar o blog das meninas feministas chinesas, clique [aqui](#) (o conteúdo está em mandarim).

Anexo 23 – 10/12/2012 - 12h42 por Mariana Sanches

Há ligação entre o axé e o tráfico de mulheres?

Assembléia Legislativa baiana aprovou uma lei que proíbe que verba pública seja usada para contratar ou patrocinar artistas cujas músicas “desvalorizem, incentivem a violência ou exponham mulheres à situação de constrangimento”



PESQUISA LIGA LETRAS

MISÓGINAS AO TRÁFICO DE MULHERES (FOTO: REPRODUÇÃO)

Foi um duro golpe para a indústria fonográfica baiana. Desde que me lembro (e muito antes disso também) grupos de Axé emplacam, verão após verão, sucessos que nominam as mulheres de “ordinárias” em diante. Em tempos de pirataria, a renda dessas artistas vinha, sobretudo, de festivais financiados pela União, pela Bahia ou por seus municípios. VINHA. Na semana passada, a Assembléia Legislativa baiana aprovou uma lei que proíbe que verba pública seja usada para contratar ou patrocinar artistas cujas músicas “desvalorizem, incentivem a violência ou exponham mulheres à situação de constrangimento”.

>> CLIQUE AQUI PARA ASSINAR A PETIÇÃO ONLINE PARA APRIMORAR A LEI BRASILEIRA CONTRA O TRÁFICO HUMANO E DIVULGUE A CAMPANHA

A “lei antibaixaria”, aprovada por 43 dos 52 deputados presentes à votação, foi abertamente acusada de cercear a liberdade de expressão. O deputado Elmar Nascimento (PR) afirmou que, embora ninguém seja a favor da violência contra a mulher, a “lei antibaixaria” fere o artigo 5º da Constituição Federal, que declara livre qualquer produção intelectual ou artística. Desse ponto de vista, a lei seria inconstitucional.

Sou forçada a discordar do deputado Nascimento e dos detratores da “lei antibaixaria”. Até porque nosso passado de ditadura é recente e conhecemos de perto privações de direitos civis, considero o argumento contra a lei seja descabido. Sou a favor de toda e qualquer liberdade de expressão e manifestação de quem quer que seja, mesmo daqueles com quem não concordo. Isso não me obriga, no entanto, a financiar mensagens que me prejudiquem ou desfavoreçam. As mulheres são cerca de metade dos contribuintes do Brasil. Não faz sentido forçá-las a promover artistas que as chamem de “ordinárias”. Guardadas as devidas proporções, seria o mesmo que pedir aos judeus que tolerassem ver seu dinheiro bancando propagandas nazistas. Ou aos negros, que incentivassem financeiramente mensagens racistas. Aqueles que queiram seguir fazendo letras misóginas, estão tão livres quanto antes. Só não o farão às custas das contribuintes baianas.

A MAIOR PARTE DOS CLIENTES DE JOVENS ESCRAVIZADAS É BRASILEIRO

Para além da discussão legalista, convém falar sobre que tipo de cultura política e social músicas machistas ajudam a promover no Brasil. Para tanto, recorro a uma interessante pesquisada dirigida por Débora Aranha, presidente do [Movimento Contra o Tráfico de Pessoas](#).



PESQUISA LIGA LETRAS MISÓGINAS AO TRÁFICO DE MULHERES (FOTO: REPRODUÇÃO)

Em 2008, Débora mapeou o tráfico de crianças e adolescentes na Bahia. Acompanhou vítimas entre 12 e 18 anos, em Salvador e em Feira de Santana. Quase 90% deles eram meninas. Algumas foram aliciadas aos oito anos de idade. Todas eram exploradas sexualmente. De crianças e adolescentes risonhas, que sonhavam ser dançarinas e cantoras, elas foram transformadas em coisas, objetos a serviço do prazer alheio. Embora muito seja dito sobre turismo sexual, Débora revela que o problema é principalmente doméstico. O “cliente” dessas meninas é quase sempre um turista brasileiro. Em segundo lugar estão os próprios baianos.

Débora não tem dúvida de que a música que chama a mulher de ordinária e a cultura que permite transformar uma menina em uma escrava sexual são parte de um mesmo problema e se retroalimentam. “Na raiz do tráfico de mulheres está o machismo, a violência doméstica contra a mulher, o senso de que a mulher é inferior”, diz Débora. “Muitas meninas relatavam ter caído mais facilmente na teia do tráfico porque queriam fugir da violência do próprio pai. Uma sociedade cujos produtos culturais denigrem a mulher, facilita que crimes contra elas sejam cometidos”.

Não se trata de demonizar o axé. Ivete Sangalo, talvez o maior ícone da música baiana contemporânea, foi citada como referência pela maior parte das meninas pesquisadas por Débora. A estrela se engajou em ações contra o tráfico de pessoas e a pedofilia. O maior mérito da lei antibaixaria até agora é promover um debate sobre que produtos culturais queremos ter. Defender manifestações nacionais de qualquer ordem virou argumento definitivo. É como se a cultura fosse estática, um patrimônio imutável. Falácia. Cultura é antes de tudo uma questão de movimento e de tempo. Se queremos manter nosso arcaísmos culturais, podemos parar de nos rebelar contra o infanticídio indígena, a burka e a mutilação genital adotados por muçulmanos, a escravidão na China e a xenofobia europeia. Convém sermos coerentes.

Anexo 24 – 23/10/2013 08h46 - por Redação Marie Claire

Campanha revela que maioria das buscas sobre mulheres no Google é machista

Peças mostram que perguntas como "mulheres não podem..." ou "mulheres não deveriam..." recebem sugestões de respostas discriminatórias, como "não podem dirigir" ou "não deveriam votar"



FOTO DA ESQUERDA: "MULHERES PRECISAM..." E AS OPÇÕES DE RESPOSTAS "...SE COLOCAR EM SEUS LUGARES", "SABER QUAL É O SEU LUGAR", "SER CONTROLADAS" E "SER DISCIPLINADAS". NA FOTO DA DIREITA, A PERGUNTA "MULHERES NÃO DEVERIAM..." E AS RESPOSTAS "TER DIREITOS" (FOTO: @UN WOMEN)

Um série de anúncios desenvolvida para a **Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (UN Women)**, que acaba de ser divulgada, mostra o quanto a internet armazena estereótipos machistas e informações que violam os direitos das mulheres.

As peças da agência Mamac Ogilvy & Mather Dubai mostram **pesquisas genuínas realizadas no Google como "mulheres não podem..." ou "mulheres não deveriam..." e suas respostas automáticas discriminatórias, como "não podem dirigir" ou "não deveriam votar"**. As frases foram coladas sobre a boca de mulheres, em formato de retratos. "Quando nos deparamos com essas pesquisas, ficamos chocados e decidimos que tínhamos que fazer algo com elas", afirmou para o site da entidade o diretor criativo da campanha, Christopher Hunt. "Os anúncios são chocantes porque mostram o quão longe ainda estamos e **o quanto teremos que percorrer para alcançar a igualdade de gênero** . Eles são um alerta e esperamos que esta mensagem viaje mundo afora", acrescentou a redatora da campanha, Kareem Shuhaibar.



PEÇA DA ESQUERDA: "MULHERES DEVERIAM..." E AS SUGESTÕES DE RESPOSTAS "FICAR EM CASA", "SER ESCRAVAS", "FICAR NA CONZINHA". FOTO DA DIREITA: "MULHERES NÃO PODEM..." E ALGUMAS DAS RESPOSTAS "DIRIGIR", "SER CONFIÁVEIS", "FALAR NA IGREJA" (FOTO: @UN WOMEN)

Para a UN Women, **as pesquisas confirmam a necessidade urgente de continuar a lutar pela causa dos direitos das mulheres**, de sua autonomia e igualdade. A Organização acredita em uma forte reação inicial do

público e espera desencadear um diálogo construtivo no mundo sobre o assunto através do Twitter: a entidade pede que as pessoas publiquem suas opiniões na rede social, seguidas da hashtag # **womenshould**.

Anexo 25 – 25/07/2013 06h00 - ATUALIZADA EM: 25/07/2013 10h36 - por Graziela Salomão

“Os estupros no Egito são uma forma de impedir o direito das mulheres se manifestarem”

Yasmine El Baramawy foi estuprada em novembro do ano passado enquanto protestava na praça Tahrir. Foram repetidas vezes e por dezenas de homens. Veja o depoimento que a egípcia deu a Marie Claire



YASMINE EL BARAMAWY DECIDIU NÃO SE CALAR E CONTOU SUA HISTÓRIA COMO FORMA DE AJUDAR OUTRAS MULHERES. “O ESTUPRO É UMA VERGONHA PARA O ESTUPRADOR, NÃO PARA O ESTUPRADO” (FOTO: ARQUIVO PESSOAL)

As manifestações em massa no Egito trazem outra coisa além das pessoas nas ruas desde a derrubada de Mohammed Morsi. No começo de julho, uma nova onda de abusos sexuais atingiu, ao menos, 91 mulheres, de acordo com a organização Human Rights Watch. E uma delas teve coragem de revelar o que sofreu.

A musicista **Yasmine El Baramawy**, de 30 anos, decidiu se manifestar desde o início dos protestos que invadiram o Egito. Em 23 de novembro do ano passado **ela estava na icônica praça Tahrir quando foi atacada por, pelo menos, 15 homens**. Passada a raiva e o medo de andar nas ruas de seu país, ela decidiu contar o que aconteceu com ela. “**O estupro é uma vergonha para o estuprador, não para o estuprado**”. Leia o depoimento de Yasmine para Marie Claire.

“Participei dos protestos desde janeiro de 2011 pedindo por justiça social e liberdade. O protesto no qual fui atacada era contra a declaração constitucional fascista de Morsi, publicada no dia 21 de novembro. Claro que às vezes sentia medo do perigo, principalmente quando as forças de segurança ou os bandidos nos atacavam. Mas nunca imaginei que pudesse ser estuprada ali.

O ataque aconteceu de repente no meio do gás lacrimogênio. Um homem me agarrou dizendo que estava me protegendo. Fiquei em choque, mas não com medo. Também senti muita raiva, mas nunca tive medo. **O ataque começou com 15 homens**. Em seguida, dezenas deles me estupraram com as mãos ou com objetos pontiagudos, mas não com o pênis. Depois, rasgaram minha roupa. Um deles veio com um canivete por trás e me estuprou.

Não conseguia nem piscar porque estava completamente em choque. Por várias vezes tentei me livrar deles e lutava de volta contra as agressões. Não sabia como aquilo terminaria, mas decidi lutar até que alguma coisa, qualquer coisa, acontecesse. **Ou eu morreria ou alguém conseguiria me salvar**.

Fui levada para uma região distante e eles continuaram me estuprando. Nesse bairro, uma mulher e seus vizinhos perceberam o que estava acontecendo e me ajudaram. Ela me puxou para cima de um carro e os parentes e vizinhos dela lutaram contra os agressores.



A MUSICISTA DE 30 ANOS VAI CONTINUAR PARTICIPANDO DOS PROTESTOS EM CAIRO (FOTO: ARQUIVO PESSOAL)

MARCAS NA ALMA

Por algum momento, desejei sair do Egito e nunca mais voltar. Esse sentimento permaneceu por alguns dias, mas depois desapareceu. Agora posso dizer quero ficar aqui. Depois de tudo o que aconteceu sei que fiquei mais forte e mais confiante. Claro que **penso nisso a maior parte do meu dia, mesmo tentando não pensar**, até porque isso se transformou em algo público e tirou essa chance de mim. Mas, **contar essa história para outras mulheres me permite ir esquecendo o que aconteceu aos poucos**. Tive medo de andar pelas ruas do meu país por um período. Só que andei até que esse medo fosse embora. Depois do que aconteceu, a forma que encontrei de me proteger é andar em pequenos grupos. Assim, posso continuar participando dos protestos. E, sim, **vou continuar até o fim**.

DIREITO DAS MULHERES

Os estupros no Egito durante as manifestações são uma forma clara de impedir o direito de as mulheres se manifestarem. Este crime acontece apenas na praça Tahrir e contra manifestantes anti-Morsi. É uma forma de assustar as mulheres e suas famílias para que não se juntem aos protestos. Isso arruína a imagem dos revolucionários.

Sei que me transformei em um exemplo quando decidi revelar minha identidade e o que aconteceu. Divulgar a minha mensagem sobre o estupro não é um erro. A vítima não pode sentir vergonha disso. A vergonha deve vir de quem o praticou. Acho que **a verdade ajuda a entender o tamanho real do problema como uma forma de encontrar uma solução adequada** para isso. Se não soubermos do problema, nunca estaremos aptos para resolvê-lo.

Se eu encontrasse os homens que fizeram isso comigo, não seria violenta como eles foram. Simplesmente conversaria com eles. Tenho muitas questões sobre as mulheres na vida deles e sobre o jeito de eles pensarem. Tenho muitas perguntas que precisam ser respondidas e a principal delas é **“Por que vocês ficaram rindo de mim?”**.

Se eu pudesse dizer algo para mulheres que passaram o mesmo que eu, diria que não se machuquem pelo que aconteceu simplesmente porque algumas pessoas doentes tentaram prejudicá-las. Elas são as vítimas, não você. Gostaria de dizer tanto para os homens, quanto para as mulheres, que **o estupro é uma vergonha para o estuprador, não para o estuprodo**. Nunca fiquei com vergonha. Acredito que esse é o meu destino e eu o aceitarei.”

Anexo 26 – 24/06/2013 06h00 - por Mariana Sanches

Médicos coletarão sêmen em vítimas de estupro durante consulta

Além de esperma, eles serão treinados a recolher e guardar outros materiais para servir como prova em inquéritos contra estupradores. A iniciativa é da Secretaria de Políticas para as Mulheres e pretende combater a impunidade



A INICIATIVA É DA SECRETARIA DE POLÍTICAS DAS MULHERES COMO FORMA DE COMBATER A IMPUNIDADE (FOTO: SHUTTERSTOCK)

A partir de agosto, **médicos de hospitais de referência em saúde da mulher de todo o Brasil passarão por treinamento para coletar provas de estupro de vítimas que procurem o sistema de saúde.** A iniciativa, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, quer garantir que os **processos sejam mais consistentes, com provas contundentes contra os agressores.**

Atualmente, para recolher sêmen, pele, unha, sangue ou qualquer outro material que incrimine o agressor, as mulheres precisavam ir até o Instituto Médico Legal de sua região, geralmente encaminhadas por um delegado. "O problema é que **as mulheres costumam procurar o hospital rapidamente, para fazer uma contracepção de emergência** e tomar os remédios que a impedem de pegar DSTs e AIDS", afirma Aparecida Gonçalves, secretária nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres. "**Mas elas demoram muito mais para denunciar o caso à polícia.** Vinte dias depois da agressão já não há mais materialidade do crime. Isso, muitas vezes, garante a impunidade do estuprador". **O Conselho Nacional de Justiça está preparando um estudo sobre a dificuldade de punir estupradores, que deverá ficar pronto apenas em 2014.** "Mas, mesmo sem a pesquisa, sabemos que esse problema é grave", diz Aparecida.

Nos próximos meses, se a paciente relatar que sofreu um estupro, os médicos vão poder fazer a perícia imediatamente, no consultório, e guardar as provas do crime em uma sala no próprio hospital. "Esperamos resultados muito bons até porque o estuprador não costuma estuprar só uma mulher. **Aumentando a quantidade e a qualidade das provas, vamos descobrir uma cadeia ampla de vítimas e temos muito mais chances de fazer o criminoso ser punido**", afirma a secretária.

Anexo 27 – 21/06/2013 06h00 - por Igor Zahir

"Revolta das mulheres no mundo árabe" causa polêmica em rede social

Página no Facebook reúne mensagens de protesto vindas do mundo inteiro em solidariedade às mulheres que sofrem com os tabus culturais no Oriente Médio



PROTESTO COLETIVO FEITO EM CAIRO, NO EGITO, PARA DAR VOZ AS MULHERES (FOTO: REPRODUÇÃO/FACEBOOK)

Uma página no Facebook está causando polêmica no Oriente Médio. “**Revolta das Mulheres no Mundo Árabe**” reúne milhares de mensagens do mundo inteiro, dando seu apoio às mulheres da Arábia. A ideia é que cada participante envie uma foto segurando um cartaz com a mensagem “**Eu apoio a revolta das mulheres no mundo árabe**”, antes de dizer o porquê. São protestos solidários e que demonstram indignação ao paradigmas culturais, religiosos e políticos que sofrem as mulheres da região.

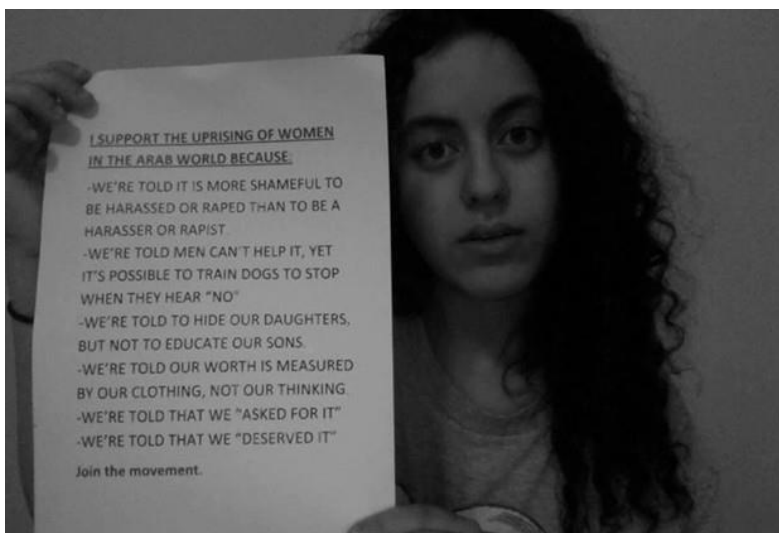
Em outubro de 2012, a página foi censurada por uma semana ao divulgar uma foto da blogueira egípcia **Aliaa Elmahdy** manifestando-se contra o assédio sexual em seu país. Ela sofreu milhares de ameaças e insultos pelas publicações e precisou se exilar no norte da Europa, onde dá suporte ao **site oficial do projeto**. Atualmente, a página tem mais de 112 mil seguidores na plataforma de relacionamento.



ESSAS DUAS PROTESTAM CONTRA O TERRORISMO SEXUAL (FOTO: REPRODUÇÃO/FACEBOOK)

Na descrição da página, os criadores dizem que o objetivo é criar um movimento de solidariedade a essas mulheres. “É tempo de homens e mulheres se unirem contra a opressão no mundo árabe. **Dizer não à violência contra a mulher, não à passividade delas com os homens, à repressão e ao abuso.** Exigimos a aplicação integral dos Direitos Humanos. **Vamos espalhar a mensagem e criar uma rede de solidariedade forte.** Compartilhar nossos pontos de vista, denunciar os abusos dos nossos respectivos países e compartilhar as evoluções e mudanças pelas quais estamos trabalhando”.

O projeto online está gerando polêmica no Oriente. Muitas pessoas se dizem ofendidas religiosamente. Enquanto isso, a mensagem de direitos humanos e feministas se espalha a cada dia. Confira mais fotos de seguidores em todo o mundo:



DANYA, EGÍPCIA QUE MORA NA INGLATERRA, TAMBÉM SE MANIFESTA: "DIZEM PARA ESCONDER NOSSAS FILHAS MENINAS, MAS NUNCA OS MENINOS" (FOTO: REPRODUÇÃO/FACEBOOK)



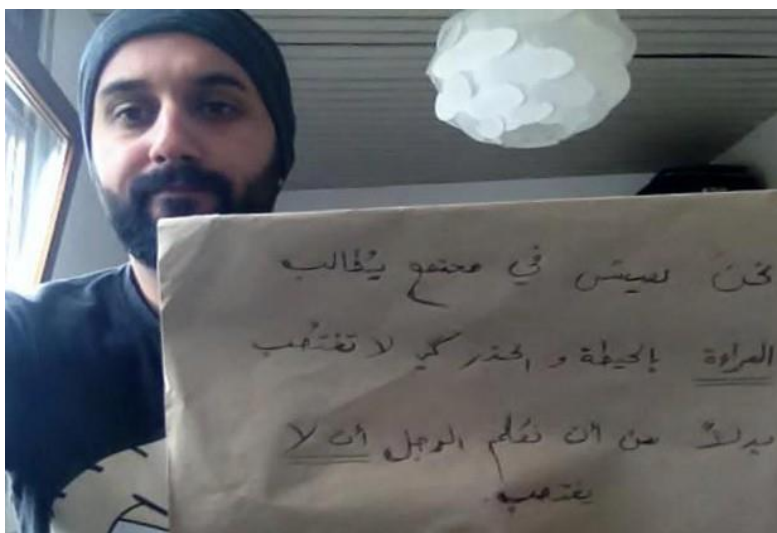
SALWA MOSTRA SUA INDIGNAÇÃO QUANTO AS DESIGUALDADES NA EDUCAÇÃO E NO MUNDO CORPORATIVO: "QUERO IGUALDADE NO TRABALHO" (FOTO: REPRODUÇÃO/FACEBOOK)



ESSA OCIDENTAL PROTESTA CONTRA O RACISMO E A XENOFOBIA E DIZ QUE QUALQUER EVOLUÇÃO DEVE ACONTECER DENTRO DA SOCIEDADE E NÃO ATRAVÉS DE "GUERRAS PELA LIBERDADE" (FOTO: REPRODUÇÃO/FACEBOOK)



"LEIS DE ISRAEL IMPEDEM O AMOR", ARGUMENTAM ESSES JOVENS (FOTO: REPRODUÇÃO/FACEBOOK)



"VIVEMOS NUMA SOCIEDADE QUE ENSINAM A MULHER COMO EVITAR SER ESTUPRADA, AO INVÉS DE ENSINAR OS HOMENS A NÃO ESTUPRAREM", CONTESTOU ESSE ÁRABE (FOTO: REPRODUÇÃO/FACEBOOK)

Anexo 28 – 19/08/2013 06h00 - ATUALIZADA EM: 19/08/2013 13h50 - por Igor Zahir

“Se aborto é um debate pela vida, quero debater a das mulheres que morrem”, diz Manuela D’Ávila

Aos 32 anos e eleita duas vezes como a deputada federal mais votada do Rio Grande do Sul, a gaúcha fala, em entrevista exclusiva, sobre direitos das mulheres, bancada evangélica, machismo e debate, ainda, as causas da baixa participação feminina no Congresso Nacional



MANUELA NA CÂMARA, PARTICIPANDO DE CERIMÔNIA SMBÓLICA DOS COMUNISTAS CASSADOS EM 1948 (FOTO: RICHARD SILVA)

Manuela D’Ávila sonhava em ser professora universitária. Kursou jornalismo e ciências sociais. No entanto, a política sempre esteve por perto. E, depois de passar por diversos movimentos políticos estudantis, ela decidiu se dedicar totalmente ao assunto. Em 2004, saiu da faculdade direto para a Câmara dos Vereadores de Porto Alegre, eleita pelo PCdoB.

Com quase dez anos de política, a gaúcha de 32 anos já concorreu duas vezes à prefeitura de Porto Alegre. Em 2006, entrou no Congresso como a deputada federal mais votada do Rio Grande do Sul, bateu o próprio recorde em 2010 e presidiu a Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Atualmente, é líder do seu partido e foi indicada pela 5ª vez ao Prêmio Congresso em Foco, como uma das melhores deputadas do Brasil. Apesar disso, não acredita em padrões. “Não existe isso de ‘ser político’”, afirma.



NA CÂMARA DOS DEPUTADOS (FOTO:

RICHARD SILVA)

Marie Claire: A política é um terreno masculino e preconceituoso?

Manuela D'Ávila: Com certeza. Nos números, na forma e no conteúdo ainda é um mundo dominado pelos homens. Quanto ao preconceito, acho que todas as mulheres em suas profissões sofrem isso. Comigo não foi diferente.

MC: Em algum momento ser bonita ajudou em algo na política?

Manuela: Não, ao contrário. Muitas vezes as pessoas tiveram ainda mais preconceito com as minhas ideias e colocaram minha capacidade em questão. Não dramatizo porque isso acontece com grande parte das mulheres, né? Elas sempre são adjetivadas. Se elas estão solteiras é porque ninguém aguenta, se estão casadas é porque têm que ter um marido. Se vamos comer no McDonalds, temos que escutar: “depois não sabe porque está gorda”. Se comemos salada, soltam um “coitada, não come nada de mais gostoso”. A cultura machista tenta fazer com que sempre tenhamos que provar algo. Esse é um dos pontos que a minha militância combate.



MANUELA NO PLENÁRIO (FOTO:

RICHARD SILVA)

MC: Por ser mulher, há terrenos onde não pode atuar?

Manuela: Acho que existem espaços mais difíceis de entrarmos no Congresso Nacional. Proibido, não. Inclusive temos, sim, que estar cada vez mais em todos os temas já que resistem muito à entrada de mulheres. O machismo lá dentro ainda é muito grande e nossa participação, pequena. Somos só 8%, ou seja, apenas 40 de 500.

MC: A mulher teria como diminuir a insatisfação do povo brasileiro com a política nacional?

Manuela: O centro da insatisfação, mesmo que não identificado pelas pessoas, está na forma como tudo é

financiado. Mudamos vários detalhes na última década, mas isso ainda não. Quer dizer: como uma mulher vai entrar na carreira política se tudo for financiado por 300 grandes empresários homens? Eles, claro, vão querer continuar pagando por homens. Os homens até votam nas mulheres, mas a questão não é esta.



NA REUNIÃO DE LÍDERES DA BASE

ALIADA (FOTO: RICHARD SILVA)

MC: É uma questão de reforma política?

Manuela: Sim, sem dúvida. Defendo muito que pare de existir esse financiamento por parte de empresas privadas. O financiamento tem que ser público e feito por pessoas físicas. Se você entra para ajudar na campanha do seu candidato com 100 reais, teremos algo mais barato, sem todo esse show pirotécnico. Isso dá um contato maior. Assim, as mulheres podem se aproximar mais disso. Não adianta estarmos dispostas a nos candidatar se as grandes campanhas forem pagas por executivos homens que querem filhos e netos de quem já está lá naquele determinado cargo.

MC: Quem é a Manuela D'Ávila após a experiência política de dez anos?

Manuela: Conheço muito mais do nosso país e entendo muito mais da luta e complexidade das mulheres. Isso me faz vivenciar mais de perto o drama das mulheres. Meus mandatos fizeram de mim uma defensora mais radical do que antes.

MC: Sua atuação política fez com que planos de casamento ou maternidade ficassem em segundo plano? Ou, ao contrário, se sente cada vez mais cobrada de ter uma família tradicional estabelecida pela política?

Manuela: Não me sinto cobrada por nada. Vivo sossegada quanto a minha vida pessoal. Já posterguei bastante meus planos. Hoje me sinto absolutamente autorizada a conciliar e, em determinados momentos, priorizar a vida pessoal. Não que vá negar meu trabalho, mas priorizar uma reflexão sobre minha vida privada e concilia-lá com a pública.



A DEPUTADA (SENTADA À DIREITA) NO DEBATE SOBRE REFORMA POLÍTICA (FOTO: RICHARD SILVA)

MC: O país precisa lutar muito mais pelos direitos das mulheres?

Manuela: Sim e admito: antes eu não tinha noção de nada disso. É bom falar sobre este tema porque as mulheres da minha faixa etária e da minha origem social acham que as bandeiras feministas estão ultrapassadas. Elas acham que a violência contra a mulher, seja a sexual ou a de menores, ou o tráfico humano, são todos assuntos superáveis. E não são. É uma realidade do Brasil. A baixíssima participação de mulheres na política é um traço da sociedade que oprime, que silencia as mulheres na base da porrada, como diz a expressão popular. E o mais grave é a responsabilização da vítima. Seja em estupro, violência, ou até na política, quando falamos mais alto, eles querem nos responsabilizar. Essa é a cultura do Brasil: se usamos roupa curta, somos responsáveis pela violência, se somos duronas, nos culpam por algo.

MC: Defender temas ligados à juventude e ao engajamento nas redes sociais fizeram com que você ficasse mais popular...

Manuela: É uma questão de identidade com os jovens. Se eles se identificam comigo, têm total liberdade para cobrar, bater boca e voltar a gostar. A gente tem uma relação de igual para igual. Sem formalismos ou burocracia.



NA MANIFESTAÇÃO DA UNE (FOTO: RICHARD SILVA)

MC: Você já afirmou que o aborto é uma questão de saúde pública. Por que acha isso?

Manuela: Sempre que entram neste assunto, na sequência vem a questão da religiosidade. Enquanto isso, as mulheres morrem fazendo aborto. Não é apenas o debate "eu faria ou não". Eu não faria, mas não é esse o ponto. Mulheres são submetidas a procedimentos ilegais, ficam estéreis. Concorro quando os religiosos dizem que é um debate sobre a vida. Também quero debater a vida, mas a daquelas que morrem nestes

procedimentos, principalmente as pobres. As ricas se submetem a cirurgias caríssimas em clínicas luxuosas e, dessa forma, não saem de lá com o próprio atestado de óbito.

MC: No início de agosto a bancada evangélica reagiu à lei da pílula do dia seguinte para vítima de estupro. O que acha desse caso?

Manuela: São razões típicas de uma bancada religiosa. Mas é algo totalmente ultrapassado, como quando são contra camisinha, exames de pré-natal ou uso de células-tronco para o combate às doenças degenerativas. É uma bancada totalmente conservadora que tem posições das quais eu discordo completamente.

MC: Como o projeto da “cura gay”?

Manuela: Sim, exatamente. Isso é algo do século 18, né? Curar as pessoas do que não é doença. Aliás, as mulheres já foram vítimas disso. Antigamente as colocavam na fogueira. Agora estão querendo fazer o mesmo com os homossexuais. É por isso que nós, mulheres, nos identificamos tanto com a causa.



"SOMOS APENAS 8% NO CONGRESSO PORQUE RESISTEM MUITO A ENTRADA DE MULHERES", DIZ MANUELA (FOTO: RICHARD SILVA)

MC: Jean Wyllys luta por condições dignas de trabalho para as prostitutas, como a legalização das casas de prostituição e o direito à aposentadoria delas. Qual seu posicionamento a respeito?

Manuela: Concordo com a maior parte das posições defendidas por ele. Neste caso, ao contrário do que outras pessoas argumentam, acho que regulamentar, organizar, não aumenta o número nem estimula a prostituição.

MC: Quando você presidiu a Comissão de Direitos Humanos, chegou a pedir o afastamento de Jair Bolsonaro da Comissão afirmando que ele é "uma pessoa que não defende os direitos humanos". Marcos Feliciano está no cargo de presidente da mesma Comissão. É mais complicado defender causas de direitos humanos com uma pessoa como a postura dele no cargo?

Manuela: O mais complicado é ele presidir a Comissão. A nossa luta avança, mas pessoas como ele nos fazem perceber que ainda há contradições no Brasil. O Feliciano nos tira da posição cômoda de achar que tudo está resolvido. Quando presidi a Comissão, cheguei a pedir, além do afastamento do Bolsonaro, também o do Feliciano. Mas isso sequer se tornou público. Ele é um parlamentar eleito. Então, olhando o outro lado da moeda, a sociedade precisa fiscalizar muito e pressionar para que pessoas como ele não se elejam. Gosto muito de uma frase judaica que diz: “lembrar, conhecer, para que não aconteça mais”. Se aplica a isso: essa Comissão nunca foi tratada como protagonista na Câmara. Agora será, sim, tratada com tamanha importância para que o erro não se repita.

Anexo 29 – 03/12/2012 - 07h42 por Mariana Sanches

Como um código penal feminista pode acabar com o drama do auto-aborto

De acordo com a nova proposta de lei, qualquer mulher poderá interromper uma gravidez até a 12a. semana de gestação. Saiba em quais casos



O NOVO CÓDIGO PENAL PROPÕE QUE UM LAUDO MÉDICO ATESTE SE A MULHER TEM OU NÃO CONDIÇÕES DE SEGUIR COM A GESTAÇÃO (FOTO: SHUTTERSTOCK)

É uma cadeia de tragédias: aos 37 anos, moradora de rua e dependente química, ela se descobriu grávida do terceiro filho. A única certeza que tinha é a de que não poderia ter o bebê. Ao chegar ao 5o mês de gestação ela conseguiu levantar os R\$100 que precisou para comprar dois comprimidos de Cytotec, medicamento do trato gástrico com efeito abortivo e de uso restrito no Brasil. Colocou os dois comprimidos dentro de si mesma e partiu para o hospital, onde acabou tendo um parto normal. O bebê, uma menina, sobreviveu por 20 dias mas morreu por conta da extrema prematuridade.

A narrativa acima se passou em 2006, com Keila Rodrigues, moradora de Paulo de Faria, uma município de menos de 10 mil habitantes no interior paulista. Se tivesse acabado ali, a história já seria um drama digno de novela. Mas houve mais. Enquanto convalescia no hospita, Keila foi denunciada por uma enfermeira, que contrariou todas as normas éticas de direitos humanos preconizados pelo Ministério da Saúde. Ao responder por homicídio, ela foi sumariamente absolvida pela juíza Milena Repuo Rodrigues. Achou que acabou aí?

Com o perdão do clichê, desgraça pouca é bobagem. O promotor Marco Antônio Lélis Moreira recorreu e conseguiu enviar Keila a um júri popular, a se realizar em breve.

A história de Keila é uma síntese do modo hipócrita como o aborto é tratado no Brasil. É proibido, acontece ilegalmente em todas as classes sociais, mas só os mais pobres costumam ser punidos e normalmente não encontram amparo nem mesmo onde deveriam receber cuidados, como um hospital público.

Mas há uma chance de que, no segundo semestre, o Estado pare de tratar as coisas como elas deveriam ser e as encare como elas realmente são. No próximo dia 26, a comissão que elaborou a proposta do novo código penal brasileiro o entregará ao presidente do Senado, José Sarney. **Na proposta, um dos artigos é revolucionário: de acordo com a proposta de lei, qualquer mulher poderá interromper uma gravidez até a 12a semana de gestação, desde que tenha um laudo médico que ateste que ela não tem condições psicológicas de ter uma criança.** “Não é preciso ter depressão ou qualquer outra doença ou transtorno mental ou psicológico. Basta que o médico entenda que ela não suporta levar adiante a gravidez, que ela não deseja e aquilo lhe traz sofrimento”, afirma o jurista Luiz Flávio Gomes, que participou da elaboração do novo código. “Demos uma abrasileirada na legalização do aborto, para suavizar o choque. É uma fórmula parecida com o que foi aplicada na Cidade do México”.

UM CÓDIGO PENAL FEMININO

A proposta de código penal traz outros avanços na defesa dos direitos da mulher. Os dois mais interessantes são:

- **Matar uma mulher por questão de gênero ou violência doméstica, o que representa quase 100% dos casos de feminicídio,** passa a ser homicídio qualificado, isto é, passível de um acréscimo de pena de dois anos que não existiria caso a vítima fosse um homem.

- **O novo código prevê que exista estupro vaginal, estupro anal e estupro oral.** Todos são igualmente graves. Hoje, não existe a distinção. Caso seja aprovada a mudança, o homem terá um aumento de pena caso cometa mais de um tipo de estupro, ainda que seja com a mesma vítima.

O Congresso terá que aprovar (ou não) o novo Código Penal no segundo semestre de 2012. A verdade é que não vai ser fácil fazer passar essas mudanças, sobretudo quanto ao aborto, diante de uma bancada evangélica bem articulada e de parlamentares que por questões filosófico-moral se esquivam de encarar o aborto como questão de saúde pública e concordar com a nova legislação. Às mulheres, resta se organizar e pressionar para que pessoas como a Keila encontrem outra solução para as suas vidas que não abortar clandestinamente um bebê de cinco meses.
